

ICS

ESTUDOS e
RELATÓ-
RIOS

RELATÓRIO FINAL DA CONSULTA MUNDIAL SOBRE CLIMA E ENERGIA

WORLD WIDE VIEW ON CLIMATE AND ENERGY PORTUGAL

SUSANA FONSECA

LUÍSA SCHMIDT

ANA DELICADO

1

2015

ICS ESTUDOS e RELATÓRIOS

ISSN 2183-6922

COMISSÃO EDITORIAL

João Vasconcelos (coordenação)

Andrés Malamud

Annarita Gori

Filipa Vicente

João Mourato

Pedro Alcântara da Silva

Rui Costa Lopes

Vanessa Cunha

2015



Relatório Final da Consulta
Mundial sobre Clima e Energia
World Wide Views on
Climate and Energy - Portugal

Susana Fonseca

Luísa Schmidt

Ana Delicado

Susana Fonseca

Categoria: investigadora de pós-doutoramento

Área de especialização: Sociologia do Ambiente

Elementos de contacto: susana.fonseca@ics.ulisboa.pt

Doutorada em Sociologia pelo ISCTE – IUL, é investigadora de pós doutoramento na área da Sociologia do Ambiente no ICS-ULisboa. Tem trabalhado sobre temas como a percepção de risco, ambiente e saúde, eficiência energética e energias renováveis. Foi dirigente nacional da Quercus entre Março de 2003 e Dezembro de 2011 e membro do CNADS durante 6 anos em representação das ONGA. Faz parte do grupo de fundadores da Coopérnico – Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável, CRL e é membro da Direção desde janeiro de 2015. É também fundadora e membro da direção da organização não governamental de ambiente ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável.

Luísa Schmidt

Categoria: investigadora principal

Área de especialização: Sociologia do Ambiente

Elementos de contacto: mlschmidt@ics.ulisboa.pt

Socióloga, investigadora principal no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde coordena o OBSERVA - Observatório de Ambiente e Sociedade e desenvolve vários projectos de investigação que articulam ciências sociais e ambiente. É membro do Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e do European Environment Advisory Council. Integra o Comité Científico do Programa Doutoral interdisciplinar em “Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável” iniciado em 2009.

Autora de vários artigos e livros; colaboradora regular do Jornal Expresso com a coluna “Qualidade Devida” sobre questões ambientais e de cidadania desde 1990.

Ana Delicado

Categoria: Investigadora Auxiliar

Área de especialização: estudos sociais da ciência

Elementos de contacto: ana.delicado@ics.ulisboa.pt

Socióloga, doutorada pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2006). É atualmente investigadora auxiliar do ICS e vice-coordenadora do [Observa](#) Observatório de Ambiente, Território e Sociedade. É docente nos Programas de Doutoramento em Sociologia e em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável. Trabalha principalmente na área dos estudos sociais de ciência. Entre outros temas, desenvolveu investigação sobre museus e cultura científica, associações científicas, riscos ambientais, alterações climáticas, energias renováveis, energia nuclear. Presentemente coordena a equipa portuguesa do projeto internacional CUIDAR Culturas de Resiliência à Catástrofe em Crianças e Jovens (financiado pelo programa europeu H2020).

Resumo

Este relatório procura dar conta dos resultados da consulta pública sobre clima e energia - *A World Wide Views 2015* sobre Clima e Energia – que teve lugar no dia 6 de Junho de 2015. Portugal foi um dos 80 países que participaram, tendo o evento sido coordenado pelo ICS-ULisboa.

Este evento mundial tinha dois objetivos principais:

- Suscitar o interesse dos cidadãos pelo problema das alterações climáticas, informá-los sobre os assuntos que estavam a ser negociados e envolvê-los no debate sobre as soluções nacionais e internacionais.
- Fazer ouvir a voz dos cidadãos, recolhendo as suas opiniões sobre as decisões a serem tomadas na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP21) em Paris e informar os decisores presentes na cimeira.

A estrutura deste relatório espelha a própria organização da consulta mundial, apresentando os resultados nacionais (em comparação com os resultados da União

Europeia e do mundo) sobre cada um dos cinco temas abordados - a importância de intervir sobre alterações climáticas; os instrumentos para intervir; o papel das negociações sob coordenação das Nações Unidas; a importância de considerar a justiça da distribuição dos esforços no combate às alterações climáticas; e a necessidade de garantir que as promessas feitas no âmbito das negociações internacionais são cumpridas.

É ainda feita a comparação dos resultados obtidos em Portugal com alguns países europeus - Espanha, França, Alemanha e Dinamarca - e nos países de língua oficial portuguesa que participaram na consulta - Brasil, Cabo Verde e Moçambique.

A avaliação do evento, uma reflexão crítica sobre a implementação da metodologia WWViews ao tema do Clima e Energia em Portugal, bem como a identificação das principais conclusões completam este relatório.

Palavras chave: consulta pública; alterações climáticas; energia; cidadãos; participação

Summary

This report summarizes the results from the World Wide Views public consultation on Climate and Energy that took place in 6th of June 2015. Portugal was one of the 80 countries that participated and the event was organized by ICS-ULisboa.

This worldwide event had two main objectives:

- To stimulate citizens interest on climate change issues, informing them on the main themes under discussion at COP21 and involve them in debating national and international solutions.
- Making citizens' voices heard, gathering their opinions on the decisions to be made at COP21 in Paris and inform the decision makers that will be present at the summit.

This report is organized according to the structure of the consultation, starting by presenting national results (in comparison with world and European Union results) on each of the five themes – importance of tackling climate change; tools to tackle

climate change; UN negotiations and national commitments; fairness and distribution of efforts; and making and keeping climate promises.

Portuguese results are also compared with a set of European countries - Spain, France, Germany and Denmark – and all the Portuguese speaking countries that have participated - Brazil, Cape Verde and Mozambique.

The report ends with the participants' evaluation of the consultation, some critical thoughts on the WWViews methodology and the main conclusions.

Key words: public consultation; climate change; citizens; participation

Ficha técnica

Consulta pública mundial sobre clima e energia, 6 de junho de 2015

Coordenação em Portugal: Luísa Schmidt e Ana Delicado

Equipa: Luísa Schmidt, Ana Delicado, Susana Fonseca

Organização



Colaboração



Patrocínios



Agradecimentos

Um projeto desta natureza requer necessariamente o empenho de uma equipa alargada de pessoas e instituições na sua concretização. Neste contexto, são devidos alguns agradecimentos, nomeadamente:

- À Embaixada de França e à sua equipa e em particular ao sr. Embaixador Jean-François Blarel pelo seu empenho em criar as condições institucionais e financeiras que tornaram possível a realização desta consulta pública em Portugal.
- A Luísa Nora, colaboradora de longa data do ICS-ULisboa, incansável na angariação de participantes e na procura de garantir condições de acolhimento e deslocação de todos os que generosamente decidiram colaborar nesta iniciativa cidadã.
- A todos os moderadores e relatores que voluntariamente se disponibilizaram, respetivamente, para orientar o debate e documentar o evento ao longo de todo o dia: Augusta Correia, Diana Carvalho, Edalina Sanches, João Guerra, João Mourato, José Gomes Ferreira, Jussara Rowland, Luís Balula, Luís Junqueira, Mara Almeida, Mónica Truninger, Simone Tulumello, Sueli Venturi, Susana Valente, Adriana Alves, Alexandra Baixinho, Alexandra Castro, Ana Lúcia Fonseca, Filipa Alves, Filomena Djassi, Guilherme Debeus, João Fumega, José Pedro, Laura Carvalho, Liliana Oliveira, Luzia Oliveira, Natália Melo, Susana Noronha.
- A toda a equipa do ICS – ULisboa que apoiou esta ideia desde o primeiro momento e que deu um contributo inestimável para que tudo corresse bem em termos logísticos no dia 6 de Junho. Gostaríamos de destacar em particular Eugénia Rodrigues, Andrea Silva, Margarida Bernardo, João Silva, Luís Almeida, Fernando Araújo e José Monteiro.
- A todos os patrocinadores que apoiaram financeiramente o evento, possibilitando a sua concretização em Portugal. Mais concretamente: Ministério Francês de Ecologia, Desenvolvimento Sustentável e Energia, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Agência Portuguesa do Ambiente, Fundação Calouste Gulbenkian, EDP, Veolia, Generg e Neoen.

Índice

Ficha técnica	6
Agradecimentos.....	7
Índice de tabelas e figuras	9
Sumário executivo	19
Capítulo 1. Introdução	26
Capítulo 2. Os resultados da Consulta Pública em Portugal	35
2.1. A importância de intervir sobre as alterações climáticas.....	35
2.2. Instrumentos para intervir sobre as alterações climáticas.....	57
2.3. Negociações das Nações Unidas e compromissos nacionais	70
2.4. Justiça e distribuição de esforços	76
2.5. Fazer promessas sobre o clima e mantê-las	94
Capítulo 3. A comparação internacional	103
3.1 Comparações europeias	103
3.2. Comparações com países de língua oficial portuguesa.....	126
Capítulo 4. A avaliação do evento	148
4.1. Avaliação do evento.....	149
4.2. A avaliação pós-evento.....	159
4.3 Impacto da consulta pública	167
Capítulo 5. Reflexões finais.....	170
5.1. WWViews – um olhar crítico sobre a metodologia	170
5.2. A urgência da ação sobre alterações climáticas	176
Bibliografia.....	181
Anexo 1: Programa da consulta pública	183
Anexo 2: Questionários aplicados aos participantes	186
Anexo 3: Resumo informativo distribuído aos participantes antes do evento.....	199
Anexo 4: Caracterização dos participantes	212
Anexo 5: Notícias na imprensa sobre a consulta pública.....	217

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

Tabelas

	Pág.
Tabela 1. Medidas preferidas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em diferentes países da UE (%)	101
Tabela 2. Alterações observadas na interação com o tema das alterações climáticas após a consulta pública mundial	150
Tabela 3. Relação com a consulta pública após o evento	153

Figuras

	Pág.
Figura 1. Distribuição dos debates a nível mundial	23
Figura 2. Grau de preocupação com os impactos das alterações climáticas (%)	32
Figura 3. Comparação de Portugal e da UE28 sobre “Até que ponto as alterações climáticas são um problema sério no presente?”	33
Figura 4. Grau de preocupação com os impactos das alterações climáticas segundo os escalões etários	34
Figura 5. Comparação do grau de preocupação com os impactos das alterações climáticas (categorias muito preocupado e preocupado) entre Portugal, a UE e o mundo	35
Figura 6. Opinião sobre as medidas para combater as alterações climáticas (%)	36
Figura 7. Impacto das medidas para combater as alterações climáticas na qualidade de vida segundo o nível de escolaridade (%)	38
Figura 8. Impacto das medidas para combater as alterações climáticas na qualidade de vida segundo a idade (%)	38
Figura 9. Comparação da perspetiva de Portugal, do mundo e da UE sobre o impacto das medidas para combater as alterações climáticas na qualidade de vida (%)	39
Figura 10. Opinião sobre o foco dos esforços globais em relação às alterações climáticas (%)	40
Figura 11. Qual deve ser o foco dos esforços globais em relação às alterações climáticas, segundo a idade (%)	41

Figura 12. Qual deve ser o foco dos esforços globais em relação às alterações climáticas, segundo o nível de escolaridade (%)	42
Figura 13. Preferência por ações de mitigação ou de mitigação/adaptação segundo o grau de preocupação com os impactos das alterações climáticas (%)	42
Figura 14. Comparação da perspetiva de Portugal, do mundo e da UE sobre qual deve ser o foco dos esforços globais em relação às alterações climáticas (%)	43
Figura 15. Grau de urgência com que o mundo deveria intervir sobre o problema das alterações climáticas (%)	44
Figura 16. Grau de urgência com que o mundo deveria intervir sobre o problema das alterações climáticas, segundo o nível de escolaridade (%)	45
Figura 17. Grau de urgência com que o mundo deveria intervir sobre o problema das alterações climáticas, segundo a idade	46
Figura 18. identificação do principal responsável por intervir sobre as alterações climáticas (%)	48
Figura 19. Comparação sobre quem deve ser o principal responsável por intervir sobre as alterações climáticas (Portugal, UE e mundo) (%)	49
Figura 20. Conjugação das respostas sobre quem deve ser o principal responsável por intervir sobre as alterações climáticas (%)	50
Figura 21. Conjugação das respostas sobre quem deve ser o principal responsável por intervir sobre as alterações climáticas, segundo a idade (%)	50
Figura 22. Conjugação das respostas sobre quem deve ser o principal responsável por intervir sobre as alterações climáticas, segundo o sexo (%)	51
Figura 23. Apoio a uma taxa sobre o carbono (%)	52
Figura 24. Apoio a uma taxa de carbono segundo os escalões etários (%)	54
Figura 25. Preferência por medidas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (%)	55
Figura 26. Comparação das medidas consideradas mais eficazes para combater as alterações climáticas, em Portugal, na UE e no mundo (%)	56

Figura 27. Instrumentos mais relevantes para reduzir o nível de emissões de gases com efeito de estufa (%)	57
Figura 28. Comparação dos instrumentos considerados mais relevantes para reduzir as emissões de GEE, em Portugal, na UE e no mundo (%)	58
Figura 29. Qual o âmbito de atuação mais eficaz para lidar com as alterações climáticas?	59
Figura 30. Âmbito de atuação mais eficaz para lidar com as alterações climáticas segundo os escalões etários	60
Figura 31. Comparação das opiniões em Portugal, UE e mundo sobre qual o âmbito mais eficaz para lidar com as alterações climáticas	61
Figura 32. Como deve o mundo proceder em relação às novas reservas de combustíveis fósseis (%)	62
Figura 33. O que deve o mundo fazer em relação às novas reservas de petróleo segundo a idade	63
Figura 34. Comparação sobre como deve o mundo proceder em relação às novas reservas de combustíveis fósseis em Portugal, na UE e no mundo	64
Figura 35. Opinião sobre a forma como o país está a lidar com as alterações climáticas (%)	65
Figura 36. Opinião sobre a forma como o país está a lidar com as alterações climáticas em Portugal, na UE e no mundo (%)	65
Figura 37. Concordância com a afirmação «O país deve tomar medidas para reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa» (%)	66
Figura 38. Concordância com a afirmação «O Acordo de Paris deve incluir um objetivo de longo prazo vinculativo» (%)	67
Figura 39. Opinião sobre se o acordo de Paris deve incluir um objetivo de longo prazo vinculativo em Portugal, na UE e no mundo (%)	68
Figura 40. Opinião sobre como cada país deve contribuir para combater as alterações climáticas (%)	70
Figura 41. Opinião sobre como cada país deve contribuir para combater as alterações climáticas segundo a idade (%)	71
Figura 42. Opinião sobre se os países mais ricos devem pagar mais custos de mitigação e adaptação do que os países de menor rendimento (%)	72

Figura 43. Opinião sobre se os países mais ricos devem pagar mais custos de mitigação e adaptação do que os países de menor rendimento, segundo a idade (%)	72
Figura 44. Opinião sobre as contribuições das empresas privadas para pagar os custos do clima dos países desenvolvidos (%)	74
Figura 45. Opinião sobre se as contribuições das empresas privadas deveriam contar para pagar os custos do clima dos países desenvolvidos, segundo a idade (%)	75
Figura 46. Opinião sobre como devem ser tratados os países em desenvolvimento no âmbito do novo acordo (%)	76
Figura 47. Opinião sobre como devem ser tratados os países em desenvolvimento no âmbito do novo acordo, segundo a escolaridade (%)	78
Figura 48. Opinião sobre como devem ser tratados os países em desenvolvimento no âmbito do novo acordo, segundo a idade (%)	79
Figura 49. Opinião sobre como devem ser tratados os países em desenvolvimento no âmbito do novo acordo em Portugal, na UE e no mundo	80
Figura 50. Opinião sobre quem deve contribuir para o Fundo Verde Climático (%)	81
Figura 51. Opinião sobre quem deve contribuir para o Fundo Verde Climático em Portugal, na UE e no mundo (%)	82
Figura 52. Os esforços dos países em desenvolvimento devem depender apenas do financiamento dos países desenvolvidos? (%)	83
Figura 53. Opinião sobre se o esforço dos países em desenvolvimento deve depender de financiamento dos países desenvolvidos, segundo a idade	84
Figura 54. Opinião sobre se o esforço dos países em desenvolvimento deve depender de financiamento dos países desenvolvidos em Portugal, na UE e no mundo	84
Figura 55. Opções a integrar no futuro acordo para lidar com os danos das alterações climáticas (%)	85
Figura 56. Opinião sobre qual a opção a integrar no futuro acordo para lidar com os danos das alterações climáticas, segundo a idade (%)	86
Figura 57. Opinião sobre qual a opção a integrar no futuro acordo para lidar com os danos das alterações climáticas em Portugal, na UE e no mundo (%)	86

Figura 58. Concordância com a possibilidade dos países poderem atualizar os seus compromissos de ação climática a cada 5 anos (%)	87
Figura 59. Concordância com a autoridade das Nações Unidas para fazer relatórios de avaliação (%)	88
Figura 60. Opinião sobre se as Nações Unidas devem ter autoridade para fazer relatórios de avaliação, segundo o sexo (%)	90
Figura 61. Direito dos países a inspecionarem os relatórios de outros países sobre os esforços de mitigação e adaptação (%)	91
Figura 62. Opinião sobre o direito dos países a inspecionarem os relatórios de outros países sobre os esforços de mitigação e adaptação em Portugal, na UE e no mundo (%)	91
Figura 63. Inclusão de objetivos nacionais de curto prazo no acordo de Paris e qual a sua natureza	92
Figura 64. Inclusão de objetivos nacionais de curto prazo no acordo de Paris e qual a sua natureza, segundo a idade	93
Figura 65. Opinião sobre a inclusão de objetivos nacionais de curto prazo no acordo de Paris e qual a sua natureza, em Portugal, na UE e no mundo	93
Figura 66. Opinião sobre a necessidade de publicação de um relatório anual por parte dos países	94
Figura 67. Nível de preocupação com os impactos das alterações climáticas em diferentes países da UE (%)	96
Figura 68. Opinião sobre as medidas para combater as alterações climáticas em diferentes países da UE (%)	96
Figura 69. Opinião sobre qual deverá ser o foco dos esforços globais nas próximas décadas em diferentes países da UE (%)	97
Figura 70. Opinião sobre qual o grau de urgência com que o mundo deveria intervir sobre o problema das alterações climáticas em diferentes países da UE (%)	98
Figura 71. Opinião sobre quem deve ser o principal responsável por intervir sobre as alterações climáticas em diferentes países da UE (%)	99
Figura 72. Apoio a uma taxa sobre o carbono em diferentes países da UE (%)	100
Figura 73. Opinião sobre a escala de intervenção mais eficaz para lidar com as alterações climáticas em diferentes países da UE (%)	102

Figura 74. Opinião sobre quais os instrumentos mais relevantes para reduzir o nível de emissões de gases com efeito de estufa em diferentes países da UE	103
Figura 75. Opinião sobre o que deve ser feito em relação às novas reservas de combustíveis fósseis em diferentes países da UE (%)	103
Figura 76. Opinião sobre como o seu país está a lidar com as alterações climáticas em diferentes países da UE (%)	104
Figura 77. Opinião sobre sem que condições deve o país tomar medidas para reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa em diferentes países da UE (%)	105
Figura 78. Opinião sobre se o acordo de Paris deverá incluir um objetivo de emissões zero a longo prazo e se deverá ser legalmente vinculativo em diferentes países da UE (%)	106
Figura 79. Opinião sobre se os países mais ricos devem pagar mais custos de mitigação e adaptação do que os países de menor rendimento em diferentes países da UE (%)	107
Figura 80. Opinião sobre o contributo que as empresas devem dar para o pagamento dos custos do clima dos países desenvolvidos em diferentes países da UE (%)	108
Figura 81. Opinião sobre se os países em desenvolvimento devem ser todos tratados da mesma forma, independentemente da sua riqueza em vários países da UE (%)	109
Figura 82. Opinião sobre que países devem contribuir para o Fundo Verde Climático em diferentes países da UE (%)	110
Figura 83. Opinião sobre se os esforços dos países em desenvolvimento devem depender apenas de financiamentos por parte dos países desenvolvidos em diferentes países da UE (%)	111
Figura 84. Opinião sobre se a administração local, incluindo as cidades, devem ter acesso ao financiamento do Fundo Verde Climático (%)	112
Figura 85. Opinião sobre quais as melhores opções para lidar com os danos resultantes dos impactos das alterações climáticas em diferente países da UE (%)	113

Figura 86. Opinião sobre a possibilidade das Nações Unidas Avaliarem os esforços e as ações climáticas dos países em diferentes países da UE (%)	114
Figura 87. Opinião sobre o direito dos países inspecionarem os esforços de mitigação e adaptação dos outros países em diferentes países da UE (%)	114
Figura 88. Opinião sobre se o futuro acordo de Paris deve incluir objetivos nacionais de curto prazo em diferentes países da UE (%)	115
Figura 89. Nível de preocupação com os impactos das alterações climáticas nos diferentes países (%)	116
Figura 90. Opinião sobre o impacto das medidas para combater as alterações climáticas na qualidade de vida nos diferentes países (%)	117
Figura 91. Opinião dos diferentes países sobre qual deve ser o foco dos esforços globais nas próximas décadas para o problema das alterações climáticas (%)	118
Figura 92. Opinião dos diferentes países sobre o grau de urgência com que o mundo deve intervir sobre o problema das alterações climáticas (%)	119
Figura 93. Opinião dos diferentes países sobre quem deve ser o principal responsável por intervir sobre as alterações climáticas (%)	120
Figura 94. Opinião dos diferentes países sobre as condições em que apoiaria a aplicação de uma taxa sobre o carbono	121
Figura 95. Opinião dos diferentes países sobre quais as medidas preferenciais para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (%)	122
Figura 96. Opinião dos diferentes países sobre a escala mais eficaz para lidar com as alterações climáticas (%)	122
Figura 97. Opinião dos diferentes países sobre os instrumentos mais relevantes para reduzir o nível de emissões de gases com efeito de estufa	123
Figura 98. Opinião dos diferentes países sobre a forma como o mundo deveria proceder em relação às novas reservas de combustíveis fósseis	124
Figura 99. Opinião dos diversos países sobre a forma como estão a lidar com as alterações climáticas (%)	125

Figura 100. Opinião dos diferentes países sobre as circunstâncias em que devem tomar medidas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (%)	126
Figura 101. Opinião dos diferentes países sobre a necessidade do acordo de Paris incluir um objetivo de longo prazo de emissões zero até ao final do século (%)	127
Figura 102. Opinião dos diferentes países sobre se os países desenvolvidos devem pagar mais custos de adaptação e mitigação do que os países em desenvolvimento (%)	128
Figura 103. Opinião dos diferentes países sobre o contributo das empresas privadas para pagar os custos da responsabilidade dos países desenvolvidos (%)	128
Figura 104. Opinião dos diferentes países sobre a forma como os países em desenvolvimento devem ser tratados no que diz respeito à divisão de responsabilidades de ação climática (%)	129
Figura 105. Opinião dos diferentes países sobre quem deve contribuir para o Fundo Verde Climático (%)	130
Figura 106. Opinião dos diferentes países sobre se os esforços dos países desenvolvidos devem depender apenas de financiamento por parte dos países desenvolvidos (%)	130
Figura 107. Opinião dos diferentes países sobre se o acesso ao Fundo Verde Climático deveria ser permitido à administração local, incluindo as cidades (%)	131
Figura 108. Opinião dos diferentes países sobre quais as ações que devem ser incluídas no acordo de Paris para lidar com os custos dos danos climáticos	132
Figura 109. Opinião dos diferentes países sobre a possibilidade dos países puderem atualizar os seus compromissos de ação climática de cinco em cinco anos (%)	133
Figura 110. Opinião dos diferentes países sobre a autoridade das Nações Unidas para fazer relatórios que avaliem o contributo e a justiça das ações climáticas dos países (%)	134
Figura 111. Opinião sobre em que circunstâncias os países podem inspecionar os relatórios de outros países sobre os esforços de mitigação e adaptação (%)	135

Figura 112. Opinião dos diferentes países sobre se o futuro acordo de Paris deve incluir objetivos nacionais de curto prazo (%)	135
Figura 113. Grau de familiaridade com o processo de chegar a um acordo internacional sobre o clima antes da iniciativa (%)	138
Figura 114. Grau de familiaridade com o processo de chegar a um acordo internacional sobre o clima durante a iniciativa (%)	139
Figura 115. Comparação da evolução do grau de familiaridade com o tema da negociação de um acordo internacional sobre o clima, antes a após a participação na iniciativa WWViews, em Portugal na UE e no mundo (%)	140
Figura 116. Evolução do grau de familiaridade com o tema da negociação de um acordo internacional sobre o clima, antes a após a participação na iniciativa, segundo o sexo	140
Figura 117. Evolução do grau de familiaridade com o tema da negociação de um acordo internacional sobre o clima, antes a após a participação na iniciativa, segundo o nível de (%)	141
Figura 118. Avaliação dos conteúdos e do debate (%)	142
Figura 119. Avaliação da apresentação e debate de ideias diferentes e opostas durante a consulta segundo o sexo (%)	141
Figura 120. Satisfação com a organização do processo de consulta em Portugal (%)	143
Figura 121. Crença sobre o uso dos resultados da consulta para a tomada de decisão política na COP21 (%)	144
Figura 122. Crença sobre o uso dos resultados da consulta para a tomada de decisão política na COP21 segundo o nível de escolaridade (%)	144
Figura 123. Crença sobre o uso dos resultados da consulta para a tomada de decisão política na COP21, segundo a idade (%)	145
Figura 124. Comparação da crença sobre o uso dos resultados da consulta para a tomada de decisão política na COP21, em Portugal, na UE e no mundo (%)	146
Figura 125. Interesse em que se realizem novas consultas mundiais sobre este tema ou sobre outros (%)	147
Figura 126. Comparação do interesse em que se realizem novas consultas mundiais sobre este tema ou sobre outros, em Portugal, na UE e no mundo (%)	147
Figura 127. Distribuição da amostra em termos etários (%)	149

Figura 128. Distribuição da amostra em termos de habilitações (%)	149
Figura 129. Depois da consulta pública mundial procurou mais informação sobre alterações climáticas	151
Figura 130. Depois da consulta pública mundial alterou algum comportamento do dia a dia para combater as alterações climáticas?	152
Figura 131. Alteração de comportamentos após o evento com o objetivo de combater as alterações climáticas segundo os escalões etários	152
Figura 132. Considera que a consulta vai ter impacto na COP21?	154
Figura 133. Comparação entre o nível de escolaridade da amostra e a sua distribuição na população em geral (%)	202
Figura 134. Comparação entre os escalões etários da amostra e a sua distribuição na população em geral (%)	203
Figura 135. Distribuição do nível de escolaridade segundo os escalões etários (%)	204
Figura 136. Distribuição dos participantes pelas 5 regiões de Portugal Continental (%)	204

Sumário executivo

Em junho de 2015 realizou-se uma consulta pública mundial, World Wide Views sobre clima e energia, com dois objetivos principais:

- Suscitar o interesse dos cidadãos pelo problema das alterações climáticas, informá-los sobre os assuntos que estavam a ser negociados e envolvê-los no debate sobre as soluções nacionais e internacionais.
- Fazer ouvir a voz dos cidadãos, recolhendo as suas opiniões sobre as decisões a serem tomadas na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP21) em Paris e informar os decisores presentes na cimeira.

Esta consulta pública foi promovida pelo secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, a Comissão Nacional Francesa para o Debate Público, a *Danish Board of Technology Foundation* e a *Missions Publiques*, com o apoio do Governo Francês, anfitrião da Convenção das Partes de 2015 – COP21. Em Portugal o evento decorreu no ICS-ULisboa, tendo participado 108 cidadãos de diferentes estratos etários, género, níveis educacionais e origens geográficas.

I. Sensibilidade em relação ao tema das alterações climáticas

A preocupação

Esta consulta pública revelou uma elevada preocupação com o tema das alterações climáticas. Em Portugal a maioria dos participantes afirma-se muito preocupada ou preocupada, sendo que estas duas categorias perfazem praticamente 100%. Quando se comparam os resultados nacionais com os resultados registados a nível mundial e ao nível dos países da União Europeia que participaram nesta iniciativa, Portugal apresenta um menor nível de “muita preocupação” do que o registado pela comunidade internacional.

Impacto na qualidade de vida

As medidas que terão que ser tomadas para combater as alterações climáticas são maioritariamente (acima de 80%) entendidas como uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida. Apenas uma pequena parte olha para estas medidas como uma ameaça. Portugal destaca-se, aliás, na comparação internacional por ser o país com

maior frequência encara as medidas necessárias para combater as alterações climáticas como uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida.

Mitigar ou adaptar

Sobre o âmbito privilegiado das ações para combater as alterações climáticas no futuro próximo, nomeadamente se o foco deverá ser mais na mitigação ou na adaptação, a resposta mais frequente aponta para a necessidade de combinar as duas estratégias. Ainda assim, um número significativo de respostas (41%) aponta para a necessidade das medidas políticas se centrarem essencialmente nos esforços de mitigação das alterações climáticas, ou seja, na redução das emissões de gases com efeito de estufa. Portugal destaca-se de forma muito evidente no contexto mundial e da UE, com quase o dobro das respostas a apontar no sentido da mitigação.

As alterações climáticas já são uma prioridade? E deveriam sê-lo?

Sobre a forma como a governação em Portugal está a lidar com a questão das alterações climáticas, a maioria considera que o assunto não é ainda encarado como uma prioridade nacional, mas deveria passar a sê-lo. Mais de um quarto dos participantes consideram que as alterações climáticas já são uma prioridade nacional e concordam que assim seja. Em Portugal existe uma visão mais pessimista em relação à prioridade dada ao tema no país do que no conjunto dos países participantes a nível mundial e a nível da União Europeia, onde as respostas apontam de forma expressiva que o tema já é uma prioridade e assim deve continuar a ser.

Urgência da ação

O grau de urgência com que o mundo deveria intervir sobre o problema das alterações climáticas, vai no sentido da assunção de uma posição exigente para com os resultados da COP21. Assim, uma clara maioria considera que o acordo deve conter as medidas e os objetivos necessários para cumprir a meta global de manter o aumento da temperatura até 2 graus Celsius. Esta tendência de resposta vai de par com a opinião registada no resto do mundo e da União Europeia.

Recomendações

Os níveis de preocupação com as alterações climáticas, o apoio a medidas que as combatam na vida quotidiana e a uma intervenção decisiva sobre este problema, indicam que a opinião cidadã está a favor de políticas mais incisivas de combate às alterações climáticas. A opinião expressa que os governos não têm feito o suficiente face a este problema reforça isto mesmo. Recomenda-se:

- O reforço das medidas de política a nível nacional, tanto na dimensão de mitigação como de adaptação às alterações climáticas
- A transversalização das políticas de alterações climáticas às diversas áreas governamentais, visando uma governança multinível, com forte reactivação do PNAC e da ENAAC
- O empenho nas negociações internacionais dos representantes do Estado português para atingir acordos mais ambiciosos e vinculativos

2. Possíveis abordagens

A responsabilidade pela ação

Perante a necessidade de identificar os principais responsáveis por intervir sobre o tema das alterações climáticas, constata-se que o papel desempenhado pela governação nacional parece estar descredibilizado, já que mais de dois terços dos cidadãos selecionaram de forma destacada o enquadramento global (através de um acordo internacional sobre clima) e a intervenção dos próprios cidadãos, quer por si, quer em iniciativas da sociedade civil, opção que foi escolhida por quase metade dos participantes. Os governos nacionais, as empresas e o setor privado ou a administração local foram muito pouco assinalados.

Abordagens e instrumentos preferenciais para reduzir as emissões

Quanto às abordagens que reúnem as preferências dos participantes destacam-ser:

- Apoio às fontes de energia com baixa emissão de carbono, nomeadamente as energias renováveis;
- Apoiar a investigação e desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono (por exemplo baterias para automóveis eficientes);
- Cortar os subsídios aos combustíveis fósseis;

- Implementar novas instituições e práticas socioeconómicas.

Em termos mundiais e europeus observa-se um amplo consenso em relação ao apoio às energias com baixa emissão de carbono (energias renováveis). Por outro lado, o apoio à investigação e desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono e os instrumentos que permitem atribuir um preço ao carbono conhecem maior apoio além-fronteiras do que em Portugal. Já o corte nos subsídios aos combustíveis fósseis apresenta a variação oposta, com Portugal a apresentar o dobro das respostas registadas a nível mundial.

Recomendações:

Ficou patente nos resultados da consulta pública a falta de confiança nos governos nacionais para a resolução do problema das alterações climáticas, remetida preferencialmente para a esfera global, o que sublinha a importância dos acordos e pressões internacionais. Ficou também expresso o apoio dos cidadãos a um conjunto de medidas de mitigação que devem ser postas em prática. Recomenda-se:

- O reforço do investimento em energias renováveis e o corte de subsídios / a redução de apoios aos combustíveis fósseis
- A criação de benefícios fiscais para medidas de eficiência energética e utilização e produção de energias limpas
- A promoção de programas de financiamento da investigação e desenvolvimento na área da energia e das tecnologias de baixo carbono.
- O apoio nas negociações internacionais e adesão a programas mundiais ou europeus de redução de emissões.
- O desenvolvimento de programas de combate às alterações climáticas ao nível individual e local, acompanhados de eficazes campanhas de divulgação e promoção.
- Apoio a políticas de proximidade e pro-activas de informação e formação

3. Caminhos mais desejados

Ação nacional ou ação global?

Sobre a necessidade de cada país avançar com medidas para reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa, foi claramente defendida a ideia que cada país deve, de facto, avançar com essas medidas, mesmo que outros países não o façam. Este é um dos temas onde se observa um amplo consenso a nível internacional, havendo apenas a registar um apoio ligeiramente mais marcado a ação de cada país por parte da UE e de Portugal.

O Acordo de Paris – vinculativo ou não?

A natureza vinculativa ou a exigência dos objetivos do Acordo de Paris no curto, médio e longo prazo têm fomentado um amplo debate. Para os participantes na consulta pública mundial é claro que o Acordo de Paris deveria incluir um objetivo de longo prazo para conseguir atingir emissões zero no final do século XXI e que este deve ser vinculativo para todos os países. De novo, volta a ser a UE e Portugal que mais apoiaram a natureza vinculativa do Acordo de Paris.

Responsabilidades comuns, mas diferenciadas

Até hoje a integração do princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas tem sido baseada na classificação do nível de desenvolvimento de cada país. Esta classificação é hoje controversa, pois o mundo mudou muito desde 1992 e surge o debate sobre a existência de países então classificados como “em desenvolvimento”, que hoje estão praticamente ao nível dos países desenvolvidos.

Sobre este tema não existem respostas evidentes, mas registam-se duas tendências mais marcadas em todos os contextos – Portugal, UE e no mundo:

1. Considerar que os países em desenvolvimento devem ser tratados como um terceiro grupo, com mais responsabilidades do que os países em desenvolvimento com menores rendimentos, mas com menos responsabilidades do que os países desenvolvidos;
2. Defender que os países em desenvolvimento mais ricos devem ter as mesmas responsabilidades que os países desenvolvidos.

A estabilidade dos compromissos assumidos

A possibilidade do Acordo de Paris integrar a proposta dos compromissos de ação climática poderem ser atualizados a cada cinco anos pelos países, sem que tal implique

a negociação de um novo acordo, recolheu um amplo apoio entre os participantes portugueses, que em nada se distingue do apoio registado a nível mundial e na UE.

A inclusão de objetivos nacionais de curto prazo obrigatórios para todos os países foi também muito bem aceite pelos participantes na consulta mundial.

Transparência

Garantir a monitorização e fiscalização como forma de assegurar a transparência sobre o que está a ser feito e quais os seus resultados é uma área que reúne amplo consenso, não apenas a nível nacional, mas também mundial.

As Nações Unidas tendem a ser entendidas como uma entidade idónea que pode mais facilmente assumir as funções de fiscalizador, quer do contributo, quer da justiça das ações climáticas dos países. Esta abordagem é mais defendida no contexto de países individuais e em que haja apoio à implementação de medidas de combate às alterações climáticas e não tanto de forma generalizada a todos os países.

A obrigação de realização de um relatório anual por cada país, que documente a evolução face aos objetivos propostos, foi também uma medida muito consensual em todas as áreas geográficas – Portugal, UE e Mundo.

Recomendações

Os resultados da consulta pública indicaram um substancial apoio dos cidadãos a uma posição de força nas negociações internacionais: acordos vinculativos para todos, compromissos regularmente renovados, fiscalização do cumprimento. No entanto, reconheceu-se a posição mais vulnerável dos países em desenvolvimento. Os cidadãos afirmaram também o apoio à ação nacional na redução dos gases com efeitos de estufa mesmo que os outros países não o façam. Recomenda-se:

- A subscrição nas negociações internacionais das medidas tendentes a uma maior exigência sobre todos os países e de controlo do seu cumprimento (transparência, monitorização e fiscalização) por parte das Nações Unidas
- Independentemente do resultado das negociações, o desenvolvimento prioritário de políticas nacionais efetivas de combate às alterações climáticas

- Implementação de bases de dados contemplando indicadores de escala nacional para efeitos comparativos sobre as medidas de combate às alterações climáticas

4. Participação e impacto político

As expectativas e a importância do diálogo global

Uma larga maioria dos participantes nesta consulta considerou que os resultados teriam peso nas negociações da COP21, realizada em Dezembro, em Paris. Esta expectativa demonstra que acreditam que o seu esforço e contributo não foram em vão.

Existe uma unanimidade clara em considerar que eventos como este devem repetir-se sobre este e outros temas.

Recomendações

A avaliação da participação nesta consulta pública mundial sobre clima e energia foi muito positiva e as expectativas de que os resultados viessem a ser tidos em consideração pelos decisores políticos e pelos diferentes stakeholders envolvidos no processo negocial são elevadas. Recomenda-se:

- Que se tire partido da disponibilidade dos cidadãos para se envolverem em momentos de participação (bem organizados, com materiais de apoio e com boas condições logísticas) e, assim, ficar a conhecer as suas perspetivas sobre temas relevantes para Portugal.
- Incorporar efetivamente os resultados das consultas a cidadãos no desenho das políticas públicas – locais, nacionais e internacionais - de forma a manter a confiança e credibilidade dos instrumentos de participação cidadã.

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO

O tema das alterações climáticas está presente no debate público sobretudo nas últimas décadas. Uma intervenção global tomou forma em 1992, com a aprovação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas na Conferência do Rio. Este documento estratégico serviu de impulso à criação do Protocolo de Quioto (de 1997), no âmbito do qual os países signatários assumiram a sua quota-parte de responsabilidade pela ação para evitar que o problema das alterações climáticas se agravasse (Schmidt et al, 2014: 113). Não obstante as lacunas de implementação que foram observadas, o Protocolo de Quioto foi um documento chave para a ação climática mundial. Findo o seu período de implementação em 2012, surgiu a necessidade de ser elaborado e firmado um novo acordo global que permitisse enquadrar a ação de cada país para prossecução de um objetivo comum a nível mundial. Nesse sentido e sob a égide das Nações Unidas, realizaram-se diversas reuniões conjuntas – as designadas Convenções das Partes (COP) – com o intuito de, em Dezembro de 2015, em Paris, serem finalizados os termos de um novo acordo pós-Quoto, na COP21.

O estabelecimento de acordos globais tende a ser um processo moroso e complexo, sendo necessário procurar estabelecer pontes entre os diferentes *stakeholders* e os países envolvidos no debate. Assim, a estrutura, os objetivos e a natureza do designado “Acordo de Paris” está sobre a mesa das negociações, num momento que se considera decisivo.

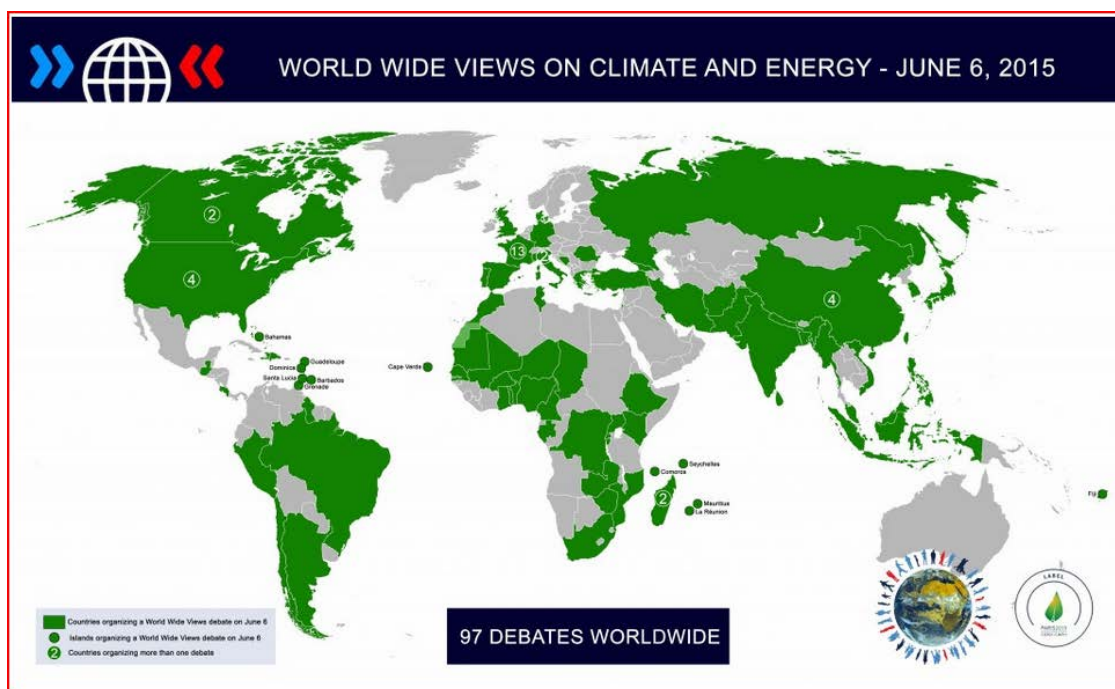
Independentemente do debate científico e político que tem estado a decorrer, é muito importante procurar garantir que nele são envolvidas várias vozes e perspetivas. Considerando que, com frequência, a postura assumida pelos países e mesmo por alguns *stakeholders* procura uma justificação para as posições expressas durante as negociações no “sentir” das populações e dos cidadãos, surgiu a ideia de aplicar a metodologia *World Wide Views*¹ ao tema das alterações climáticas e da energia. Esta

¹ <http://www.wvviews.org/>

metodologia visa permitir auscultar os cidadãos de diferentes países sobre um mesmo tema, procurando garantir um enquadramento comum que possibilite a comparação dos dados a nível mundial.

A metodologia WWViews foi aplicada por duas vezes, em 2009 sobre o tema do aquecimento global² e em 2012 sobre biodiversidade³, pelo que, dada a proximidade de um momento decisivo para as negociações sobre a ação climática mundial para os próximos anos, foi decidido avançar com a sua aplicação ao tema das alterações climáticas. Neste sentido, a 6 de Junho de 2015, em 80 países de cinco continentes e através de 97 debates (Figura 1), realizou-se uma consulta pública sobre clima e energia que envolveu mais de dez mil cidadãos,⁴ cujos resultados em Portugal se dá conta neste relatório.

Figura 1. Distribuição dos debates a nível mundial



A *World Wide Views* 2015 sobre Clima e Energia foi co-iniciada pelo secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, a Comissão Nacional Francesa para o Debate Público, a *Danish Board of Technology Foundation* e a *Missions Publiques*, com o apoio do Governo Francês, anfitrião da vigésima primeira

² <http://globalwarming.wwviews.org/node/259.html>

³ <http://biodiversity.wwviews.org/>

⁴ <http://climateandenergy.wwviews.org/features/>

Convenção das Partes. Foi coordenada pela *Danish Board of Technology* em colaboração com *Missions Publiques* e a Comissão Nacional Francesa para o Debate Público e foi implementada pelos parceiros que constituem a Aliança *World Wide Views*⁵.

Este projeto foi financiado a nível internacional pelo Ministério Francês de Ecologia, Desenvolvimento Sustentável e Energia (MEDDE), 14 Regiões Francesas através das Associações das Regiões de França (*Aquitaine, Auvergne, Basse-Normandie, Centre, Franche-Comté, Guadeloupe, Haute-Normandie, Ile-de-France, Martinique, Nord-Pas-de-Calais, Poitou-Charentes, Provence-Alpes-Côte-d'Azur, Réunion, Rhône-Alpes*), cidades de *Grenoble-Alpes Métropole* e Paris, Comissão Nacional para o Debate Público (CNDP), *ENGIE* (GDF Suez), Presidência da Assembleia Nacional Francesa, Agência Federal do Ambiente Alemã, Ministério Francês dos Negócios Estrangeiros (MAE), Agência Espacial Europeia (ESA), Fundação de França, e o grupo EE-LV do Senado Francês.

A metodologia *WWViews* procura integrar na sua estrutura um conjunto de princípios que alguns autores identificam como fundamentais para credibilizar, do ponto de vista da eficácia e da democraticidade, quaisquer iniciativas que visem o envolvimento dos cidadãos num processo de governança ambiental global. São eles (Riedy et al, 2012):

1. A integridade, expressa no desenvolvimento de um processo transparente que assegure os recursos necessários ao seu bom funcionamento, integrando um conjunto de procedimentos com o objetivo de não influenciar os resultados finais.
2. A inclusão, garantindo a representatividade da população que pode ser afetada pelo tema em debate e a consideração dos diferentes discursos que podem co-existir sobre o tema, providenciando igualdade de acesso a todos os participantes.
3. A deliberação autêntica, garantindo o acesso equitativo a informação equilibrada e diversificada, proporcionando as condições para um debate aberto e franco entre todos, onde todas as opiniões podem ser expressas e com tempo suficiente para a reflexão.

⁵ <http://climateandenergy.wwviews.org/national-and-regional-partners/>

4. A capacidade de influência através do desenvolvimento de mecanismos de comunicação com consequências ao nível das políticas, mas também com reflexos na mudança sociocultural.

Estas características não são necessariamente consideradas consensuais na forma como podem e devem ser implementados em diferentes situações pelos autores que habitualmente refletem sobre metodologias de deliberação democrática ou de participação dos cidadãos (Mann et al, 2013). Contudo, oferecem um excelente ponto de partida para uma avaliação breve das potencialidades demonstradas por esta metodologia no âmbito das diferentes possibilidades de envolvimento de cidadãos em processos deliberativos. Por razões de organização do presente relatório, a avaliação desta experiência de consulta está integrada nas reflexões finais, dado que existem aspetos que merecem ser analisadas em contraponto com alguns dos resultados obtidos através desta consulta, não apenas em Portugal, mas também no mundo. Por esta razão, não se avançará, para já, com este aspeto.

A metodologia WWViews assenta na produção de conteúdos base que devem servir de apoio ao dia da consulta. Neste caso foram produzidos guiões e preparados vídeos introdutórios para cada um dos temas a debate. Foi também preparado um documento com informação mais pormenorizada sobre cada um dos temas para distribuir a todos os participantes antes do evento, no sentido de os enquadrar sobre o que iria estar em debate e as diferentes posições que poderiam ser assumidas. Foram ainda produzidos materiais de apoio às equipas responsáveis pela implementação da consulta em cada país, nomeadamente, princípios a seguir pelos moderadores das sessões e variados conselhos sobre a forma de organizar o evento, tendo ainda sido preparada toda a estrutura inerente à recolha dos dados, desde os questionários (anexo 2) até à base de dados online onde, ao longo do dia, todas as equipas nacionais introduziram os resultados à medida que iam sendo obtidos.

No âmbito deste processo foi ainda definida uma estratégia de comunicação e de disseminação dos resultados, tendo em vista garantir que os resultados serão considerados pelos diferentes decisores e *stakeholders* envolvidos no debate sobre o tema das alterações climáticas. Em particular, foi estabelecido o objetivo de chegar aos que estão diretamente envolvidos no processo de negociação de um novo acordo mundial pós-Quito, contrariando o baixo impacto político do processo de consulta

anterior sobre alterações climáticas, que decorreu em 2009, em antecipação da Conferência das Partes que teve lugar em Copenhaga (Riedy et al, 2012; Rask et al, 2012).

Em Portugal a preparação da consulta pública mundial sobre clima e energia iniciou-se um pouco mais tarde do que na maioria dos restantes países participantes, dado que o convite da Embaixada Francesa em Portugal ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa para garantir a organização do evento no país ocorreu apenas em Abril de 2015⁶. Para além do ICS – UL há ainda que sublinhar a (valiosa) colaboração do Instituto de Tecnologia Química e Biológica, entidade responsável pela aplicação, em Portugal, da metodologia ao tema do consumo sustentável, e cuja equipa envolvida na iniciativa anterior partilhou a experiência adquirida ao nível da implementação do projeto PACITA⁷.

No seguimento do convite foi reunida uma equipa de trabalho que preparou os materiais e os conteúdos necessários para os diferentes momentos do dia da consulta e foram desenvolvidos esforços no sentido de garantir a presença do número estipulado de participantes, bem como, a sua diversidade em termos sócio-demográfico..

Praticamente todos os materiais foram traduzidos para português, tendo as traduções sido facultadas aos países de língua oficial portuguesa que o solicitaram. No caso português foi ainda considerado fundamental produzir um sumário informativo (anexo 3) do material de apoio a distribuir aos participantes, por se considerar que muitos poderiam não ter oportunidade, tempo ou mesmo interesse em ler o longo texto proposto pela equipa internacional. Este sumário informavo teve por base os guiões dos vídeos.

Como forma de divulgação do evento e meio de angariação de participantes, foi criada uma página no facebook (<https://www.facebook.com/WWViewsClimaEnergiaPT>).

⁶ A consulta pública em Portugal foi patrocinada pelo Ministério Francês de Ecologia, Desenvolvimento Sustentável e Energia, pelo Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, pela Agência Portuguesa do Ambiente, pela Fundação Calouste Gulbenkian, Pela EDP, pela Veolia, pela Geneng e pela Neoen.

⁷ O projecto europeu PACITA (*Parliaments and Civil Society in Technology Assessment*) pretendeu contribuir para melhorar os processos de elaboração de políticas sobre questões relacionadas com ciência, tecnologia e inovação através da melhoria do conhecimento que serve de apoio a essas políticas. No âmbito deste projeto decorreu a iniciativa “Europa Wide Views sobre Consumo Sustentável”, que procurou identificar as opiniões e perspectivas do cidadão comum face a questões e futuras políticas públicas sobre consumo sustentável. Para mais informação consultar: <http://www.pacitaproject.eu/>

Nesta foram também colocados todos os vídeos, fotografias, notícias e documentação do evento.⁸

De forma a obter uma amostra equilibrada ao nível de variáveis de caracterização estratégicas como a idade, habilitações, região e sexo, foram desenvolvidas diferentes estratégias. Dado que a metodologia *WWViews* já foi anteriormente aplicada em Portugal sobre o tema do consumo sustentável, foi contactada a equipa responsável pelo desenvolvimento dessa iniciativa no sentido de poder divulgar esta nova consulta pelos participantes da anterior. Neste contexto, foram ainda contactadas diferentes instituições e organizações em diferentes regiões do país, tendo em vista disseminar a informação pelos seus colaboradores ou trabalhadores, nomeadamente, diversas câmaras municipais, empresas e organizações.

Foram ainda realizados contactos com pessoas-chave em diferentes regiões (habitualmente através de conhecimentos pessoais) para conseguir envolver pessoas de diferentes partes do país.

Os media foram envolvidos, não apenas através do envio de comunicados de imprensa, mas também através de alguns produtores de programas chave, particularmente ao nível dos canais de televisão de âmbito nacional. Foi gravado um spot inserido na rubrica “Minuto Verde”⁹ que é transmitida diariamente no programa da manhã informativa da RTP 1 – Bom Dia Portugal - - e foi publicado um artigo num dos jornais diários de distribuição gratuita em sete cidades portuguesas – Metro. Uma das coordenadoras participou num *talk show* no período da tarde¹⁰, também na RTP 1, uma iniciativa que se revelou muito eficaz na angariação de inscrições.

Foi decidido que, no sentido de garantir uma abordagem mais enriquecedora, cada mesa deveria ter não apenas um moderador mas também um relator com a incumbência de tomar notas sobre as discussões mais relevantes e os diferentes pontos de vista apresentados em cada um dos momentos de discussão. Os materiais

⁸ À data de escrita do relatório a página no Facebook tinha 190 likes. O post relativo à divulgação do policy brief chegou a 753 pessoas.

⁹ <https://vimeo.com/album/1979036/video/128246057>

¹⁰

<https://www.facebook.com/WWViewsClimaEnergiaPT/photos/pcb.1578893212360463/1578893099027141/?type=1>

resultantes deste trabalho de relato encontram-se integrados neste relatório, a par com os dados de natureza quantitativa.

No dia do evento, a sessão de abertura teve a presença de representantes do ICS – ULisboa (Diretor José Luís Cardoso), da Embaixada Francesa (através do embaixador Francês em Portugal Jean-François Blarel), do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (Ana Teresa Perez, vogal da Direção da Agência Portuguesa do Ambiente), e de membros da equipa responsável pela implementação em Portugal (Luísa Schmidt e Ana Delicado).

O evento estava dividido em cinco sessões, cada uma dedicada a um tema específico, sendo que no início de cada sessão foi apresentado um vídeo de enquadramento, seguido de debate entre os cidadãos presentes em cada uma das 14 mesas (cada mesa tinha cerca de 8 pessoas). Após o debate nas mesas, foi solicitado a cada cidadão que expressasse a sua opinião através da resposta a um questionário, tendo-se realizado, ao todo, cinco questionários temáticos. No final houve ainda lugar à recolha de opiniões dos participantes sobre o debate, tendo sido para tal aplicados dois questionários de avaliação.¹¹ Os dados dos questionários foram sendo integrados na base de dados à medida que as mesas iam votando sobre cada tema, com o intuito de os poder disponibilizar quase de imediato. Durante o evento foram mostrados aos participantes alguns dos resultados.

Ao longo do dia foram feitas ligações em direto, via *Skype*, com a sede em França e com os debates em Madagáscar, Brasil e Cabo Verde. Foram também sendo enviadas fotografias e vídeos aos coordenadores WWViews, de forma a publicitar o evento online.

A estrutura deste relatório espelha a própria organização da consulta mundial em termos de apresentação dos temas abordados. Neste contexto, no capítulo 2 são apresentados os dados relativos aos cinco temas colocados a debate na consulta pública, pelo que está dividido em cinco partes.

Na primeira parte apresentam-se os resultados relativos à importância de intervir sobre alterações climáticas e abordam-se temas como o nível de preocupação com o tema, o grau de urgência de agir, a perspetiva sobre o impacto que ações tomadas

¹¹ Um dos questionários foi proposto pela organização do WWViews, o outro pelo ZIRIUS Institute da Universidade de Stuttgart, no âmbito de um estudo de avaliação do exercício. Até à data de redação do presente relatório não foram recebidos os resultados desta avaliação.

podem ter na qualidade de vida, qual o foco principal que os esforços globais sobre o problema das alterações climáticas devem ter e sobre quem recai a maior responsabilidade pela ação.

Numa segunda parte o foco incide sobre os instrumentos para intervir na área das alterações climáticas, onde questões sobre quais as medidas preferidas para agir desde já, concordância com algumas ferramentas/medidas já em implementação ou em estudo (por exemplo a taxa sobre o carbono) e a amplitude da ação que será necessária são desenvolvidas.

Na terceira parte é a vez de se abordar o papel das negociações sob coordenação das Nações Unidas e a intenção de estabelecer objetivos nacionais, nomeadamente procurando perceber quais as opiniões dos participantes sobre as obrigações que cada país deve assumir.

Na quarta parte o enfoque é na importância de considerar a justiça da distribuição dos esforços no combate às alterações climáticas. Aqui, os temas centram-se em torno do contributo que cada país deve dar tendo por base o seu nível de desenvolvimento e de contribuição para o problema das alterações climáticas, havendo ainda oportunidade para debater o tema da compensação pelos danos decorrentes das alterações climáticas.

Na quinta parte fala-se sobre a necessidade de garantir que as promessas feitas no âmbito das negociações internacionais são cumpridas e exploram-se as melhores estratégias para assegurar que assim será.

Finda a apresentação dos resultados globais para Portugal, o capítulo seguinte (capítulo 3) centra-se na comparação entre os resultados registados a nível nacional e alguns dos resultados registados a nível internacional. Num primeiro momento procede-se à comparação com os resultados de um conjunto de países europeus que estiveram envolvidos, nomeadamente Espanha, França, Alemanha e Dinamarca. Por último procede-se à comparação com os países de língua oficial portuguesa que participaram na consulta, nomeadamente, Brasil, Cabo Verde e Moçambique.

Após a apresentação dos resultados das cinco componentes centrais da consulta segue-se o capítulo 4, onde se aborda a avaliação por parte dos participantes do processo de consulta pública. Esta avaliação decorreu em dois momentos. No final do dia da consulta (6 de Junho) através de um inquérito comum a todos os parceiros

envolvidos nesta parceria mundial. Posteriormente, cerca de um mês após a consulta, através do envio a todos os participantes com correio eletrónico de um inquérito de resposta online.

A terminar o relatório surge o capítulo 5, onde se procura fazer uma análise crítica da implementação da metodologia WWViews ao tema do Clima e Energia em Portugal e identificar um conjunto de conclusões decorrentes da análise feita ao longo de todo o relatório.

Neste ponto é importante sublinhar que os resultados desta consulta não podem ser interpretados de forma idêntica aos habitualmente recolhidos através de instrumentos de sondagem da opinião pública, nomeadamente inquéritos. Por um lado, a amostra de cerca de 100 pessoas, apesar de diversificada, não é representativa da população nacional¹². Por outro lado, estamos perante uma consulta que se pretende informada, ou seja, previamente ao evento os participantes receberam informação que espelha os prós e contras das diferentes opções políticas disponíveis, sendo depois ainda dada a oportunidade de debater com os seus concidadãos presentes na mesma mesa, sobre cada tema. Trata-se, assim, de uma opinião fundamentada e informada. Esta abordagem, ainda que diferente da habitualmente seguida em inquéritos como o Eurobarómetro, não lhe retira validade científica, sendo apenas importante ter em consideração esta diferença. Esta metodologia apresenta ainda um contributo acrescido para o debate público, mas também para o debate político, ao permitir que os decisores políticos envolvidos no processo de negociação internacional possam ter feedback sobre a posição dos cidadãos do seu país, quando lhes são apresentadas as diferentes opções de ação. Dado o cuidado de garantir que a consulta decorre em condições semelhantes em todos os países participantes, os resultados são comparáveis entre si e a sua validade aumenta quando os participantes refletem as principais características sociodemográficas do seu país.

¹² Para uma informação mais pormenorizada sobre as características socio-demográficas dos participantes vide anexo 4.

CAPÍTULO 2. OS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA EM PORTUGAL

2.1. A importância de intervir sobre as alterações climáticas

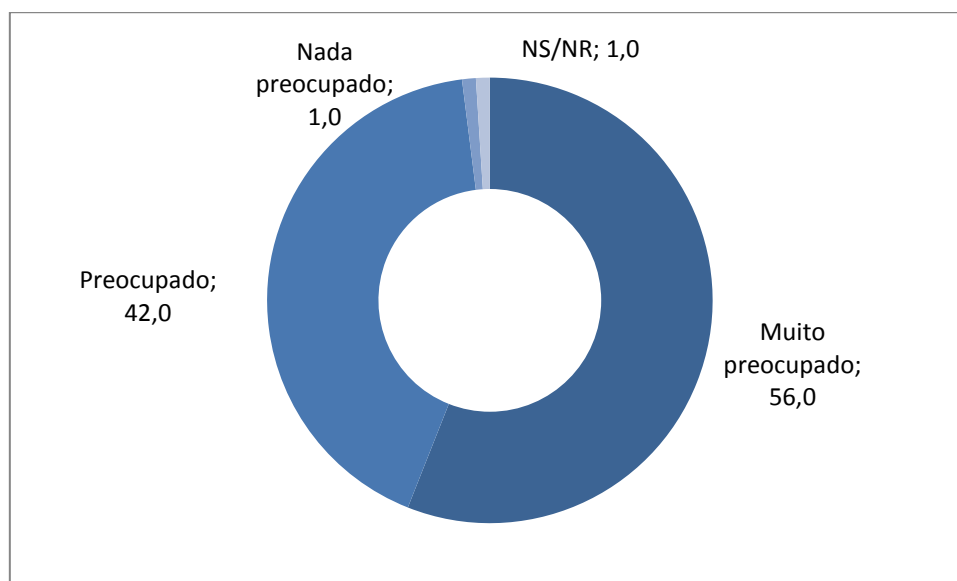
Nesta primeira parte foi facultada aos participantes uma introdução geral às alterações climáticas, as suas consequências e a necessidade de fazer a transição para uma economia de baixo carbono. Foram apresentados os impactos presentes e futuros, as causas e os riscos. O que são alterações climáticas? São causadas pelos seres humanos? O que é o efeito de estufa? O que é conhecido sobre os impactos das alterações climáticas em diferentes locais do mundo? Há o risco das alterações climáticas ficarem fora de controlo?

Após a introdução foram apresentadas as questões para debate que visavam perceber a perceção dos participantes em relação à importância de intervir sobre as alterações climáticas e os eventuais limites à ação.

A primeira questão prendia-se com o nível de preocupação que cada participante sentia em relação aos possíveis impactos das alterações climáticas. Esta é uma questão chave para aferir a relevância do tema na opinião pública e surge como um dos principais fatores de capacitação dos governos para tomarem medidas mais audazes, quando se verifica uma preocupação mais marcada (Oreskes, 2004; Lorenzoni *et al*, 2007).

Olhando para as respostas dos participantes na iniciativa, observa-se uma elevada preocupação com o tema das alterações climáticas (56% estão muito preocupados e 43% estão preocupados).

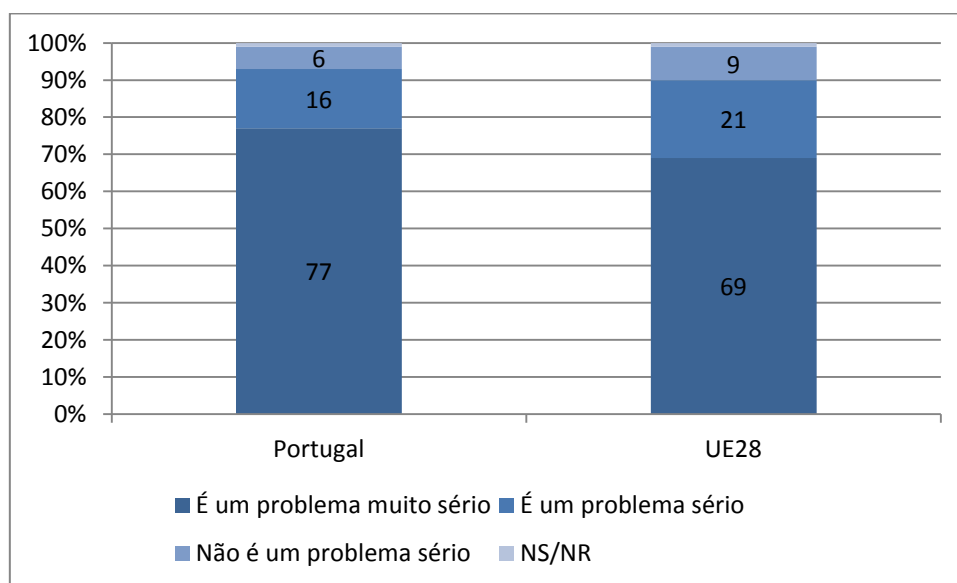
Figura 2. Grau de preocupação com os impactos das alterações climáticas (%)



N - 107

Uma comparação com os resultados do Eurobarómetro mais recente que abordou o tema das alterações climáticas requer alguma cautela, dado que as perguntas não são exatamente iguais (no âmbito da consulta pública referem-se especificamente os impactos das alterações climáticas, ao passo que no eurobarómetro a questão aborda a seriedade do problema das alterações climáticas no presente). Ainda assim, permite verificar que no último caso existe uma percentagem maior de pessoas que refere que o problema das alterações climáticas é muito sério (77%), sendo que apenas 16% o consideram sério e 6% são da opinião que as alterações climáticas não são um problema sério (figura 2). Neste caso, Portugal assume uma posição que dá maior destaque à seriedade do problema das alterações climáticas do que a própria média da UE28, o que não ocorre no âmbito da consulta pública quando consideramos a média dos países da UE que participaram (como ficará patente mais adiante neste relatório). Este resultado do Eurobarómetro mais recente vai ao encontro dos resultados registados em estudos anteriores, onde fica claro que os portugueses tendem a atribuir grande relevância ao tema das alterações climáticas, manifestando um nível de preocupação que tende a ser superior ao registado pela média dos países da União Europeia (Schmidt e Delicado, 2014; Carvalho *et al*, 2013).

Figura 3. Comparação de Portugal e da UE28 sobre “Até que ponto as alterações climáticas são um problema sério no presente?”

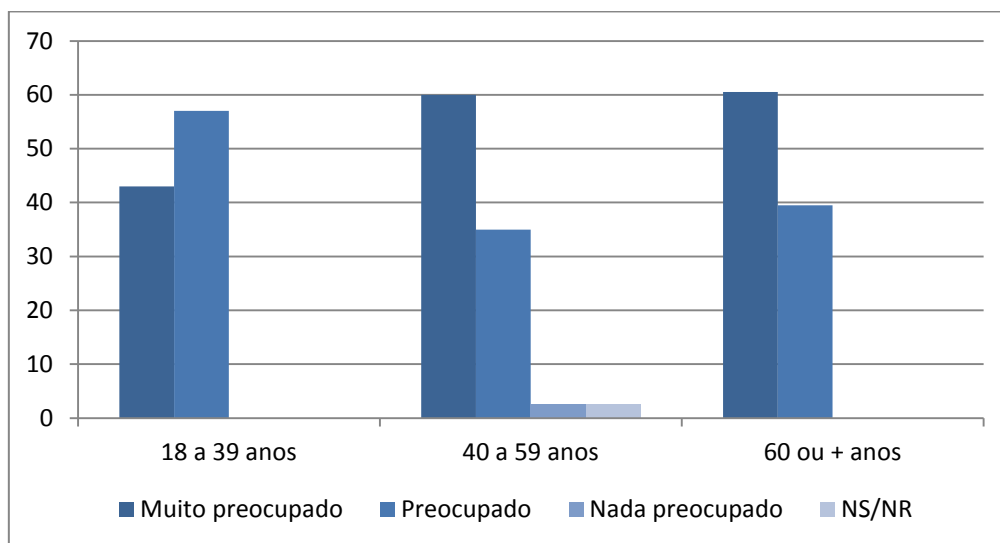


Fonte – *Special Eurobarometer 409*, 2014

Perante estes dados é possível afirmar que, não obstante o enviesamento ao nível do nível de escolaridade, em particular tendo em atenção que a uma escolaridade mais elevada tende a associar-se uma preocupação mais acentuada com as alterações climáticas (Schmidt e Delicado, 2014: 122), a presente amostra da consulta pública parece não poder ser classificada como excessivamente pró-ambiental, dado que o nível de preocupação demonstrado está abaixo do que habitualmente se verifica em inquéritos do Eurobarómetro e abaixo também das tendências registadas a nível europeu e mundial (como veremos um pouco mais adiante).

Em termos de variáveis de caracterização observa-se uma ligeira tendência para as mulheres apresentarem um grau de preocupação um pouco mais elevado, mas é a variável idade que introduz as variações mais relevantes, com uma clara tendência de aumento do nível de preocupação (expressa no número de respostas na categoria «muito preocupado») com o aumento da idade (figura 4).

Figura 4. Grau de preocupação com os impactos das alterações climáticas segundo os escalões etários



N - 107

O nível de escolaridade e a região de residência não parecem exercer influência digna de referência.

Não obstante o nível de preocupação manifestado, existe um relativo reconhecimento de que este não é um tema sobre o qual reflitam quotidianamente. Isso fica bem patente no debate qualitativo que decorreu nas diferentes mesas, onde a necessidade de aumentar o nível de alerta e os apelos à ação foram muitos, mas, onde houve igualmente o reconhecimento que não é um tema central nas suas vidas quotidianas.

Confesso que no meu dia-a-dia não penso nestas coisas. Quando vejo notícias sobre tufões e afins eu penso nelas, mas se não vir, não penso. Por isso, deveria fazer-se algo que nos fizesse pensar nisso no dia-a-dia.

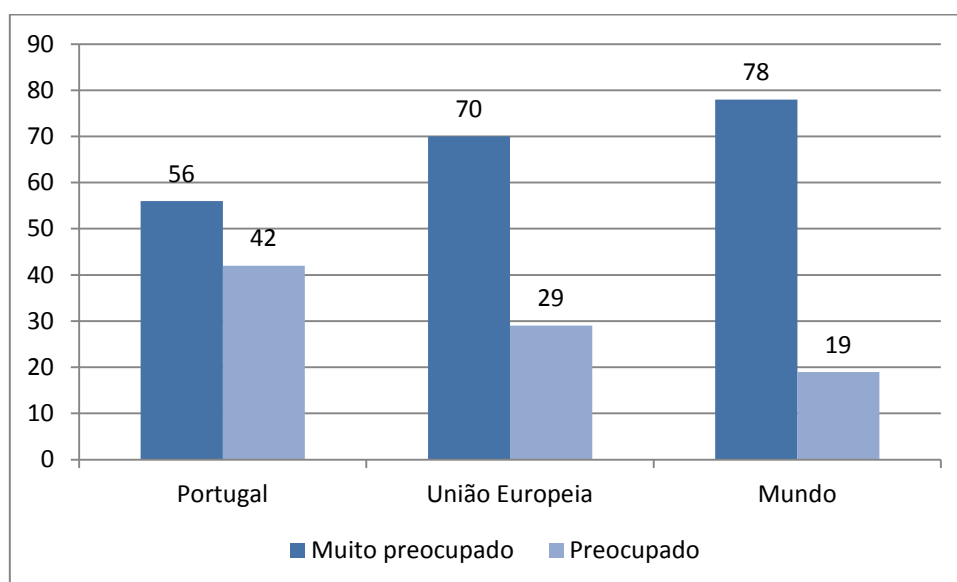
Nós pensamos de maneiras diferentes a curto, médio e longo prazo e eu acho que nós não pensamos nisso a longo prazo nem diariamente, mas devíamos porque isto é gerador de miséria.

Quando se comparam os resultados em Portugal com os resultados registados a nível mundial e ao nível dos países da União Europeia que participaram nesta iniciativa¹³, verificam-se diferenças que merecem ser sublinhadas, já que Portugal apresenta um menor nível de preocupação do que o registado a estes dois níveis da comunidade

¹³ Os países da UE que participaram na consulta de dia 6 de Junho de 2015 foram: Alemanha, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal.

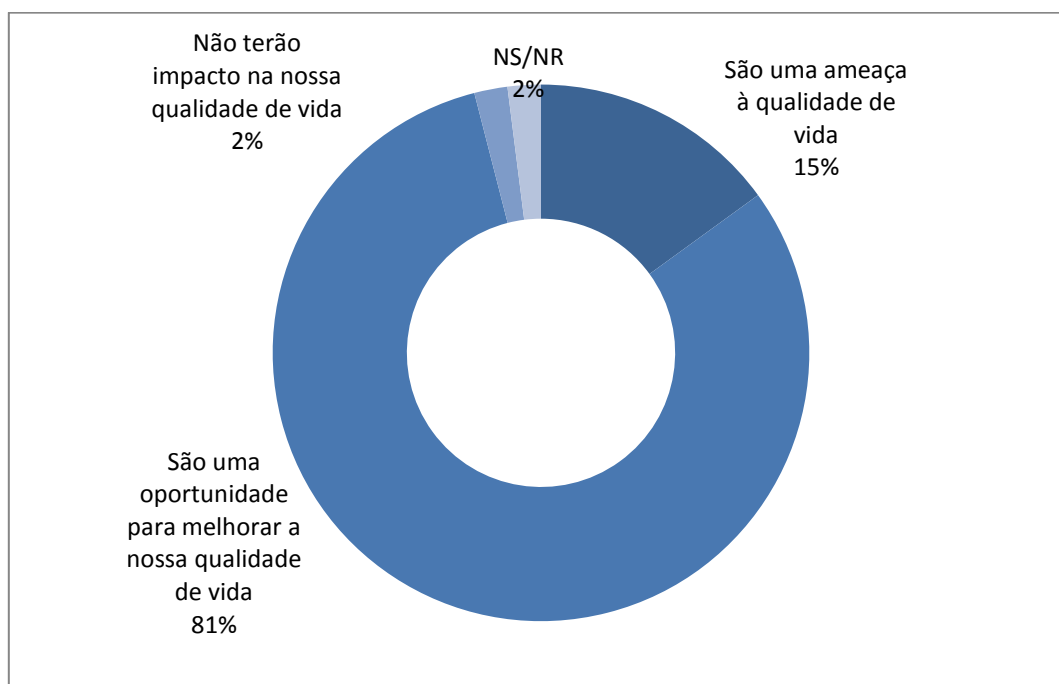
internacional. Em Portugal o número de respostas na categoria «muito preocupado» atinge os 56%, ao passo que a nível mundial e ao nível da UE os resultados nesta categoria são bem mais expressivos, mais concretamente 78% e 70%, respetivamente.

Figura 5. Comparação do grau de preocupação com os impactos das alterações climáticas (categorias muito preocupado e preocupado) entre Portugal, a UE e o mundo



Quanto ao impacto que as medidas para combater as alterações climáticas podem ter na qualidade de vida, observa-se o claro reconhecimento (81%) de que as medidas que terão que ser tomadas para combater as alterações climáticas são uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida. Apenas 15% olham para estas medidas como uma ameaça e 2% consideram que não terão impacto na qualidade de vida, a que se juntam mais 2% de participantes que optaram por não responder.

Figura 6. Opinião sobre as medidas para combater as alterações climáticas (%)



N – 107

Se uma primeira leitura da resposta a esta questão pode inclinar-se para uma interpretação de que talvez os participantes nesta consulta não estejam bem cientes das alterações que poderão ser necessárias para combater as alterações climáticas, o registo do debate decorrido nas diferentes mesas constituídas para a consulta permite identificar algumas possíveis justificações para este “aparente” otimismo.

De facto, parece existir a consciência (expressa ao longo do debate em cada mesa) de que as medidas de combate às alterações climáticas poderão ter um impacto significativo na vida quotidiana, mas observa-se um claro questionamento do que pode ser considerado qualidade de vida e, até que ponto, não será possível trabalhar este conceito passando do objetivo do “ter”, para o objetivo do “ser”. Mas se uns sublinham a importância de recuperar alguns hábitos antigos de maior contenção e reutilização, referindo mesmo a importância dos mais velhos poderem dar o exemplo de como era o consumo há algumas décadas atrás, para além de reforçarem muito a ideia de que a mudança será possível através da educação, outros preferem colocar a tónica nas possibilidades da inovação e desenvolvimento tecnológico, com a sua

capacidade de tornar mais sustentáveis os nossos hábitos de conforto, sem grandes alterações inerentes ao uso pelos cidadãos.

Em suma, ainda que assentes em diferentes pressupostos, uma boa parte dos participantes parece aceitar que as alterações que possam vir a ocorrer serão, no essencial, positivas. Contudo, também são muito comuns as expressões que deixam claro que há “hábitos” adquiridos que não será fácil mudar.

Está a haver uma mudança de comportamento, a sociedade está a voltar para a terra, mas ainda estamos longe que seja a maioria. A simbiose com a natureza pode-nos fazer manter a mesma qualidade de vida.

Se todos os jovens forem bem formados, aí alguma coisa pode ser feita. Sem isso nada vai sair do lugar.

Se calhar as pessoas tem que abdicar um bocadinho do conforto. É como se nós estivéssemos sentados num carro dentro de uma garagem fechada. Estamos confortáveis e tranquilos, mas estamos morrendo.

Nós temos tendência para racionalizar tudo, mas se formos orientados no sentido das boas práticas, essa atuação acaba por vir a ser natural. É evidente que temos que alterar comportamentos e mentalidades que já estão enraizados e viciados e há comportamentos que não vão mudar.

Diz respeito às pessoas, mas também ao modo de vida. Gosto de andar de carro, mas evito. Gosto de andar de comboio e ando, mas a vida está feita para as pessoas andarem de carro (...).

Temos de mudar o tipo de carros, as casas, voltar ao que fazíamos atrás, mudar o estilo de vida é inevitável.

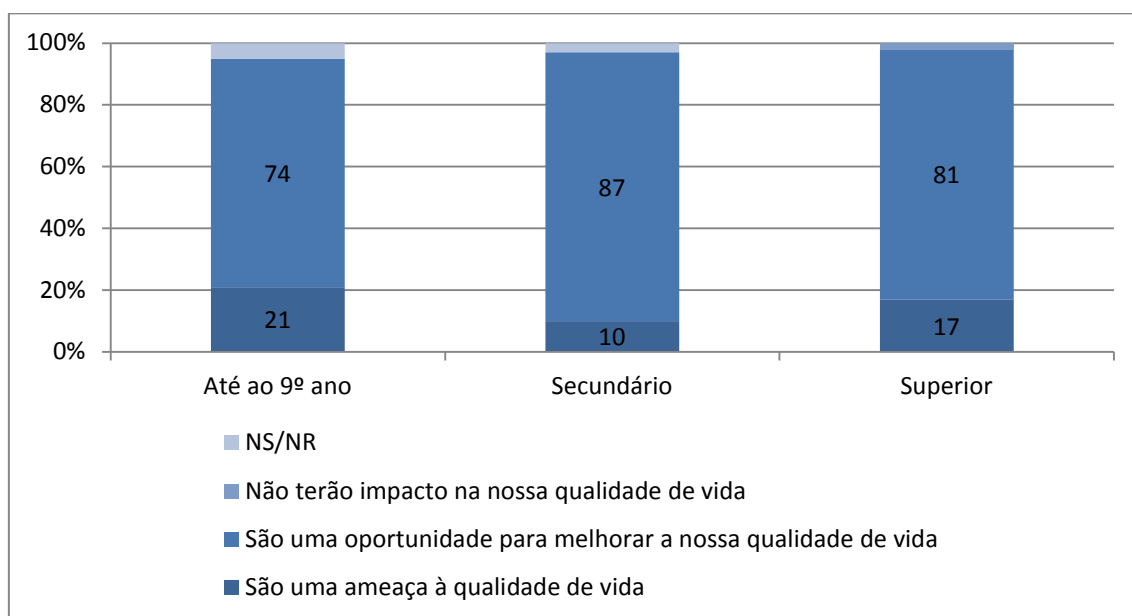
Existe uma tendência para fazer reciclagem muitas vezes por hábitos que já vêm de trás; existe a noção de que certos hábitos até eram sustentáveis, perderam-se e agora estão a ser recuperados.

Temos hábitos que não vamos abandonar, nem vamos obrigar os povos menos evoluídos a manterem-se assim. Todos temos direito a viver bem (...). Temos que evoluir tecnologicamente para manter o estilo de vida, mas com menos impactos.

“A lei do mercado vai fazer com que desperdicemos menos. As grandes economias emergentes vão consumir mais e fazer aumentar os preços, o que leva à redução do desperdício.”

Considerando o nível de escolaridade, existe uma tendência para as pessoas que têm até ao 9º ano de escolaridade assinalarem, com maior frequência, que agir para evitar as alterações climáticas pode ser uma ameaça à qualidade de vida (figura 7).

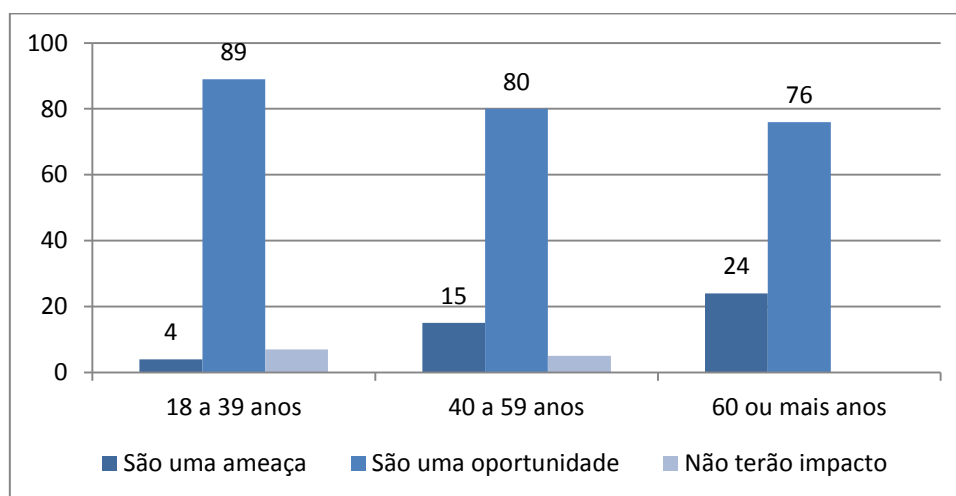
Figura 7. Impacto das medidas para combater as alterações climáticas na qualidade de vida segundo o nível de escolaridade (%)



N - 107

Quando se introduz a variável idade, observa-se que à medida que a idade aumenta, aumenta igualmente o número de respostas que apontam para as medidas para combater as alterações climáticas como uma ameaça à qualidade de vida (figura 8).

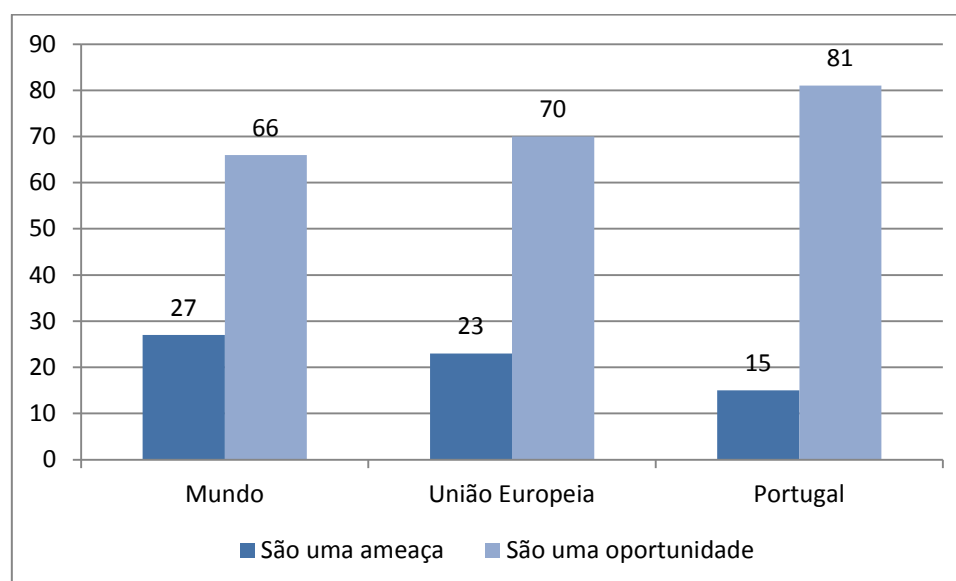
Figura 8. Impacto das medidas para combater as alterações climáticas na qualidade de vida segundo a idade (%)



N - 107

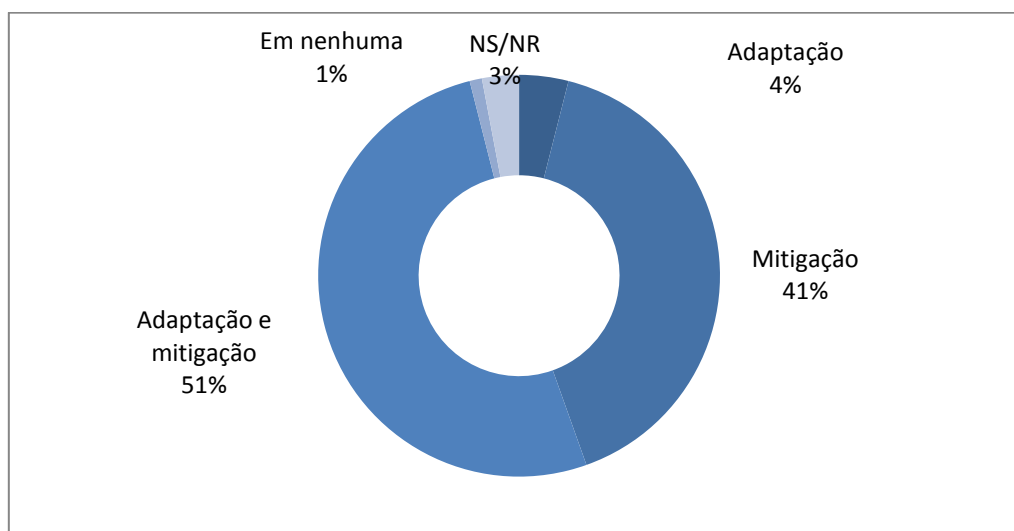
Em termos de comparação internacional, em relação a este tema Portugal apresenta a tendência oposta à registada na questão anterior, ao ser aquele que com maior frequência encara as medidas necessárias para combater as alterações climáticas como uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida (figura 9).

Figura 9. Comparação da perspetiva de Portugal, do mundo e da UE sobre o impacto das medidas para combater as alterações climáticas na qualidade de vida (%)



No que toca ao debate sobre qual o âmbito privilegiado das ações para combater as alterações climáticas no futuro próximo, nomeadamente se o foco deverá ser mais na mitigação, ou seja, em medidas que procurem prevenir o agravamento das alterações climáticas, ou na adaptação, ou seja, em medidas que permitam preparar as populações e as infraestruturas para a concretização dos impactos das alterações climáticas, a resposta mais frequente aponta para a necessidade de combinar as duas estratégias (52% defendem esta posição). Ainda assim, regista-se um número significativo de respostas (41%) que apontam para a necessidade das medidas políticas se centrarem essencialmente nos esforços de mitigação das alterações climáticas, ou seja, na redução das emissões de gases com efeito de estufa. Ainda que esta não seja a resposta maioritária, parece-nos ainda assim de sublinhar pela sua clara expressão no seio deste grupo. Cerca de 4% refere que o esforço deveria ser apenas na adaptação (figura 10).

Figura 10. Opinião sobre o foco dos esforços globais em relação às alterações climáticas (%)



N - 107

Este enfoque mais marcado na mitigação também ficou patente ao longo dos debates realizados nas mesas, onde o discurso dominante foi o da necessidade de se agir e alterar a forma como estamos a lidar com o problema. Aliás, numa das mesas o debate acabou até por levar à sugestão de que a palavra adaptação não fosse usada para

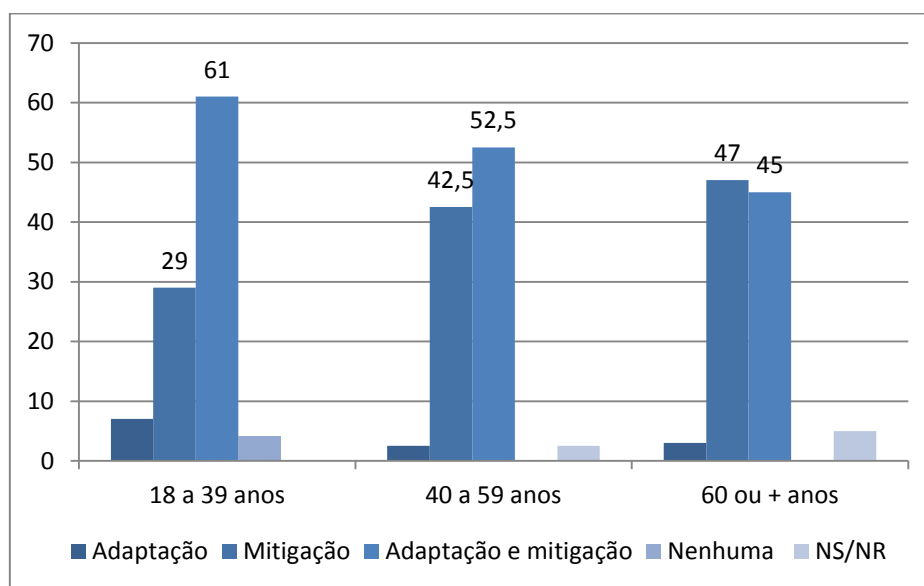
comunicar o tema das alterações climáticas, por poder instigar nas pessoas a noção de que o problema até não é assim tão grave e que a adaptação é possível.

Nas sugestões apresentadas, desde a educação à tecnologia, passando por sugestões mais musculadas que introduziram o tema das coimas e fiscalizações, o discurso foi dominado por medidas que visam, essencialmente, garantir que a subida da temperatura média global não exceda os 2 graus Celsius até ao final do século. Raramente foram debatidas ideias consentâneas com a abordagem da adaptação. Em suma, quando debatem as possibilidades para combater as alterações climáticas a tónica do discurso tende a ser a da abordagem da mitigação.

Este é um tema onde quase todas as variáveis de caracterização social introduzem distinções dignas de nota. De forma menos marcada temos o género, onde as mulheres escolhem com igual frequência a mitigação como estratégia de base e a conjugação das estratégias de mitigação e adaptação (em ambos os casos as respostas atingem os 47%), ao passo que os homens demonstram uma preferência pela conjugação de estratégias (51% estão nesta posição, com 37% a defender apenas a mitigação como estratégia de base para a intervenção nos próximos anos).

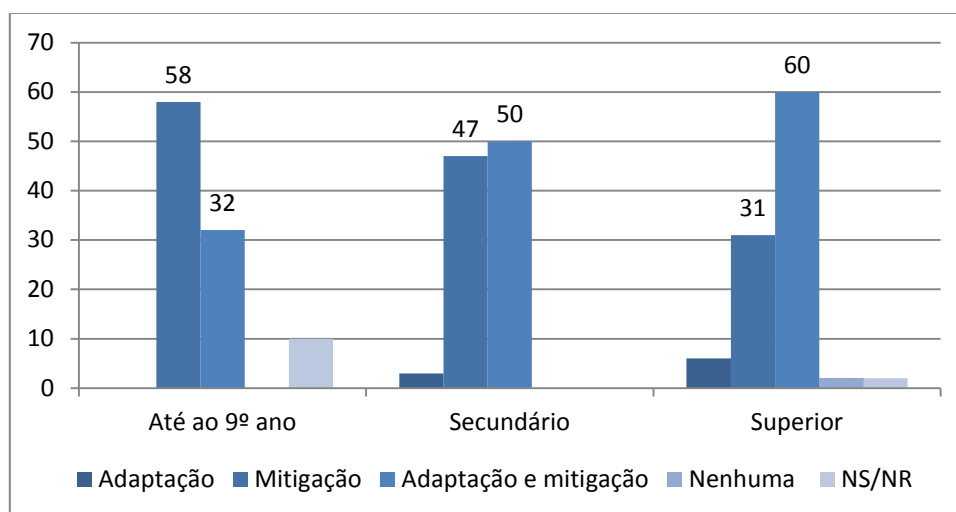
A análise da influência das variáveis e idade e habilitações faz ressaltar diferenças interessantes. À medida que avançamos nos escalões etários, é mais clara uma preferência pela estratégia de mitigação, acontecendo o contrário com a evolução em termos de escolaridade. O que se observa é que os mais jovens (figura 11) e aqueles que têm níveis mais elevados de habilitações (figura 12) são quem, com maior frequência, defende que no combate às alterações climáticas será necessário conjugar estratégias de mitigação e adaptação.

Figura 11. Qual deve ser o foco dos esforços globais em relação às alterações climáticas, segundo a idade (%)



N - 107

Figura 12. Qual deve ser o foco dos esforços globais em relação às alterações climáticas, segundo o nível de escolaridade (%)

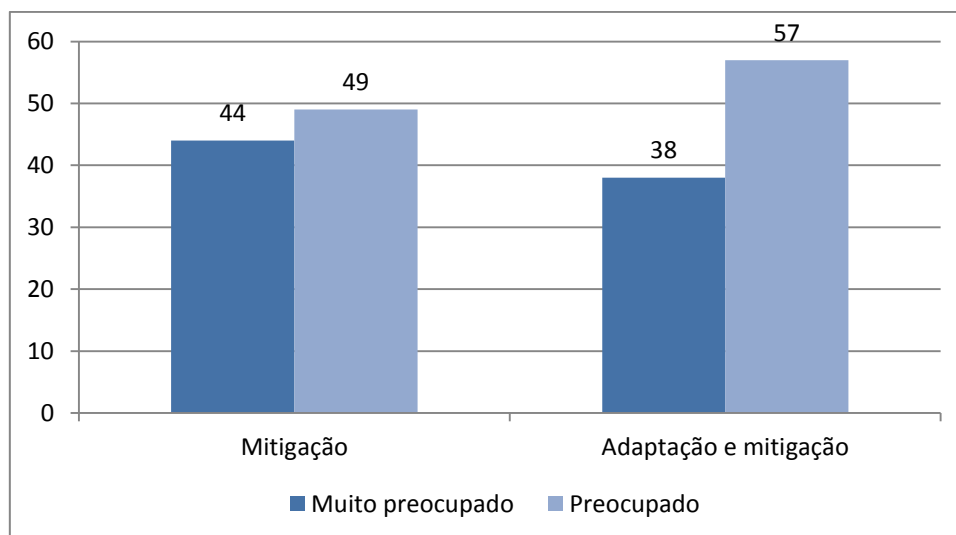


N - 102

Sobre este tema explorou-se ainda a possibilidade do foco na mitigação ser frisado, em particular, por aqueles que referem ter um grau de preocupação com as alterações climáticas mais elevado. O cruzamento das duas variáveis revela que, de facto, a mitigação é mais apontada como caminho por aqueles que respondem estar «muito

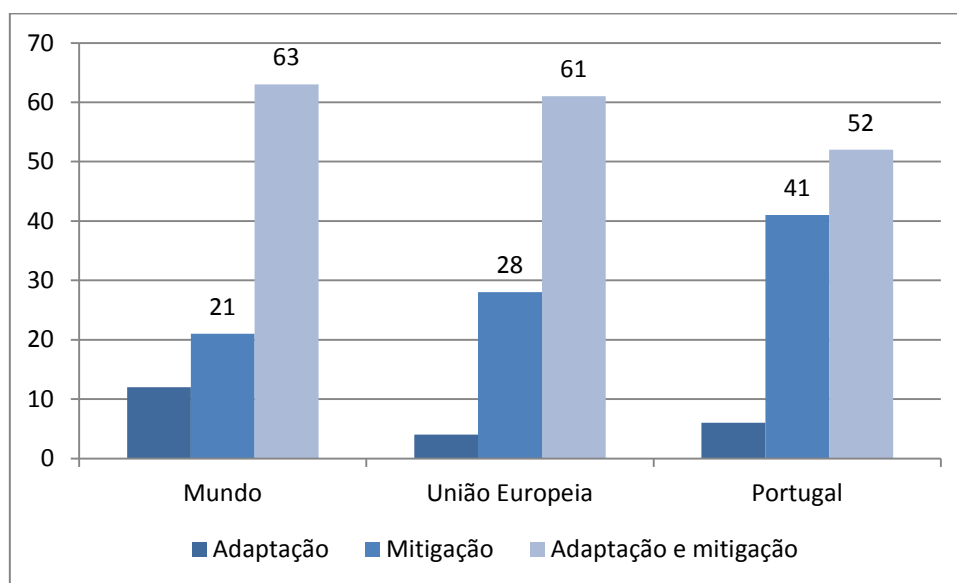
preocupados» com os impactos das alterações climáticas (figura 13), ainda que a diferença não seja muito marcada.

Figura 13. Preferência por ações de mitigação ou de mitigação/adaptação segundo o grau de preocupação com os impactos das alterações climáticas (%)



A comparação dos resultados nacionais com o panorama a nível internacional volta a fazer ressaltar diferenças dignas de nota, em particular no que diz respeito ao destaque dado pelos participantes portugueses à abordagem da mitigação. De facto, Portugal destaca-se de forma muito evidente dos resultados observados no contexto mundial e da UE, com quase o dobro das respostas a apontar no sentido da mitigação, ainda que, em qualquer dos três casos analisados, a resposta maioritária seja sempre a conjugação de estratégias – mitigação e adaptação (figura 14).

Figura 14. Comparação da perspectiva de Portugal, do mundo e da UE sobre qual deve ser o foco dos esforços globais em relação às alterações climáticas (%)



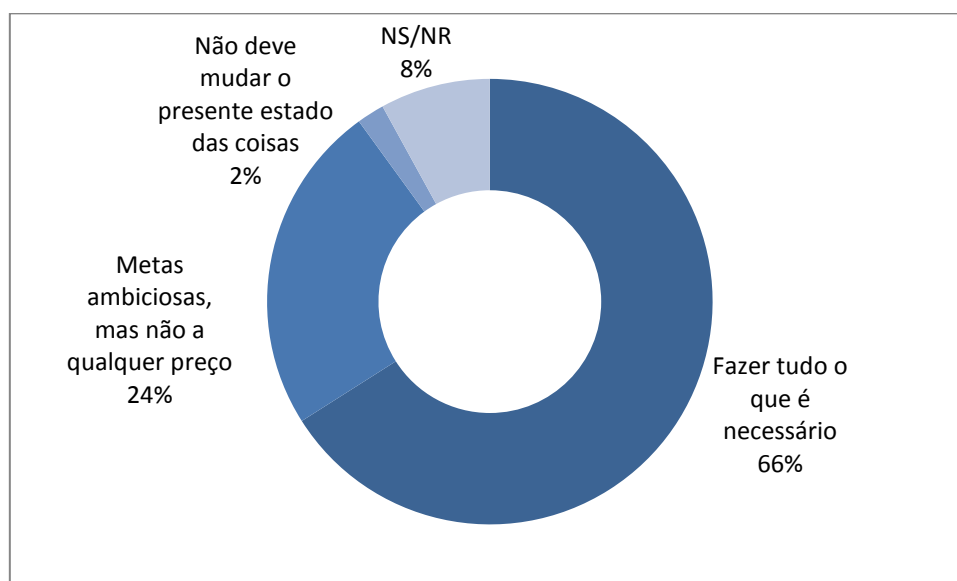
Sobre se os esforços desenvolvidos pelas Nações Unidas desde 1992 surtiram os efeitos desejados e se foram suficientes para intervir sobre as alterações climáticas, a opinião claramente maioritária é que não, com 84% dos participantes a assumirem esta mesma posição. Apenas cerca de 8% consideram que os esforços foram suficientes. Perante uma tendência de resposta tão evidente, não é de estranhar que as variáveis de caracterização não consigam, neste caso, fazer ressaltar diferenças dignas de nota. Esta clara concentração das respostas na resposta negativa também se regista a nível da UE (83%) e do mundo (71%), ainda que, neste último caso, haja uma percentagem maior de pessoas que assinalam que os resultados das negociações do clima, levados a cabo pela Nações Unidas desde 1992, foram suficiente para intervir sobre as alterações climáticas (18%).

A pergunta seguinte explorava o grau de urgência com que o mundo deveria intervir sobre o problema das alterações climáticas, nomeadamente se as negociações do Acordo de Paris deveriam ser no sentido de se fazer tudo o que for necessário para limitar a subida das temperaturas, de modo a não ultrapassar os 2 graus Celsius, ou se, pelo contrário, deveriam ser matizadas por outras considerações, não procurando obter resultados a qualquer preço.

Neste caso, a tendência maioritária de resposta aponta no sentido da assunção de uma posição exigente para com os resultados da COP21 (66%), nomeadamente integrando

no acordo as medidas e os objetivos necessários para cumprir a meta global de manter o aumento da temperatura até 2 graus Celsius. Para cerca de 25% dos participantes, a posição deveria ser um pouco mais cautelosa e, embora assumindo metas e ações ambiciosas, não o fazer sem uma ponderação de outros aspetos que possam contrabalançar a ambição. Apenas 2% defende que as negociações deveriam optar por um objetivo que não mudasse substancialmente o estado das coisas no presente.

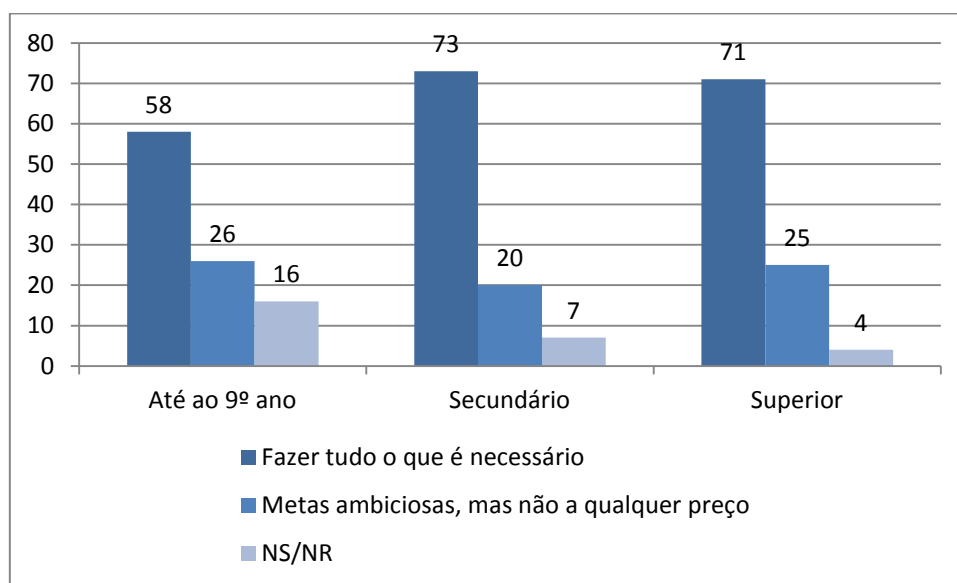
Figura 15. Grau de urgência com que o mundo deveria intervir sobre o problema das alterações climáticas (%)



N – 107

Os participantes com habilitações ao nível do secundário ou do ensino superior assumem maioritariamente (ambos acima de 70%) ser a favor de um acordo exigente que incluía as medidas necessárias para conter o aumento da temperatura defendido pela comunidade científica como o mais seguro para a humanidade. Os que possuem habilitações até ao 9º ano parecem ter uma postura menos ambiciosa, mas tal fica também a dever-se ao facto de ser a categoria onde mais pessoas optam por não responder (figura 16).

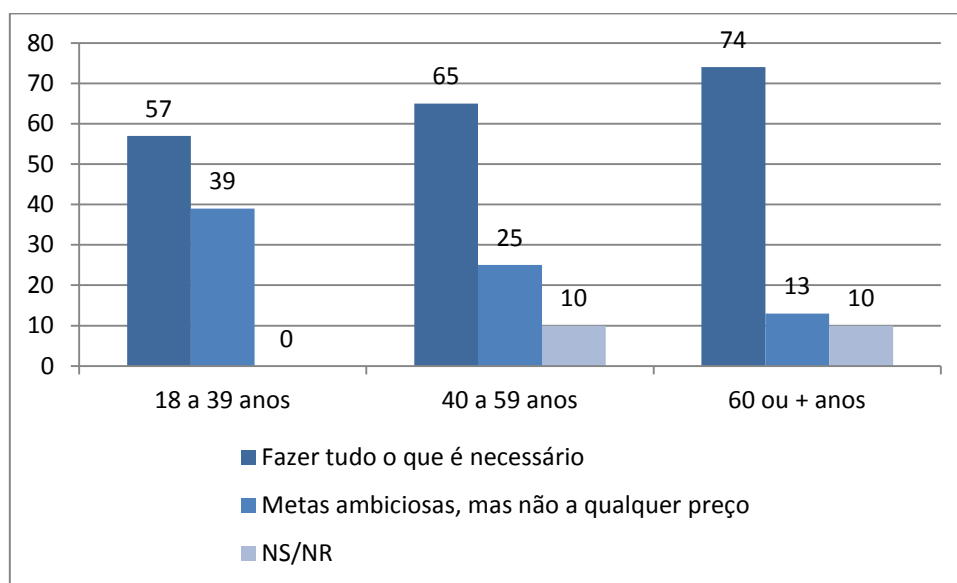
Figura 16. Grau de urgência com que o mundo deveria intervir sobre o problema das alterações climáticas, segundo o nível de escolaridade (%)



N - 102

Em relação a este tema a variação segundo os escalões etários é bastante clara, com os mais jovens a assumirem a posição mais cautelosa e a serem aqueles que assumem, com maior frequência, que as negociações não deverão decorrer a qualquer preço. Isto independentemente da resposta maioritária, em todos os escalões etários, ser a de assumir que é importante que de Paris resulte um acordo exigente que permita evitar que a temperatura média global suba acima dos dois graus Celsius até ao final do século (figura 17).

Figura 17. Grau de urgência com que o mundo deveria intervir sobre o problema das alterações climáticas, segundo a idade



N – 103

A comparação com os dados internacionais, neste caso, não introduz qualquer variação digna de referência.

A última questão abordada na primeira parte da consulta foi relativa à responsabilidade por intervir sobre o tema das alterações climáticas. Neste caso a pergunta permitia mais do que uma resposta, pelo que, para além da análise das respostas em cada categoria, avança-se ainda com uma análise das categorias que mais frequentemente foram referidas conjuntamente.

No primeiro caso, é visível que em termos da responsabilidade, a intervenção nacional parece estar descredibilizada, já que os cidadãos selecionaram de forma destacada o enquadramento global (através de um acordo internacional sobre clima) (72%) e a intervenção dos próprios cidadãos, quer por si, quer em iniciativas da sociedade civil (48%). Os governos nacionais (12%), as empresas e o setor privado (8%) ou a administração local (3%) foram muito pouco assinalados. Esta tendência de resposta é claramente diferente da registada no eurobarómetro mais recente sobre alterações climáticas, onde a dimensão de intervenção nacional é muito valorizada, mesmo em Portugal. É um facto que nessa questão não consta a opção da ação “global”, mas, por exemplo a ação ao nível da União Europeia também tende a não ser muito valorizada (Eurobarómetro 409, 2014). Em suma, quer o enquadramento global, quer a

intervenção dos cidadãos, receberam, no caso de Portugal, uma clara diferenciação face a outros possíveis atores.

Aliás, durante o debate nas mesas ficou claro o destaque dado à atuação individual, havendo múltiplas referências à necessidade de se operar uma mudança de comportamentos e da importância da ação individual e local para que se consiga uma mudança global. De forma até algo surpreendente, a dimensão global desta intervenção (que na questão colocada no inquérito assumiu grande destaque) foi pouco referida ao longo do debate qualitativo. Aí, claramente, a importância das pessoas e da sociedade civil participarem e se envolverem, alterarem os seus comportamentos e darem o exemplo foi dominante e até a intervenção nacional, que no inquérito foi muito pouco assinalada, foi mais referida do que a dimensão global. Como base para a capacitação individual para a mudança necessária a questão da educação surge como o elemento central e é muito referida nas diferentes mesas. Em algumas situações surge também a combinação entre educação e informação, pois ambas são consideradas elementos fundamentais pelos participantes para que seja possível uma alteração de comportamentos que contribua para o combate às alterações climáticas.

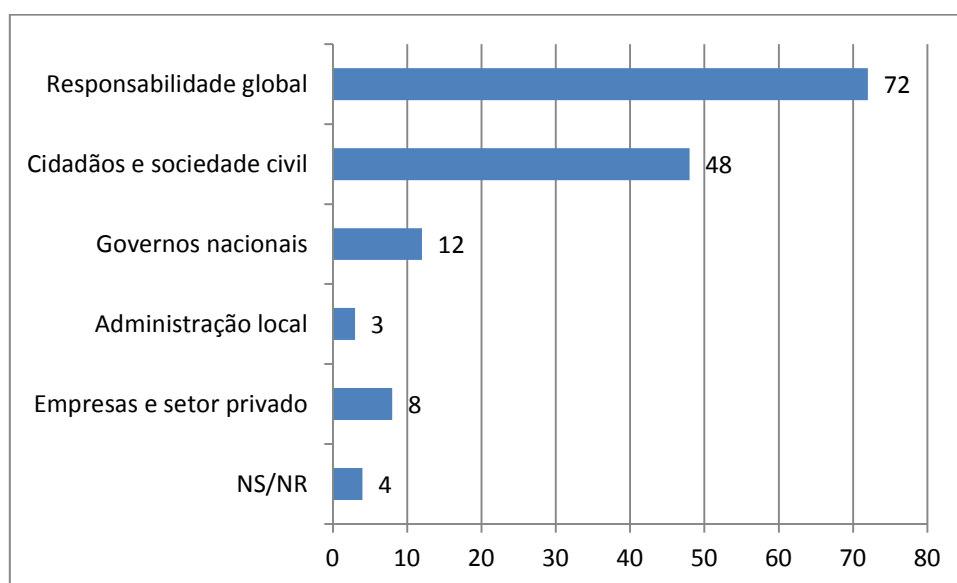
É responsabilidade do indivíduo, o seu empenho, mas não se deve desresponsabilizar as instituições. Agora até já há mais informação. O indivíduo pertence ao mundo e pode fazer a mudança.

As cidades, pela dimensão e densidade populacional são grandes responsáveis pelas maiores taxas de consumo e é nesses locais que o poder político deverá intervir, alterando formas de construção, limitando a circulação de transporte privado e educando as pessoas para consumir menos e melhor.

Algumas medidas têm que ser decididas a nível das políticas governamentais e locais. Como cidadãos temos pouco poder de alterar e propor medidas, no entanto podemos fazer pequenas alterações nas nossas práticas quotidianas para fazer alguma diferença.

O Ministério da Educação, o Governo em geral, deveria traduzir estas preocupações para os programas educativos das disciplinas obrigatórias. Necessitamos modificar os nossos hábitos e é na educação que se podem fazer intervenções muito interessantes para visar a alteração de comportamentos.

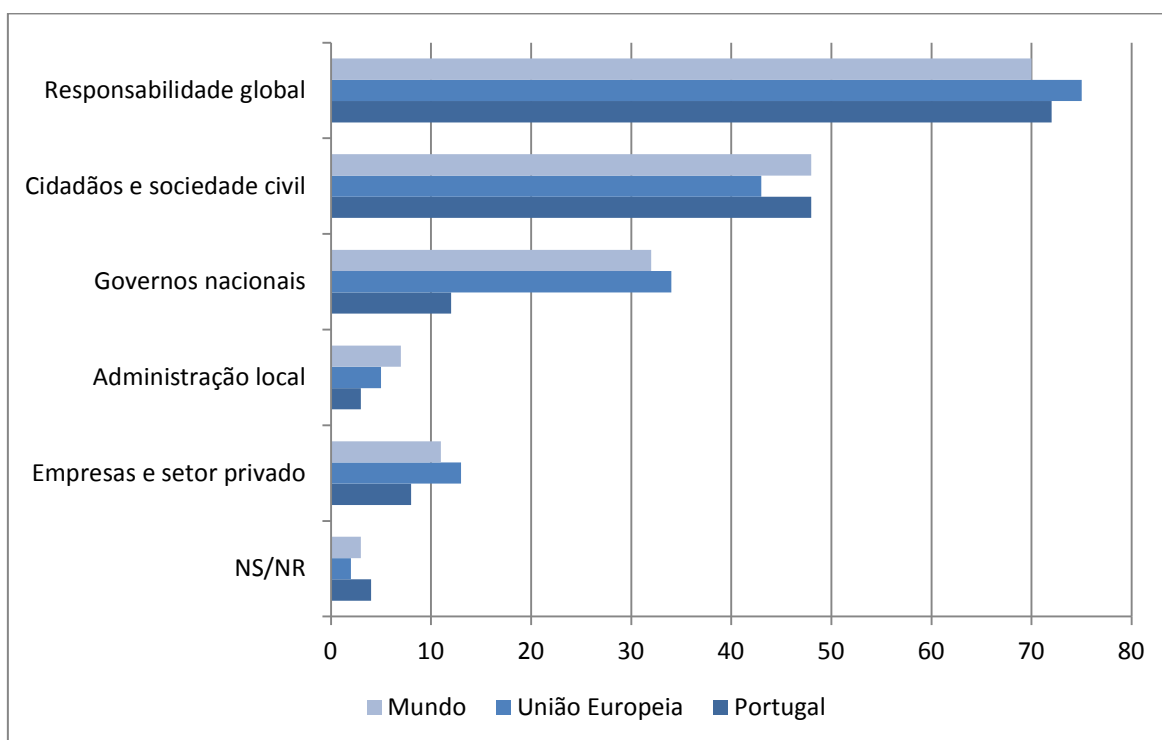
Figura 18. Identificação do principal responsável por intervir sobre as alterações climáticas (%)



N=108

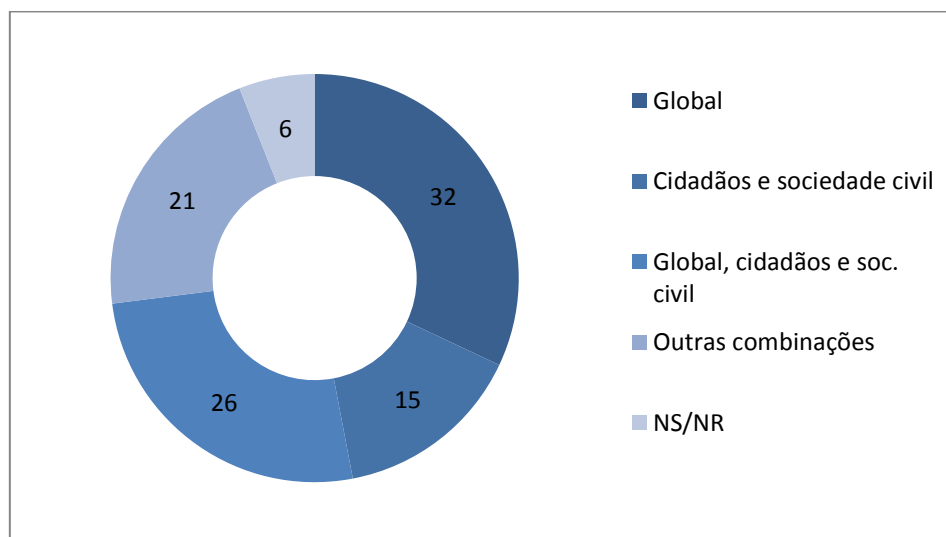
Neste caso a comparação internacional permite verificar que, não obstante não se registarem diferenças dignas de nota em relação às categorias de resposta mais seleccionadas, nem na magnitude da sua seleção, há uma diferença significativa ao nível do número de pessoas que assinalam os governos como devendo assumir a responsabilidade pela ação na área do clima. Quer a nível mundial, quer na UE, os governos nacionais surgem com respostas acima dos 30% (32% e 34% respetivamente), sendo que, em Portugal, como já foi referido anteriormente, este valor não ultrapassa os 12%. Tal poderá dever-se a uma desconfiança generalizada face ao governo em Portugal, em particular em matérias ambientais (Delicado et al. 2015). Este resultado vem apenas corroborar a análise anterior em que se apontou para uma desvalorização da ação dos governos nacionais no combate às alterações climáticas, em particular em Portugal (figura 19).

Figura 19. Comparação sobre quem deve ser o principal responsável por intervir sobre as alterações climáticas (Portugal, UE e mundo) (%)



Quando se considera a conjugação de respostas observa-se que 47% dos participantes assinalaram apenas uma resposta, atribuindo assim a responsabilidade por agir sobre o tema das alterações climáticas apenas a um ator, sendo que o mais referido foi o enquadramento global através de um acordo ou tratado internacional sobre o clima (32%). Os restantes 15% assinalaram os cidadãos como único agente com responsabilidade pela ação. Uma intervenção global a par com uma intervenção cidadã surge como a conjugação mais referida (escolhida por 26% dos participantes) e a única que merece destaque, já que as restantes apresentam valores bastante baixos (a única com valores acima de 5% é a da intervenção conjunta a nível global e dos governos nacionais que atinge os 6%) (figura 20).

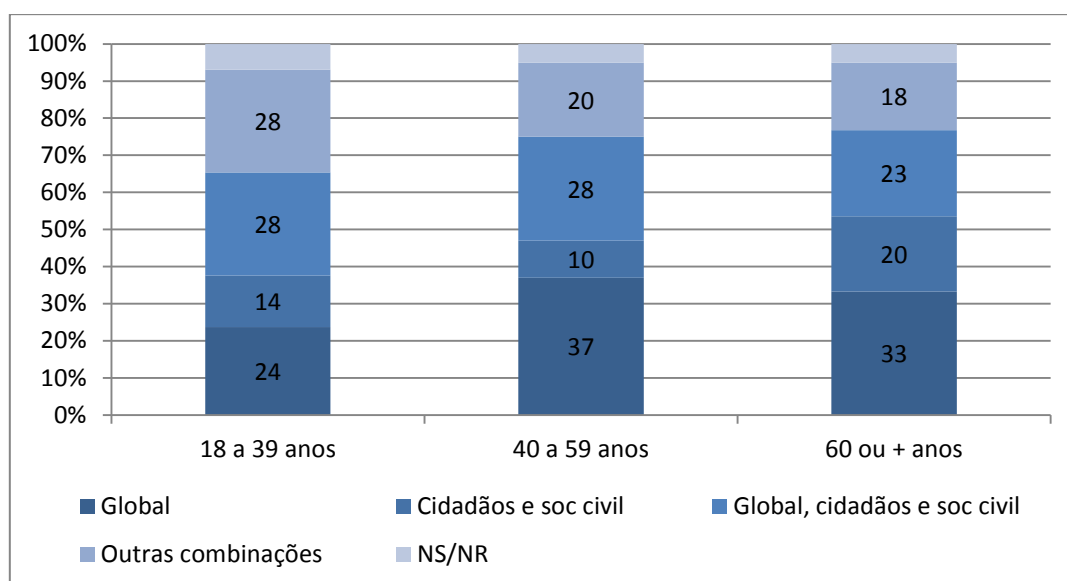
Figura 20. Conjugação das respostas sobre quem deve ser o principal responsável por intervir sobre as alterações climáticas (%)



N - 108

Quando se introduz a variável idade a única tendência marcante que se regista prende-se com o facto de os jovens assinalarem, com maior frequência, a conjugação de esforços por parte de diferentes *stakeholders*, ou seja, tendem a atribuir responsabilidade pela intervenção a diferentes agentes, ao passo que os participantes de escalões etários mais elevados atribuem, com maior frequência, responsabilidade individualizada (figura 21).

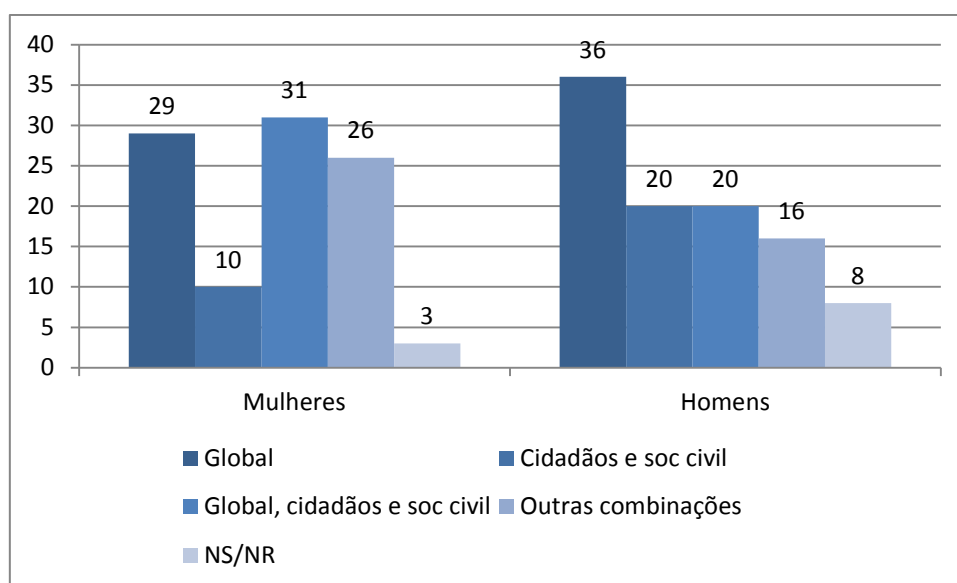
Figura 21. Conjugação das respostas sobre quem deve ser o principal responsável por intervir sobre as alterações climáticas, segundo a idade (%)



N - 108

O sexo é a outra variável de caracterização que em relação a esta questão faz sentido sublinhar, para referir que a mesma tendência observada entre os mais jovens também é visível entre as mulheres, que tendem a considerar que a responsabilidade por agir na área das alterações climáticas deve ser conjugada, mais frequentemente do que os homens (figura 22).

Figura 22. Conjugação das respostas sobre quem deve ser o principal responsável por intervir sobre as alterações climáticas, segundo o sexo (%)



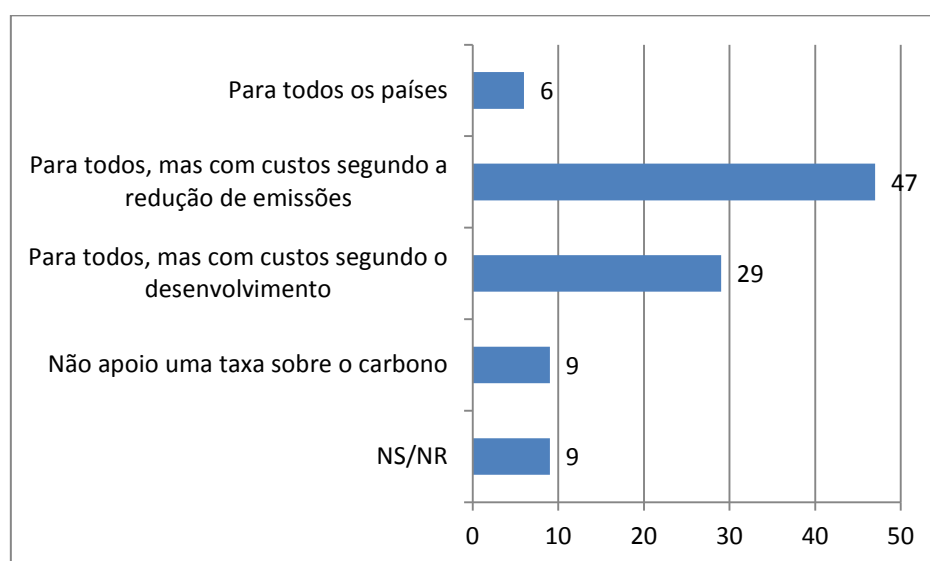
N - 108

2.2. Instrumentos para intervir sobre as alterações climáticas

A segunda parte do processo de consulta pública centrou-se nos instrumentos e estratégias para combater as alterações climáticas. Foi o momento para analisar os custos de reduzir as emissões de carbono e avaliar a aceitação de diferentes medidas que podem ter impacto no quotidiano de todos os cidadãos, por exemplo, ao nível do preço da energia.

A primeira questão procurava avaliar a opinião dos participantes à cerca de uma taxa sobre o carbono e, neste caso, as respostas dividiram-se essencialmente entre duas posições, ambas demonstrando apoio a uma taxa sobre o carbono, mas tendo em consideração determinadas condições. Uma primeira, em que se reviram 47% dos participantes, defendia que uma taxa sobre o carbono deveria ser aplicada a todos os países, mas com custos progressivamente mais elevados em países que não desenvolvessem esforços efetivos e eficazes para reduzir as suas emissões. Uma segunda posição, onde se enquadraram 29% das respostas, apontava para a concordância com a taxa, mas com custos diferentes consoante o grau de desenvolvimento. Respostas minoritárias surgiram em relação ao não apoio a taxas deste tipo (9%), ou o seu oposto, com a defesa da sua aplicação a todos os países, sem qualquer consideração sobre esforços desenvolvidos para combater o problema ou nível de desenvolvimento (6%).

Figura 23. Apoio a uma taxa sobre o carbono (%)



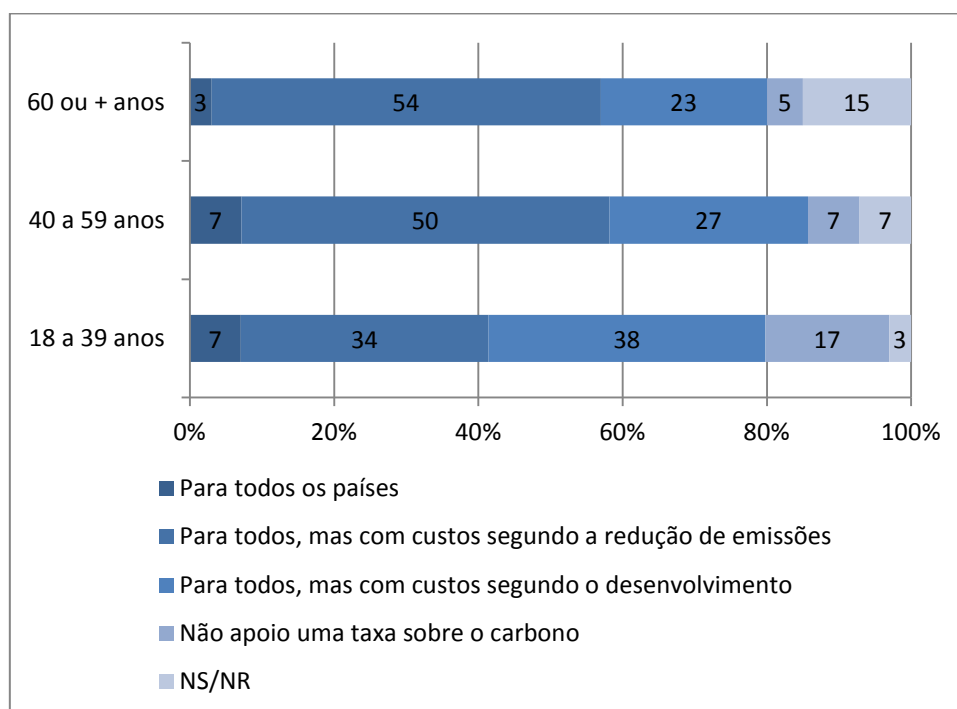
Ao nível do debate nas mesas, medidas como taxas sobre o carbono ou o próprio comércio de emissões tenderam a não ser muito bem recebidas, sobretudo porque permitem a quem tem dinheiro continuar a pagar para poluir, pelo que no debate das soluções a implementar, este tipo de ferramentas acabou por ser menos referido. De qualquer modo, a necessidade de garantir que as medidas não são aplicadas de forma cega esteve bastante presente no debate nas mesas, ainda que o papel que os países em desenvolvimento devem assumir, não tenha sido descurado.

O mercado das emissões pode ser perverso porque vamos continuar a manter nos países ricos o mesmo tipo de hábitos de consumo porque podemos pagar.

Tem de haver um equilíbrio responsável. Não podemos ser insensatos com os países em desenvolvimento, senão a questão ambiental torna-se uma questão humanitária.

Em termos de variáveis de caracterização, o género não introduz grandes alterações, e mesmo ao nível do nível de escolaridade há apenas a registar que entre os participantes com o ensino superior é mais marcada a opção para aplicação da taxa de carbono de forma diferenciada consoante a redução de emissões conseguida, sendo que a terceira hipótese, onde a aplicação da taxa surge associada aos níveis de desenvolvimento, é entre aqueles que concluíram o ensino secundário que se encontram mais apoiantes. Quanto à idade, é a partir dos 40 anos que uma taxa de carbono de acordo com os esforços desenvolvidos conhece maior apoio, sendo que entre os mais jovens, a opção de resposta mais escolhida é a que aponta para os níveis de desenvolvimento como elemento definidor da aplicação de um instrumento desta natureza (figura 24).

Figura 24. Apoio a uma taxa de carbono segundo os escalões etários (%)

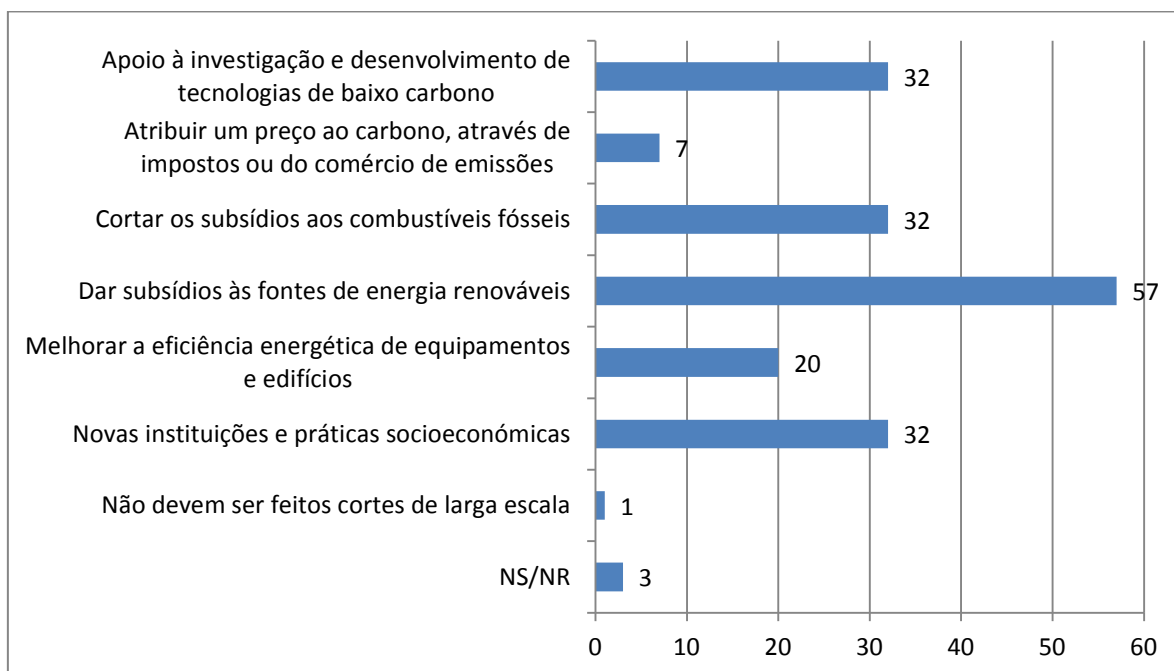


N - 108

Quanto à comparação internacional, não se verificam diferenças significativas no padrão de resposta entre Portugal, a União Europeia e o mundo.

Não obstante o apoio manifestado em relação à adoção de uma taxa sobre o carbono, quando questionados sobre quais as medidas que preferem para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, as iniciativas relacionadas com a atribuição de um preço ao carbono, seja através de impostos sobre as emissões, seja através do comércio de emissões, foram selecionadas apenas por 7% dos participantes. Neste caso, e perante a possibilidade de assinalar duas medidas de um conjunto de sete, as preferências recaíram sobre apoiar as fontes de energia com baixa emissão de carbono, nomeadamente as energias renováveis (57%), apoiar a investigação e desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono (por exemplo baterias para automóveis eficientes) (32%), cortar os subsídios aos combustíveis fósseis (32%) e ainda, implementar novas instituições e práticas sócioeconómicas (31%). As medidas de apoio à eficiência energética, especificamente apresentadas enquanto tal, foram escolhidas por 20% da amostra (figura 25).

Figura 25. Preferência por medidas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (%)



N – 108

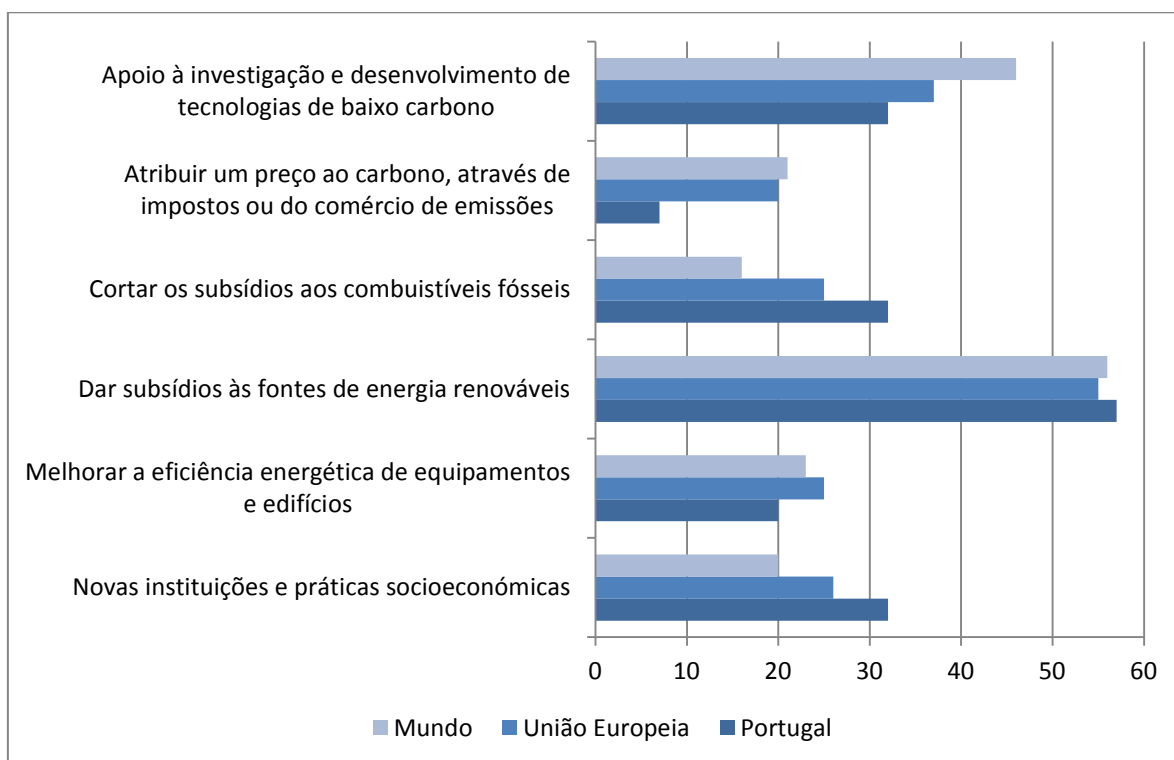
A diversidade nas respostas a esta questão acaba por espelhar a vivacidade do debate nas mesas, onde, em muitos casos, se registaram opiniões contra e a favor das mesmas soluções. Certamente uma das questões mais controversas prende-se com os subsídios e apoios a diferentes fontes de energia e tecnologias mais amigas do ambiente, existindo uma preocupação de garantir que esses apoios, quando existam, possam ser usufruídos de forma equitativa e não apenas por alguns cidadãos ou instituições com mais recursos para lhes aceder. De novo o tema do comércio de emissões ou a aplicação de impostos também acendeu o debate com o esgrimir de argumentos pró e contra as diferentes possibilidades de aplicação.

O apoio que houve na implementação dos painéis solares fez com que muita gente os implementasse. Se houver um incentivo extra para a utilização de carros elétricos acho que também seria bom. Ter benefícios fiscais, por exemplo. Acho muito mais interessantes os incentivos à produção elétrica. Deveria haver também informação que permitisse saber que impacto teve a produção desse produto no ambiente e poder escolher conscientemente.

E aqueles que não têm carro e vão ter de pagar dos seus impostos para dar subsídios a quem tem esse carro elétrico? Eu sou contra subsídios. Porque eu não vou pagar para os outros terem carro.

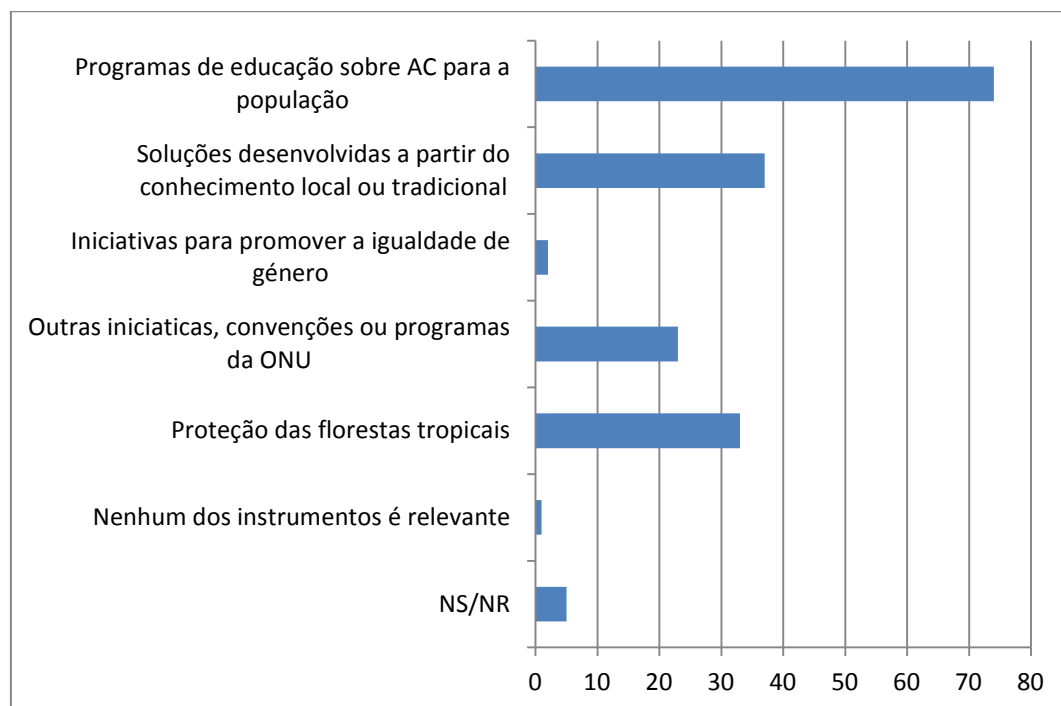
A integração dos resultados a nível mundial e da União Europeia introduz algumas diferenças relevantes e que merecem ser referidas. Muito embora em relação à categoria mais selecionada (apoios às energias limpas) não se verifiquem diferenças dignas de nota, o mesmo já não se passa em relação à segunda opção, relativa ao apoio à investigação e desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono. Em relação a este aspeto, a UE e, em particular, o mundo, atribuem-lhe maior relevo do que Portugal (37%, 45% e 32%, respetivamente). Também os instrumentos que permitem atribuir um preço ao carbono conhecem muito maior apoio além-fronteiras (mundo – 21%; UE – 19%; Portugal – 7%). No sentido contrário temos o corte nos subsídios aos combustíveis fósseis, que em Portugal tem o dobro das respostas registadas a nível mundial (32% vs 16%) (figura 26).

Figura 26. Comparação das medidas consideradas mais eficazes para combater as alterações climáticas, em Portugal, na UE e no mundo (%)



A questão sobre as medidas é depois conjugada com uma outra questão sobre os instrumentos mais relevantes para reduzir o nível de emissões de gases com efeito de estufa. Neste caso, onde os participantes também podiam selecionar duas opções de resposta, são os programas de educação sobre as alterações climáticas dirigidos à população em geral que recolhem o maior apoio (74%), seguidos da valorização do conhecimento local e/ou tradicional para o desenvolvimento de soluções (37%) ou ainda a proteção das florestas tropicais (33%). A intervenção das Nações Unidas, seja através de convenções ou programas surge apenas em quarto lugar, com 23% de respostas (figura 27).

Figura 27. Instrumentos mais relevantes para reduzir o nível de emissões de gases com efeito de estufa (%)



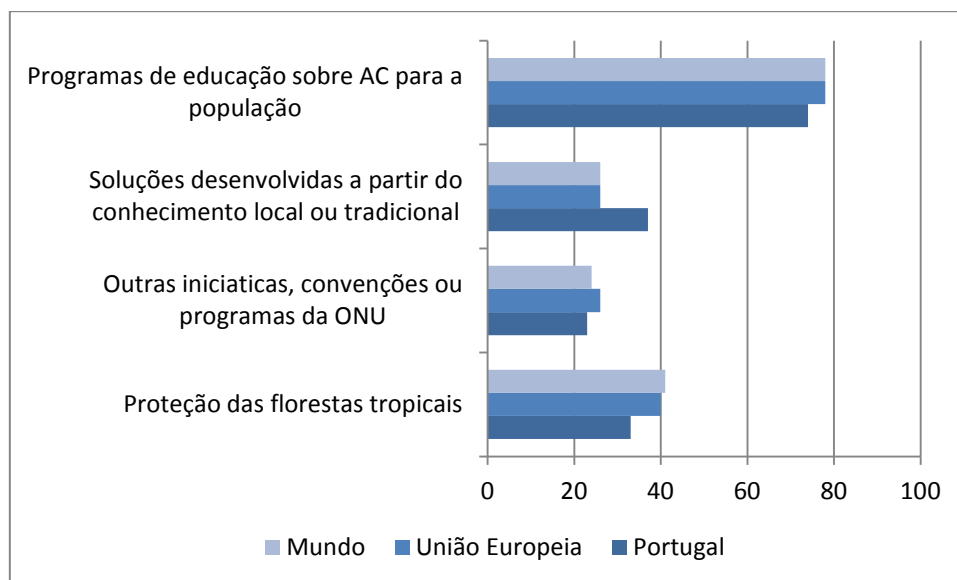
O enfoque na educação acaba por ir ao encontro do debate nas mesas, onde desde o primeiro momento este tema surge como a pedra de toque para as mudanças necessárias. A valorização da intervenção na área das florestas foi outra das questões que também surgiu, por diversas vezes, no âmbito do debate qualitativo e que, depois, se veio a refletir nas respostas a esta questão.

A educação de base deve ser o principal mecanismo para combater as alterações climáticas e questões ambientais. As crianças devem familiarizar-se com essa questão desde pequenas e assim elas próprias sensibilizam os pais.

A educação deve estar na base desta problemática.

A comparação internacional não introduz variações relevantes na opção mais escolhida, mas observam-se diferenças no peso atribuído à proteção das florestas tropicais (mais elevado além fronteiras) e em relação às soluções desenvolvidas tendo por base o conhecimento local ou tradicional, opção bastante mais valorizada em Portugal (figura 28).

Figura 28. Comparação dos instrumentos considerados mais relevantes para reduzir as emissões de GEE, em Portugal, na UE e no mundo (%)

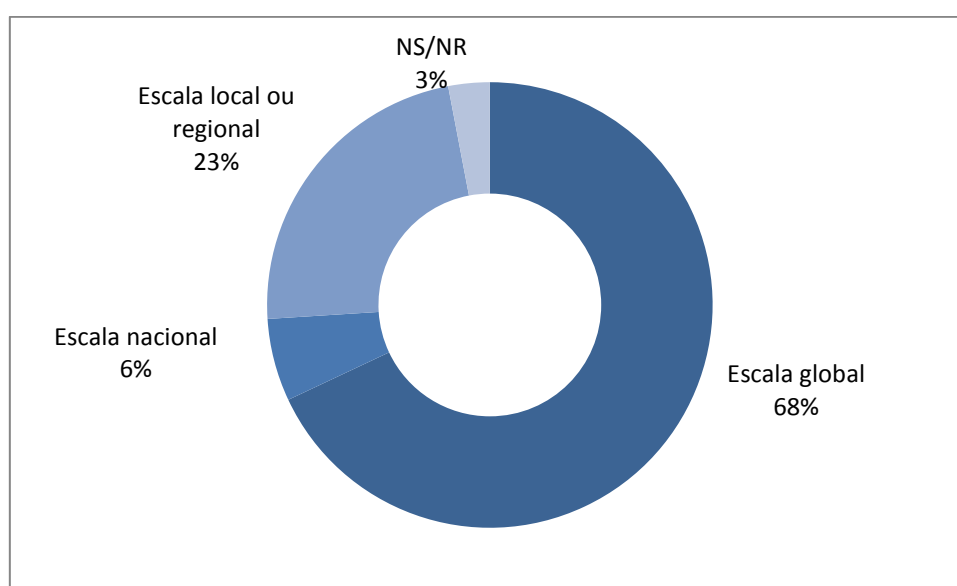


Neste caso procedeu-se à análise das conjugações mais frequentes, sendo que a primeira opção, relativa ao desenvolvimento de programas de educação sobre alterações climáticas para a população em geral, está presente em todas as combinações que merecem referência. Todas as restantes opções ou surgem associadas à primeira, ou então apresentam valores residuais, tendo sido agrupadas numa só categoria. De facto, os programas de educação surgem individualmente com 12% das respostas, em associação com o uso de soluções desenvolvidas com base no conhecimento local ou tradicional (25%), com o desenvolvimento de outras iniciativas ou convenções ou programas das Nações Unidas (18%), ou ainda, com a proteção das

florestas tropicais (18%). Todas as outras opções sejam individualmente ou em combinação com outras opções de resposta que não a relativa aos programas educativos, alcançam 22%. As variáveis de caracterização não introduzem diferenciação clara nas respostas, neste caso.

A questão seguinte volta a reintroduzir no debate a questão do âmbito global, nacional ou local, mas neste caso não sobre a responsabilidade, mas antes, sobre o âmbito que a ação para combater as alterações climáticas deve ter, para lidar eficazmente com o problema. Também neste caso e não surpreendentemente, a escala global recebe o maior foco. De seguida surge a escala local ou regional, com a escala nacional a ser escolhida por apenas 6% dos participantes (figura 29).

Figura 29. Qual o âmbito de atuação mais eficaz para lidar com as alterações climáticas?



N - 108

Como já foi referido anteriormente em relação à responsabilidade pela intervenção sobre o tema das alterações climáticas, também quando se perguntou sobre qual o âmbito de atuação mais eficaz para agir sobre este problema, no debate nas mesas, o padrão de respostas seguiu a mesma tendência, com uma valorização clara da componente global e local. De facto, neste caso, o debate em torno da importância de uma intervenção a nível global foi bastante mais marcado, sem contudo ser descurada a necessidade de adaptação dos objetivos e políticas globais, às realidades e às

culturas locais. Aliás, um dos participantes resumiu bem esta ideia ao referir que “(...) é no local que as políticas podem ser feitas, executadas e monitorizadas e fiscalizadas”.

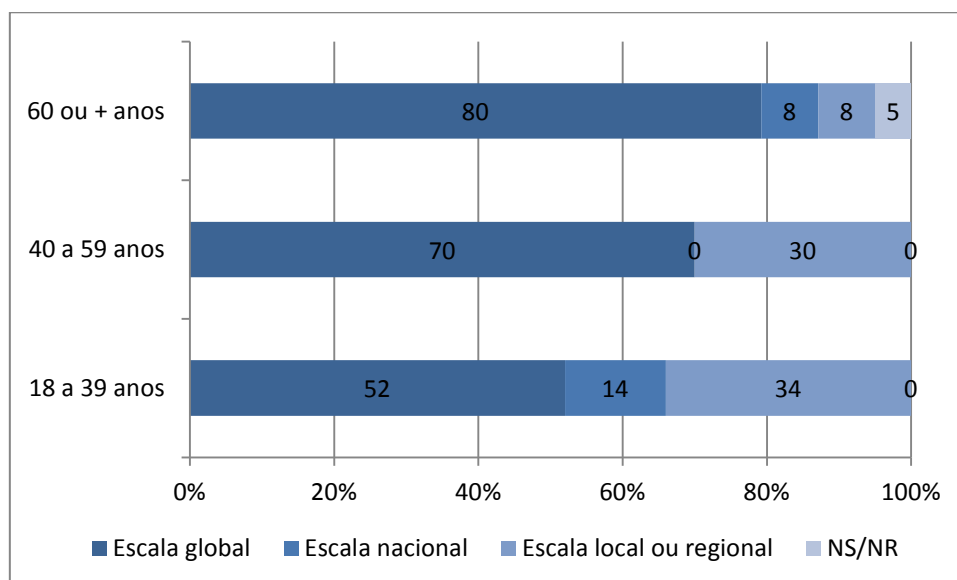
Cada um de nós deveria fazer essa mobilização na sua localidade. Os acordos internacionais são bonitos e ficam bem no papel, mas ficam lá. Se nós não conseguirmos fazer isso localmente como é que essas coisas produzem efeitos a nível global? Não há nada global se não houver individual.

Tem de vir de cima, mas tem de haver uma sensibilização local. Tem de haver a sensibilização das pessoas a nível local para chegar aí.

Muitas medidas sofrem variações consoante as políticas do governo que está no poder. Deveria haver muitas medidas mundiais e não depender só do poder mais local.

Também neste caso só a idade introduz alterações dignas de nota, com o aumento do relevo atribuído à escala global à medida que se avança nos escalões etários (figura 30).

Figura 30. Âmbito de atuação mais eficaz para lidar com as alterações climáticas segundo os escalões etários

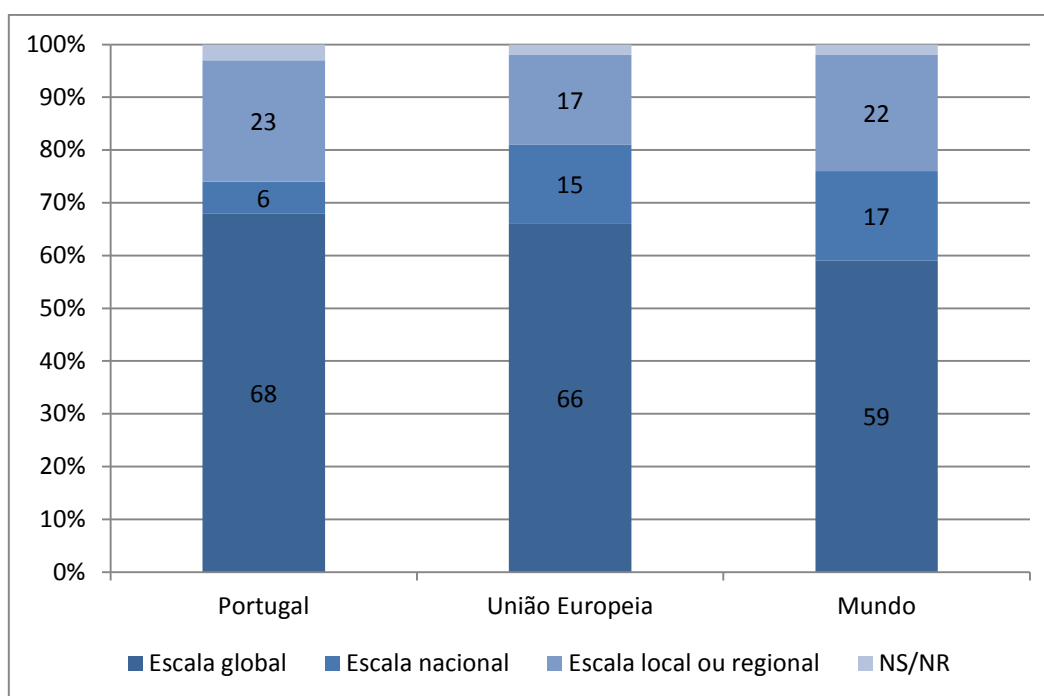


N - 108

Em termos de comparação internacional é interessante notar que, em relação a esta questão, não se observam diferenças no ranking do âmbito de atuação mais eficaz (o âmbito nacional continua a ficar em terceiro lugar, quer ao nível do mundo, quer da

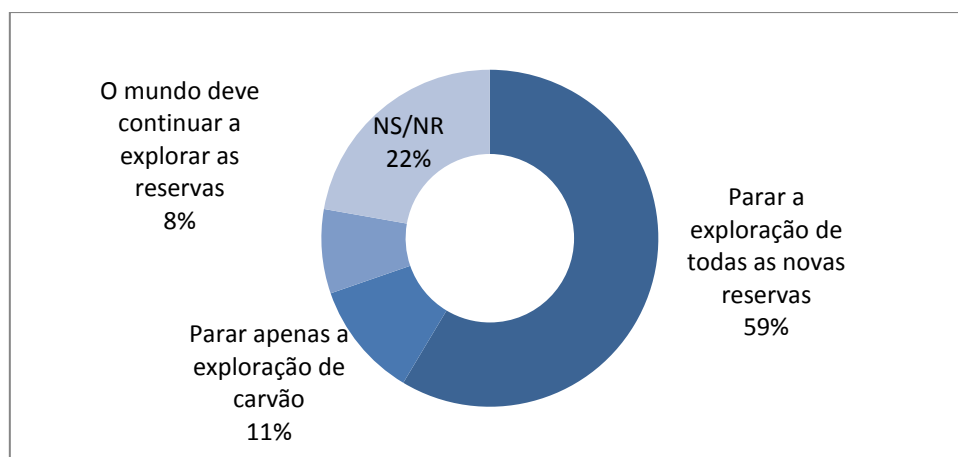
UE), mas como já observado anteriormente, é em Portugal que a escolha da escala nacional é menos pronunciada (figura 31).

Figura 31. Comparação das opiniões em Portugal, UE e mundo sobre qual o âmbito mais eficaz para lidar com as alterações climáticas



A última questão da segunda parte colocava diferentes opções sobre como o mundo deve proceder em relação às novas reservas de combustíveis fósseis, sugerindo a não utilização dessas reservas, a não utilização apenas de algumas (nomeadamente as de carvão) ou manter a sua exploração, como até aqui. A resposta maioritária aponta no sentido de se parar a exploração de todas as novas reservas de combustíveis fósseis (58%), muito embora seja razoável questionar se quem assinala esta opção consegue ter uma boa perspetiva do que tal pode implicar para a vida quotidiana. De qualquer modo, esta resposta maioritária destaca-se claramente da seguinte, que atinge os 22%. Trata-se de não respostas, ou seja, em relação a este assunto, 22% dos participantes optaram por não responder, o que demonstra os dilemas subjacentes a uma tomada de posição sobre este assunto (figura 32).

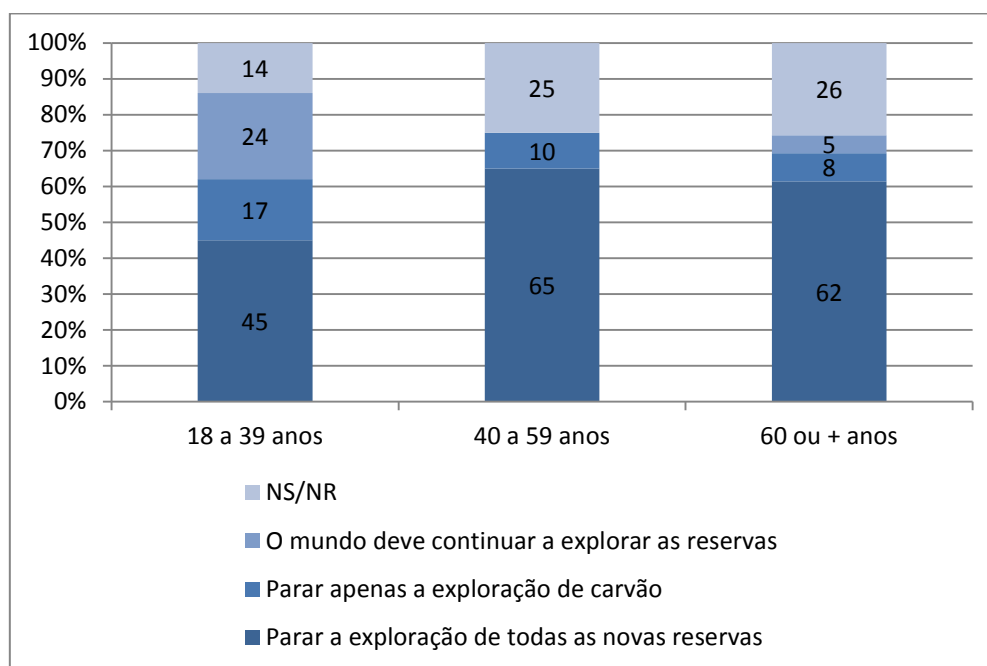
Figura 32. Como deve o mundo proceder em relação às novas reservas de combustíveis fósseis (%)



N - 108

Neste caso são as mulheres que tendem a assumir uma posição mais radical com maior frequência (64%) do que os homens (52%), no que são acompanhadas pelas pessoas com 40 ou mais anos. Entre os jovens é onde se encontra o maior número de posições a defender que nada deveria mudar em relação à exploração das novas reservas de petróleo (figura 33).

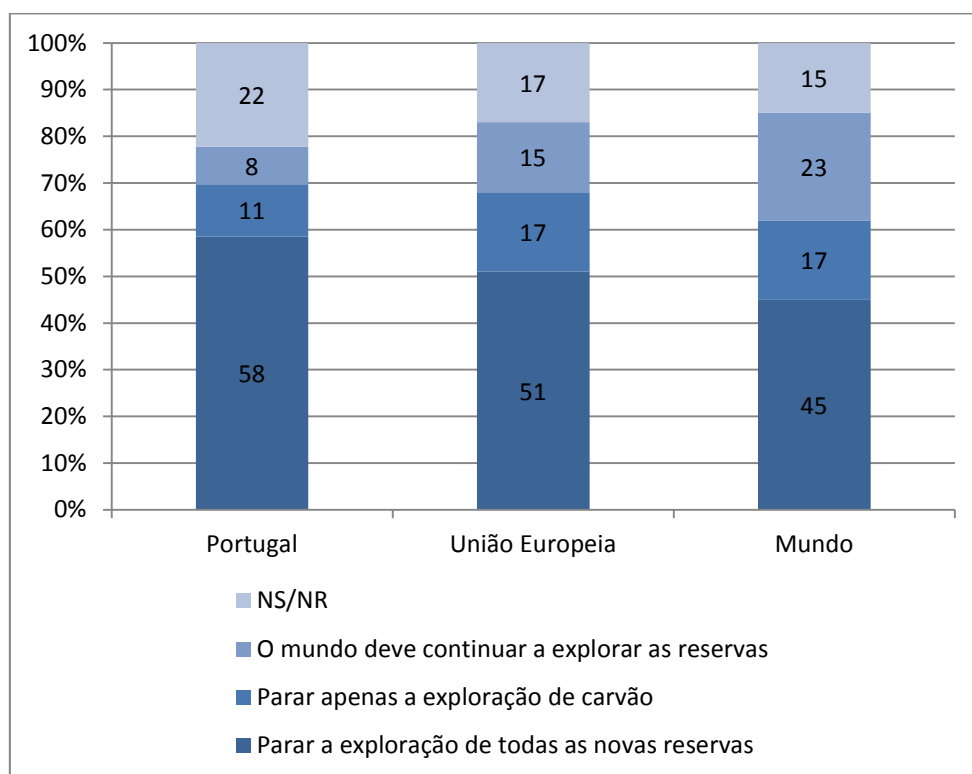
Figura 33. O que deve o mundo fazer em relação às novas reservas de petróleo segundo a idade



N - 108

O entusiasmo português com o objetivo de parar a exploração de todas as novas reservas de combustíveis fósseis não é acompanhado quer pelo mundo em geral quer pela UE. Aliás, se em Portugal apenas 8% defendem que o mundo deveria continuar a explorar as reservas de combustíveis fósseis como até aqui, ao nível da UE o número de respostas é o dobro (16%) e a nível mundial aumenta para 23% (figura 34).

Figura 34. Comparação sobre como deve o mundo proceder em relação às novas reservas de combustíveis fósseis em Portugal, na UE e no mundo

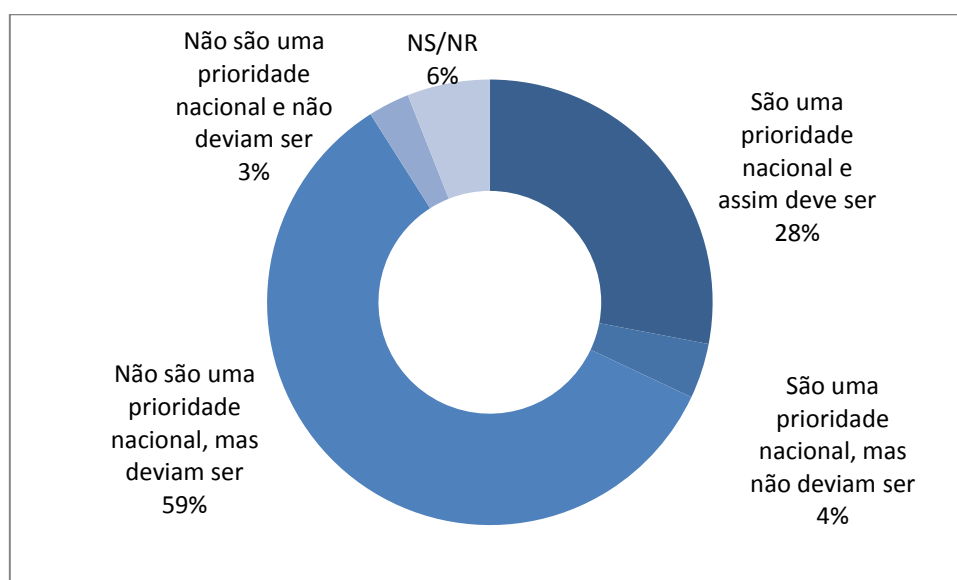


2.3. Negociações das Nações Unidas e compromissos nacionais

A terceira parte diz respeito ao papel das Nações Unidas e das negociações sobre clima. O debate político em torno do tema das alterações climáticas decorre já há mais de duas décadas, mas o que está realmente em jogo nas negociações a ocorrer em Dezembro de 2015 em Paris? Neste momento da consulta procurou-se abranger temas como se as contribuições nacionais devem ser obrigatórias e se os compromissos de adaptação e mitigação devem ser nacionais ou responder a uma responsabilidade global.

Como ponto introdutório procurou-se perceber a opinião dos participantes sobre a forma como o seu país, neste caso Portugal, está a lidar com a questão das alterações climáticas. Das quatro opções de resposta apresentadas, aquela que reuniu o maior número de respostas apontava para as alterações climáticas como não sendo ainda uma prioridade nacional, mas devendo sê-lo (59%). Outros 28% consideram que já são uma prioridade nacional e concordam que o sejam, sendo que as restantes duas opções receberam um número de respostas residual (figura 35).

Figura 35. Opinião sobre a forma como o país está a lidar com as alterações climáticas (%)

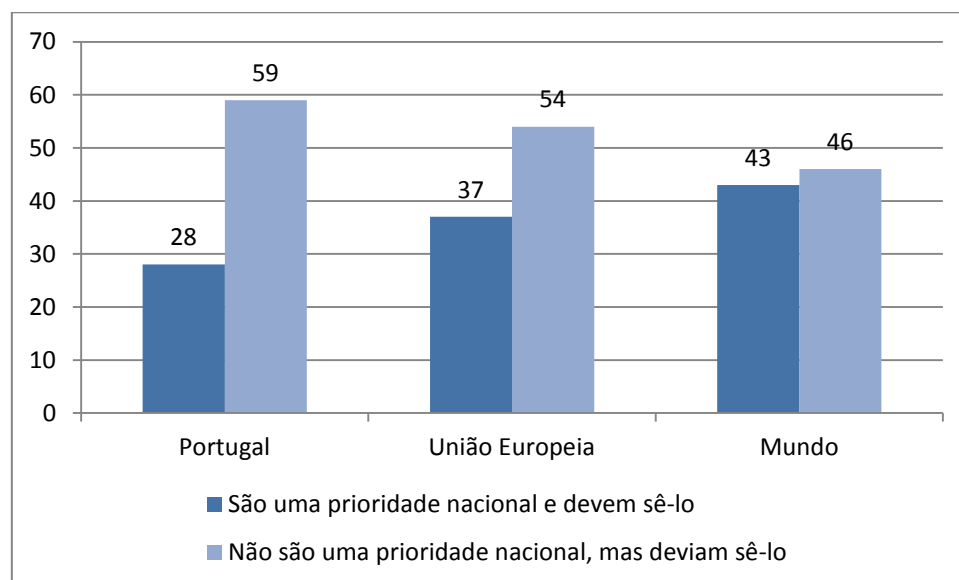


N - 108

Entre os participantes, os homens, os cidadãos com mais de 60 anos e aqueles que têm o ensino secundário tendem a considerar, com maior frequência, que Portugal já integrou as alterações climáticas nas suas prioridades políticas, sendo que aqueles que têm o ensino superior, idade até 59 anos e são mulheres mostram uma ligeira tendência para considerar que esta integração ainda não ocorreu.

Em termos de comparação internacional é importante sublinhar que Portugal tem uma visão mais pessimista em relação à prioridade dada ao tema no país do que o conjunto dos países participantes a nível mundial e a nível da União Europeia, onde a resposta que aponta no sentido do tema já ser uma prioridade e assim dever ser, é bastante mais expressiva, ainda que nunca seja a maioritária. A opção de resposta mais selecionada em qualquer um dos três contextos sujeitos a comparação é a de que as alterações climáticas ainda não são uma prioridade, mas deveriam sê-lo (figura 36). Isto tem correspondência com um pessimismo generalizado relativo às políticas de ambiente em Portugal nos últimos anos (Ferreira et al. 2015).

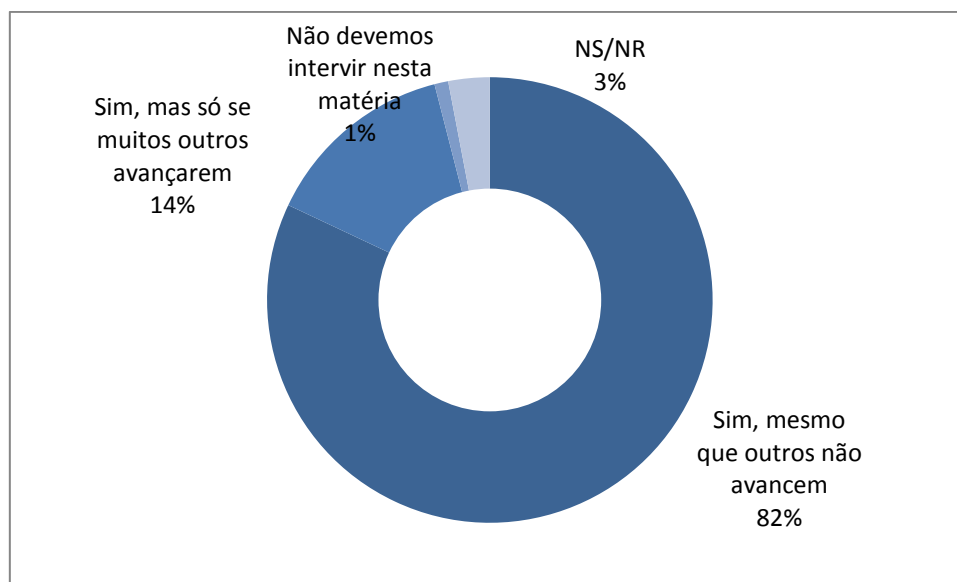
Figura 36. Opinião sobre a forma como o país está a lidar com as alterações climáticas em Portugal, na UE e no mundo (%)



A questão seguinte abordava o tema da necessidade de cada país avançar com medidas para reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa, mesmo que outros países não avancem. Neste caso, a resposta esmagadora vai no sentido de

defender que Portugal deve, de facto, avançar com essas medidas, mesmo que outros não avancem no mesmo sentido (figura 37).

Figura 37. Concordância com a afirmação «O país deve tomar medidas para reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa» (%)



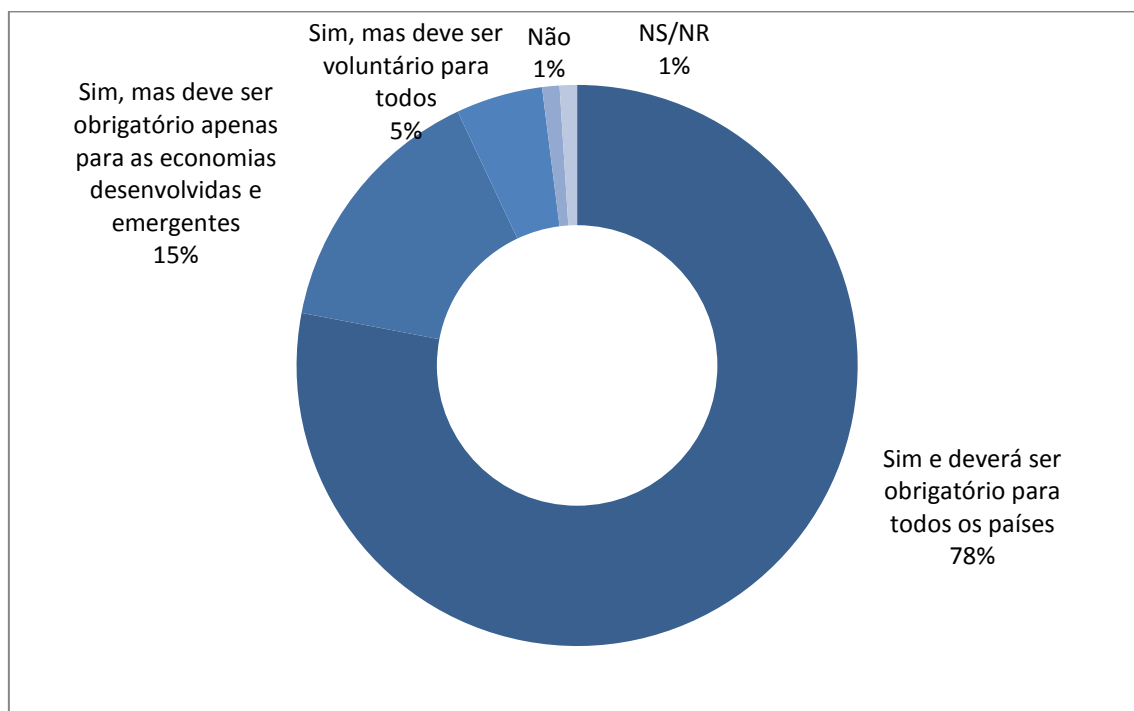
N - 108

Em relação a este tema as variáveis de caracterização não apresentam capacidade de diferenciação significativa, sendo que apenas vale a pena ressaltar que são os participantes com idades entre os 40 e os 59 anos que defendem, de forma mais acérrima, a resposta dominante (90% vs 79% no primeiro escalão etário e 77% no último).

A comparação internacional não introduz variação digna de registo, bastando sublinhar que é no seio da União Europeia (mais do que no “mundo”) que a opinião de que os países devem avançar, mesmo que outros não o façam, é mais marcada (87% vs 79% no mundo e 82% em Portugal).

A última questão da terceira parte da consulta explorava se o acordo de Paris deve, ou não, incluir um objetivo de longo prazo para conseguir atingir emissões zero no final do século XXI. Neste caso, Portugal assume uma posição bastante clara, com 78% dos participantes a referirem que esse objetivo deve existir e ser legalmente obrigatório para todos os países (figura 38).

Figura 38. Concordância com a afirmação «O Acordo de Paris deve incluir um objetivo de longo prazo vinculativo» (%)

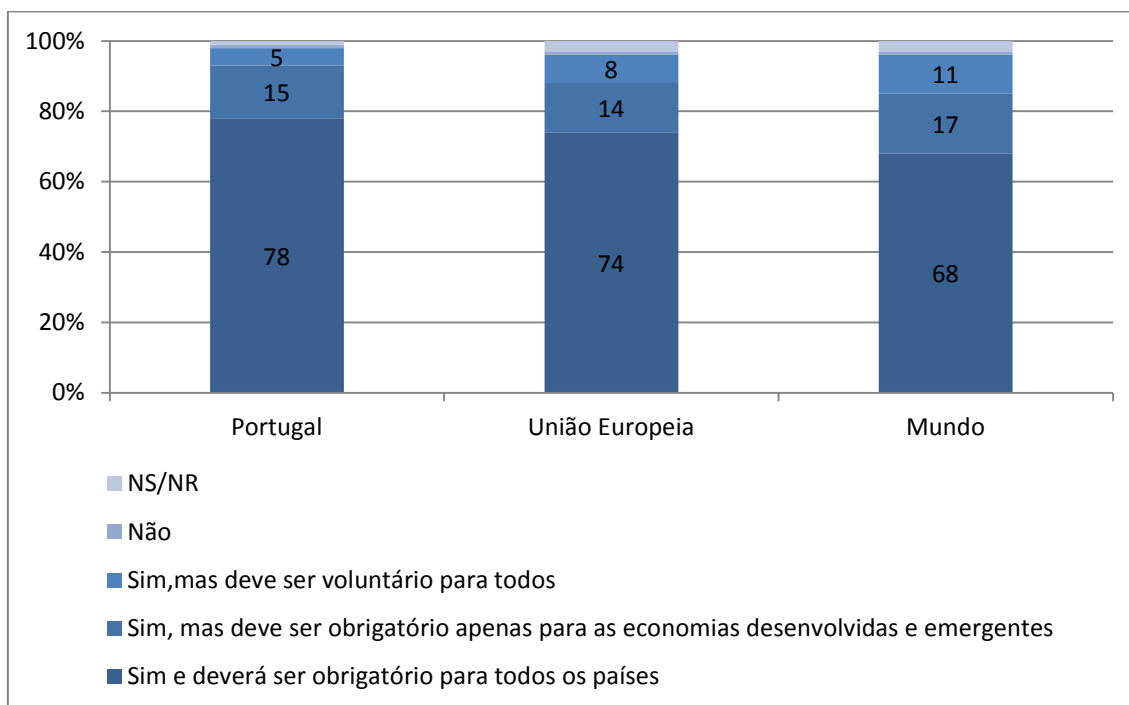


N - 108

As variáveis de caracterização não fazem, mais uma vez, surgir diferenças dignas de nota.

A comparação internacional permite verificar que é em Portugal que se encontra o maior número de vozes a favor de um acordo obrigatório para todos, ainda que esta seja sempre a resposta dominante quer no mundo, quer na União Europeia (figura 39).

Figura 39. Opinião sobre se o acordo de Paris deve incluir um objetivo de longo prazo vinculativo em Portugal, na UE e no mundo (%)



Este foi outro dos temas que causou alguma divisão nas discussões nas mesas, não tanto porque os participantes considerassem que não é um bom caminho, mas porque houve um intenso debate em torno da experiência prévia com acordos desta natureza e, em particular, com a real capacidade de implementação. Desde o acordo inicial até à sua implementação existe um enorme espaço para que os países nunca passem das intenções aos atos e, muito embora haja um reconhecimento da importância de uma concertação global em temas como o que motiva esta iniciativa de consulta cidadã, o facto é que muitos dos participantes acabam por defender uma intervenção mais de base local, como forma de colocar os acordos em prática. A questão da capacidade, ou melhor, da incapacidade, para obrigar os países a cumprirem com os compromissos assumidos surge como uma lacuna importante em todo o processo, conduzindo a uma troca de opiniões onde a relevância dos grandes acordos internacionais é posta em causa: “mas obrigar com que meios? Não sei se isso terá sucesso. As Nações Unidas não têm meios para obrigar alguns Estados a fazer coisas. Não sei como é que se pode obrigar alguém a fazer seja o que for”. Ou ainda “e aí eu pergunto a vocês, qual é a consequência de não assinar o acordo? E assinar? Não tem nada, não tem

consequência alguma...é aquela coisa do «é proibido, mas ninguém te impede de fazer»”

De qualquer modo, também é comum a perspectiva que se o acordo não for vinculativo, as probabilidades de sucesso são ainda menores. Assim, perante o reconhecimento dos problemas e dificuldades inerentes aos processos de concertação internacional, quer nos discursos patentes no debate nas mesas, quer a tendência de resposta à questão anterior (mas também a outras ao longo deste processo), um acordo não vinculativo tende a ser visto como “pouco credível”.

A questão das emissões deve ser a nível global. Todos devem contribuir. Mas, por outro lado, o vizinho não fazer não é desculpa para nós não fazermos. Mas é por isso que deve haver um acordo global.

Se foram os países desenvolvidos que provocaram esta ação, os em vias de desenvolvimento não são tão culpados. Não podem ser prejudicados. Orientá-los para evitar que cometam os mesmos erros dos outros, mas permitir o seu crescimento e qualidade de vida.

Para facilitar a sua implementação são sugeridas algumas soluções bastante impositivas, como sanções económicas, impedimento das trocas comerciais com os países que não cumprissem e multas. Também são sugeridos boicotes por parte dos consumidores a produtos provenientes de um dado país que não esteja a cumprir com os objetivos do acordo.

De referir ainda que, com muita frequência, a explicação para a incapacidade de implementação dos acordos internacionais surge associada aos poderes e interesses económicos, que estarão por trás de muitas decisões dos governos nacionais.

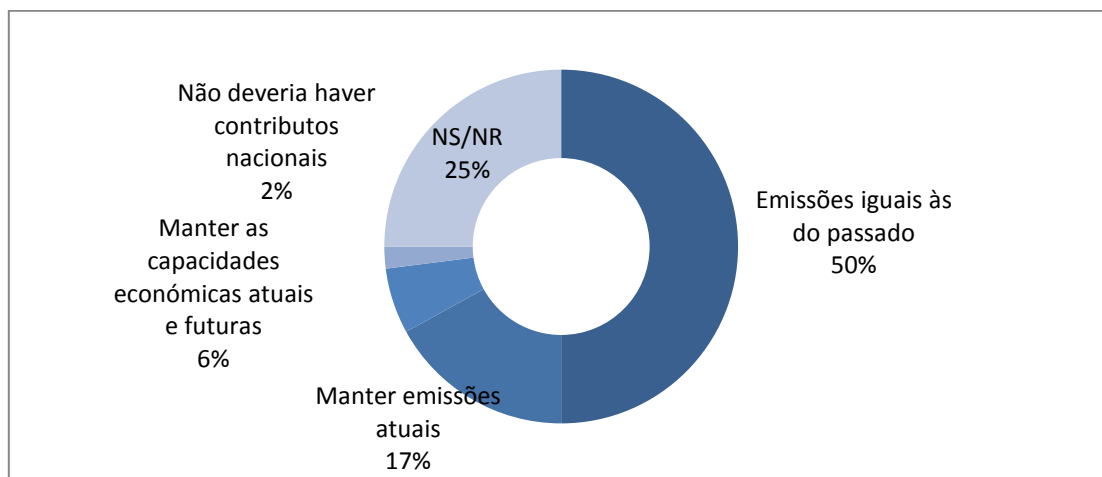
Curiosamente quando o Obama se candidatou tinha um plano muito extensivo para o ambiente e muitos tinham a esperança que ele ia ratificar o Protocolo de Quioto, mas isso acabou por não acontecer. Afinal ele não manda tanto quanto pensamos. Por isso é importante perceber quem é que manda, quem são os lobbies e quem é que realmente lidera estas campanhas.

2.4. Justiça e distribuição de esforços

A quarta parte da consulta centrou-se no tema e nas estratégias para levar cada país a cumprir com as suas obrigações. Alguns países ricos contribuíram mais para o problema das alterações climáticas, ao queimarem combustíveis fósseis ao longo de séculos. Mas agora alguns países em desenvolvimento estão a crescer rapidamente, portanto, como é que os esforços para limitar as alterações climáticas devem ser distribuídos de forma justa? Deverão os países ricos pagar ao resto do mundo para que desenvolvam energias limpas? Se sim, quanto deverão pagar e quem deverá receber o dinheiro? Em suma procurou-se debater o tema das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e as diferentes capacidades de cada país para agir.

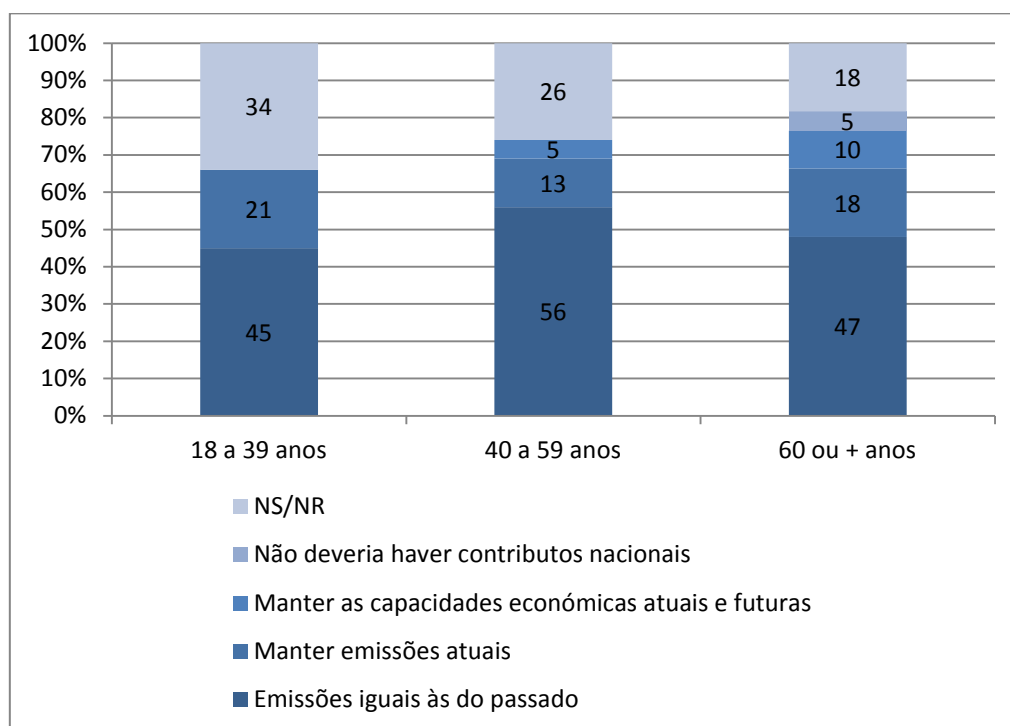
O primeiro aspeto abordado prendia-se com o contributo que cada país deveria dar para combater as alterações climáticas, nomeadamente se deveriam manter emissões idênticas às do passado, manter as emissões atuais, manter as capacidades económicas atuais e futuras, ou se os países não deveriam ter de assumir contributos nacionais. Como já observado anteriormente, a última opção apresentada teve muito pouco apoio dos participantes no processo de consulta pública. As opções mais escolhidas foram as que defendem que as emissões devem reportar-se ao passado (50%) ou então que devem ter por referência as emissões atuais (17%). Esta é outra das questões onde um quarto dos participantes optou por não responder (figura 40).

Figura 40. Opinião sobre como cada país deve contribuir para combater as alterações climáticas (%)



As variáveis de caracterização voltam a não introduzir padrões claros de diferenciação, sendo possível observar que são os participantes entre os 40 e os 59 anos que com maior frequência defendem que as emissões de gases com efeito de estufa devem reportar-se ao passado (56% face a 45% no escalão mais jovem e 47% no último escalão), havendo ainda a registar um número de não respostas maior à medida que a idade diminui, uma tendência contrária ao que habitualmente se observa (figura 41).

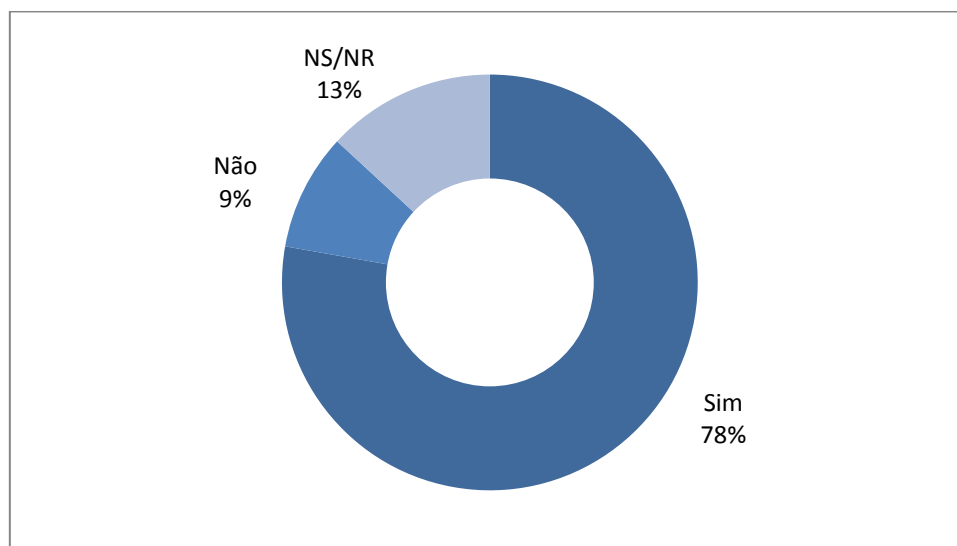
Figura 41. Opinião sobre como cada país deve contribuir para combater as alterações climáticas segundo a idade (%)



N - 106

A questão seguinte explorava a perspetiva dos países com maior rendimento deverem assumir uma quota-parte maior dos custos de mitigação e adaptação, sendo que a resposta maioritária é mesmo a de que tal deve acontecer (77%). Apenas 9% consideram que esse cenário não se deve concretizar (figura 42).

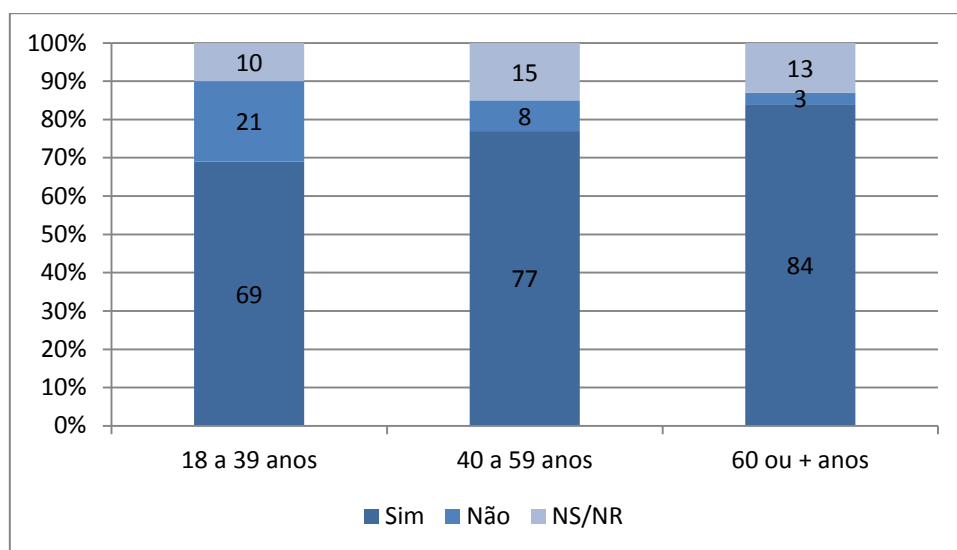
Figura 42. Opinião sobre se os países mais ricos devem pagar mais custos de mitigação e adaptação do que os países de menor rendimento (%)



N – 107

A idade surge como a única variável de caracterização que apresenta algum carácter diferenciador, mostrando que é entre os mais jovens que é mais frequente encontrarmos as respostas discordantes em relação à responsabilidade dos países mais desenvolvidos assumirem uma quota-parte maior dos custos de mitigação e adaptação, do que os países em desenvolvimento (figura 43).

Figura 43. Opinião sobre se os países mais ricos devem pagar mais custos de mitigação e adaptação do que os países de menor rendimento, segundo a idade (%)



N – 107

Neste caso, o padrão de respostas em Portugal é muito semelhante ao que se observa a nível mundial e nos países da União Europeia que participaram na consulta.

O debate nas mesas volta a revelar uma controvérsia que não parece ficar bem expressa no padrão de resposta a esta questão. Se muitas das posições assumidas apontam para a necessidade dos países mais ricos e mais desenvolvidos continuarem a assumir o quota parte mais significativa dos esforços de combate às alterações climáticas, existem também muitas posições que colocam a ênfase na necessidade de evitar o equívoco comum de “dizer aos mais pobres que por serem pobres podem poluir mais”, o que levaria à perpetuação do erro que conduziu a humanidade até à situação presente. Em alguns casos as posições foram até mais extremadas, admitindo que “os esforços têm de tocar a todos, mesmo que isso possa ter implicações na percentagem de desenvolvimento dos países mais pobres”. Mas há também quem considere que o envolvimento mais claro dos países em desenvolvimento, com a atribuição de responsabilidades (por exemplo um determinado nível de emissões) pode ter um reflexo positivo na sustentabilidade do próprio país:

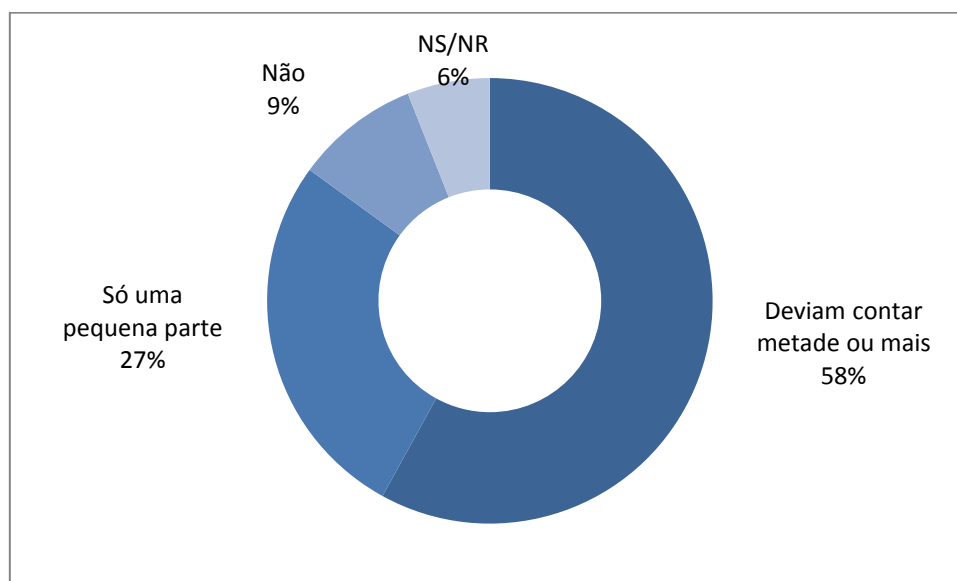
os países deviam ter uma quota adequada à sua realidade relativamente ao CO₂. E devia ser gerida pelo próprio país. Quem [ultra]passasse essa quota teria de reduzir obrigatoriamente. Esta medida obrigaria os países que querem manter ou elevar o seu desenvolvimento a procurar soluções mais sustentáveis alternativas.

Ou ainda,

É imoral fazer pagar a uma economia fraca, mas devem pagar. Se polui paga, mesmo que pague menos por causa da sua situação económica. Cada um paga proporcionalmente. A mania da igualdade é perversa. A justiça não é igualdade, é tratar diferente o que é diferente.

O papel que as empresas privadas devem ter no pagamento dos custos do clima foi outra das questões colocadas, sendo que 58% dos participantes consideraram que elas deviam participar com o pagamento de metade ou mesmo mais de metade dos custos que os países desenvolvidos deverão suportar, ao passo que 27% que consideram que devem assumir a responsabilidade por uma pequena parte dos custos (figura 44).

Figura 44. Opinião sobre as contribuições das empresas privadas para pagar os custos do clima dos países desenvolvidos (%)



N – 106

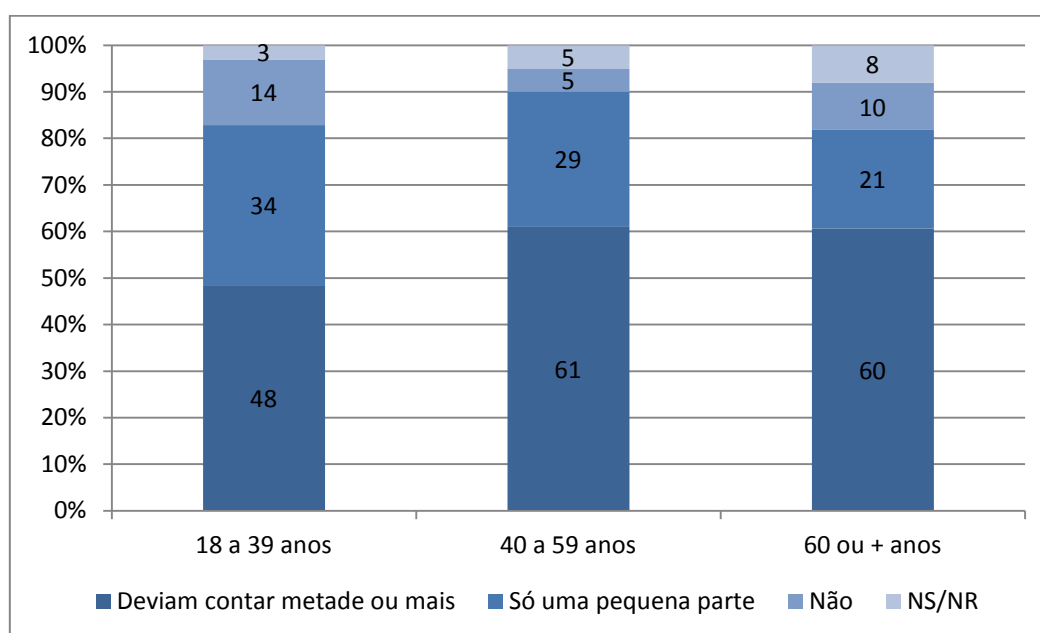
Do debate nas mesas é possível retirar a noção de que tem que haver uma coresponsabilização de todos os stakeholders, pelo que os contributos das empresas são vistos como importantes e justos. Contudo, são feitas diversas referências ao papel negativo que as empresas muitas vezes têm no desenhar do modelo de desenvolvimento de países em desenvolvimento, o que, tornando-as mais responsáveis e, logo, com uma maior obrigação para contribuírem, não deixa de levantar questões sobre a forma como esses contributos poderiam acontecer.

As empresas estão viradas para o lucro. Até aquelas que não têm fins lucrativos. Elas têm a ideia de que se cuidarem do ambiente não têm lucro. Algumas empresas de países desenvolvidos mudam-se para os países menos desenvolvidos para poupar nos impostos e poderem poluir mais.

As empresas vão continuar a tentar a imagem de ‘empresas verdes’ ou ‘ambientalmente corretas’ porque isso vende. Portanto, penso que é fácil convencer algumas empresas porque isso vende, premiando essas empresas que se dizem verdes. Claro que teríamos de ter um sistema que permitisse certificar essa qualidade.

A idade volta a ser, de novo, a única variável que permite diferenciar um pouco as respostas, com os mais jovens a voltarem a afastar-se da tendência de resposta nos dois escalões etários mais elevados (figura 45), considerando, com maior frequência, que o contributo das empresas não deve contar muito ou então, não deve contar de todo.

Figura 45. Opinião sobre se as contribuições das empresas privadas deveriam contar para pagar os custos do clima dos países desenvolvidos, segundo a idade (%)



N - 106

A comparação internacional volta a não permitir identificar diferenças claras nas respostas, ainda que seja na Europa que com menor frequência se considera que as contribuições das empresas deveriam contar metade ou mais, para o pagamento dos custos das alterações climáticas da responsabilidade dos países desenvolvidos (48%, face a 54% em termos mundiais e 58% em Portugal).

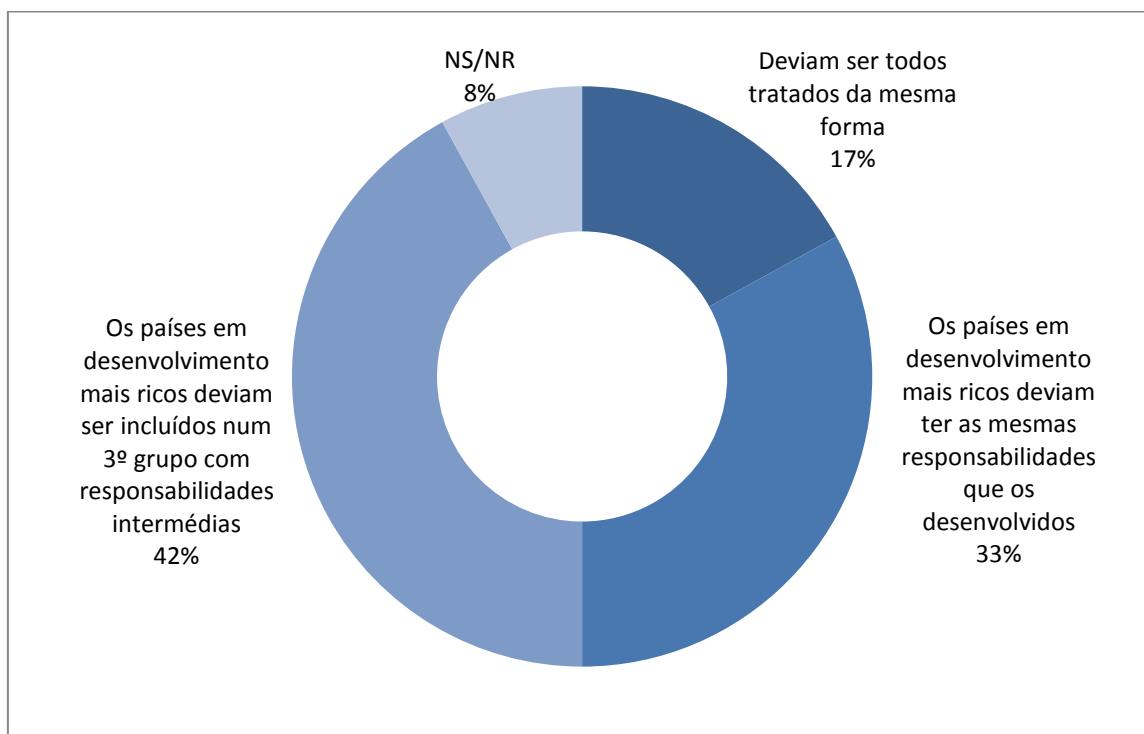
De seguida surgia uma das questões mais controversas no seio das negociações do Acordo de Paris, ligada à participação dos diferentes países nos esforços de combate às alterações climáticas baseada na classificação do nível de desenvolvimento de cada país, contida no anexo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC). De forma mais concreta, em 1992, a CQNUAC dividiu a responsabilidade da luta contra as alterações climáticas em dois grupos de países. Por

um lado os “países desenvolvidos” e, por outro, os “países em desenvolvimento”. Aos países desenvolvidos ficou atribuída a tarefa de liderar o processo e todas as decisões tomadas pelas Nações Unidas na área do clima fazem sempre a distinção entre estes dois grupos.

Contudo, esta classificação é hoje controversa, pois o mundo mudou muito desde 1992, e surge o debate sobre a existência de países então classificados como “em desenvolvimento”, que hoje estão praticamente ao nível dos países desenvolvidos. Atualmente existem casos de países classificados pelo Banco Mundial como membros do grupo dos países “de alto rendimento”, mais ricos, e que ainda são classificados como “países em desenvolvimento” pela CQNUAC (por exemplo, Singapura, Arábia Saudita, Israel, Porto Rico ou a República da Coreia).

Neste contexto, a pergunta colocada procurava explorar a opinião dos participantes sobre a forma como os países em desenvolvimento devem ser reordenados no âmbito de um novo acordo sobre o clima. Em resposta a esta pergunta houve duas tendências que agregaram a maior fatia de respostas. Por um lado, 42% consideram que os países em desenvolvimento devem ser tratados como um terceiro grupo, com mais responsabilidades do que os países em desenvolvimento com menores rendimentos, mas com menos responsabilidades do que os países desenvolvidos. Por outro, 33% defendem que os países em desenvolvimento mais ricos devem ter as mesmas responsabilidades que os países desenvolvidos (figura 46).

Figura 46. Opinião sobre como devem ser tratados os países em desenvolvimento no âmbito do novo acordo (%)



N - 107

Tal como a resposta a esta questão indica, não existe propriamente um consenso em torno deste tema, algo que ficou bem patente no relato feito das diferentes mesas de debate. De facto, este é um tema controverso também na mesa das negociações. São apresentados argumentos para defender cada uma das opções colocadas a debate. Por um lado, há quem considere que a gravidade do tema implica que ninguém pode ficar de fora, para além de ser um mau princípio permitir que o desenvolvimento dos países se faça à custa da insustentabilidade, algo que deixará um legado negativo para o futuro e poderá prejudicar o alcançar dos objetivos pretendidos de limitar o aumento da temperatura média global a 2 graus Celsius. Por outro lado, há um reconhecimento da existência de um histórico e de diferentes recursos e capacidades para agir, pelo que podem ser considerados diferentes parâmetros para determinar o grau de exigência para com cada país. Mas também a este nível, as opções apresentadas diferem muito e volta a não haver consensos, muito embora o PIB tenda a ser o indicador mais referido. Ainda assim, há quem considere que um indicador é suficiente para determinar o grau de esforço que cada país deve desenvolver para

combater as alterações climáticas e há quem considere que devem ser tidos em conta vários indicadores, nomeadamente, o índice de desenvolvimento humano, a riqueza efetiva da população, as emissões atuais, o histórico de emissões ou o nível de consumo da população.

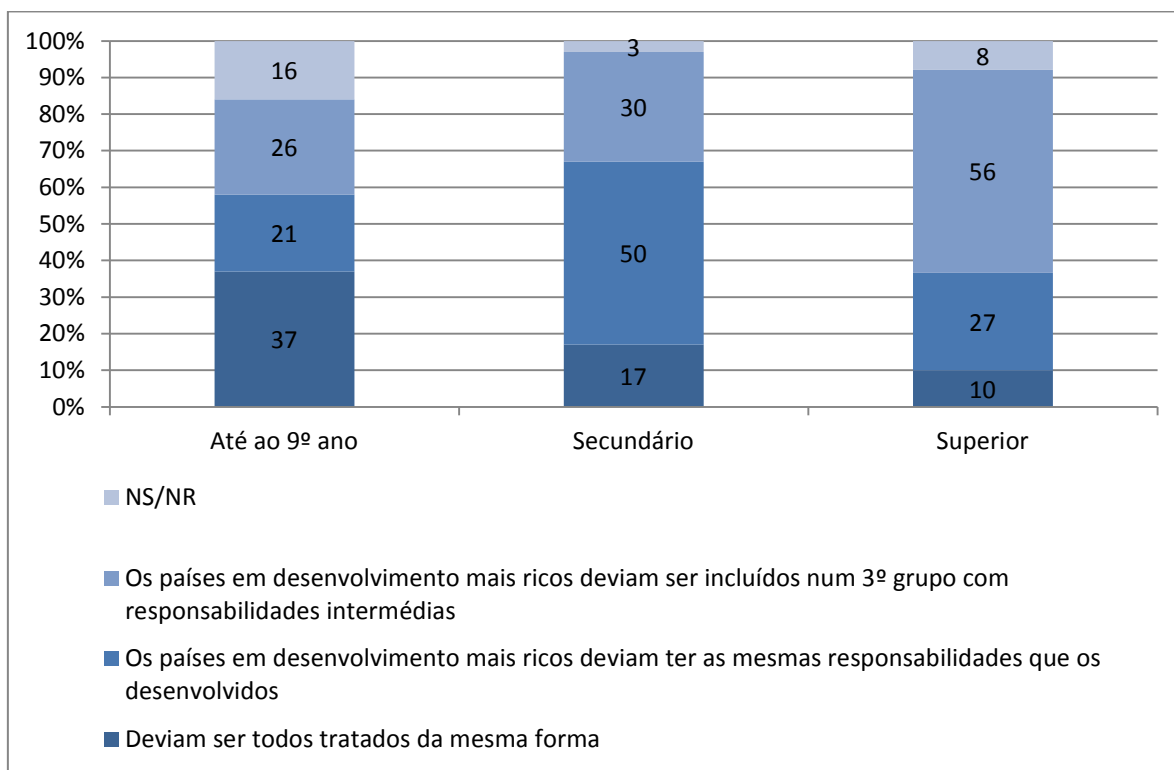
Os custos têm de ser proporcionais às economias (...). O Homem tem sempre impacto ambiental, mas é óbvio que os países pobres, mesmo que sejam obrigados a aderir, se tiverem de pagar uma taxa sobre o carbono, esta tem de ser proporcional ao PIB e não à percentagem de poluição.

Se, por um lado, há quem defenda que os esforços devem envolver todos, mesmo que tal tenha implicações no seu nível de desenvolvimento, também merece ser sublinhado que em diversas mesas surge a questão do papel que os próprios países desenvolvidos têm no modelo económico dos países em desenvolvimento, não apenas através da transferência de tecnologia tantas vezes mais poluente ou desadequada, mas também da ação das multinacionais que procuram esses mercados emergentes para aí produzir os seus produtos respeitando normas ambientais e sociais muito menos exigentes do que nos seus países de origem: “em parte eles também são responsáveis pela poluição desses países. Eles têm exportado as suas tecnologias obsoletas para os países mais pobres”, “devemos impor modelos de consumo mais adequados quando nós exportamos modelos de riqueza?”

Em suma, das respostas à questão e do debate que decorreu no dia 6 de Junho é possível vislumbrar uma aceitação do princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, instituído pela Declaração do Rio em 1992, ainda que a forma como este princípio se deverá/poderá concretizar esteja longe de gerar consenso.

Sobre este tema é o nível de escolaridade que introduz distinções mais claras nos padrões de resposta, com uma maior apetência por parte dos participantes com o ensino superior para considerar que a melhor opção é mesmo a de criar um terceiro grupo com responsabilidades intermédias (56%), ao passo que aqueles que têm o secundário tendem a escolher mais que os países em desenvolvimento mais ricos devem assumir responsabilidades idênticas às assumidas pelos países desenvolvidos (figura 47).

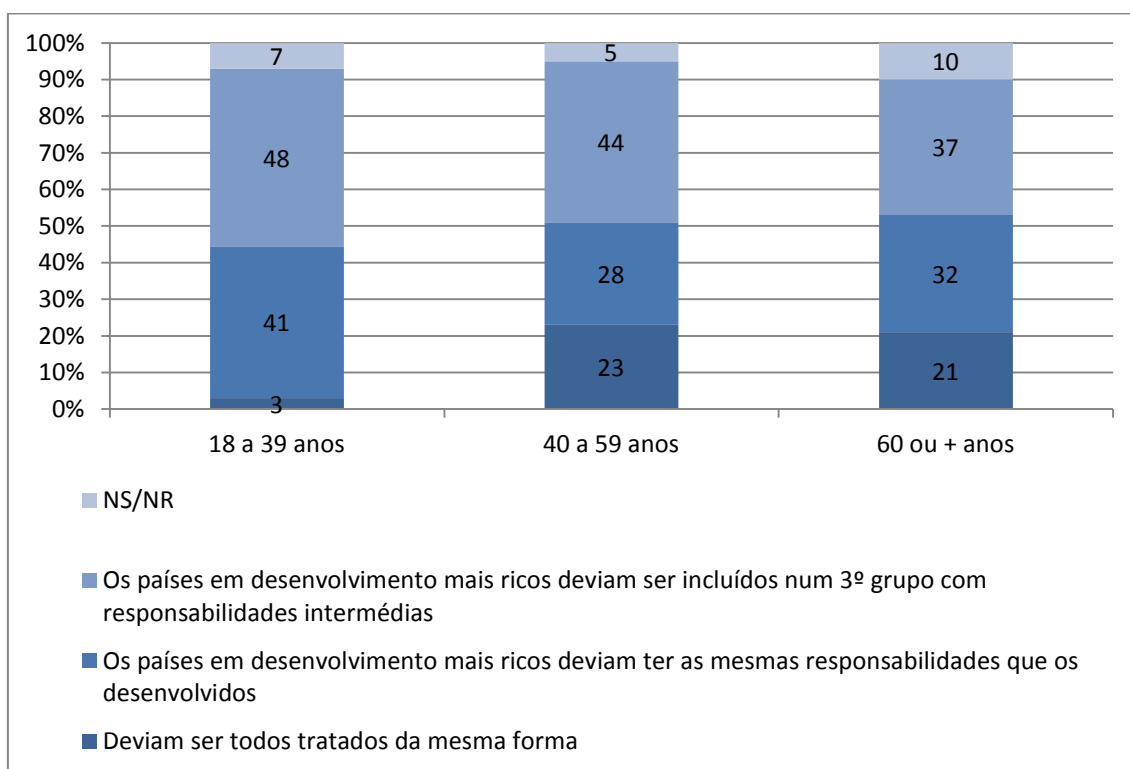
Figura 47. Opinião sobre como devem ser tratados os países em desenvolvimento no âmbito do novo acordo, segundo a escolaridade (%)



N - 102

A idade tem também alguma influência, com os mais jovens a terem o maior número de respostas nas categorias que defendem que os países em desenvolvimento mais ricos terão que assumir responsabilidades diferentes e maiores do que os países em desenvolvimento com menores rendimentos (figura 48).

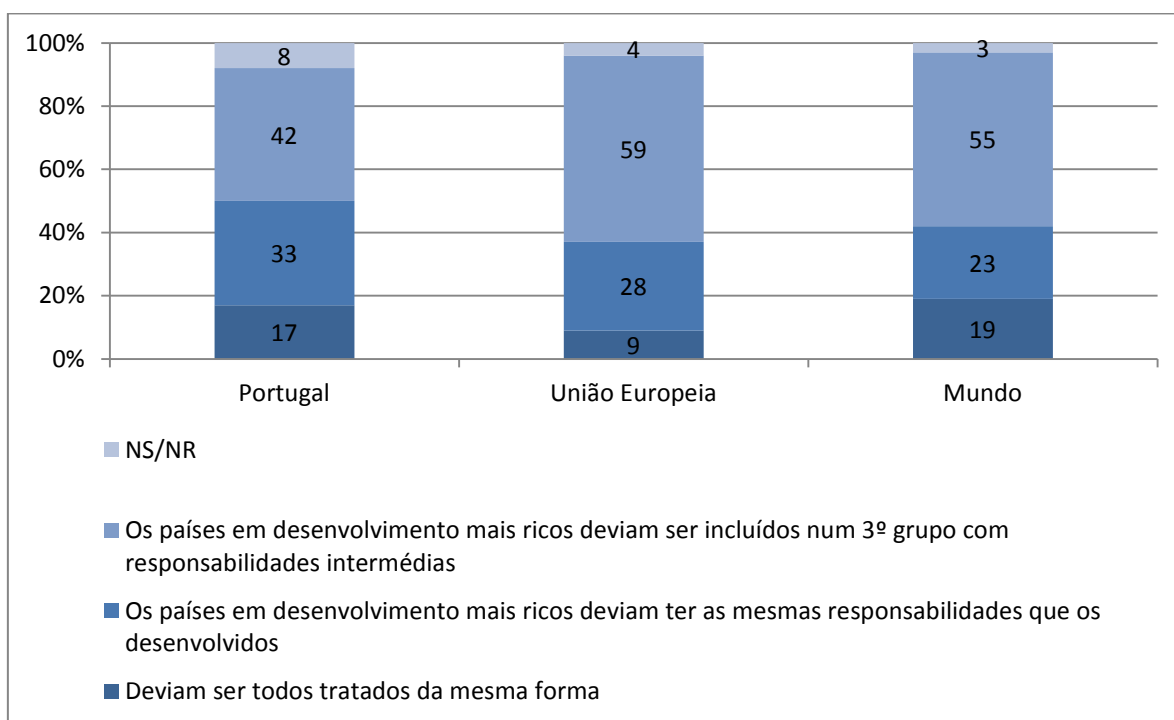
Figura 48. Opinião sobre como devem ser tratados os países em desenvolvimento no âmbito do novo acordo, segundo a idade (%)



N - 107

A nível internacional, a opção maioritariamente assinalada é a da criação de um terceiro grupo para os países em desenvolvimento mais ricos, com a atribuição de responsabilidades intermédias, havendo ainda a assinalar uma diferença nas respostas à primeira opção, que defendia que todos os países em desenvolvimento devem ser classificados e tratados da mesma forma, que recolhe mais apoio a nível mundial do que na UE (ainda que os resultados em Portugal se aproximem mais dos valores da resposta mundial) (figura 49).

Figura 49. Opinião sobre como devem ser tratados os países em desenvolvimento no âmbito do novo acordo em Portugal, na UE e no mundo

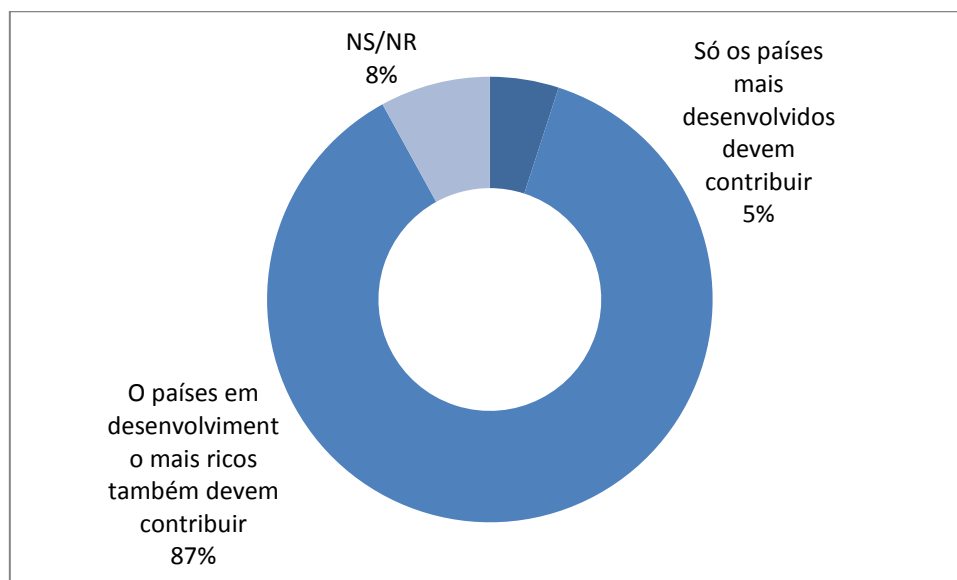


Em 2009 foi criado o Fundo Verde Climático, um órgão oficial da CQNUAC que determina as suas regras e as suas operações. O objetivo do Fundo é o de receber os fundos públicos de luta contra as alterações climáticas dos países desenvolvidos e canalizá-los para os países em desenvolvimento no sentido de os ajudar a reduzirem as suas emissões de carbono e a prepararem-se para as alterações climáticas. Os projetos em causa podem incluir a proteção das florestas, o apoio às energias renováveis ou o reforço da proteção das zonas costeiras. Ainda que o objetivo fosse que o Fundo recebesse fundos dos países desenvolvidos, o facto é que alguns países em desenvolvimento como o Chile, a Colômbia, o México ou a Coreia, entre outros, também já contribuíram.

O Fundo Verde Climático foi também abordado durante a consulta pública, através de duas questões. Uma onde se perguntava se os contributos para o mesmo deveriam vir apenas dos países desenvolvidos e a outra questionava se a administração local e, em particular, as cidades, deviam ter acesso aos fundos.

No primeiro caso, uma clara maioria das respostas (87%) apontou para a necessidade dos países em desenvolvimento mais ricos juntarem os seus contributos aos dos países desenvolvidos, de forma a reforçar o Fundo Verde Climático (figura 50).

Figura 50. Opinião sobre quem deve contribuir para o Fundo Verde Climático (%)



N – 107

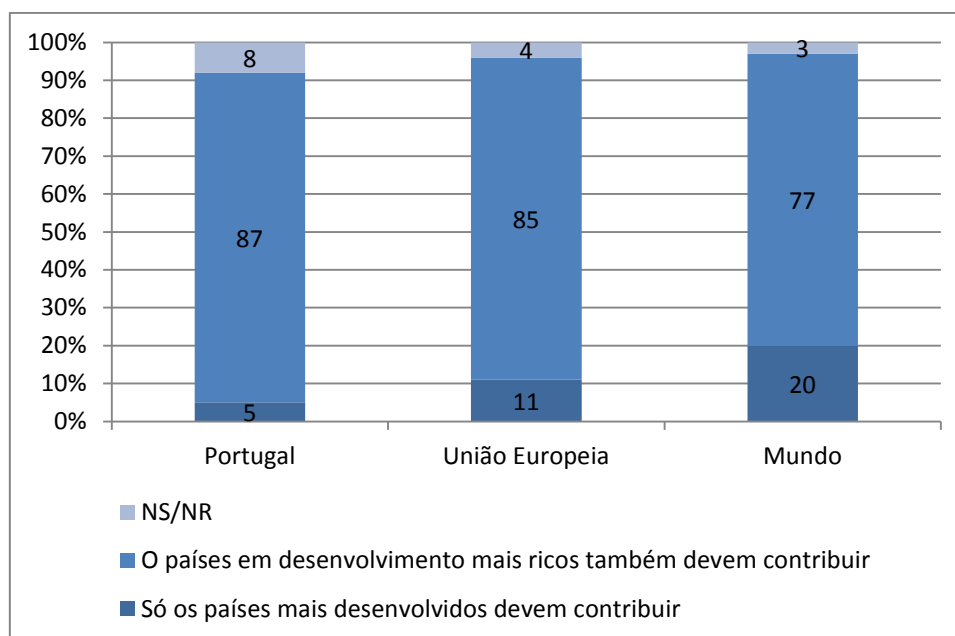
Partindo das notas qualitativas dos debates em cada mesa verifica-se que este tema reintroduz na discussão a questão anterior e a justiça dos contributos de cada país em termos de objetivos de combate às alterações climáticas, ainda que, neste caso, se esteja a falar de possíveis contributos financeiros para um fundo comum de apoio para a área do clima. Para além do esgrimir de argumentos sobre as responsabilidades e as possibilidades de cada um para contribuir, surge com grande relevo o tema da monitorização e fiscalização. Aliás, parece perpassar pelas notas das diferentes mesas um sentimento de uma certa insegurança em relação a dois aspetos ligados ao tema do Fundo Verde Climático. Por um lado, a capacidade de garantir que os países vão mesmo cumprir com os compromissos que assumirão em termos de financiamento. Sobre este tema é aliás apontada a ineficácia dos próprios objetivos nacionais anuais de apoio ao desenvolvimento, que na maioria dos países ficam muito aquém do prometido. Por outro, a insegurança sobre como controlar os investimentos que serão feitos, uma vez recolhidos os fundos necessários para a ação. A este nível, a abstração e a distância a que um fundo desta natureza teria que ser gerido - a nível global -

parece levantar sérias questões aos participantes sobre a praticabilidade em termos de aplicação e a real capacidade de monitorizar a sua implementação. No seguimento destes receios, surge também a proposta de que a transferência de tecnologia é uma melhor opção do que a transferência de dinheiro, ainda que o papel benigno da tecnologia não seja reconhecido por todos os participantes, pois para alguns ela está no centro dos problemas com a poluição, exploração de mão-de-obra barata e de recursos naturais.

Ao mesmo tempo, o Fundo e o acesso ao mesmo são também entendidos, por alguns, como uma ferramenta de atração de mais países a um acordo global em Paris, em Dezembro deste ano.

Em termos de comparação internacional, a tendência para considerar que só os países mais ricos é que devem contribuir aumenta à medida que alargamos o território de comparação. De qualquer modo, a resposta que é sempre claramente dominante em cada contexto é a de que o financiamento do Fundo deve ser também assegurado pelos países em desenvolvimento com rendimento mais elevado (figura 51).

Figura 51. Opinião sobre quem deve contribuir para o Fundo Verde Climático em Portugal, na UE e no mundo (%)



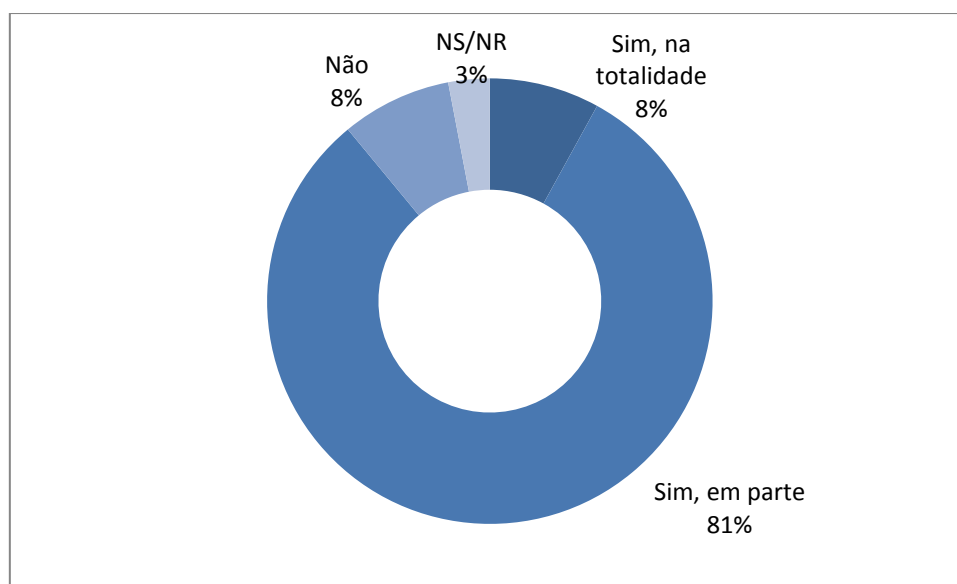
Quanto à possibilidade das cidades acederem ao Fundo Verde Climático, a resposta maioritária é positiva, reforçando opiniões anteriores que apontam para a importância

da ação a nível local e regional. O mesmo acontece quando se compara com as respostas mundiais e na União Europeia, onde esta opinião é sempre claramente maioritária.

Os participantes com habilitações até ao 9º ano de escolaridade são quem surge a apoiar menos este acesso aos fundos por parte da administração local, essencialmente devido ao número mais elevado de não respostas.

Ainda ligado ao tema do financiamento, outra das questões colocadas era se os esforços dos países em desenvolvimento deviam depender apenas do financiamento por parte dos países desenvolvidos, ou se este financiamento devia ser apenas parcial. Neste caso, de novo há uma resposta claramente maioritária, com 81% dos participantes a considerarem que a dependência de financiamento externo deve ser apenas parcial (figura 52).

Figura 52. Os esforços dos países em desenvolvimento devem depender apenas do financiamento dos países desenvolvidos? (%)

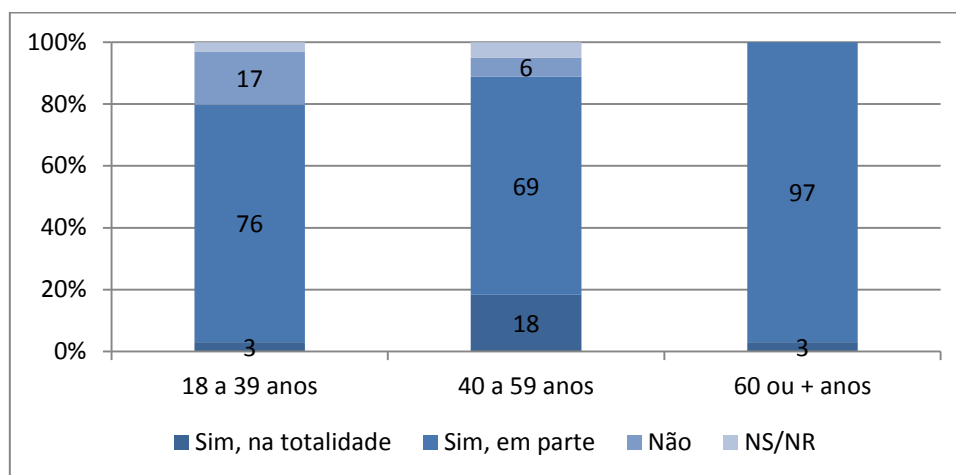


N - 107

Em relação a esta questão a idade volta a surgir como única variável de caracterização diferenciadora, apontando para o facto de os jovens parecerem estar menos recetivos ao apoio dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento. Perante o padrão de resposta geral, é óbvio que a resposta que aponta para a necessidade de conjugar financiamento externo e o financiamento dos próprios países em desenvolvimento é

sempre majoritária em todos os escalões etários, mas ainda assim, pareceu-nos relevante sublinhar este aspeto que vem um pouco na linha de algumas observações realizadas anteriormente (figura 53).

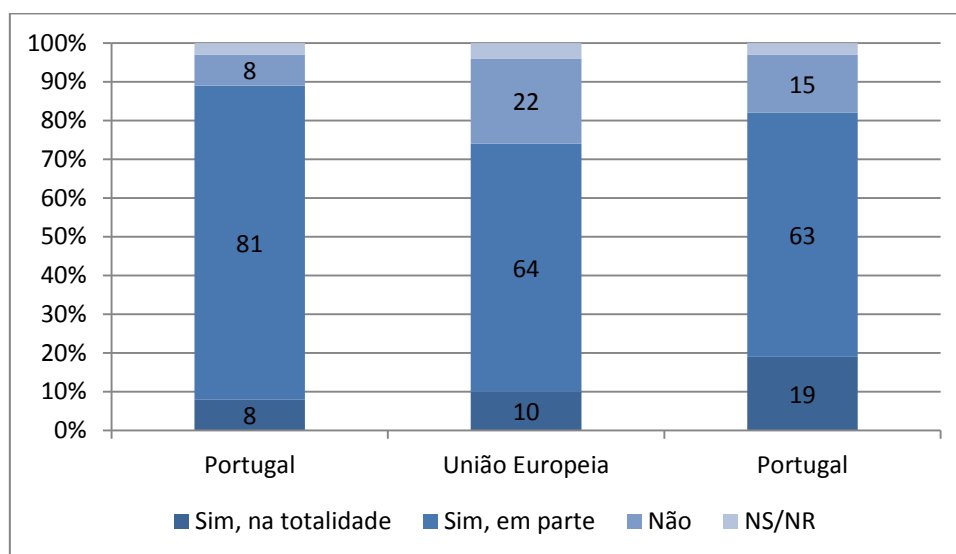
Figura 53. Opinião sobre se o esforço dos países em desenvolvimento deve depender de financiamento dos países desenvolvidos, segundo a idade



N - 107

Claro que numa comparação internacional as respostas assumem uma distribuição um pouco diferente, com um evidente aumento no número de pessoas que consideram que a dependência dos países em desenvolvimento face ao financiamento dos países desenvolvidos deve ser total quando consideramos as respostas a nível mundial, com uma óbvia redução nas respostas na categoria que aponta para a partilha de responsabilidades de financiamento. De qualquer modo, é sempre esta que se assume como a resposta predominante (figura 54).

Figura 54. Opinião sobre se o esforço dos países em desenvolvimento deve depender de financiamento dos países desenvolvidos em Portugal, na UE e no mundo

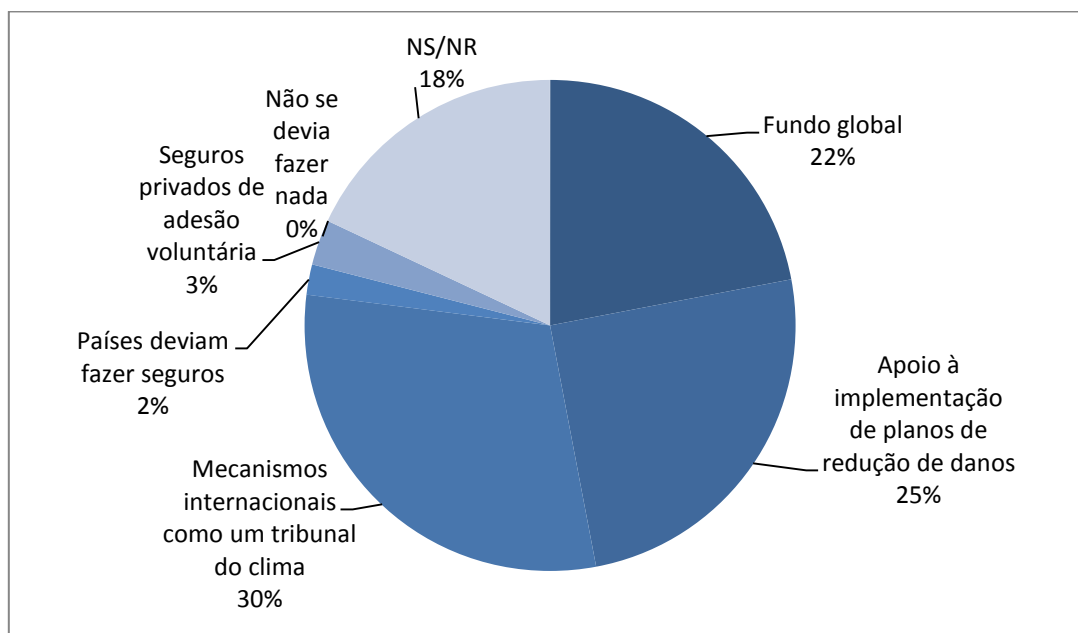


Para terminar esta parte foi apresentado um conjunto de opções e perguntou-se qual delas deveria ser incluída no próximo acordo sobre o clima, no sentido de enquadrar e ajudar a resolver as perdas e danos associados aos impactos das alterações climáticas. O facto é que os cientistas prevêm que as alterações climáticas irão causar fenómenos extremos como episódios de seca, ondas de calor e inundações mais frequentes. Estes eventos climatéricos extremos terão custos, que se vêm juntar aos custos de mitigação e adaptação. Como poderão ser pagos?

As propostas apresentadas incluíam a criação de um fundo global para esse fim (escolhida por 22% dos participantes), ajuda aos países para desenvolverem planos de ação para reduzir os possíveis danos (25%), a criação de mecanismos internacionais, como um tribunal do clima (30%), para lidar com os processos sobre esta matéria – a mais escolhida –, até propostas na área dos seguros (2%).

Para além destas opções de resposta, há ainda que sublinhar o elevado número de não respostas, que se cifrou em 18% (figura 55).

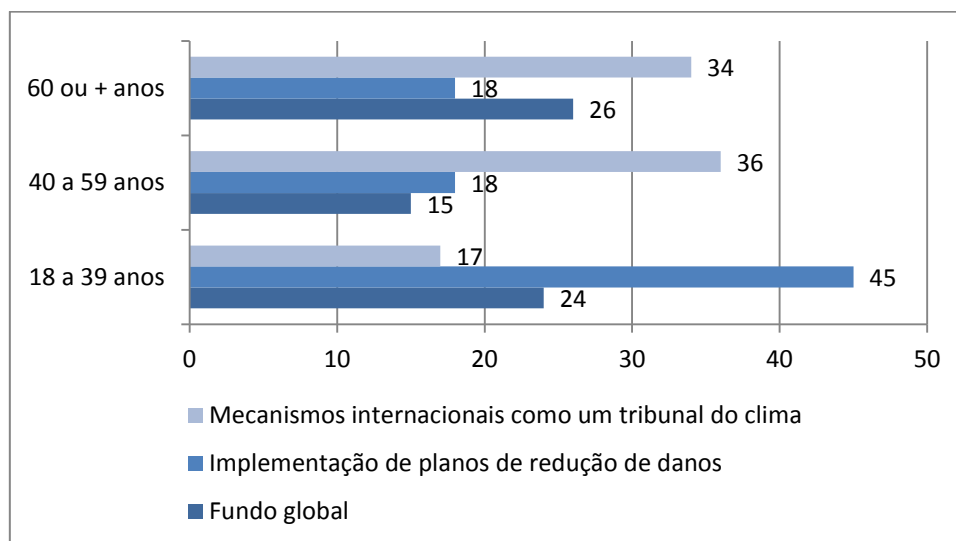
Figura 55. Opções a integrar no futuro acordo para lidar com os danos das alterações climáticas (%)



N – 107

Os mais jovens voltam a ser os que apresentam respostas que se destacam, com um claro apoio ao desenvolvimento e implementação de planos de redução de danos e com um menor número de respostas na opção de criação de um tribunal internacional do clima (figura 56).

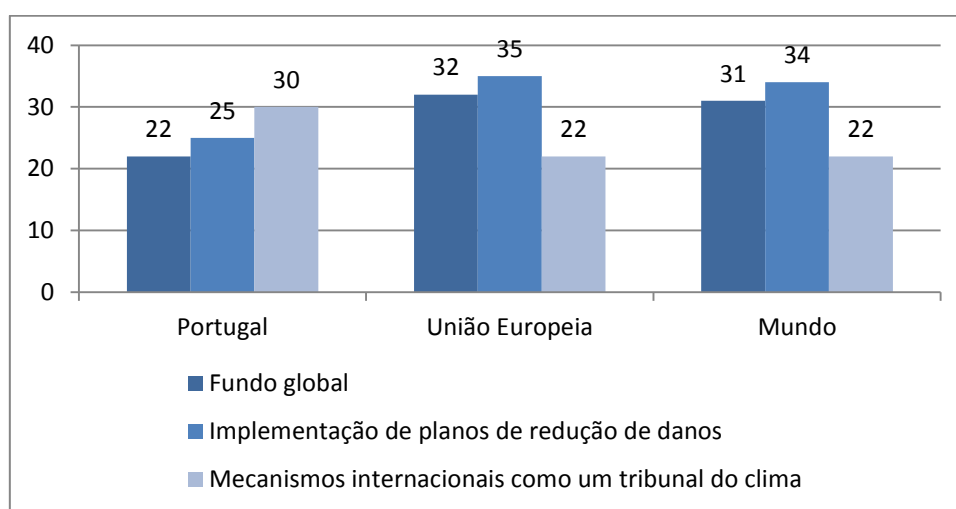
Figura 56. Opinião sobre qual a opção a integrar no futuro acordo para lidar com os danos das alterações climáticas, segundo a idade (%)



N - 82

A proposta de apoiar o desenvolvimento de planos de redução de danos é a que recebe maior apoio a nível mundial e da UE. Estes resultados diferem de forma clara dos registados em Portugal que tal como apresentado anteriormente, dão maior destaque à criação de um tribunal internacional sobre o clima (figura 57).

Figura 57. Opinião sobre qual a opção a integrar no futuro acordo para lidar com os danos das alterações climáticas em Portugal, na UE e no mundo (%)

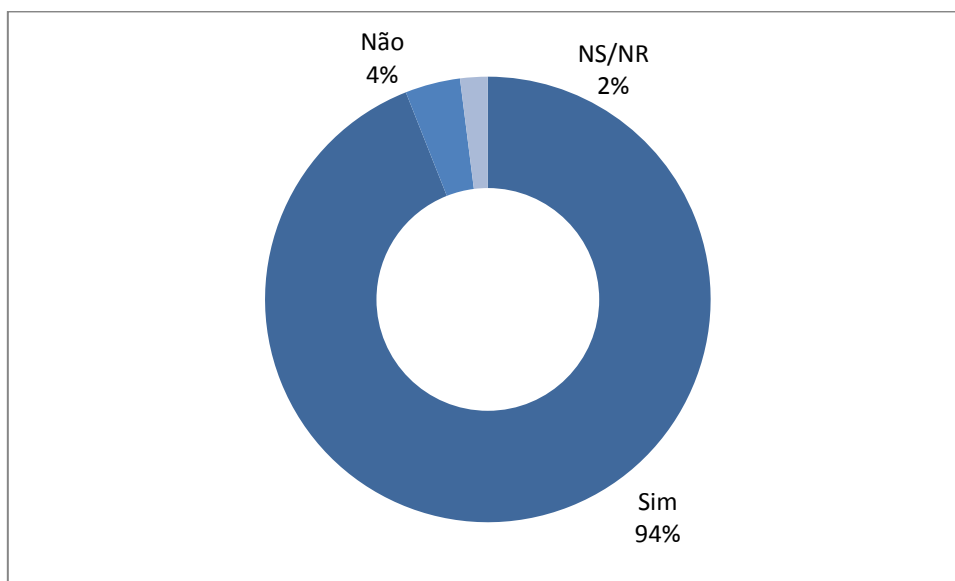


2.5. Fazer promessas sobre o clima e mantê-las

A quinta parte incidiu sobre como assegurar que os países cumprem as suas promessas climáticas e encorajá-los para fazerem novas. Deverão os países poder inspecionar as ações pelo clima uns dos outros? Deverão ser inspecionados por alguém? Este foi o momento para abordar temas como a transparência, os relatórios de progresso e a preparação e implementação de planos e ações.

Uma das questões colocadas prende-se com a possibilidade do Acordo de Paris integrar a proposta dos compromissos de ação climática poderem ser atualizados a cada 5 anos, sem que tal implique a negociação de um novo acordo. Esta possibilidade mereceu um amplo apoio entre os participantes portugueses (94%), que em nada se distingue do apoio registado a nível mundial (92%) e na UE (95%).

Figura 58. Concordância com a possibilidade dos países poderem atualizar os seus compromissos de ação climática a cada 5 anos (%)



N - 107

No âmbito do debate desta questão nas mesas, voltou a surgir a questão da flexibilidade versus a natureza vinculativa que um acordo desta natureza deveria integrar. De novo, não foi uma questão consensual, mas a tendência maioritária foi para considerar que um acordo exigente e vinculativo deve ser o objetivo final, mas sem perder de vista a individualidade de cada um. Ou seja, “pode ser global mas devemos ser flexíveis para ter em consideração determinadas características de alguns países. Dar-lhes a oportunidade de poderem contribuir na mesma, mas de outras formas” ou “isto não pode significar perder a identidade cultural. Os acordos devem levar em consideração que cada local tem uma realidade, uma história, uma cultura”.

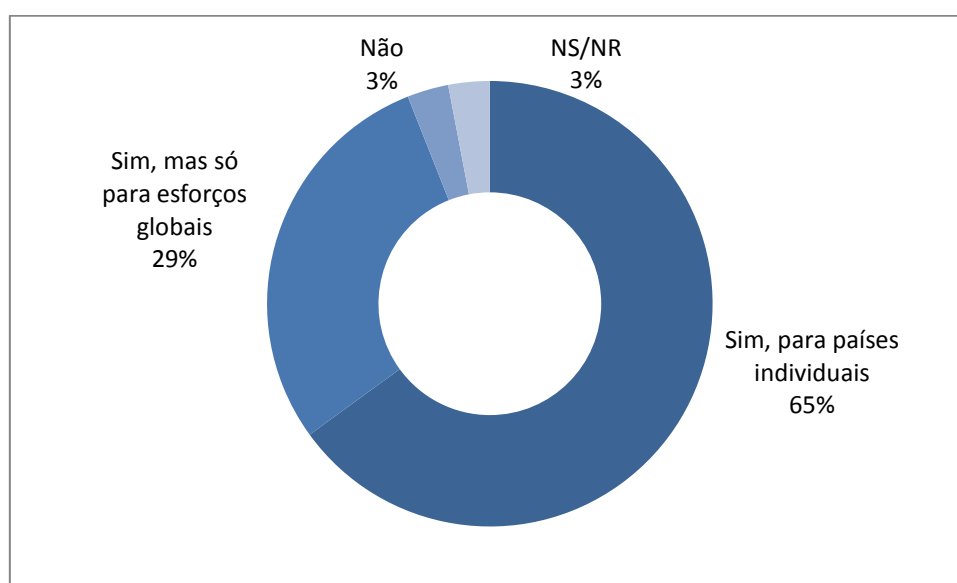
De referir ainda que em várias mesas foi sugerido que se avançasse com acordos regionais, caso o acordo global não assuma as características pretendidas, sendo dado o exemplo da União Europeia e da capacidade que tem tido para “forçar” a implementação de acordos desta natureza.

Dada a concentração de respostas numa categoria, que demonstra a consonância de opiniões entre os participantes na consulta pública, as variáveis de caracterização não apresentam qualquer poder explicativo.

Uma outra questão complexa em discussão prende-se com a possibilidade das Nações Unidas terem a autoridade para fazer relatórios que avaliem o contributo e a justiça

das ações climáticas dos países. As opções colocadas aos participantes na consulta pública previam que esta autoridade pudesse ser aplicável a países individuais, sendo outra hipótese, só o poder ser para esforços conjuntos globais. As respostas recolhidas apontam para um maior apoio à primeira opção (65%), sendo que a segunda recebe o apoio de cerca de 29% dos que participaram (figura 59).

Figura 59. Concordância com a autoridade das Nações Unidas para fazer relatórios de avaliação (%)



N - 107

Durante o debate das mesas foi por diversas vezes referida a necessidade de monitorização e fiscalização, desde logo como forma de assegurar a transparência sobre o que está a ser feito e quais os seus resultados, O facto de cerca de 29% considerarem que a monitorização deve ser feita, mas apenas para os esforços globais prende-se mais com o reconhecimento da dificuldade em monitorizar de forma muito pormenorizada todos os países, bem como fazê-los aceitar tal obrigação, do que propriamente uma expressão de discórdia em relação à necessidade de monitorizar. Da análise do relato das mesas depreende-se que existe uma compreensão da dificuldade e complexidade do processo de monitorização (a sua aceitação e monitorização), pelo que, muito embora haja uma defesa clara da necessidade de transparência em relação a este assunto, há igualmente alguma flexibilidade em relação à definição do modelo final de monitorização/fiscalização:

Se os países querem ajuda, têm que aceitar ser fiscalizados.

A forma de fazer todos aderirem é com acesso ao dinheiro do fundo, mas quem adere tem que aceitar a fiscalização.

Um outro aspeto relacionado com o processo de monitorização e sublinhado com frequência ao longo do debate é a necessidade de garantir a idoneidade de quem avalia, sendo que nesse campo as Nações Unidas são frequentemente referidas como a melhor entidade para assumir essas funções. Não obstante a preferência pela ONU, também é sugerida a intervenção de entidades da sociedade civil, como por exemplo, as ONG.

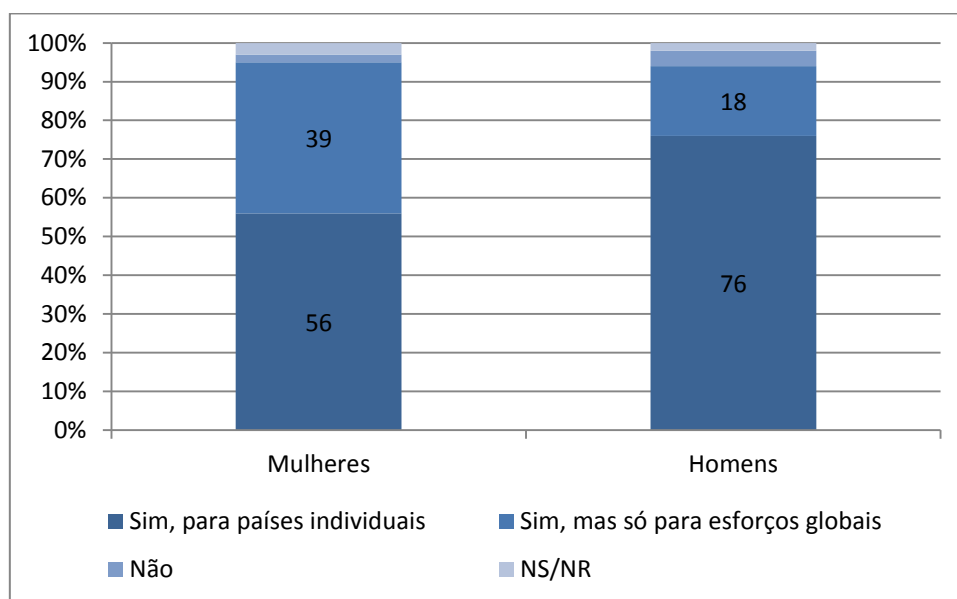
Deve ser feito através de uma entidade neutra. Tem de haver uma igualdade de critérios. Acho que o controlo entre vários países desvirtua o sistema. Tem de ser supranacional e neutra.

Só com as Nações Unidas é que é viável avançar e implementar e fiscalizar medidas. É uma entidade independente, transparente e transnacional, com todos os países lá representados. Como a ONU já foi criada para debater e tratar assuntos que dizem respeito a todos os países, não faz sentido criar outra entidade.

Ao mesmo tempo, a necessidade de fiscalização torna-se particularmente evidente entre os participantes, quando se fala de países que estão a ser apoiados para implementar medidas de combate às alterações climáticas. Neste contexto, é maioritariamente defendido que os países que recebem ajuda têm estar disponíveis para serem monitorizados.

Neste caso só o sexo parece introduzir diferenças relevantes nas respostas, com as mulheres a assumirem, com maior frequência do que os homens, a opção de limitar a autoridade das Nações Unidas apenas aos esforços globais (39% vs 18%), sendo também muito mais claro ao apoio dos homens a uma ação mais “musculada” por parte da ONU em relação à monitorização do contributo e justiça das ações climáticas dos países individuais (figura 60).

Figura 60. Opinião sobre se as Nações Unidas devem ter autoridade para fazer relatórios de avaliação, segundo o sexo (%)

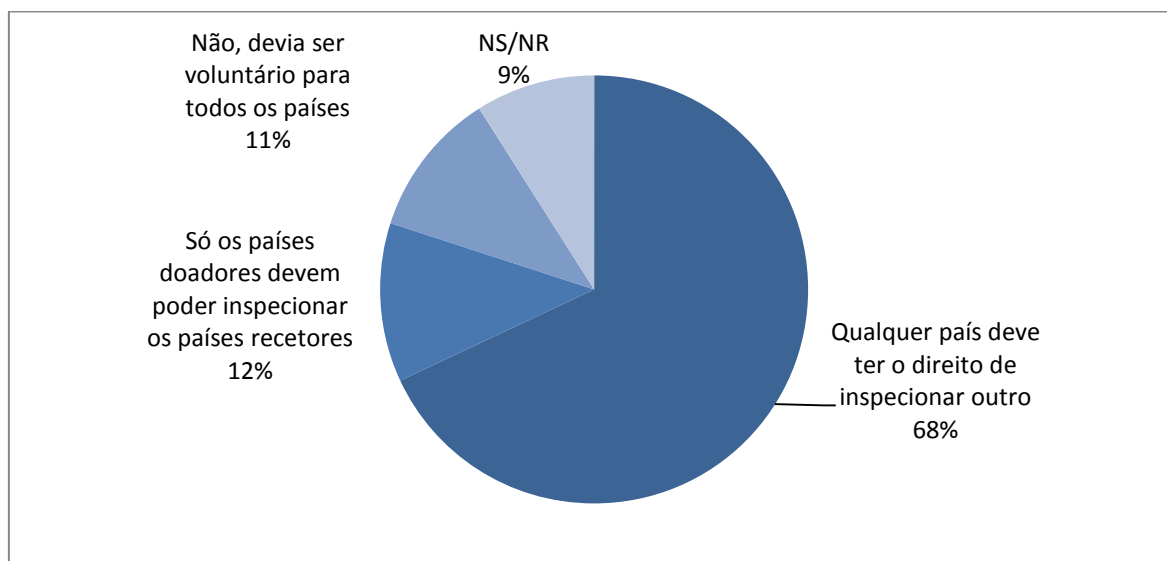


N - 107

Os resultados a nível internacional praticamente não diferem dos registados em Portugal.

Uma pergunta algo semelhante, no sentido em que se prendia com o direito de inspecionar ou monitorizar os relatórios dos outros países sobre os esforços de mitigação e adaptação, mas, neste caso, feito por outros países, também foi integrada, sendo que a resposta maioritária aponta no sentido de qualquer país dever ter o direito de inspecionar os outros (68%) (Figura 61).

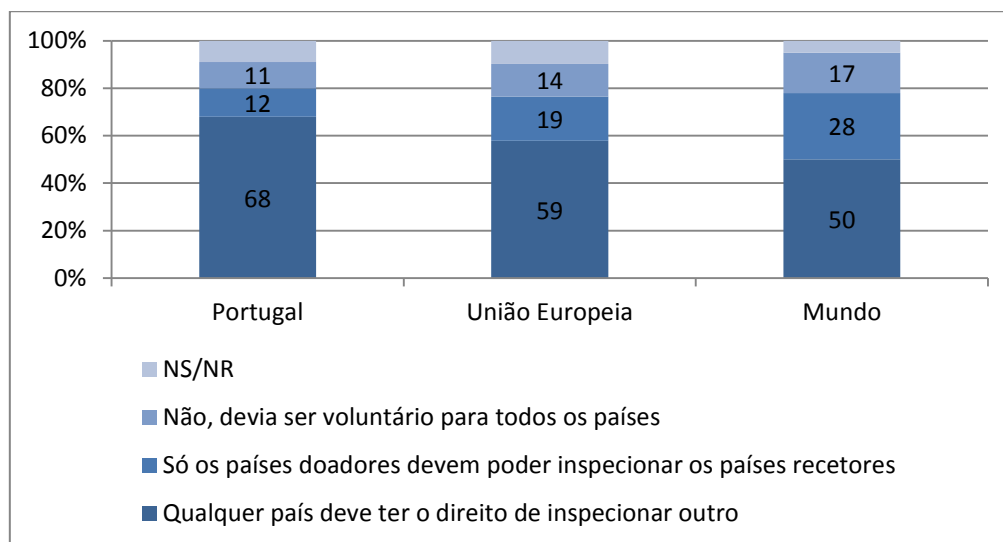
Figura 61. Direito dos países a inspecionarem os relatórios de outros países sobre os esforços de mitigação e adaptação (%)



N – 107

Se as variáveis de caracterização não são relevantes para analisar os padrões de resposta a esta questão, já a comparação internacional revela tendências interessantes, nomeadamente a redução das respostas na primeira opção de resposta quando consideramos o nível mundial e um aumento das respostas que incluem restrições à inspeção e monitorização dos esforços dos países (figura 62).

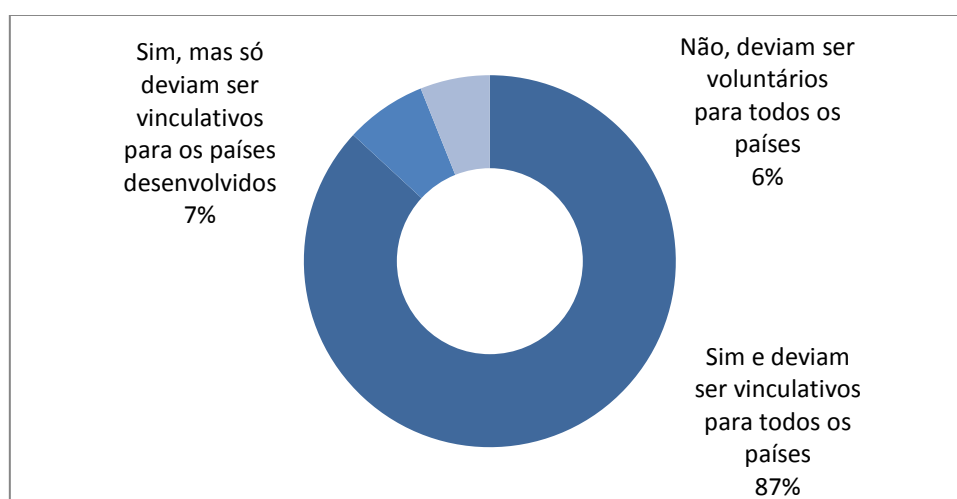
Figura 62. Opinião sobre o direito dos países a inspecionarem os relatórios de outros países sobre os esforços de mitigação e adaptação em Portugal, na UE e no mundo (%)



As duas últimas questões colocadas na quinta parte da consulta pública também recolheram um amplo consenso entre os participantes.

A primeira referia-se à possibilidade do futuro acordo de Paris incluir objetivos nacionais de curto prazo e destes poderem ser vinculativos. A opção de resposta mais escolhida vai neste sentido, ao afirmar que o acordo deveria incluir objetivos nacionais e que estes deveriam ser vinculativos (86%). Só 7% consideram que esta obrigação deveria apenas ser aplicável aos países desenvolvidos (figura 63).

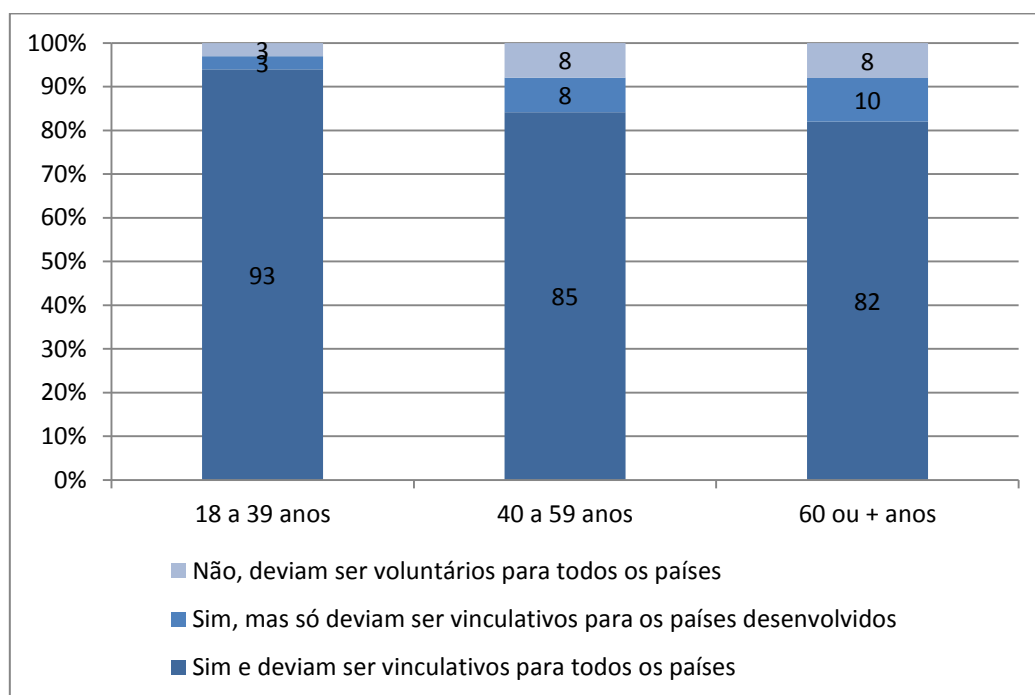
Figura 63. Inclusão de objetivos nacionais de curto prazo no acordo de Paris e qual a sua natureza



N - 107

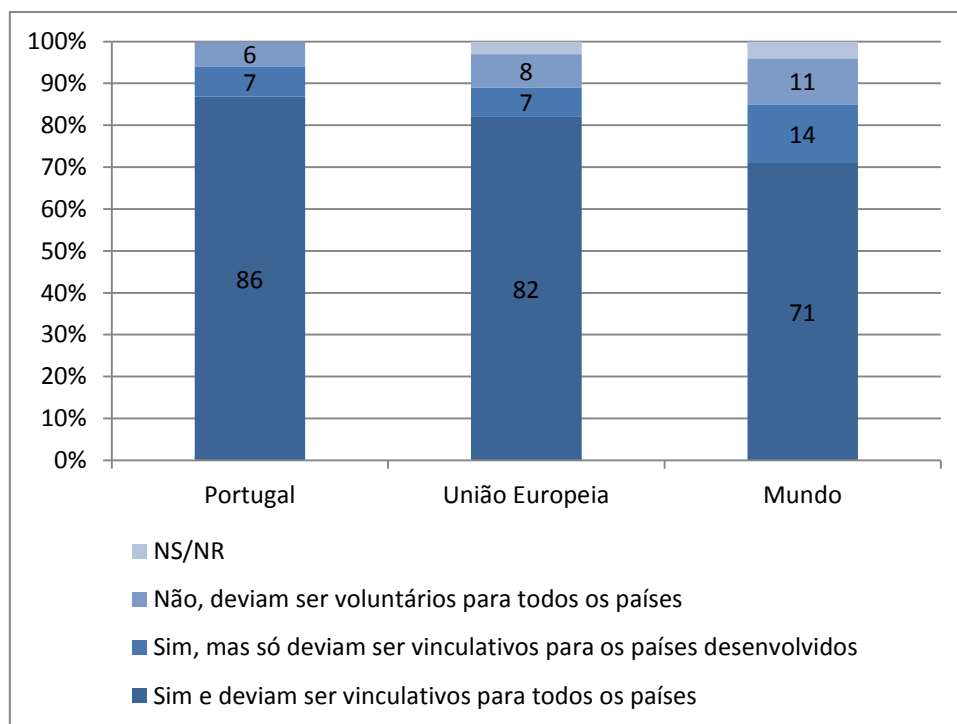
Em termos de variáveis de caracterização, apenas vale a pena destacar a ligeira tendência mais marcada por parte dos mais jovens para apoiarem a existência de compromissos nacionais de curto prazo no futuro acordo de Paris, bem como a sua natureza vinculativa para todos os países (figura 64).

Figura 64. Inclusão de objetivos nacionais de curto prazo no acordo de Paris e qual a sua natureza, segundo a idade



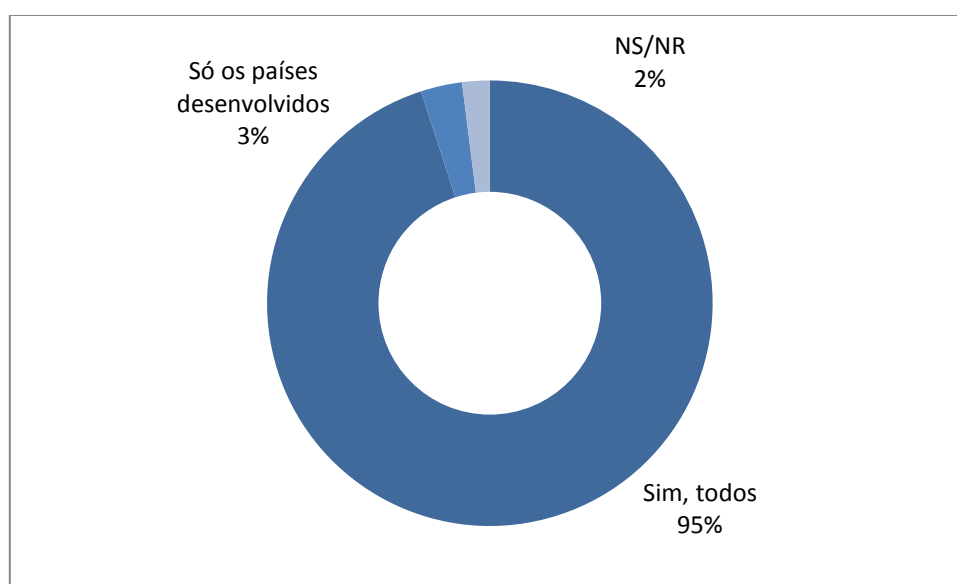
N - 107

Figura 65. Opinião sobre a inclusão de objetivos nacionais de curto prazo no acordo de Paris e qual a sua natureza, em Portugal, na UE e no mundo



A última questão desta quinta parte prendia-se com a desejabilidade dos países publicarem um relatório anual sobre as suas emissões a dar conta dos progressos feitos no sentido de cumprir as suas promessas de ação climática. De novo a consonância de respostas por parte dos participantes foi muito significativa, pelo que 95% defendem que todos os países devem publicar um relatório anual sobre as suas emissões, que relate o progresso feito em termos de contributos (figura 66). Neste contexto as variáveis de caracterização não merecem referência.

Figura 66. Opinião sobre a necessidade de publicação de um relatório anual por parte dos países



N - 107

Já no que concerne à comparação internacional, verifica-se também uma enorme consonância nas respostas, havendo apenas a registar um valor ligeiramente mais baixo de apoiantes da apresentação de um relatório de progresso com base anual quando se analisam os resultados a nível mundial. Ainda assim, estamos perante uma pequena diferença (90% vs 95 na UE e em Portugal).

Finda a explicitação dos resultados nas cinco áreas temáticas propostas para debate, segue-se o capítulo 2 que examina em maior detalhe a comparação dos resultados obtidos em Portugal com outros países europeus e com os países de língua oficial portuguesa.

CAPÍTULO 3. A COMPARAÇÃO INTERNACIONAL

Muito embora ao longo da apresentação de resultados anterior se tenha integrado uma comparação dos resultados registados em Portugal, com os resultados registados no conjunto dos países participantes (definidos como o mundo) e no conjunto de países da União Europeia que participaram nesta iniciativa de consulta, neste capítulo apresentam-se as comparações individuais com alguns países. A seleção destes países seguiu essencialmente dois critérios. Num caso, pretende-se ilustrar as diferenças e semelhanças que se observam em países da União Europeia, mas de diferentes localizações geográficas, de forma a permitir uma comparação entre os países do norte, do centro e do sul da Europa. Para esta análise mais detalhada foram selecionadas a Dinamarca, a França, a Alemanha e a Espanha.

O segundo caso procura aplicar a mesma lógica, mas a um conjunto de países que partilham com Portugal a língua portuguesa e que participaram nesta consulta pública, nomeadamente, o Brasil, Moçambique e Cabo Verde.

3.1 Comparações europeias

Como referido atrás, a comparação dos resultados obtidos a nível europeu envolveu países de diferentes regiões na Europa e com diferentes características sócio-económicas, de forma a procurar identificar tendências de resposta que possam ser relevantes para compreender as posições europeias sobre clima e energia. Os países selecionados para a comparação foram: a Dinamarca, a França, a Alemanha e a Espanha.

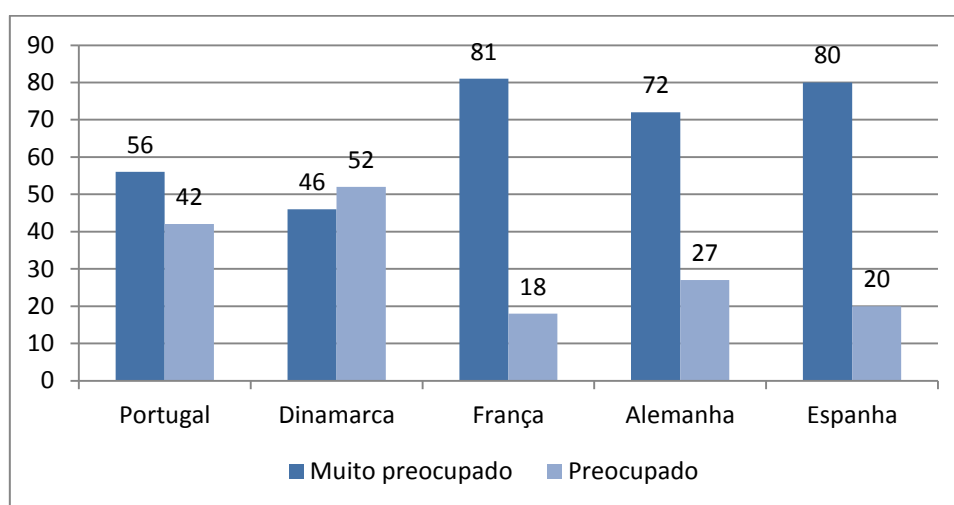
Tal como nos capítulos anteriores, será respeitada a estrutura do questionário aplicado ao longo da consulta e será ela que servirá de guia à apresentação de resultados.

3.1.1. A importância de intervir sobre as alterações climáticas

O nível de preocupação com os impactos das alterações climáticas é muito elevado em todos os países, com a quase totalidade das respostas a distribuírem-se entre a

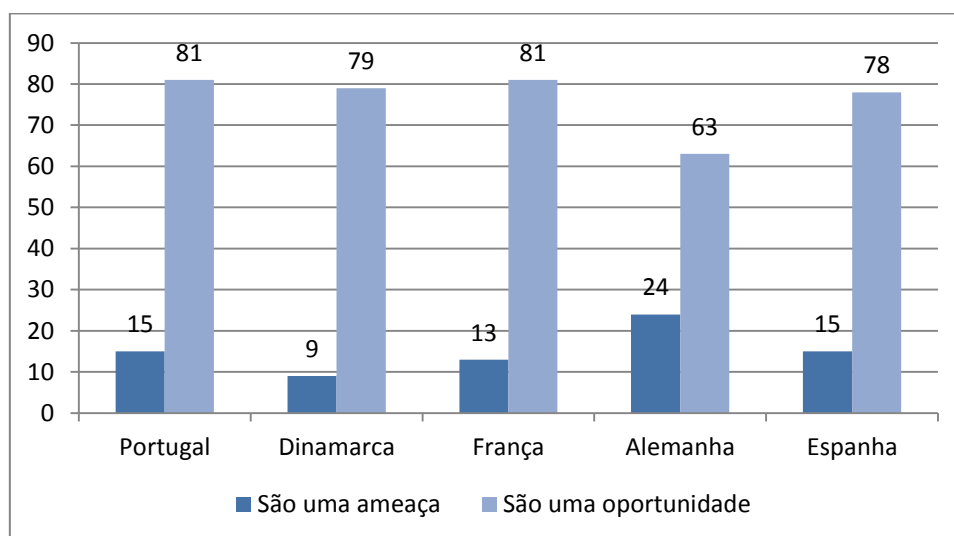
categoria de «muito preocupado» ou «preocupado». Tal como já apresentado em relação a Portugal, a Dinamarca distingue-se dos restantes países europeus considerados por ter uma distribuição bastante equitativa das respostas entre a primeira e segunda categorias, sendo aliás, o único onde mais de 50% das respostas estão na segunda categoria (figura 67).

Figura 67. Nível de preocupação com os impactos das alterações climáticas em diferentes países da UE (%)



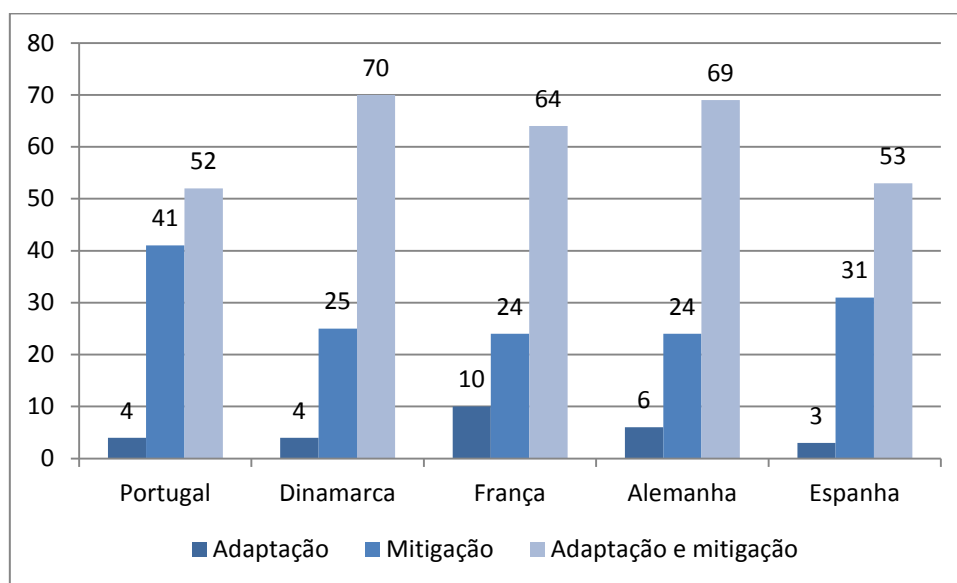
Quanto aos possíveis impactos das medidas tomadas para combater as alterações climáticas na qualidade de vida dos cidadãos europeus, é na Alemanha que se regista o maior número de cidadãos que consideram que estas podem ser uma ameaça (24%) e em França em Portugal onde é mais frequente a posição contrária, estas são vistas, essencialmente, como uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida (figura 68).

Figura 68. Opinião sobre as medidas para combater as alterações climáticas em diferentes países da UE (%)



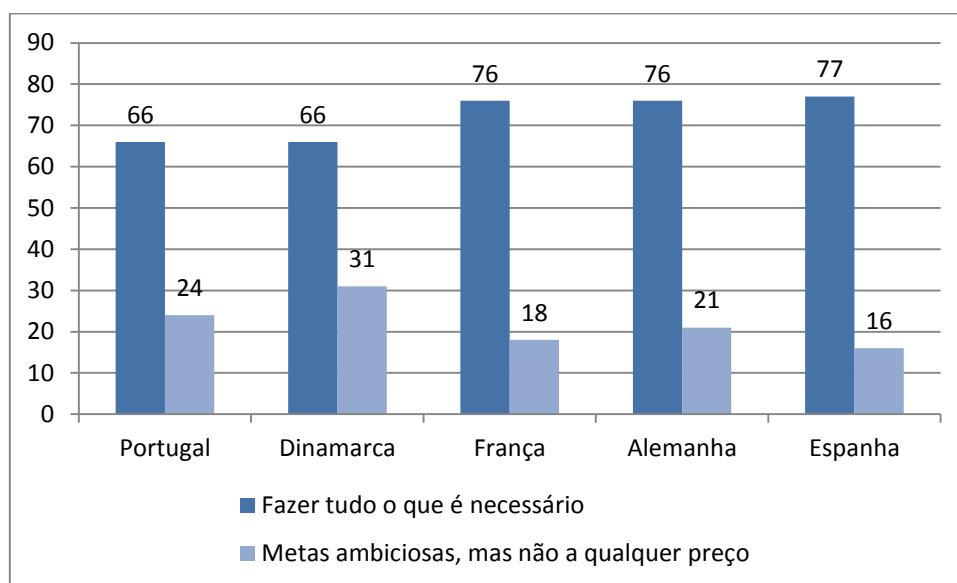
Sobre o que deverá ser o foco dos esforços globais nas próximas décadas para enfrentar o problema das alterações climáticas parece existir um amplo consenso entre os cidadãos dos cinco países em análise, com um claro enfoque numa conjugação de esforços ao nível da adaptação e da mitigação. Não obstante este aparente consenso, é entre os países mais a sul (Portugal e Espanha) que se regista o maior número de opiniões que defendem que o foco deveria ser sobretudo na mitigação, ou seja, no desenvolvimento de ações que visem reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. O facto das consequências das alterações climáticas poderem vir a ser muito mais severas nos países do sul da Europa do que nos do centro e norte, associado a uma experiência recente de escassez de recursos financeiros e, logo, a uma eventual mais presente consciência da necessidade de definir prioridades onde se deve investir, poderão estar na base deste diferente padrão de resposta entre os países do sul e do centro e norte da Europa (figura 69).

Figura 69. Opinião sobre qual deverá ser o foco dos esforços globais nas próximas décadas em diferentes países da UE (%)



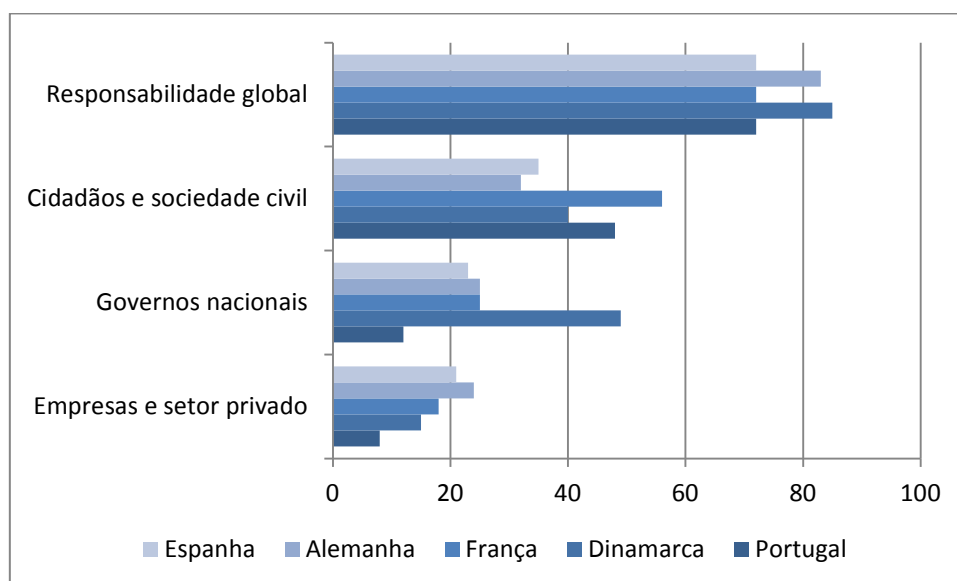
Quando questionados sobre o grau de urgência com que o mundo deve intervir sobre o problema das alterações climáticas, a opinião claramente maioritária em todos os países analisados é a de que na Conferência de Paris deve ser feito tudo o que for necessário para garantir que o objetivo de limitar a subida da temperatura global a 2 graus Celsius será atingido. A posição que assume que as ações ambiciosas para reduzir a temperatura (ou melhor, para limitar o seu aumento) não devem ser acordadas e implementadas a qualquer preço, é mais expressiva na Dinamarca (32%) e, como já vimos anteriormente, em Portugal (24%), seguidos da Alemanha (21%). É em Espanha que esta posição surge com menor expressão (16%) (figura 70).

Figura 70. Opinião sobre qual o grau de urgência com que o mundo deveria intervir sobre o problema das alterações climáticas em diferentes países da UE (%)



O tema da responsabilidade pela ação é um dos temas sensíveis no âmbito do debate sobre alterações climáticas, e foi uma das áreas abordadas nesta consulta pública sobre clima e energia. Ainda que seja uma questão sensível, existe um consenso alargado na importância da ação a nível global e, logo, de se tratar de uma responsabilidade de todos os países que poderá ser concretizada, por exemplo, através de um acordo ou tratado internacional sobre o clima. Trata-se de uma opção escolhida sempre por mais de 70% dos cidadãos participantes em cada país, sendo que na Dinamarca e na Alemanha as respostas nesta categoria são acima dos 80%. Os cidadãos e as iniciativas da sociedade civil tendem a ser um pouco menos referidos na Alemanha e em Espanha, sendo também estes países que com maior frequência referem que as empresas e o setor privado devem assumir essa responsabilidade. A intervenção dos governos nacionais é assinalada com maior expressão na Dinamarca (49%) (figura 71).

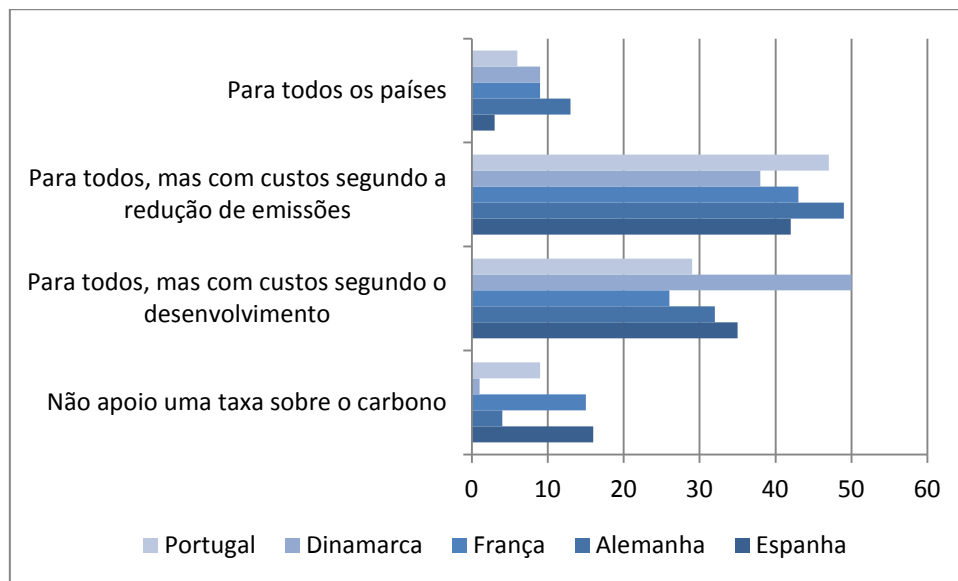
Figura 71. Opinião sobre quem deve ser o principal responsável por intervir sobre as alterações climáticas em diferentes países da UE (%)



3.1.2. Instrumentos para intervir sobre as alterações climáticas

No âmbito do segundo tema proposto para debate, a primeira questão procurava aferir as condições em que o apoio a uma taxa sobre o carbono podia ser mais efetivo. Neste caso, as diferenças entre os países em análise não são muito relevantes, com exceção da Dinamarca, por ser o país que maior apoio demonstra à existência de uma taxa sobre o carbono baseada no nível de desenvolvimento do país, e por ser também onde se regista o menor número de respostas na categoria «Não apoiaria uma taxa dessas» (1%). França e Espanha são os países que assumem a posição contrária, ou seja, onde é mais comum que haja respostas nesta categoria (15 e 16%, respetivamente). Com exceção da Dinamarca, o apoio a uma taxa sobre o carbono com incidência em todos os países, mas com custos progressivamente mais elevados para países que não reduzam as suas emissões, é a opção com maior número de respostas (Figura 72).

Figura 72. Apoio a uma taxa sobre o carbono em diferentes países da UE (%)



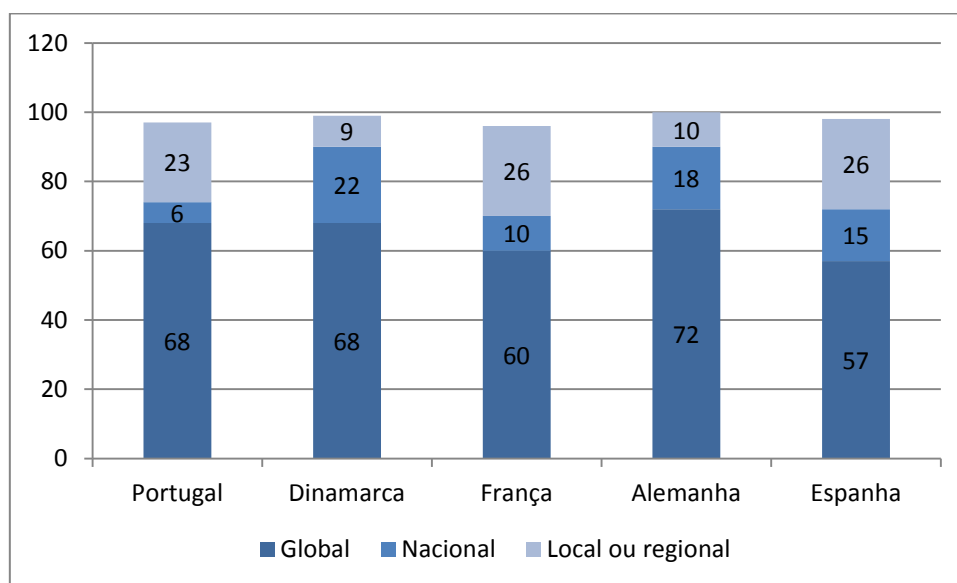
Quanto às medidas preferidas para contribuir para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, o apoio à investigação e desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono recebe um apoio mais pronunciado nos países do centro e norte da Europa do que dos países do sul. Já a atribuição de subsídios às fontes de energia com baixa emissão de carbono recebem menor apoio na Alemanha, talvez devido ao intenso debate que se tem vindo a verificar sobre os apoios dados por este país a estas fontes de energia, em particular após a decisão de progressivamente abandonar a energia nuclear. No sentido oposto encontramos a Espanha, onde nos últimos anos foram implementadas medidas pelo Governo que levaram a uma redução muito significativa destes apoios. As iniciativas, nomeadamente novas leis e exigências, na área da promoção da eficiência energética acabam por ser a medida que recolhe um maior consenso entre todos os países participantes (tabela 1).

Tabela 1. Medidas preferidas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em diferentes países da UE (%)

	Portugal	Dinamarca	França	Alemanha	Espanha
Apoio à investigação e desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono	32	54	45	39	29
Atribuir um preço ao carbono	7	21	13	30	6
Cortar os subsídios dos combustíveis fósseis	32	28	23	38	16
Subsidiar as fontes de energia com baixas emissões de carbono	57	56	47	39	62
Leis para melhorar a eficiência energética	20	23	23	23	24
Novas instituições e práticas económicas	31	14	35	24	46

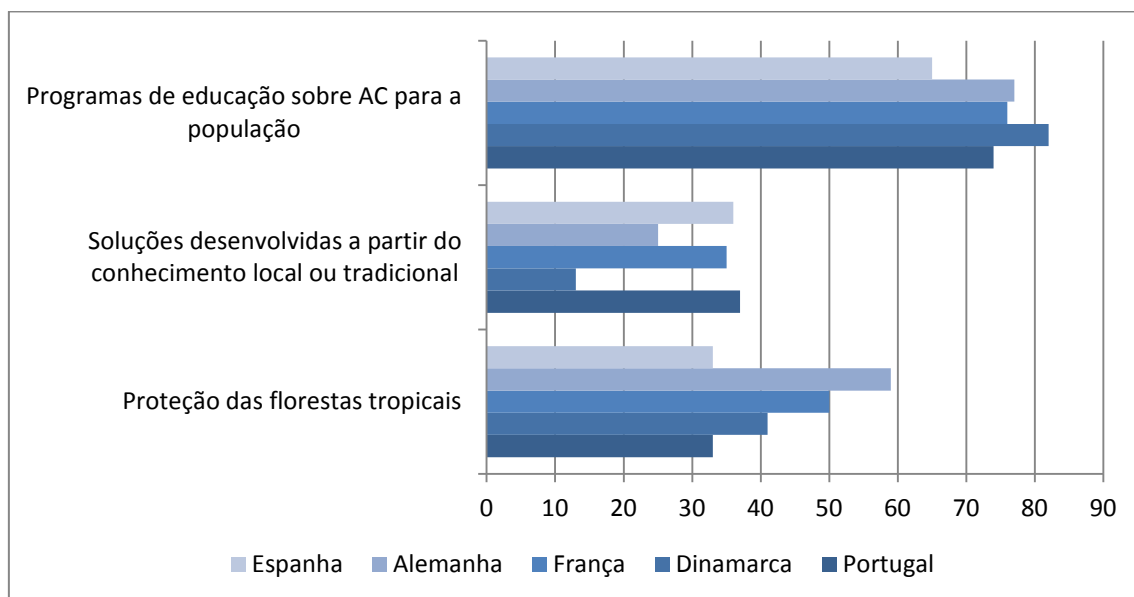
Quando questionados sobre qual a escala onde será mais eficaz lidar com as alterações climáticas, a dimensão global volta a assumir um grande destaque, com respostas quase sempre acima de 60%, sendo ainda interessante observar que é em Portugal (23%), em França (26%) e em Espanha (26%) que as soluções implementadas às escala local e regional são mais frequentemente referidas, acontecendo o contrário com a escala nacional (figura 73).

Figura 73. Opinião sobre a escala de intervenção mais eficaz para lidar com as alterações climáticas em diferentes países da UE (%)



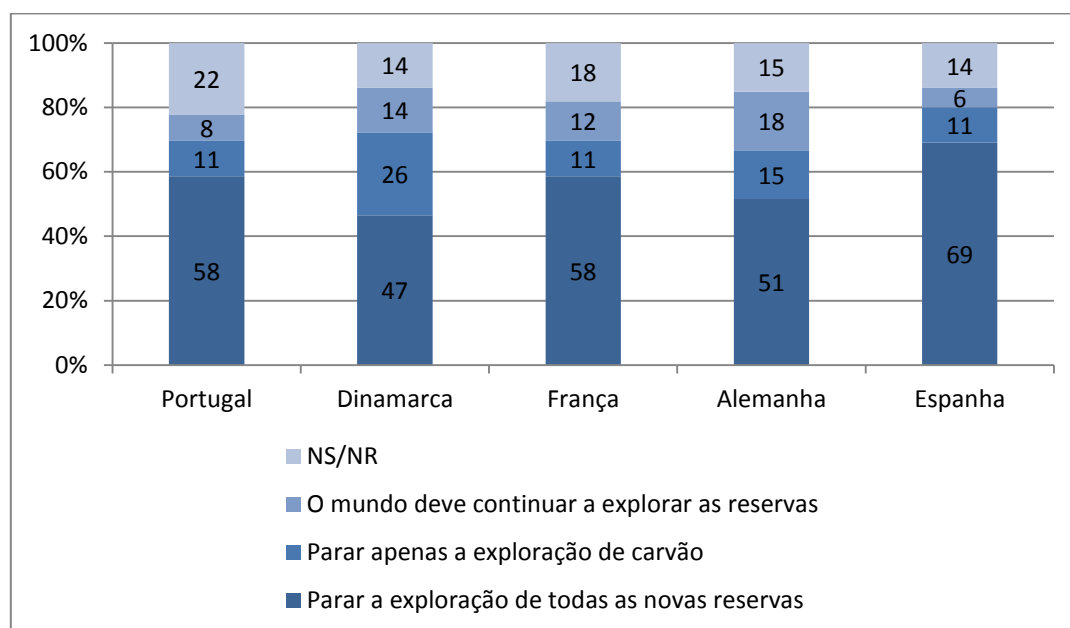
No que diz respeito aos instrumentos que podem ser mais relevantes para reduzir o nível de emissões de gases com efeito de estufa, os programas de educação sobre alterações climáticas dirigidos ao público em geral são os mais referidos em todos os países em análise. Contudo, é interessante notar que no que concerne ao uso de soluções desenvolvidas com base no conhecimento local ou tradicional, são claramente os países do sul e a França, que o sublinham com maior regularidade. Esta tendência vai ao encontro da resposta registada na questão anterior, quando os mesmos países sublinharam a importância da escala local e regional para o combate às alterações climáticas, demonstrando que existe um padrão de resposta de valorização do local, de uma dimensão mais próxima, para abordar este tema complexo. A proteção das florestas tropicais é um tema mais caro aos países do centro e norte da Europa do que para Portugal e Espanha, que não lhe atribuem tanto relevo (figura 74).

Figura 74. Opinião sobre quais os instrumentos mais relevantes para reduzir o nível de emissões de gases com efeito de estufa em diferentes países da UE



Finalmente, foi perguntado aos participantes na consulta pública o que consideram que deve ser feito em relação às novas reservas de combustíveis fósseis, tendo esta sido uma das questões onde houve um maior número de pessoas que optou por não responder à questão, com valores de resposta entre os 14% e os 22%. A opção mais escolhida foi a de defender que a exploração de todas as novas reservas de combustíveis fósseis deve parar (que só não foi acima dos 50% na Dinamarca) (figura 75).

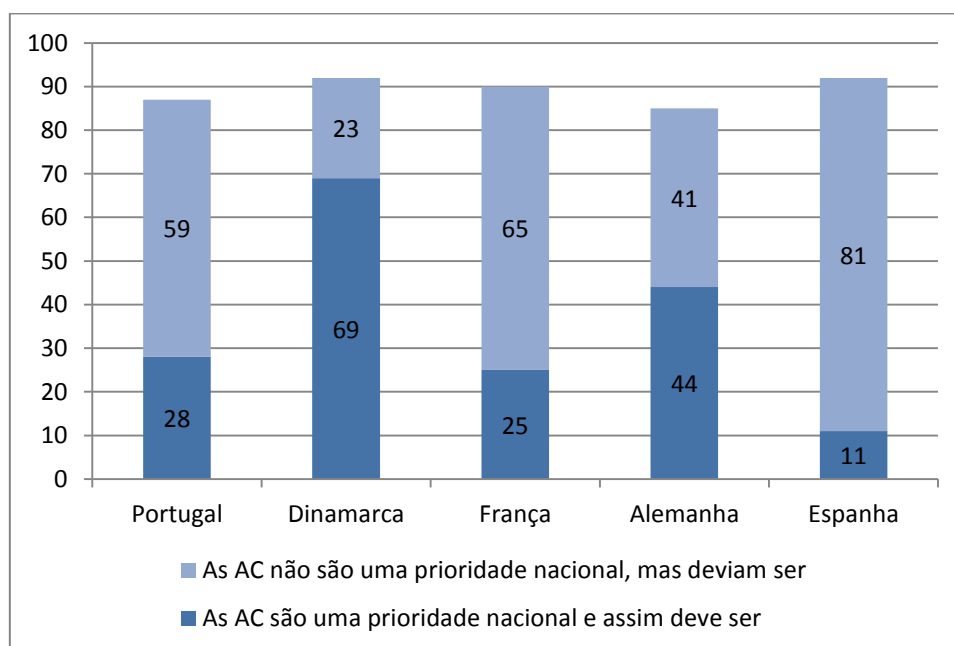
Figura 75. Opinião sobre o que deve ser feito em relação às novas reservas de combustíveis fósseis em diferentes países da UE (%)



3.1.3. As negociações das Nações Unidas e os compromissos nacionais

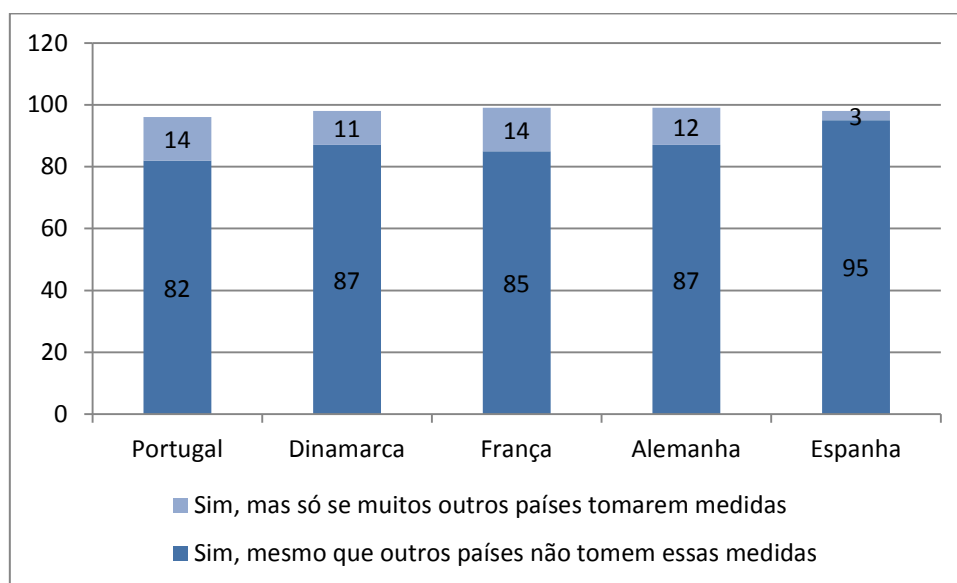
Como ponto de partida para o tema das negociações da Nações Unidas e os compromissos nacionais sobre o tema das alterações climáticas, foi perguntado aos participantes a sua opinião sobre a forma como o país estava a lidar com o tema das alterações climáticas. A este nível a prioridade do tema surge refletida nas respostas dos cidadãos da Dinamarca e Alemanha, sendo que no primeiro caso 69% afirmam que este tema é já uma prioridade nacional e assim deve ser, o mesmo acontecendo com 44% dos cidadãos alemães. Portugal e França apresenta um padrão de resposta aproximado (28% e 25%, respetivamente, ao passo que em Espanha o tema das alterações climáticas parece estar ausente das prioridades nacionais, já que apenas 11% assinalam a primeira opção de resposta, ao passo que 81% referem que este tema não é ainda uma prioridade nacional, mas devia ser (figura 76).

Figura 76. Opinião sobre como o seu país está a lidar com as alterações climáticas em diferentes países da UE (%)



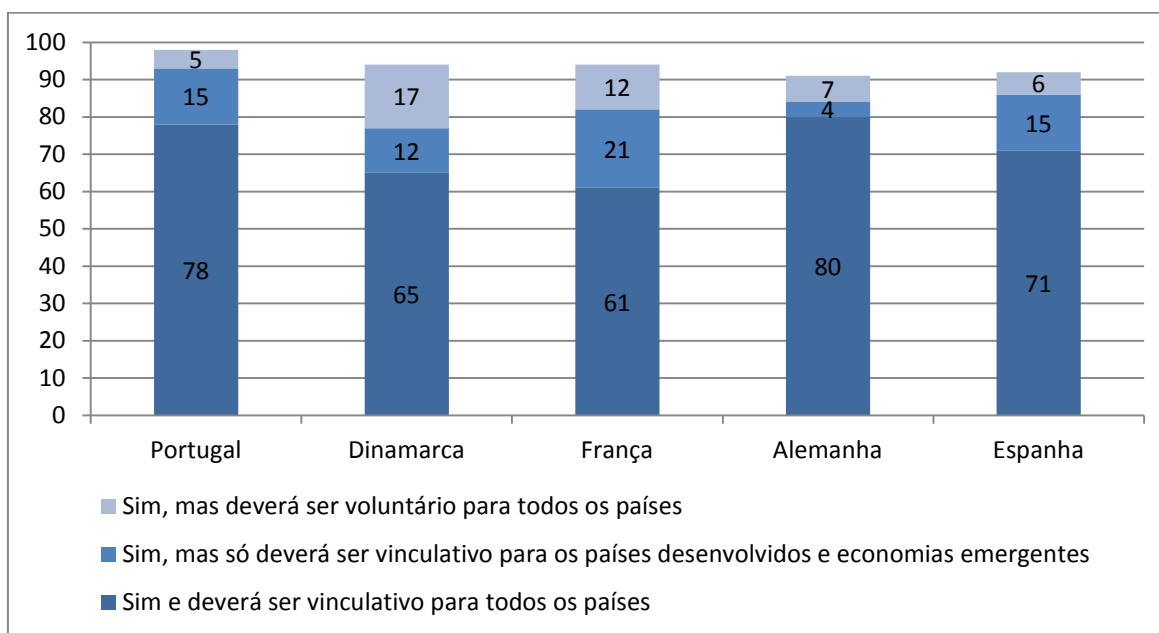
Quanto aos compromissos nacionais que os países devem assumir no âmbito do processo de negociação internacional que já está a decorrer e que, se pretende, culminará na cimeira de Paris em Dezembro de 2015, a tendência claramente maioritária entre os cidadãos dos diferentes países da União Europeia em análise é para considerarem que o seu país deve tomar medidas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa mesmo que outros países não tomem essas medidas. Em todos os países o número de respostas nesta categoria é acima dos 80%, sendo Espanha o país onde o valor é mais elevado (95%) (figura 77).

Figura 77. Opinião sobre em que condições deve o país tomar medidas para reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa em diferentes países da UE (%)



Quando questionados sobre se o futuro acordo de Paris (previsto para a conferência de dezembro) deve incluir um objetivo a longo prazo para conseguir atingir emissões zero no final deste século, uma larga maioria afirma que sim e que este deverá ser legalmente vinculativo para todos os países. Contudo, é entre os dinamarqueses que é mais comum que se considere que o acordo deve ter por objetivo reduzir as emissões a zero até ao final deste século, mas que a sua natureza deve ser voluntária. Assegurar que a obrigatoriedade legal só se aplica aos países desenvolvidos e às economias emergentes é sugerido, de forma destacada, pelos franceses (figura 78).

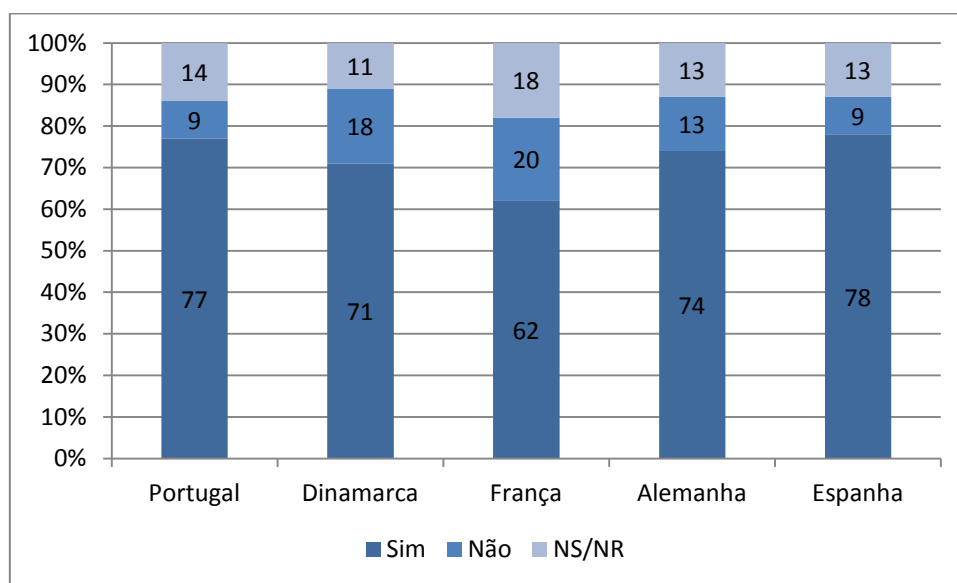
Figura 78. Opinião sobre se o acordo de Paris deverá incluir um objetivo de emissões zero a longo prazo e se deverá ser legalmente vinculativo em diferentes países da UE (%)



3.1.4. Justiça e distribuição de esforços

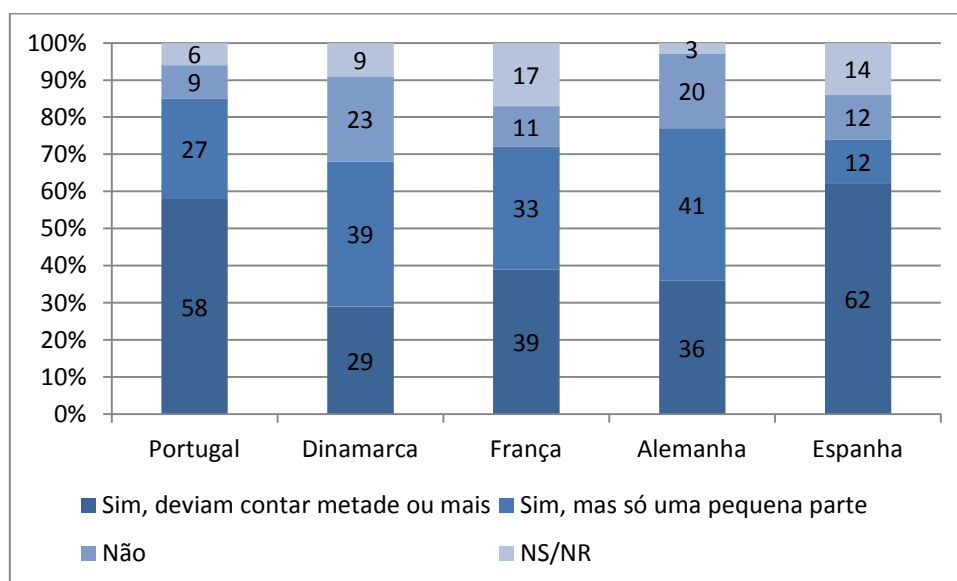
O quarto tema a ser introduzido para debate abordava o tema das responsabilidades comuns mas diferenciadas e as respetivas capacidades dos diferentes países para agir. Uma questão sempre polémica é da responsabilidade dos países mais ricos em termos de histórico de emissões e, logo, da suposta obrigação que têm de arcar com uma parte significativa dos custos de mitigação e adaptação. No âmbito da consulta pública inquiriram-se os participantes sobre se os países com maior rendimento devem, de facto, pagar uma parcela mais significativa dos custos de mitigação e adaptação, do que os países de menor rendimento. Para além do elevado número de não respostas em todos os países (entre os 10 e os 18%), a resposta mais comum é afirmativa e apresenta o seu valor mais baixo em França (62%). Os restantes quatro países respondem afirmativamente sempre acima dos 70%. França é o país que regista o número mais elevado de não respostas (figura 79)

Figura 79. Opinião sobre se os países mais ricos devem pagar mais custos de mitigação e adaptação do que os países de menor rendimento em diferentes países da UE (%)



Já no que concerne ao papel que as empresas podem ter no pagamento dos custos do clima nos países desenvolvidos as opiniões apresentam algumas diferenças relevantes. A resposta que aponta para que o contributo das empresas possa contar metade ou mais do pagamento é bastante mais comum em Portugal e Espanha e bastante menos frequente em Espanha, na Alemanha e, em particular, na Dinamarca, onde apenas 29% assinalam esta opção de resposta. Para estes países do norte e centro da Europa a tendência é para considerarem que o contributo das empresas deve representar apenas uma pequena parte do pagamento dos custos do clima dos países desenvolvidos, ou que não devem participar de todo (figura 80).

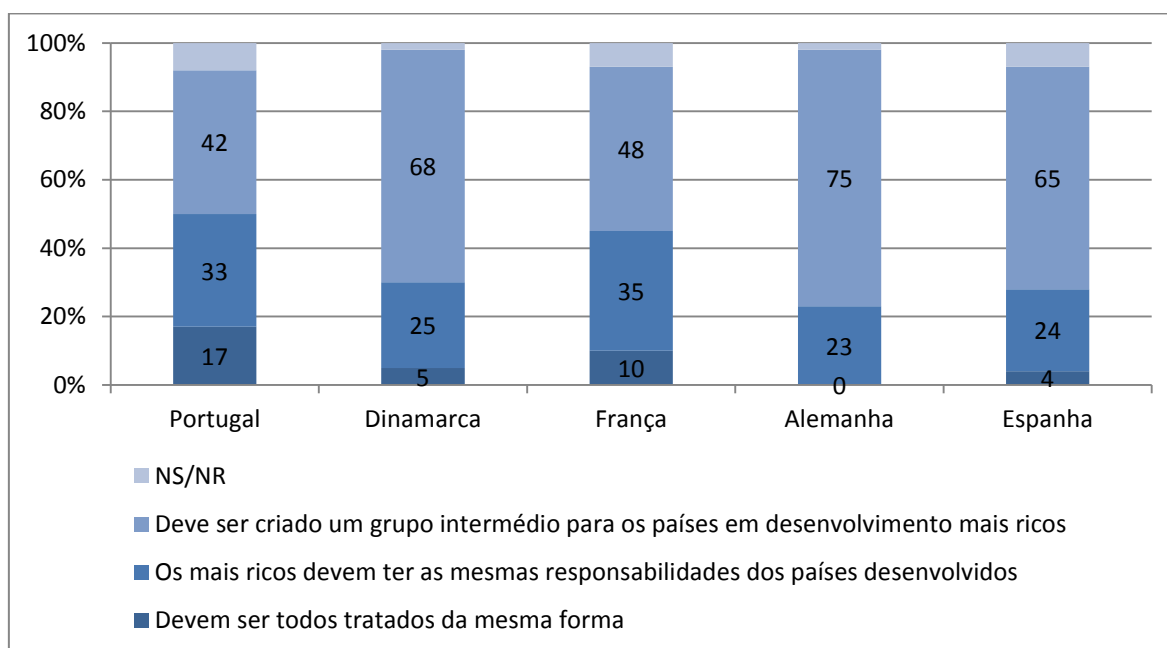
Figura 80. Opinião sobre o contributo que as empresas devem dar para o pagamento dos custos do clima dos países desenvolvidos em diferentes países da UE (%)



A questão seguinte volta a abordar o controverso tema das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, procurando perceber a posição dos cidadãos de diferentes países quanto à necessidade, ou não, de diferenciar o grau de responsabilidade e empenho na luta contra as alterações climáticas por parte dos diferentes países em desenvolvimento. Nesta questão Portugal distancia-se um pouco da posição assumida pelos restantes países europeus, ao ser o que considera com maior frequência que todos os países em desenvolvimento devem ser tratados da mesma forma (17% face a 5% na Dinamarca, 10% em França, 0% na Alemanha e 4% em Espanha), sendo também dos que menos defende que seja criado um grupo específico para os países em desenvolvimento mais ricos (42% face a 68% na Dinamarca, 48% em França, 75% na Alemanha e 65% em Espanha (figura 81).

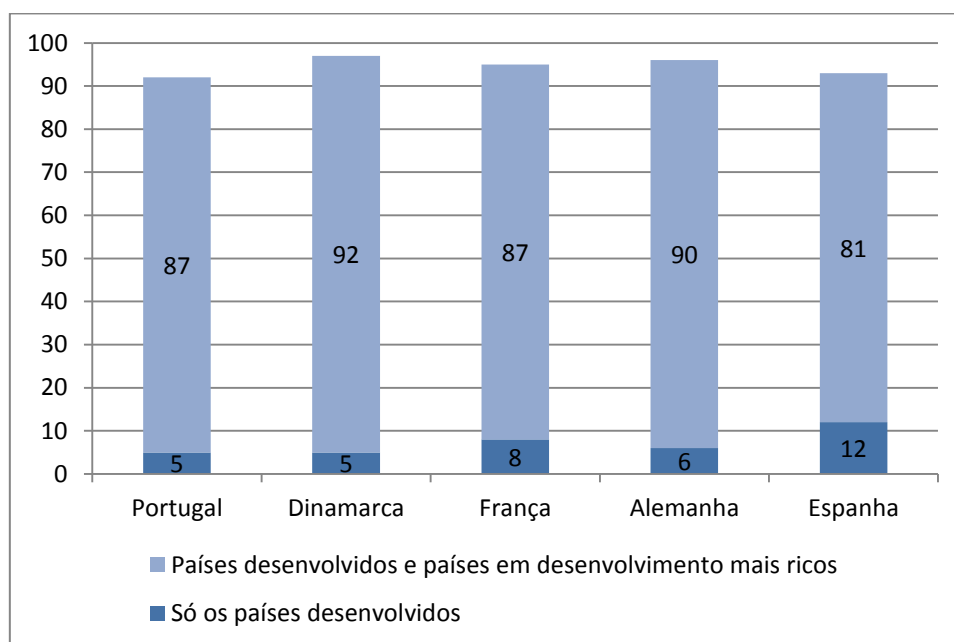
Esta postura em Portugal, de uma menor flexibilidade quanto à forma como os países em desenvolvimento devem ser enquadrados no futuro acordo poderá ser um reflexo da crise e das dificuldades que o país está ainda a passar, muito embora este padrão de resposta não se observe num país que está numa situação semelhante – Espanha.

Figura 81. Opinião sobre se os países em desenvolvimento devem ser todos tratados da mesma forma, independentemente da sua riqueza em vários países da UE (%)



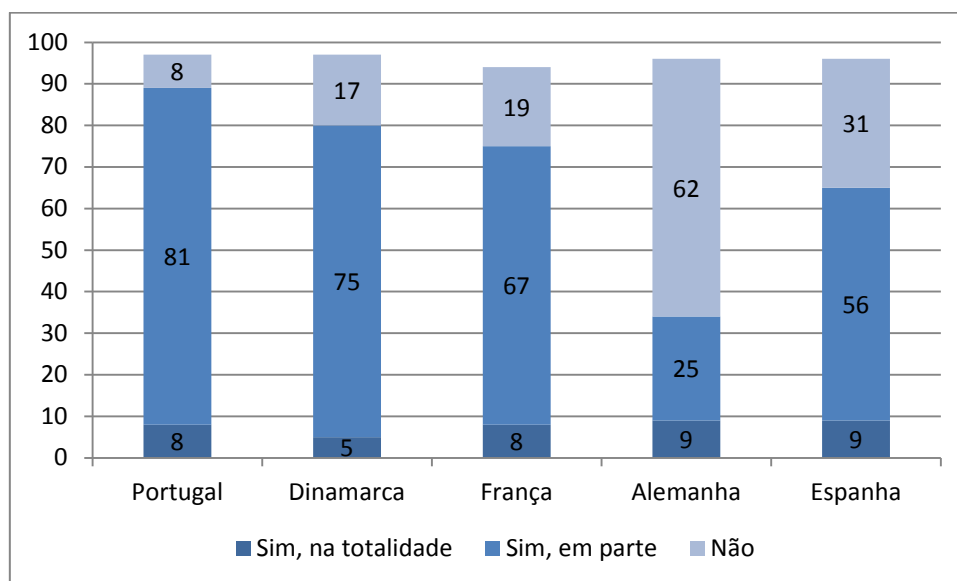
Como já foi referido anteriormente, as Nações Unidas promoveram a criação do Fundo Verde Climático que serve para financiar ações de combate às alterações climáticas, pelo que no âmbito da consulta pública procurou-se perceber se o seu financiamento deveria ser assegurado apenas pelos países desenvolvidos, ou se outros países também deveriam contribuir. À semelhança das respostas observadas em questões anteriores, a resposta mais comum aponta para a necessidade dos países em desenvolvimento com maior riqueza passarem, também, a ser contribuintes ativos (figura 82)

Figura 82. Opinião sobre que países devem contribuir para o Fundo Verde Climático em diferentes países da UE (%)



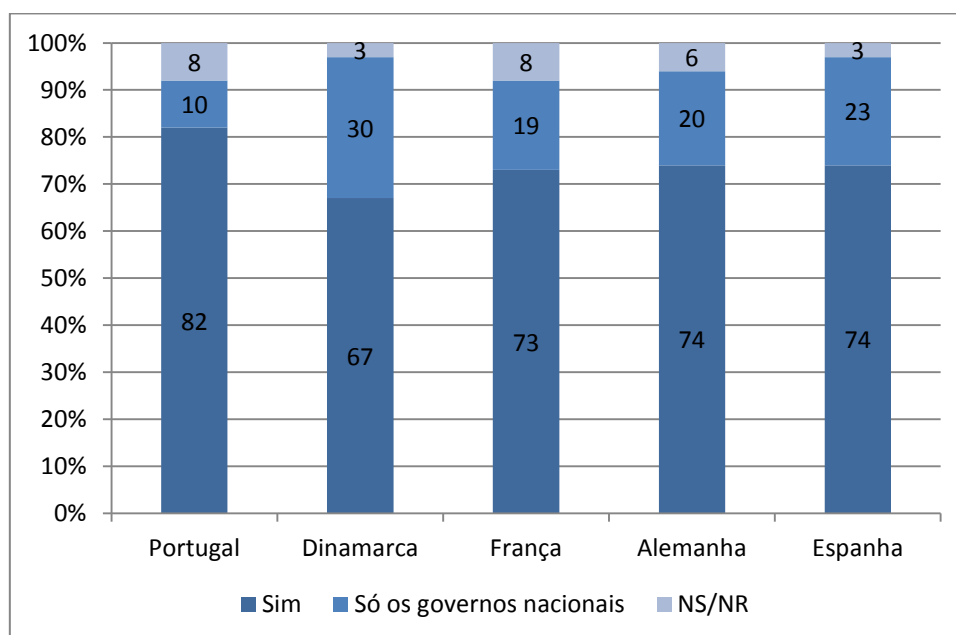
Em consonância com a resposta anterior, a opinião mais frequente entre os países europeus considerados nesta análise é a de que os países em desenvolvimento devem depender apenas em parte dos financiamentos dos países desenvolvidos para desenvolver as suas ações na área das alterações climáticas, sendo até um pouco mais frequente as respostas que apontam no sentido de não deverem depender de todo deste tipo de financiamentos, do que aquelas que apontam para a necessidade dos países desenvolvidos serem os únicos financiadores das ações. A única exceção é a Alemanha, onde a resposta mais frequente é a de considerar que os esforços dos países em desenvolvimento não devem depender, de todo, do financiamento dos países desenvolvidos (figura 83).

Figura 83. Opinião sobre se os esforços dos países em desenvolvimento devem depender apenas de financiamentos por parte dos países desenvolvidos em diferentes países da UE (%)



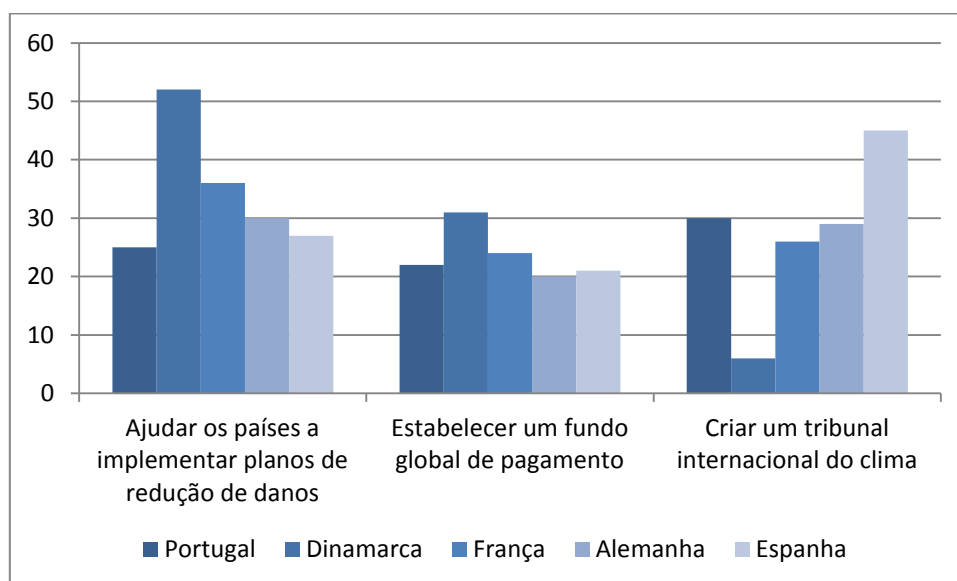
Quanto à opinião sobre se a administração local, incluindo as cidades, deveriam ter acesso ao financiamento do Fundo Verde Climático, existe um relativo consenso sobre essa possibilidade, sendo a Dinamarca o país menos apologista da ideia, ainda que a resposta maioritária aponte nesse sentido (figura 84). Esta tendência da Dinamarca vem ao encontro de respostas anteriores onde se verificou o amplo apoio e confiança na ação por parte do Estado e do Governo nacional, ao contrário do que se tende a verificar nos países mais a sul na Europa, onde a dimensão local assume um relevo mais pronunciado.

Figura 84. Opinião sobre se a administração local, incluindo as cidades devem ter acesso ao financiamento do Fundo Verde Climático (%)



Uma das questões sensíveis no debate internacional sobre alterações climáticas diz respeito à responsabilidade pelo pagamento dos danos associados aos impactos das alterações climáticas, particularmente quando estes incidam em países com um histórico de contribuições reduzidas em termos de emissões de gases com efeito de estufa. Ao abordar este tema no âmbito da consulta pública, o objetivo foi perceber quais as soluções que os participantes consideram mais viáveis para lidar com este problema. Neste âmbito foram assinaladas três propostas em particular, sendo que duas delas recebem níveis de apoio muito semelhantes por praticamente todos os países. Uma primeira hipótese (e a mais assinalada) é a de ajudar os países que sofrem esses impactos a implementar planos para reduzir os danos. Como referido, esta é a solução que reúne maior consenso, mas é particularmente defendida pelos Dinamarqueses (52%). De seguida surge a possibilidade de ser estabelecido um fundo global para pagar esses danos, e em terceiro lugar, a criação de novos mecanismos internacionais (como um tribunal internacional do clima) para lidar com processos sobre danos climáticos (figura 85).

Figura 85. Opinião sobre quais as melhores opções para lidar com os danos resultantes dos impactos das alterações climáticas em diferentes países da UE (%)

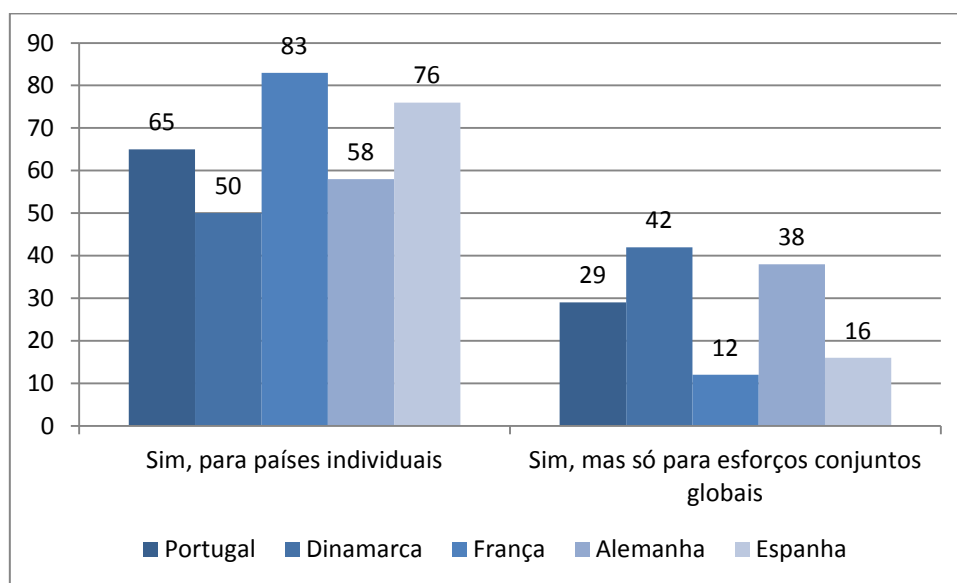


3.1.5. Fazer promessas sobre o clima e mantê-las

O último bloco temático debatido no âmbito da consulta pública abrangeu os temas da transparência, relatórios de progresso e implementação de planos e ações, sendo que a primeira questão prendia-se com a possibilidade do futuro acordo de Paris incluir a possibilidade dos países atualizarem os seus compromissos de ação climática de 5 em 5 anos, sem necessidade de se recorrer a novas negociações. Esta possibilidade recebeu o apoio de quase a totalidade dos participantes, exceto em Espanha, onde 11% recusaram tal possibilidade. De qualquer modo, em Espanha a inclusão desta possibilidade de atualização “automática” de objetivos reuniu 84% das respostas, sendo que em Portugal reuniu 94%, na Dinamarca 99%, na França 94% e na Alemanha 97%.

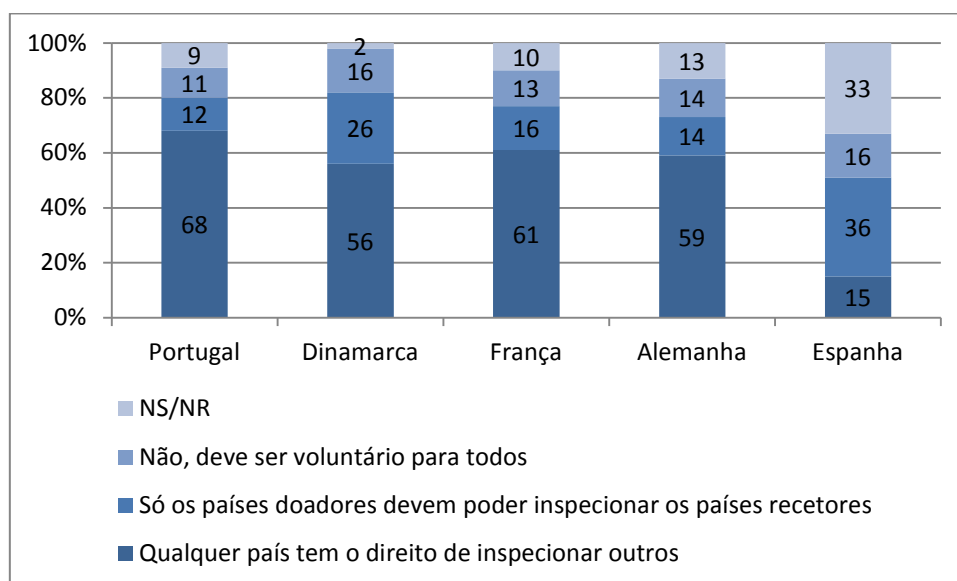
Quanto à autoridade e possibilidade das Nações Unidas fazer relatórios de avaliação dos contributos e da justiça das ações climáticas dos diferentes países, as respostas já assumem um padrão diferente. A realização de uma avaliação país a país é mais defendida pelos países mais a sul (Portugal 65%; França 83% e Espanha 76%), do que pelos nórdicos e da Europa Central, que se dividem mais entre esta possibilidade da monitorização individual e a monitorização apenas dos esforços conjuntos globais (Dinamarca 42% e Alemanha 38%) (figura 86).

Figura 86. Opinião sobre a possibilidade das Nações Unidas Avaliarem os esforços e as ações climáticas dos países em diferentes países da UE (%)



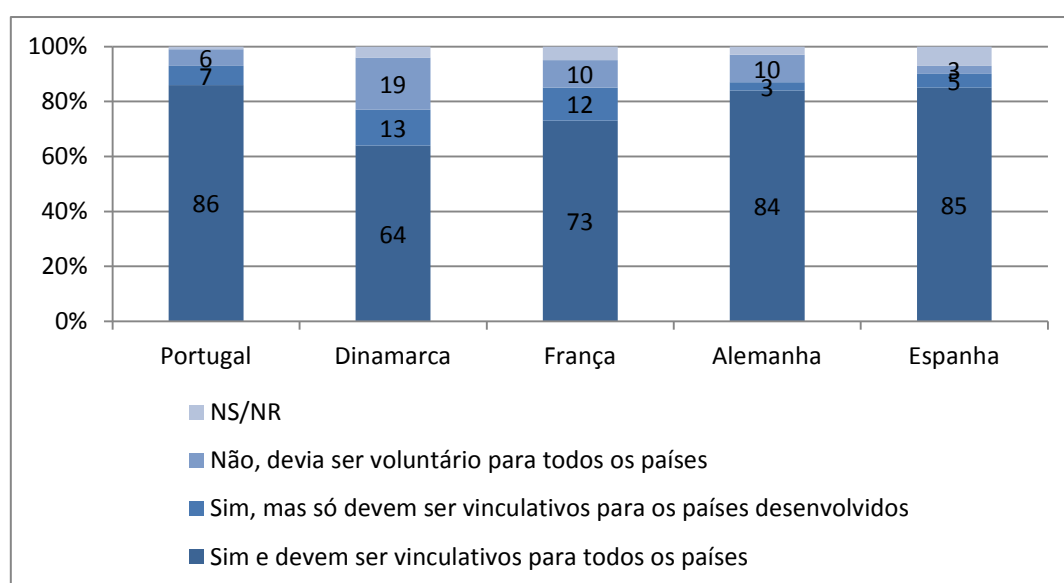
Continuando ainda no tema algo controverso e sensível da monitorização, foi perguntado aos participantes na consulta pública mundial qual a sua opinião sobre a possibilidade dos países terem o direito de inspecionar os relatórios de outros países sobre os esforços de mitigação e adaptação. Neste caso o padrão de resposta é bastante diferente do observado na questão anterior, ainda que a resposta maioritária em quase todos os países (com exceção de Espanha) é a de que qualquer país deve ter o direito de inspecionar outros. Espanha assume uma posição bastante diferente, já que apenas 15% assinalam esta opção e 33% optam por não responder a esta questão, uma tendência claramente distinta da observada noutros países (figura 87).

Figura 87. Opinião sobre o direito dos países inspecionarem os esforços de mitigação e adaptação dos outros países em diferentes países da UE (%)



A inclusão de objetivos nacionais de curto prazo no futuro acordo de Paris merece um amplo acordo por parte dos participantes dos diferentes países em análise, que consideram que a sua inclusão deve ser vinculativa para todos os países. De novo, a Dinamarca volta a ser o país onde a inclusão de objetivos voluntários (de longo ou de curto prazo) recebe o maior apoio (figura 88).

Figura 88. Opinião sobre se o futuro acordo de Paris deve incluir objetivos nacionais de curto prazo em diferentes países da UE (%)



A terminar a quinta parte da consulta pública mundial perguntou-se aos participantes a sua opinião sobre a necessidade dos países publicarem um relatório anual sobre as suas emissões e sobre os progressos feitos no sentido de cumprir as suas promessas e compromissos de ação climática. Esta volta a ser uma das questões com um padrão de resposta praticamente idêntico em todos os países em análise, com praticamente 90% dos participantes a considerarem que todos os países devem publicar este relatório anual (Portugal 95%, Dinamarca 88%, França 95%, Alemanha 99% e Espanha 92%). De facto, são pouco aqueles que consideram que o reporte anual dos progressos deve ser assegurado apenas pelos países desenvolvidos, embora quando se pensa na infraestrutura e os recursos necessários para garantir um reporte anual segundo padrões internacionais, possa ser difícil de cumprir por parte de muitos dos países com menores níveis de desenvolvimento.

Finda a apresentação dos principais resultados da comparação entre as opiniões em alguns dos países da União Europeia que participaram na consulta pública mundial sobre clima e energia, passamos à comparação entre os países de língua oficial portuguesa.

3.2. Comparações com países de língua oficial portuguesa

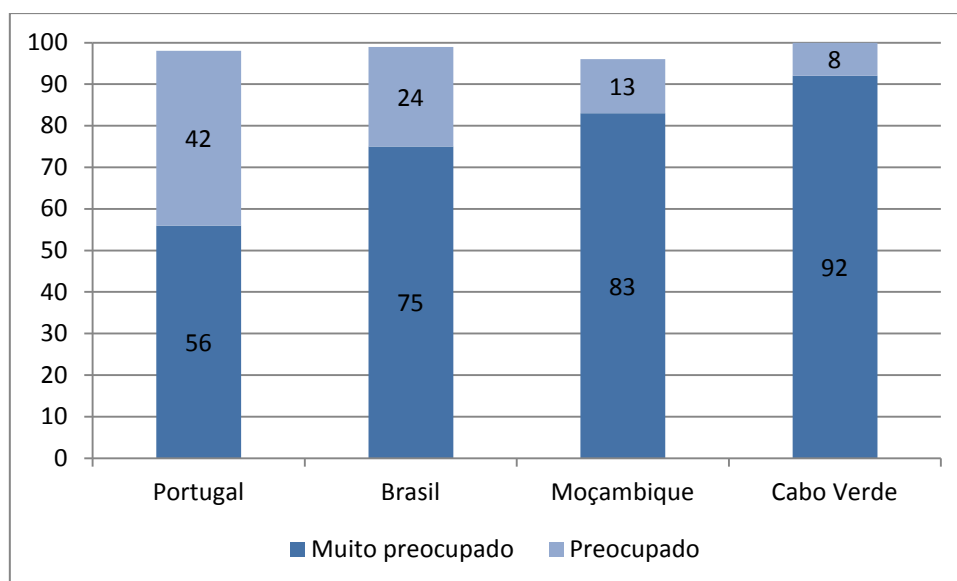
Tal como observado em relação à comparação entre diferentes países da União Europeia, também em relação aos países de língua oficial portuguesa seguir-se-á a estrutura do inquérito como elemento organizador deste subcapítulo. Para esta comparação foram consideradas as respostas dos cidadãos do Brasil, Moçambique e Cabo Verde, para além dos de Portugal.

3.2.1. A importância de intervir sobre as alterações climáticas

A preocupação com os impactos das alterações climáticas é uma das questões centrais para compreender até que ponto as pessoas poderão estar disponíveis para a implementação de medidas de combate a este fenómeno. Tendo por base os resultados desta consulta pública é possível afirmar que a tendência de resposta nos três países difere da observada em Portugal e aproxima-se da registada a nível mundial: 78% dos participantes referem estar muito preocupados com os impactos das

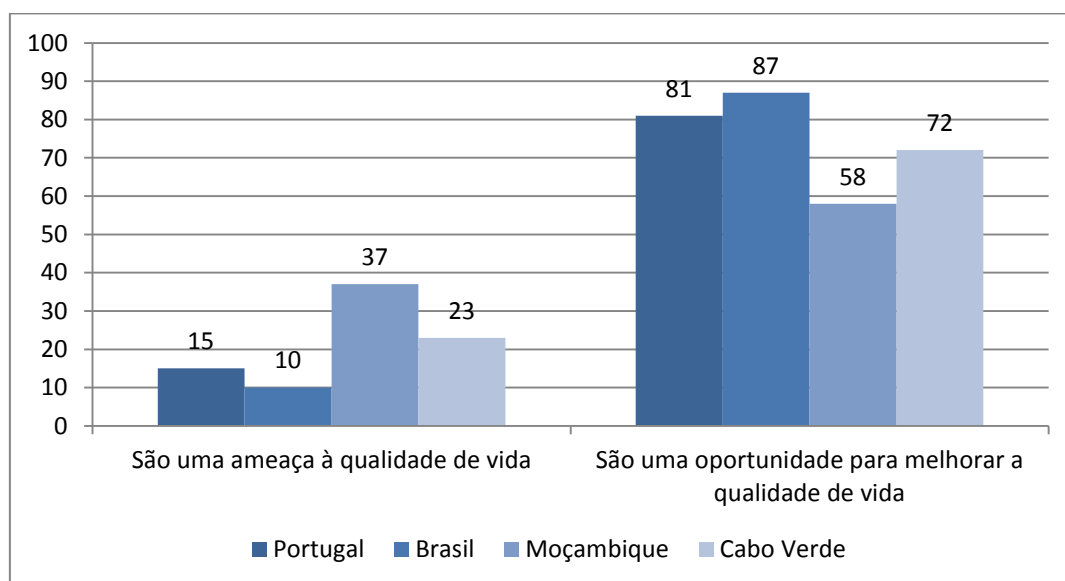
alterações climáticas. A maioria das respostas centra-se, aliás, na primeira categoria «muito preocupado(a)», sendo Cabo Verde o país onde se regista uma maior preocupação com este problema, o que talvez se possa ficar a dever à sua vulnerabilidade potenciada pela geografia insular (figura 89).

Figura 89. Nível de preocupação com os impactos das alterações climáticas nos diferentes países (%)



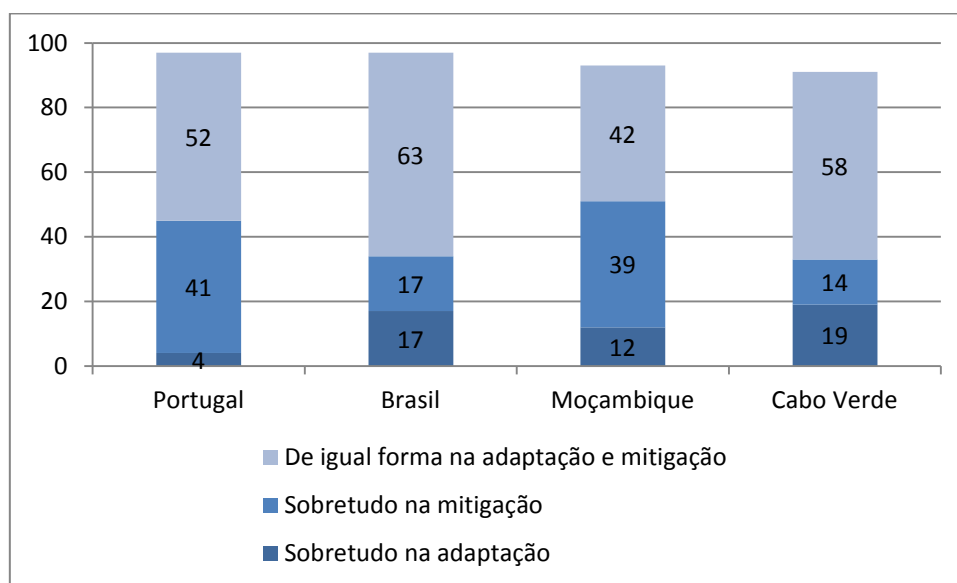
Não obstante a preocupação revelada, em Cabo Verde e, em particular em Moçambique, as medidas para combater as alterações climáticas são vistas, para uma parte dos inquiridos, como uma ameaça à qualidade de vida. Neste tema o Brasil aproxima-se mais da perspetiva registada em Portugal, surgindo como o país que com maior frequência encara a luta contra as alterações climáticas como uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida (figura 90).

Figura 90. Opinião sobre o impacto das medidas para combater as alterações climáticas na qualidade de vida nos diferentes países (%)



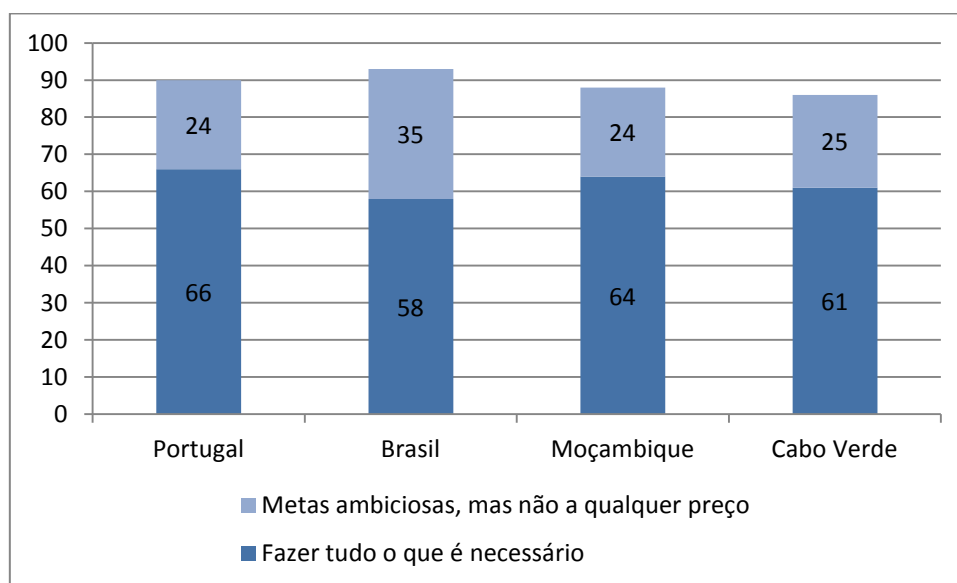
O foco dos esforços globais nas próximas décadas para o problema das alterações climáticas revela algumas divergências de opinião, com as posições de Portugal e Moçambique a seguirem um padrão próximo, onde é dado particular relevo às apostas em estratégias de mitigação, sendo que Brasil e Cabo Verde defendem que a adaptação (por si só, mas em particular em conjugação com estratégias de mitigação) deve ser a prioridade. Como já sublinhado aquando da comparação internacional, a conjugação de estratégias de mitigação e adaptação é sempre a opção de resposta mais escolhida. Contudo, é visível uma tendência por parte de cada país mais na direção da mitigação, ou mais em favor da adaptação, consoante os casos (figura 91).

Figura 91. Opinião dos diferentes países sobre qual deve ser o foco dos esforços globais nas próximas décadas para o problema das alterações climáticas (%)



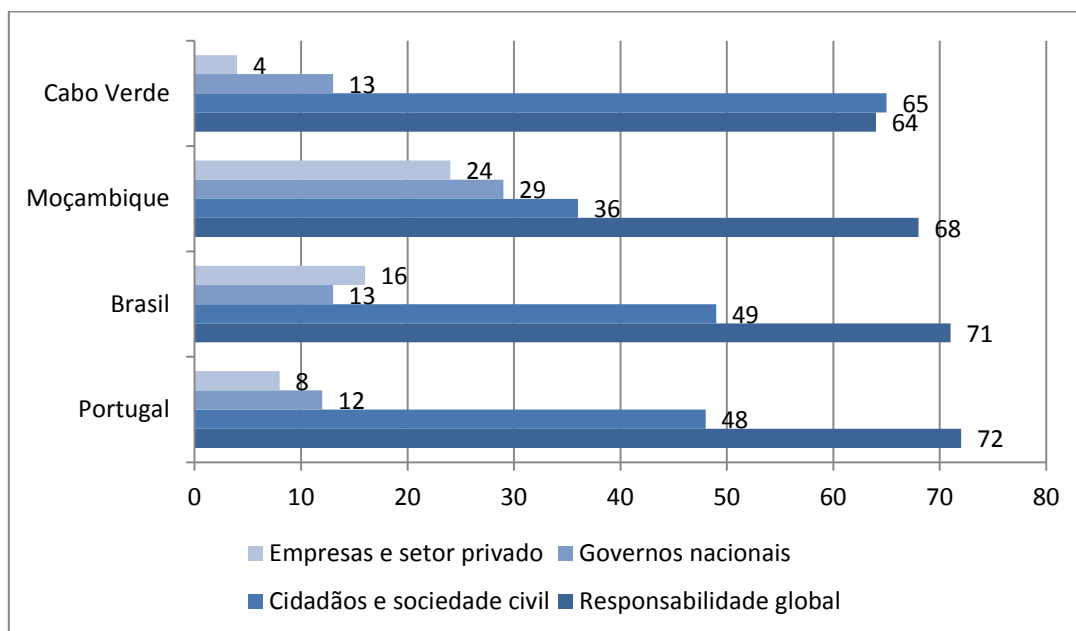
Quanto ao grau de urgência com que o mundo deve agir sobre o problema das alterações climáticas, no Brasil encontra-se a tendência mais forte para considerar que o acordo em Dezembro não deverá ser conseguido a qualquer custo, ainda que concordem que o mundo deve assumir metas ambiciosas (de ressaltar que o Brasil faz parte do conjunto de países cujo desenvolvimento nos últimos anos o pode levar colocar numa nova categoria intermédia nas negociações internacionais). Ainda assim, a resposta maioritária em todos os países é a que aponta para a necessidade do mundo decidir fazer tudo o que for preciso para limitar a subida da temperatura global a, no máximo, 2 graus Celsius até ao final do século (figura 92).

Figura 92. Opinião dos diferentes países sobre o grau de urgência com que o mundo deve intervir sobre o problema das alterações climáticas (%)



Para terminar o debate em torno da importância de intervir sobre as alterações climáticas, os participantes tiveram a oportunidade de discutir e opinar sobre quem deve ser o principal responsável por intervir sobre este problema, sendo que neste caso não há grandes diferenças a registar, já que todos os países concordam que esta é uma responsabilidade principalmente global, sendo ainda atribuída grande importância à intervenção dos cidadãos e da sociedade civil. Moçambique é o país onde o governo nacional é referido mais frequentemente (29%), assim como o setor privado e as empresas (24%), tendência acompanhada pelo Brasil (16%) (figura 93).

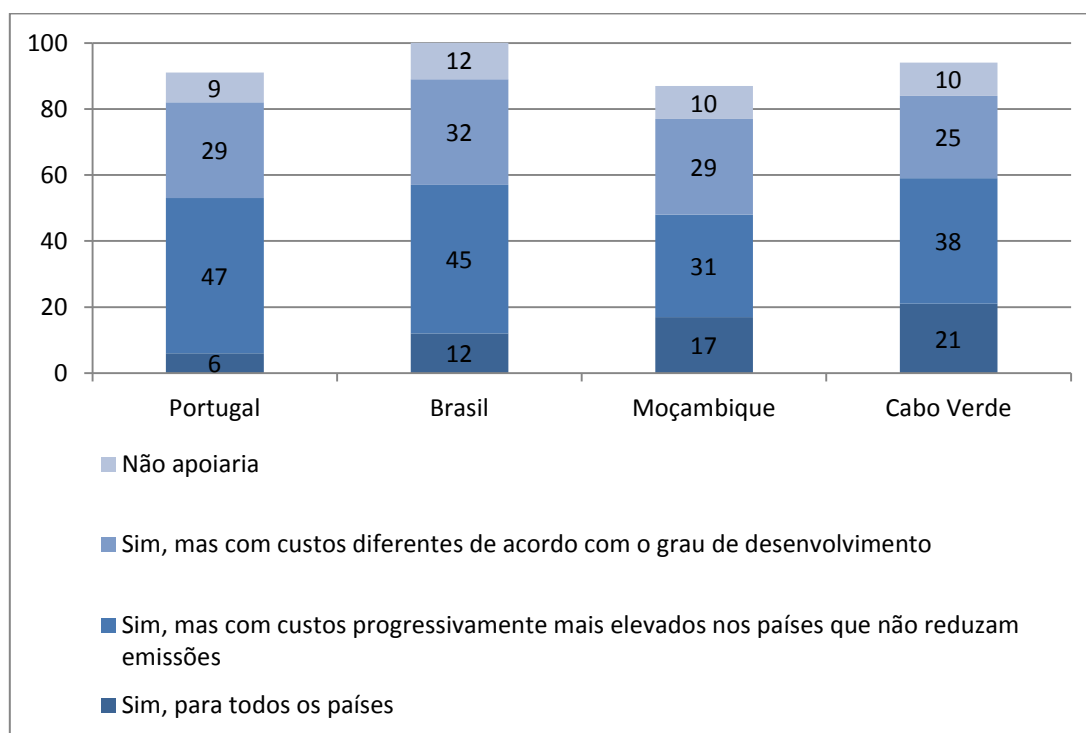
Figura 93. Opinião dos diferentes países sobre quem deve ser o principal responsável por intervir sobre as alterações climáticas (%)



3.2.2. Instrumentos para intervir sobre as alterações climáticas

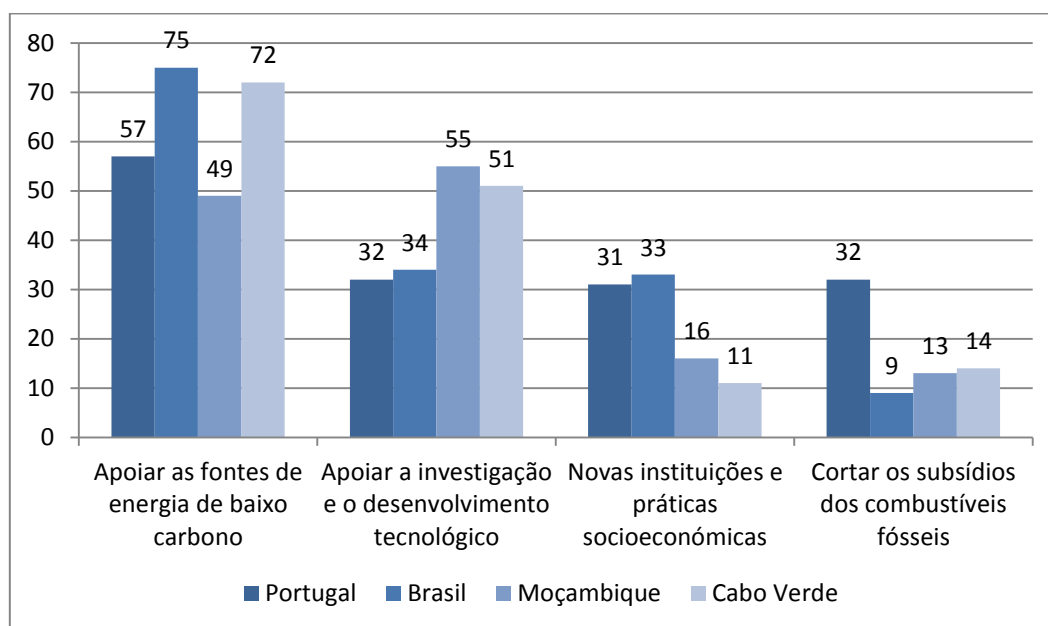
Quando se debatem estratégias para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa a aplicação de uma taxa sobre o carbono surge com frequência como uma das soluções possíveis. Tendo em consideração os resultados da consulta pública é possível afirmar que a sua aplicação sem uma prévia articulação com outras condições não tende a reunir muitas opiniões favoráveis. A integração de condições como a de custos progressivamente mais elevados para os países que não implementem medidas de redução de emissões ou a sua adequação ao grau de desenvolvimento do país geram uma aceitação mais alargada de uma medida desta natureza. Ainda assim, a proporção de cidadãos no Brasil, Moçambique e Cabo Verde que apoiam a aplicação da taxa de carbono a todos os países é bastante superior ao que se regista em Portugal, estando em maior sintonia com os resultados observados a nível mundial (figura 94).

Figura 94. Opinião dos diferentes países sobre as condições em que apoiaria a aplicação de uma taxa sobre o carbono



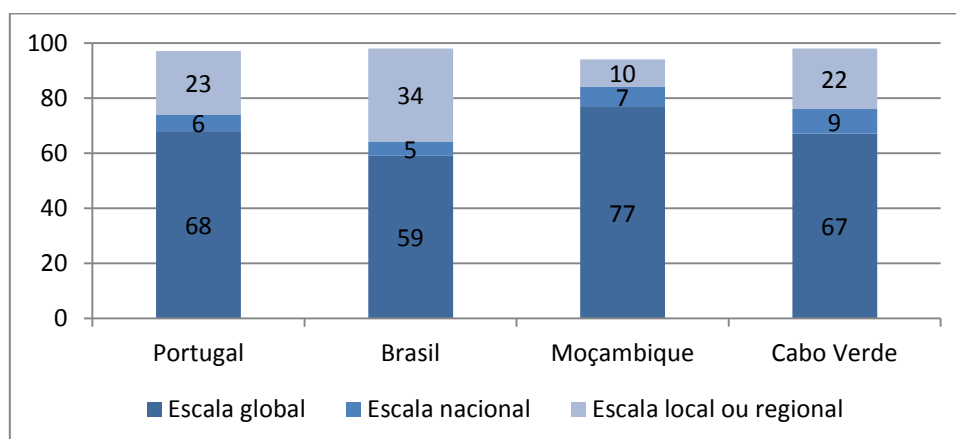
Quanto às medidas que consideram que deveriam ser privilegiadas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, o apoio a fontes de energia com baixas emissões de carbono surge com maior destaque em todos os países, com exceção de Moçambique, onde o apoio à investigação e desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono é selecionado com maior frequência. A aposta na investigação e no desenvolvimento tecnológico recebe também bastante apoio em Cabo Verde, sendo que a posição do Brasil se aproxima da portuguesa. Reduzir ou eliminar os subsídios aos combustíveis fósseis não é uma proposta que reúna grande apoio entre os três países, sendo que, neste caso, Portugal destaca-se claramente ao colocar esta medida entre as três mais apoiadas (figura 95).

Figura 95. Opinião dos diferentes países sobre quais as medidas preferenciais para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (%)



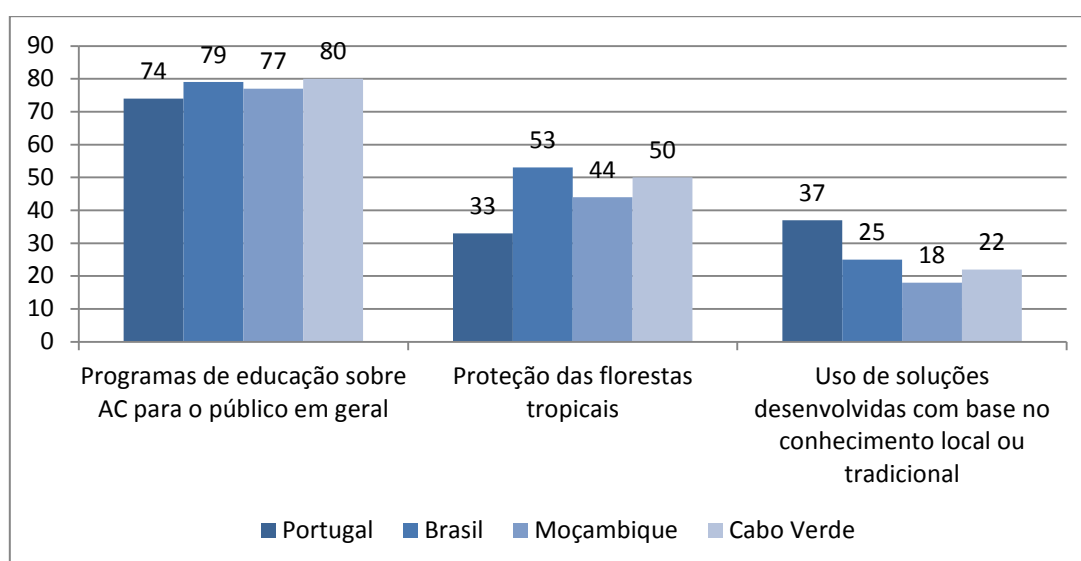
Já no que concerne à escala considerada mais eficaz para lidar com o problema das alterações climáticas, a dimensão global volta a surgir em grande destaque, em particular em Moçambique (77%), sendo que o Brasil (34%) e, até certo ponto Cabo Verde (22%), dão também realce às soluções implementadas à escala local ou regional, tal como acontece com Portugal (23%). A escala nacional de intervenção é unanimemente considerada como a menos eficaz para lidar com o problema das alterações climáticas (figura 96).

Figura 96. Opinião dos diferentes países sobre a escala mais eficaz para lidar com as alterações climáticas (%)



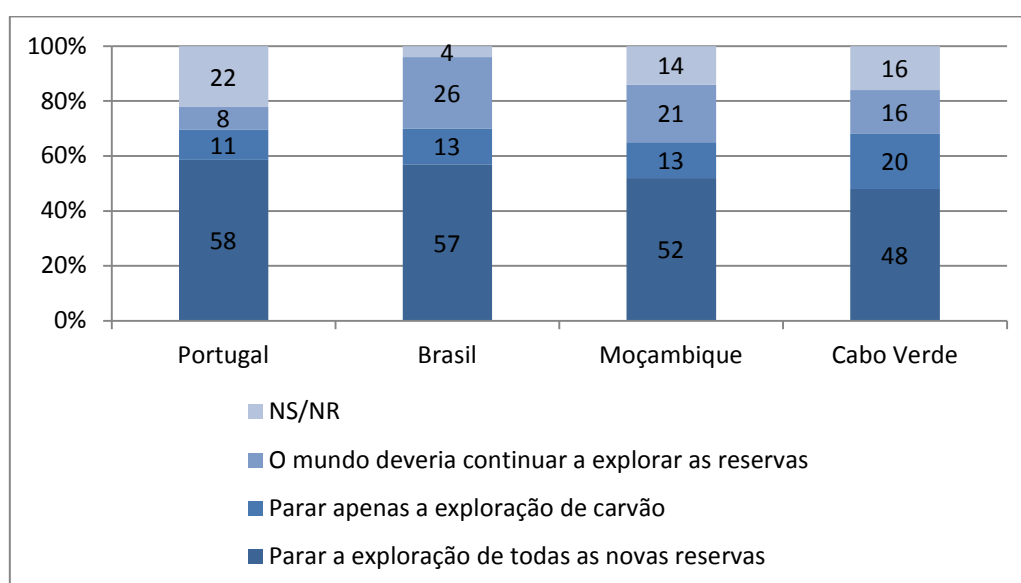
Os programas de educação sobre alterações climáticas dirigidos a públicos diversificados são escolhidos pela maioria dos participantes como um instrumento muito relevante para reduzir o nível de emissões de gases com efeito de estufa, seguindo-se com bastante destaque a proteção das florestas tropicais, que neste grupo de países recebe um apoio bastante mais expressivo que em Portugal. Quanto ao uso de soluções desenvolvidas com base no conhecimento local ou tradicional recebem um apoio menor que em Portugal (figura 97).

Figura 97. Opinião dos diferentes países sobre os instrumentos mais relevantes para reduzir o nível de emissões de gases com efeito de estufa



Para terminar esta segunda área de debate perguntou-se a opinião dos participantes sobre o destino a dar às novas reservas de combustíveis fósseis, apresentando como opções de resposta a paragem da exploração, a paragem da exploração apenas de algumas fontes, como o carvão, ou não alterar a prática de exploração atual. A resposta mais comum é a que aponta para a necessidade de parar a exploração de todas as novas reservas de combustíveis fósseis, ainda que no Brasil (que é produtor de petróleo) (26%) e em Moçambique (21%) haja um número de respostas elevado na terceira opção, ou seja, aquela que defende que nada deveria ser alterado na forma como o mundo explora as suas reservas de combustíveis fósseis. Com exceção do Brasil, o número de não respostas é bastante elevado, em particular em Portugal (figura 98).

Figura 98. Opinião dos diferentes países sobre a forma como o mundo deveria proceder em relação às novas reservas de combustíveis fósseis

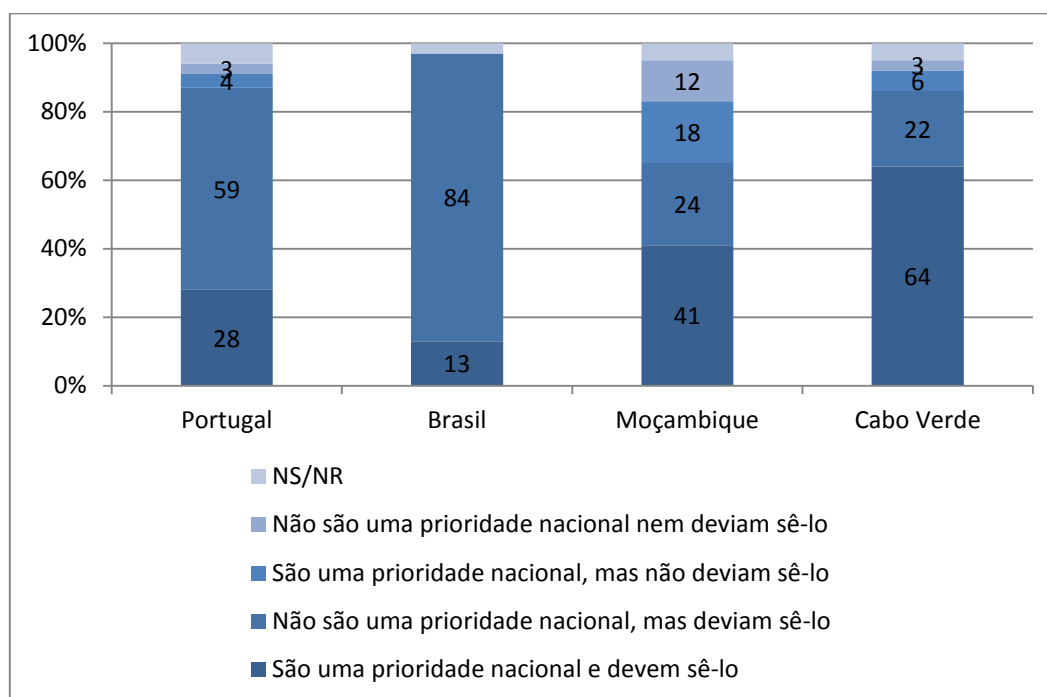


3.2.3. As negociações das Nações Unidas e os compromissos nacionais

Como forma de iniciar o debate sobre as negociações lideradas pelas Nações Unidas sobre alterações climáticas e o objetivo de conseguir que os países estabeleçam e assumam compromissos nacionais, perguntou-se aos participantes como consideravam que o seu país estava a lidar com este tema e até que ponto é, ou deveria ser, uma prioridade nacional. De forma algo surpreendente, Moçambique (41%) e Cabo Verde (64%) surgem destacados a considerar que as alterações climáticas

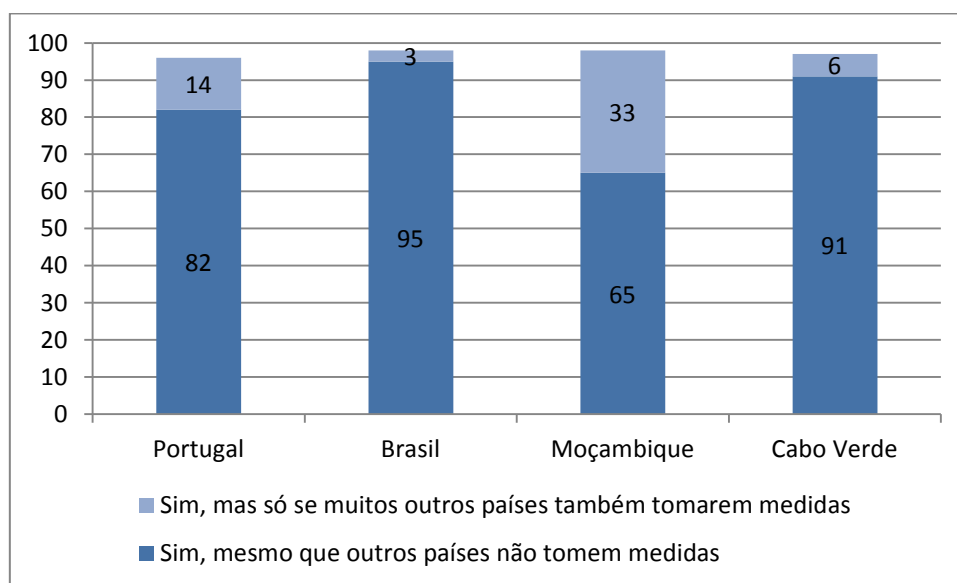
já são uma prioridade nacional e assim devem ser. No sentido contrário encontramos o Brasil, onde apenas 13% consideram que o tema é já uma prioridade no país. Neste caso, uns expressivos 84% referem que, muito embora as alterações climáticas ainda não sejam uma prioridade no país, deveriam sê-lo. Moçambique é o país onde se regista o número mais elevado de respostas que consideram que este tema não deveria ser uma prioridade nacional, quer já o seja ou não (figura 99).

Figura 99. Opinião dos diversos países sobre a forma como estão a lidar com as alterações climáticas (%)



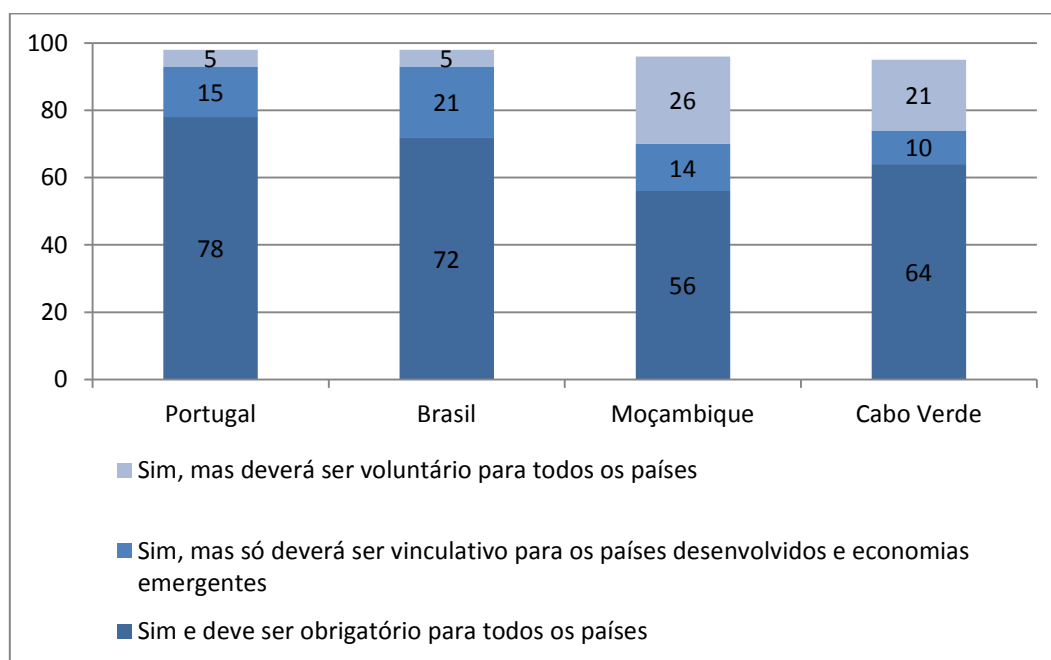
Quanto ao debate em torno das circunstâncias em que cada país deve avançar com medidas para reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa, de novo volta a observar-se uma posição diferente por parte de Moçambique, por ser o país onde mais pessoas assumem que a ação nacional só deve acontecer num contexto em que muitos outros países também tomem medidas (33%). Os restantes países respondem de forma muito expressiva que, independentemente de outros países tomarem medidas, o seu país deve avançar (figura 100).

Figura 100. Opinião dos diferentes países sobre as circunstâncias em que devem tomar medidas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (%)



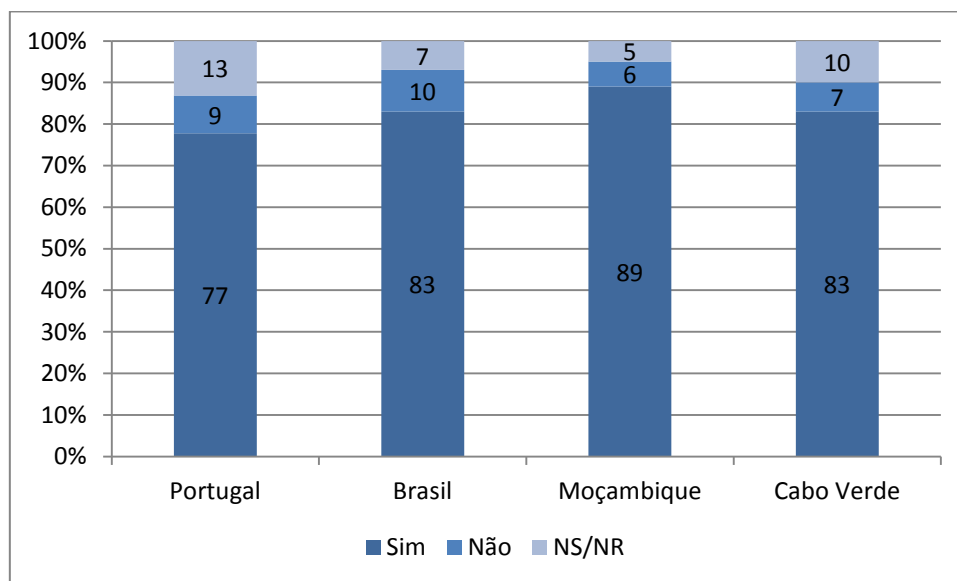
A inclusão de um objetivo de longo prazo que vise atingir emissões zero no final deste século é esmagadoramente considerada necessária, mesmo que existam diferenças em relação às condições em que deve ocorrer. Moçambique volta a ser o país que se destaca mais dos restantes em termos de respostas, ao considerar com maior frequência que este objetivo de longo prazo deve ser aplicado, essencialmente, aos países com maiores rendimentos ou então, que a sua aplicação deve ser voluntária por parte de todos. Cabo Verde também segue um pouco esta linha, mas de forma menos pronunciada (figura 101). Tal dever-se-á a estes serem os países com níveis de desenvolvimento mais baixos, sobre os quais estas medidas se aplicariam diretamente.

Figura 101. Opinião dos diferentes países sobre a necessidade do acordo de Paris incluir um objetivo de longo prazo de emissões zero até ao final do século (%)



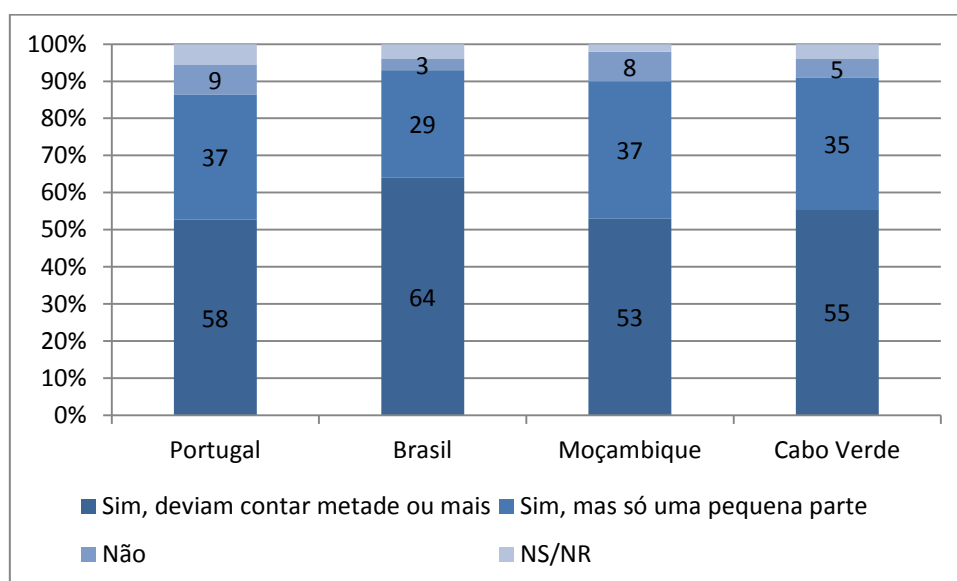
O quarto tema centrou-se no debate em torno das responsabilidades comuns mas diferenciadas e as respetivas capacidades entre os diferentes países. Uma das questões sempre polémicas é a da responsabilidade pelo pagamento dos custos de mitigação e adaptação às alterações climáticas, havendo um acordo prévio de que os países desenvolvidos deverão, até 2020, disponibilizar cerca de 100 mil milhões de dólares para este fim. Questionados sobre se os países desenvolvidos devem pagar mais custos de mitigação e adaptação do que os países de menor rendimento, uma larga maioria concorda que sim, maioria essa que é ainda mais pronunciada no Brasil, em Moçambique e em Cabo Verde (figura 102).

Figura 102. Opinião dos diferentes países sobre se os países desenvolvidos devem pagar mais custos de adaptação e mitigação do que os países em desenvolvimento (%)



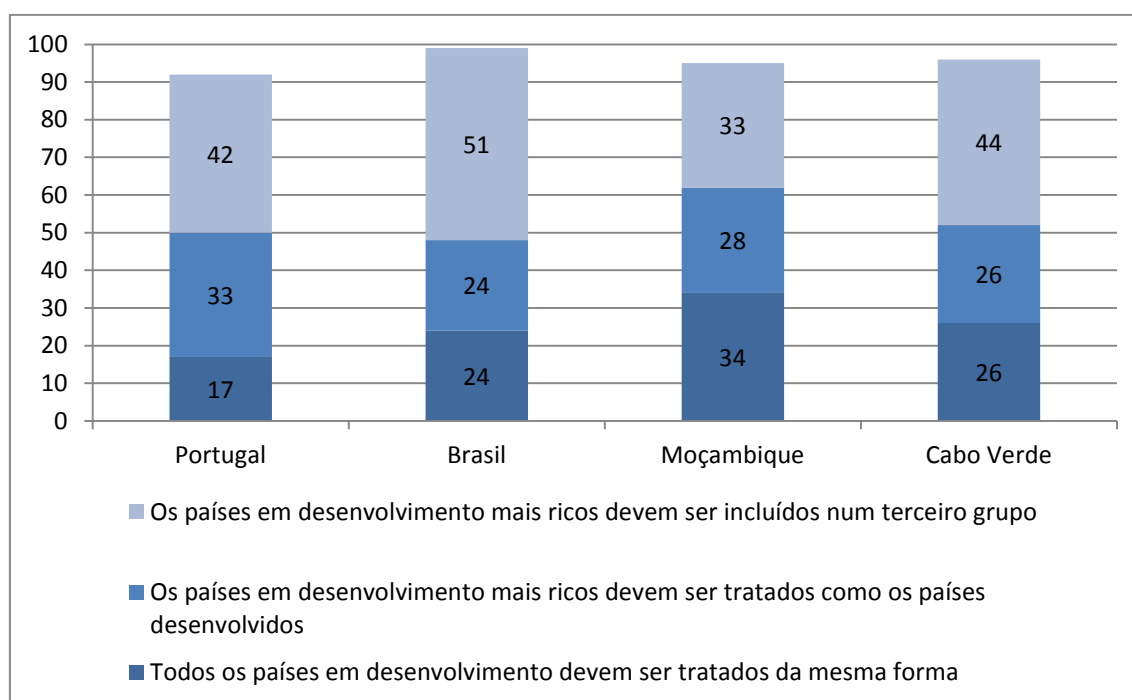
Já no que concerne ao papel que as empresas privadas deveriam desempenhar neste financiamento dos custos de mitigação e adaptação às alterações climáticas, a tendência é semelhante em todos os países, sendo que o papel das empresas e do setor privado tende a ser um pouco mais valorizado no Brasil. De qualquer modo, a maioria das respostas aponta para que o contributo deste setor deveria contar cerca de metade ou mais deste financiamento (figura 103).

Figura 103. Opinião dos diferentes países sobre o contributo das empresas privadas para pagar os custos da responsabilidade dos países desenvolvidos (%)



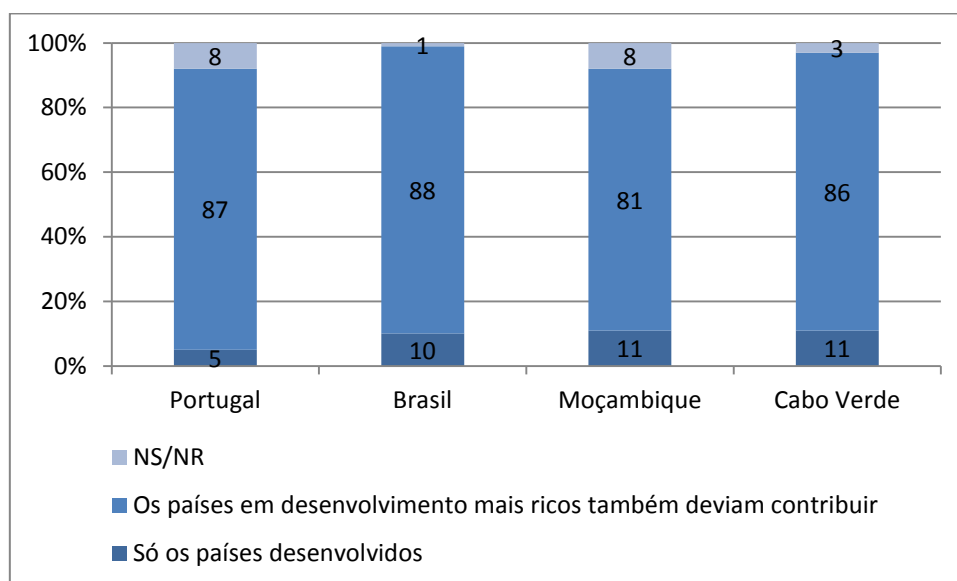
No que diz respeito à forma como os países em desenvolvimento devem ser tratados, tendo em consideração que dentro deste grupo existem hoje realidades económicas significativamente diferentes, Moçambique volta a distinguir-se ao apresentar uma distribuição bastante equilibrada das respostas nas três opções disponíveis. Os restantes países demonstram tendências mais claras no sentido de considerar que os países em desenvolvimento que estão em melhores condições financeiras devem ser enquadrados num terceiro grupo, devendo assumir maiores responsabilidades do que os países menos desenvolvidos e menos do que os países desenvolvidos (figura 104).

Figura 104. Opinião dos diferentes países sobre a forma como os países em desenvolvimento devem ser tratados no que diz respeito à divisão de responsabilidades de ação climática (%)



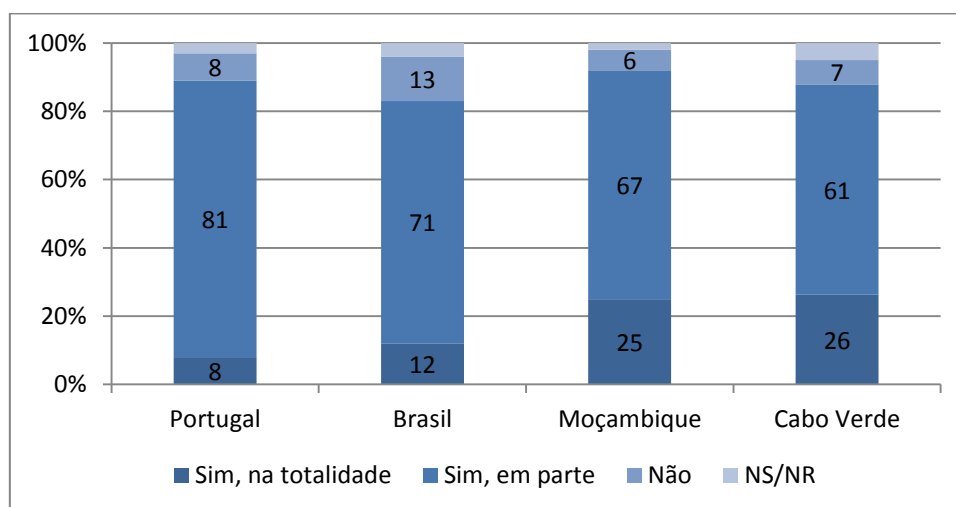
Já no que concerne aos contributos para o Fundo Verde Climático não se registam diferenças dignas de nota nas respostas, sendo que uma larga maioria (sempre acima de 80%) considera que, para além dos países desenvolvidos, este fundo deveria receber contributos também dos países em desenvolvimento mais ricos (figura 105).

Figura 105. Opinião dos diferentes países sobre quem deve contribuir para o Fundo Verde Climático (%)



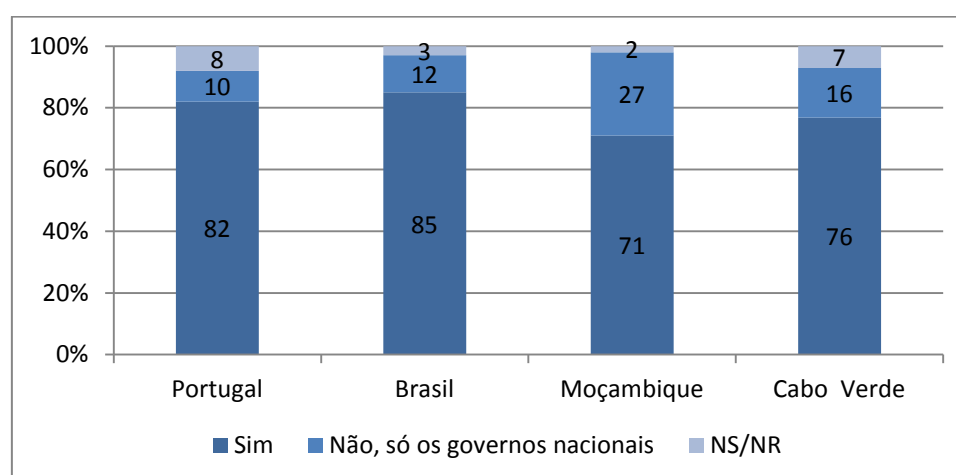
Passando do financiamento para a sua utilização, foi perguntado aos participantes se os esforços dos países em desenvolvimento na área da ação climática devem depender apenas do financiamento dos países desenvolvidos, ou se deve haver também outros contributos. Neste caso, é entre os participantes de Moçambique (25%) e os de Cabo Verde (26%) que se encontra o maior número de resposta no sentido do apoio dos países desenvolvidos dever ser a única fonte de financiamento da ação nesta área. De qualquer modo, a opção mais escolhida foi a de que esta fonte de financiamento deve ser apenas parcial, ou seja, deve ser conjugada com outros financiamentos, nomeadamente dos próprios países (figura 106).

Figura 106. Opinião dos diferentes países sobre se os esforços dos países desenvolvidos devem depender apenas de financiamento por parte dos países desenvolvidos (%)



Permitir que a administração local, incluindo as cidades, possa aceder ao financiamento do Fundo Verde Climático, deixando este de estar destinado apenas aos governos nacionais foi a medida que reuniu amplo consenso entre os participantes destes quatro países, com respostas sempre acima dos 70%. Moçambique é o país onde a opção de delimitar o acesso ao fundo apenas aos governos nacionais recolhe maior apoio (27%) (figura 107).

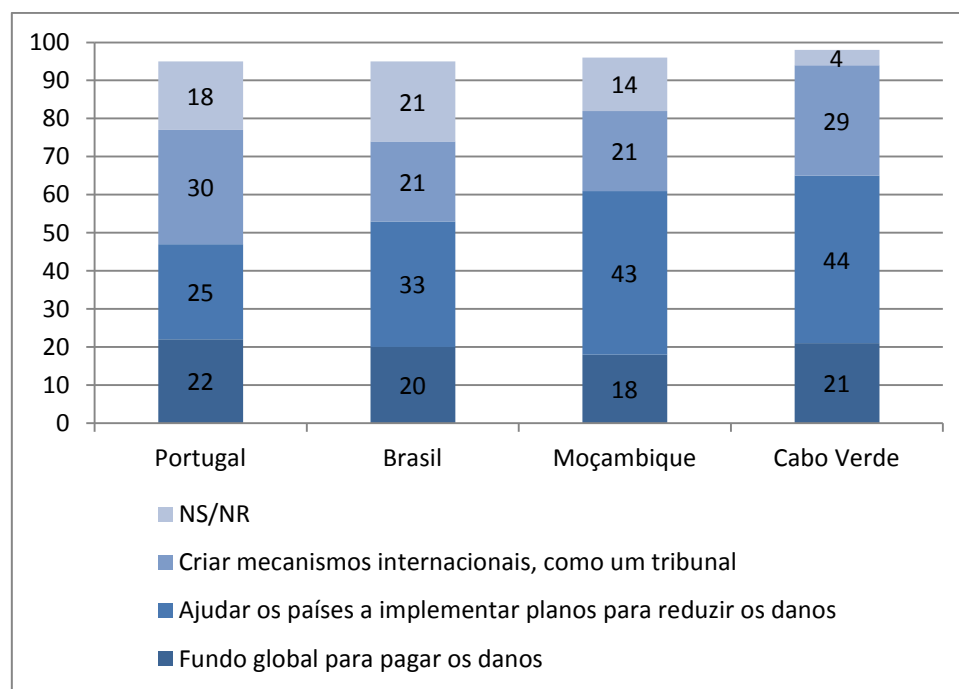
Figura 107. Opinião dos diferentes países sobre se o acesso ao Fundo Verde Climático deveria ser permitido à administração local, incluindo as cidades (%)



As opções que devem ser incluídas no futuro acordo de Paris para lidar com as perdas e danos associados aos impactos das alterações climáticas é um tema sobre o qual há

ainda muitas dúvidas, sendo esta uma das questões onde se verifica um elevado número de não respostas, em particular em três dos quatro países (Portugal 21%, Brasil 24%, Moçambique 14%). No caso dos três países agora em análise verificam-se algumas diferenças em relação às respostas de Portugal, ainda que não sejam muito expressivas. Mesmo assim, a opção mais escolhida por estes três países (Brasil 33%, Moçambique 43% e Cabo Verde 44%) é a de que os países devem ser ajudados a implementar planos para reduzir os danos, ao passo que em Portugal a opção que recolheu mais respostas foi a de se criarem novos mecanismos internacionais, por exemplo, um tribunal internacional do clima (30%), logo seguida da anterior. Mecanismos como um tribunal internacional que pudesse lidar com os processos sobre danos climáticos foi a segunda opção mais escolhida pelos três países acima referidos. O estabelecimento de um fundo global para pagar os danos foi a opção que ficou em terceiro lugar em termos de escolha dos participantes. Todas as restantes opções de resposta (utilização de seguros privados obrigatórios ou voluntários e não fazer nada) receberam um apoio residual (nunca acima dos 3%) (figura 108).

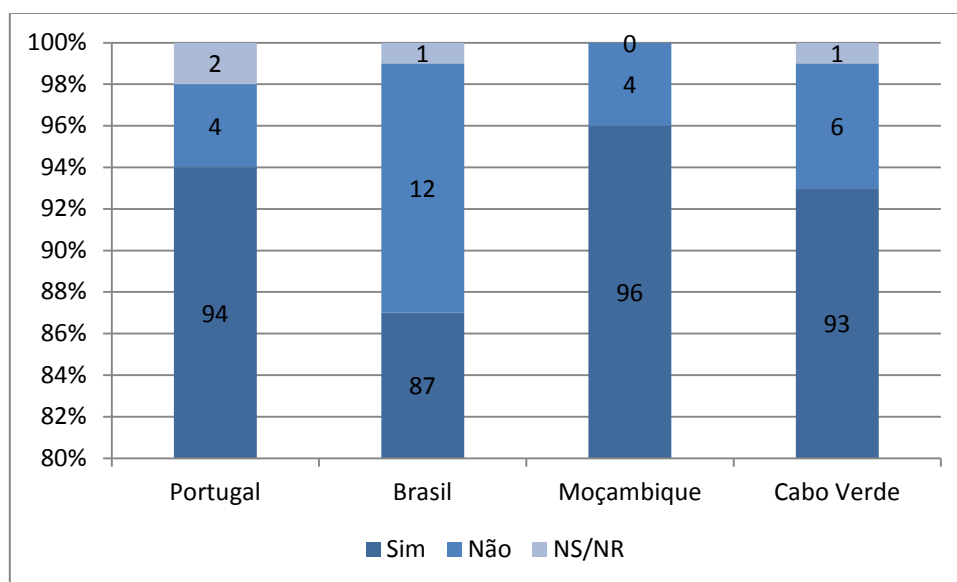
Figura 108. Opinião dos diferentes países sobre quais as ações que devem ser incluídas no acordo de Paris para lidar com os custos dos danos climáticos



3.2.5. Fazer promessas sobre o clima e mantê-las

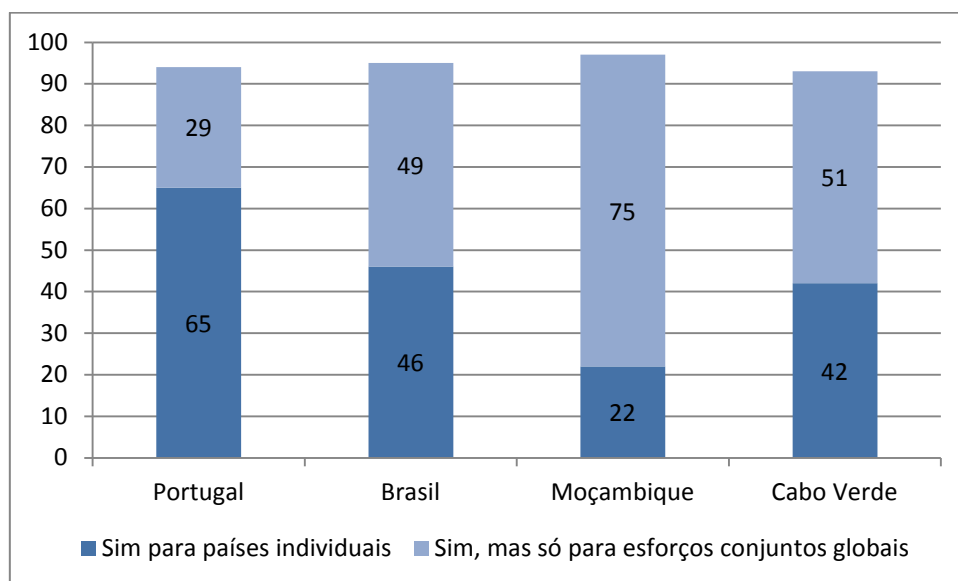
A complexidade inerente à negociação de um acordo global levou a que esteja a ser considerada a hipótese de incluir no futuro acordo de Paris a possibilidade dos países atualizarem os seus compromissos de ação climática de cinco em cinco anos, sem que tal implique voltar à mesa das negociações. Esta uma proposta quase unanimemente bem aceite entre os participantes de Portugal, do Brasil, de Moçambique e de Cabo Verde, ainda que seja entre os brasileiros que com maior frequência surge uma resposta negativa a esta possibilidade (figura 109).

Figura 109. Opinião dos diferentes países sobre a possibilidade dos países puderem atualizar os seus compromissos de ação climática de cinco em cinco anos (%)



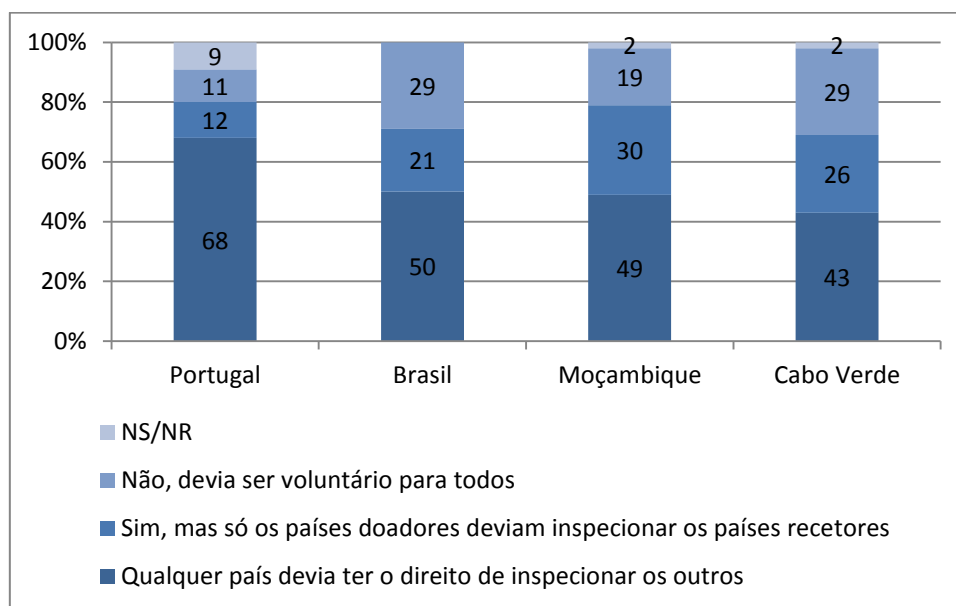
Quanto à autoridade das Nações Unidas para fazer relatórios que avaliem o contributo e a justiça das ações climáticas dos países, entre os países agora em análise observa-se um padrão de resposta claramente distinto do observado em Portugal, dado que cá a opção mais selecionada é a que considera que as Nações Unidas devem ter essa autoridade para países individuais (65%), ao passo que no Brasil (49%), em Cabo Verde (51%) e muito em particular em Moçambique (75%), a tendência mais marcada é a de defender que essa autoridade só deve existir para os esforços conjuntos globais (figura 110).

Figura 110. Opinião dos diferentes países sobre a autoridade das Nações Unidas para fazer relatórios que avaliem o contributo e a justiça das ações climáticas dos países (%)



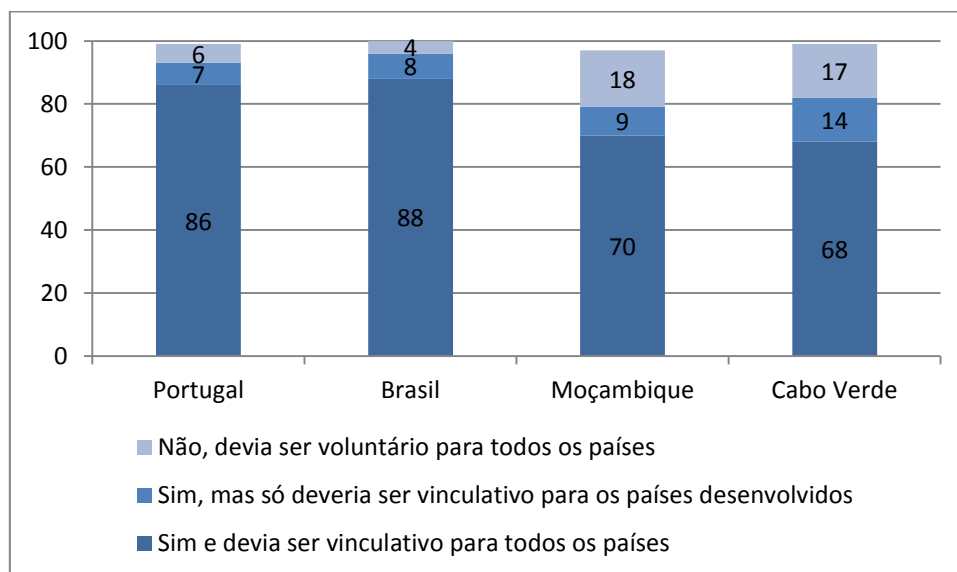
Passando da responsabilidade das Nações Unidas avaliarem os esforços dos países para a possibilidade dos próprios países ficarem encarregues de inspecionar os relatórios de outros países sobre os esforços de mitigação e adaptação, mesmo assim observa-se uma tendência mais marcada do que em Portugal para considerar que tal inspeção deveria ser voluntária para todos, ainda que a resposta mais comum seja a de considerar que qualquer país deveria poder inspecionar os outros. A opção de permitir esta inspeção em países recetores de ajuda por parte do país doador é também selecionada com maior frequência no Brasil, em Moçambique e em Cabo Verde, do que em Portugal (figura 111).

Figura 111. Opinião sobre em que circunstâncias os países podem inspecionar os relatórios de outros países sobre os esforços de mitigação e adaptação (%)



A inclusão de objetivos nacionais de curto prazo no futuro acordo de Paris e garantir que sejam vinculativos para todos os países recolhe uma larga maioria de respostas. Ainda assim, é clara a tendência para Moçambique e Cabo Verde assumirem com maior frequência a postura de que estes objetivos nacionais devem ser voluntários para todos os países (figura 112).

Figura 112. Opinião dos diferentes países sobre se o futuro acordo de Paris deve incluir objetivos nacionais de curto prazo (%)



Para terminar surgia a questão sobre a obrigatoriedade dos países apresentarem relatórios anuais que dêem conta dos progressos feitos no sentido de cumprir as respetivas promessas de ação climática. Neste caso, há um claro consenso a favor da existência destes documentos: em Portugal 95% dos participantes concordam que todos os países deviam publicar um relatório anual sobre as suas emissões e dar conta do progresso do seu contributo, sendo que no Brasil são 99%, em Moçambique 89% e em Cabo Verde 94%. De novo, a necessidade de transparência parece suplantir as eventuais dificuldades que muitos países, em particular os que têm menores recursos técnicos e financeiros, poderão enfrentar para cumprir com este requisito, caso venha a ser integrado no futuro acordo sobre ação climática, previsto para Dezembro de 2015.

CAPÍTULO 4. A AVALIAÇÃO DO EVENTO

Em eventos desta natureza, onde o envolvimento dos cidadãos vai muito além daquele que se regista num estudo académico em que se responde a um inquérito ou a uma entrevista, é fundamental obter o feedback dos participantes quanto às diferentes dimensões do evento – organização, imparcialidade, expectativas sobre os impactos futuros - e, ao mesmo tempo, garantir retorno sobre os impactos alcançados.

Desde o primeiro momento, as estratégias de comunicação do evento referiam que o objetivo da consulta pública mundial era o de ouvir a opinião informada dos cidadãos sobre os temas do clima e da energia, havendo o compromisso de posteriormente transmitir esses resultados aos responsáveis e aos envolvidos nas negociações do Acordo de Paris.

Ao mesmo tempo, o facto de ter sido facultado um conjunto de ferramentas, nomeadamente informativas, e de os cidadãos terem participado num debate que durou várias horas, pode ter aberto caminho a novas interpretações sobre o tema e disponibilidade para a ação.

Perante este enquadramento, é de algum modo expectável que quem anuiu a participar neste evento não só se interesse por ir sendo informado sobre “o que foi feito com os resultados”, mas que também possa integrar no seu quotidiano alguma da informação que recebeu e da reflexão em que participou ao longo da consulta.

A avaliação formal do evento foi realizada através de um questionário no final do evento, em tudo semelhante aos aplicados em relação às cinco partes temáticas em debate, mas focado na componente de avaliação.¹⁴ Em complemento, foi também realizado um inquérito online pós-evento, que foi enviado a todos os participantes com email (e aplicado via telefone aos restantes), tendo as respostas sido recolhidas entre julho e agosto de 2015. Através deste método foi possível recolher 64 respostas.

¹⁴ Foi igualmente aplicado no dia do evento um questionário de avaliação desenvolvido pela Universidade de Estugarda, mas do qual no momento de escrita deste relatório ainda não são conhecidos os resultados.

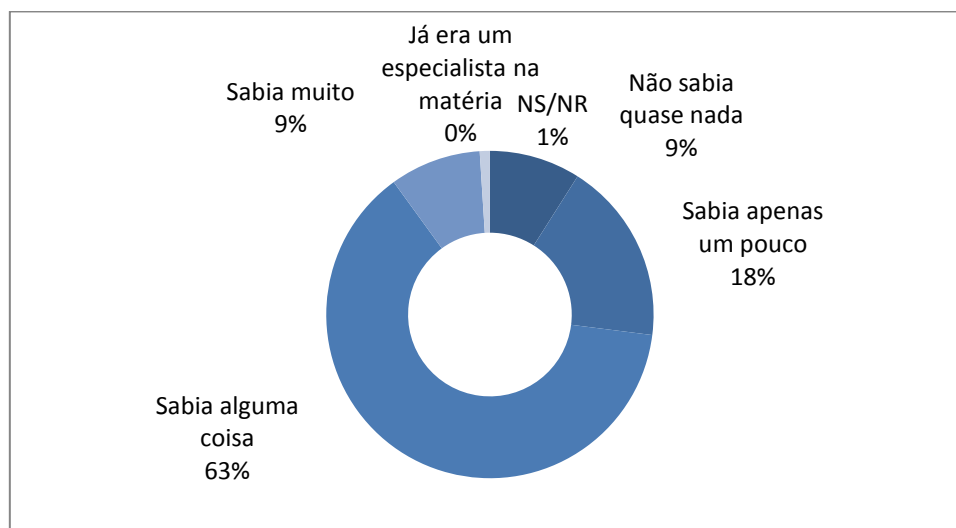
Assim, neste capítulo serão apresentados os dados da avaliação formal realizada em todos os locais onde se realizou a consulta em primeiro lugar, e depois apresentar-se-ão os resultados do inquérito realizado já após o evento.

4.1. Avaliação do evento

No âmbito da avaliação do evento, optou-se por juntar duas questões que surgiam na terceira parte temática, dado que estas procuram avaliar a opinião dos participantes sobre o seu grau de conhecimento sobre o tema antes e após o evento.

Das cinco opções de resposta disponíveis, que espelhavam níveis crescentes de conhecimento, o nível três acabou por ser o mais mencionado, já que 63% dos participantes auto-classificaram-se como sabendo alguma coisa sobre o processo de chegar a um acordo internacional sobre o clima, antes de participar nesta iniciativa. Apenas 9% responderam que sabiam muito, ao passo que 18% referiram mesmo que sabiam apenas um pouco e outros 9% que não sabiam quase nada (figura 113). De sublinhar que, em consonância com as diretrizes dos organizadores internacionais desta consulta, nenhum dos participantes se classificou como um especialista na matéria. Estes resultados são consonantes com as respostas a questões sobre a informação em inquéritos sobre temáticas ambientais, que revelam usualmente taxas bastante baixas (Schmidt et al. 2011).

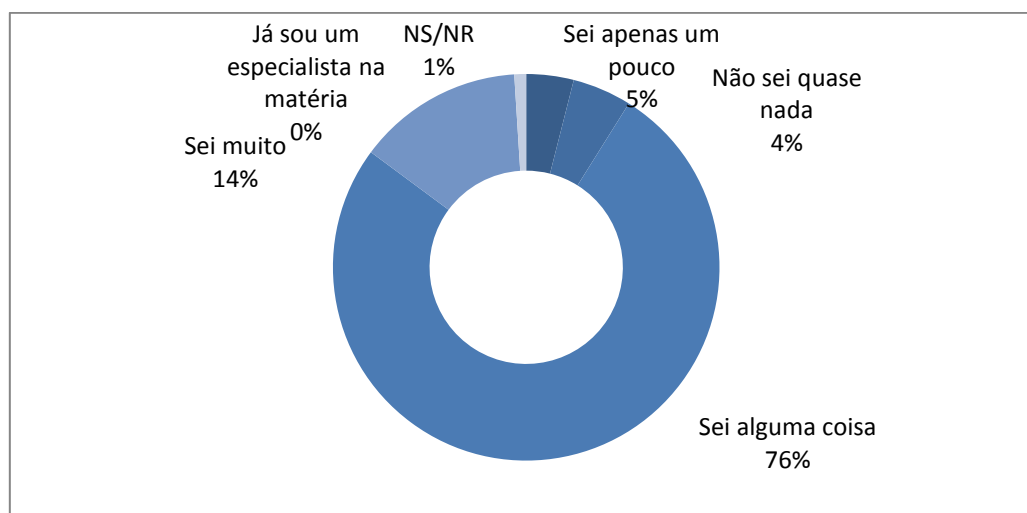
Figura 113. Grau de familiaridade com o processo de chegar a um acordo internacional sobre o clima antes da iniciativa (%)



N - 107

Perante um pedido de auto-avaliação sobre até que ponto a sua participação na consulta pública mundial lhe permitiu adquirir um maior conhecimento sobre o tema e aumentar a sua familiaridade com o mesmo, aumentou para 77% o número de participantes que se enquadraram na categoria de quem sabe alguma coisa, tendo baixado igualmente o número de respostas nas duas primeiras categorias que espelham um menor conhecimento sobre o tema (figura 114).

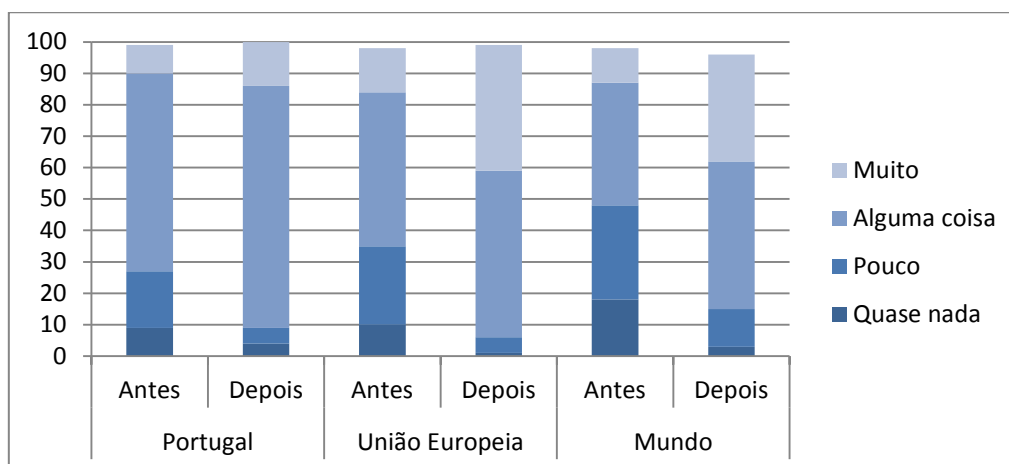
Figura 114. Grau de familiaridade com o processo de chegar a um acordo internacional sobre o clima durante a iniciativa (%)



N - 107

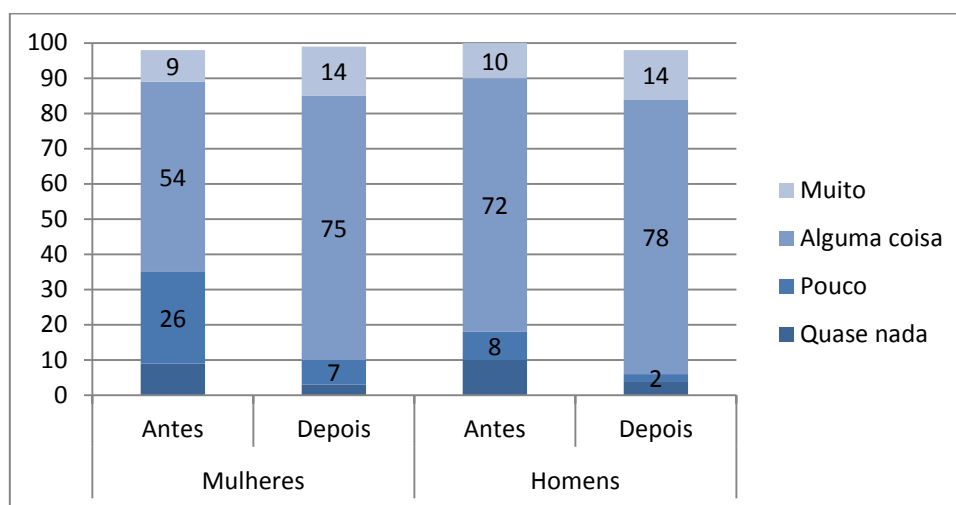
A comparação internacional mostra que em Portugal o número de participantes que se autoclassificou como sabendo alguma coisa sobre o processo de chegar a um acordo internacional sobre o clima, mesmo antes de participar no evento, é mais elevado do que na restante UE considerada no seu conjunto e no mundo. Nestes dois casos, a percentagem de participantes que consideravam não saber nada ou saber apenas um pouco sobre o tema era de 34% no primeiro e de 48% no segundo (quando em Portugal o valor foi de 27%). Ainda assim, a recuperação em termos de conhecimento após a participação nesta iniciativa foi bastante superior nos dois contextos internacionais em análise, quando comparados com a evolução registada em Portugal (figura 115).

Figura 115. Comparação da evolução do grau de familiaridade com o tema da negociação de um acordo internacional sobre o clima, antes a após a participação na iniciativa WWViews, em Portugal na UE e no mundo (%)



As variáveis de caracterização não introduzem grande variação, sendo de referir em relação ao sexo, que inicialmente as mulheres referem ter um menor conhecimento do que os homens, mas, após a participação no evento, os níveis de conhecimento são similares (figura 116).

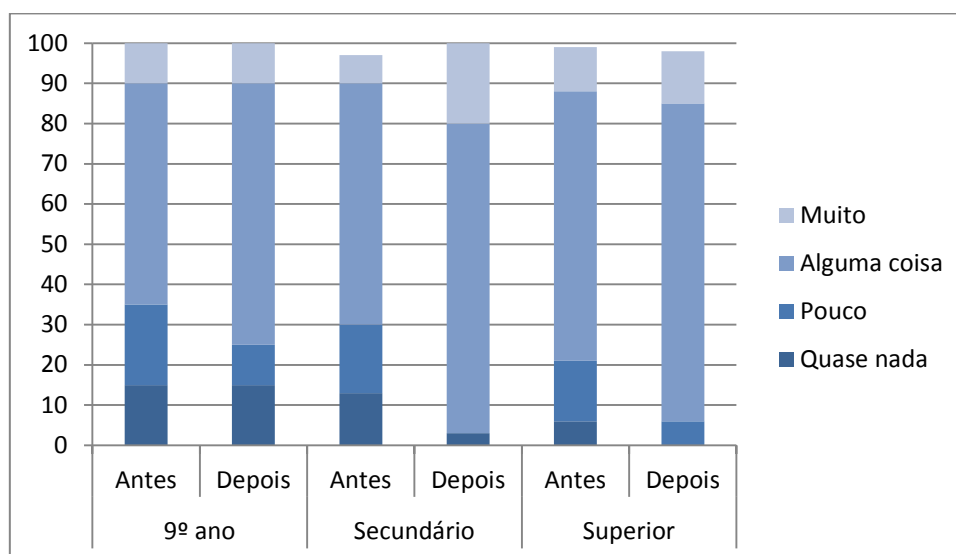
Figura 116. Evolução do grau de familiaridade com o tema da negociação de um acordo internacional sobre o clima, antes a após a participação na iniciativa, segundo o sexo



N - 106

Já no que concerne às habilitações, ainda que as diferenças não sejam muito expressivas no início, o facto é que na avaliação após a participação observa-se que é entre os mais escolarizados que se regista uma evolução maior em termos de familiaridade com o tema da negociação de um acordo internacional sobre o clima (figura 117).

Figura 117. Evolução do grau de familiaridade com o tema da negociação de um acordo internacional sobre o clima, antes a após a participação na iniciativa, segundo o nível de escolaridade(%)

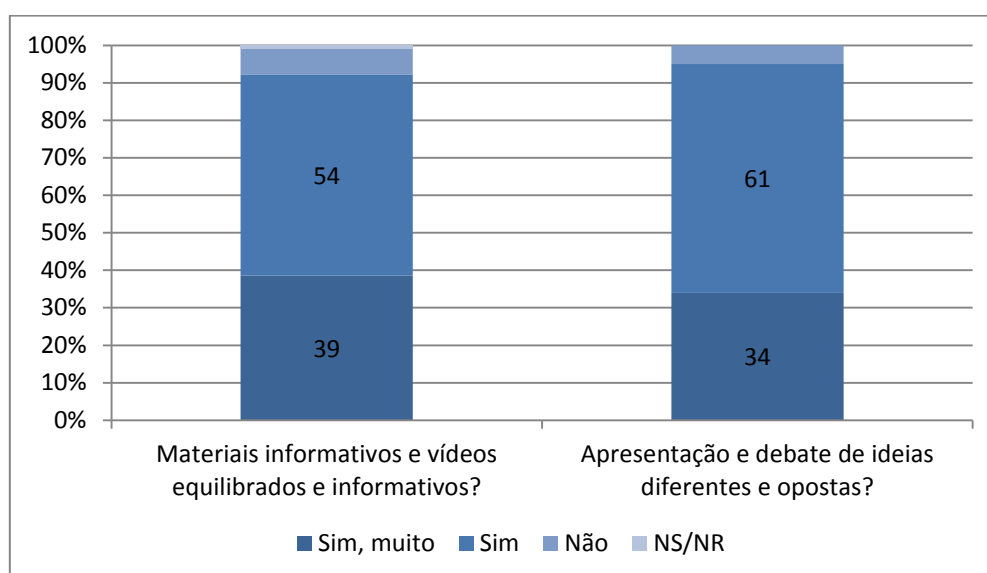


N - 101

Em termos de avaliação, os participantes foram ainda convidados a dar a sua opinião sobre os conteúdos informativos em termos do seu equilíbrio e capacidade de informar, bem como, se o debate permitiu a apresentação e debate de opiniões diferentes e opostas.

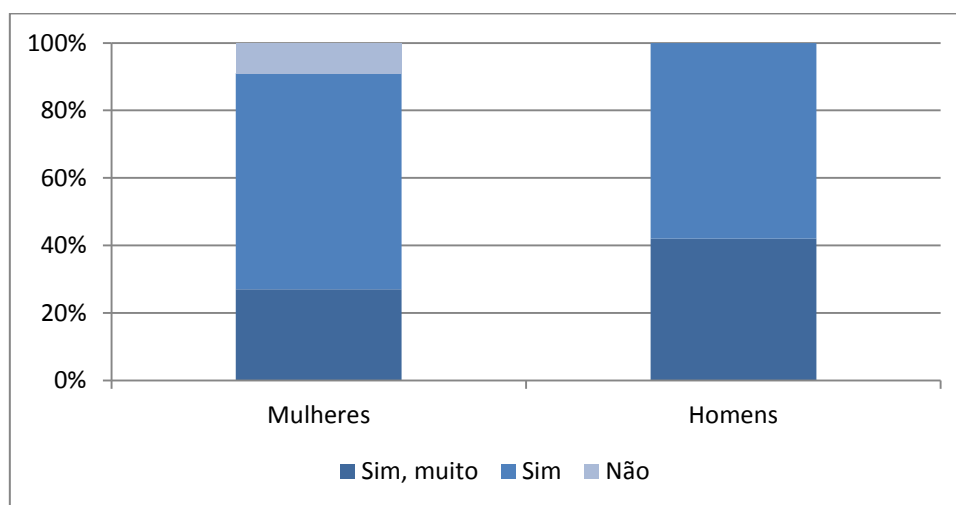
Em ambos os casos as respostas são muito positivas, com 93% dos participantes a referirem que os materiais informativos e os vídeos foram equilibrados e informativos e 95% a considerarem que foram apresentadas e discutidas opiniões diferentes e opostas ao longo do debate (figura 118).

Figura 118. Avaliação dos conteúdos e do debate (%)



Em relação a estes temas, de novo as variáveis de caracterização não permitem distinguir tendências claras, com exceção do sexo, onde se verifica que as mulheres são quem faz uma avaliação menos positiva da diversidade de opiniões introduzida no debate (figura 119).

Figura 119. Avaliação da apresentação e debate de ideias diferentes e opostas durante a consulta, segundo o sexo (%)

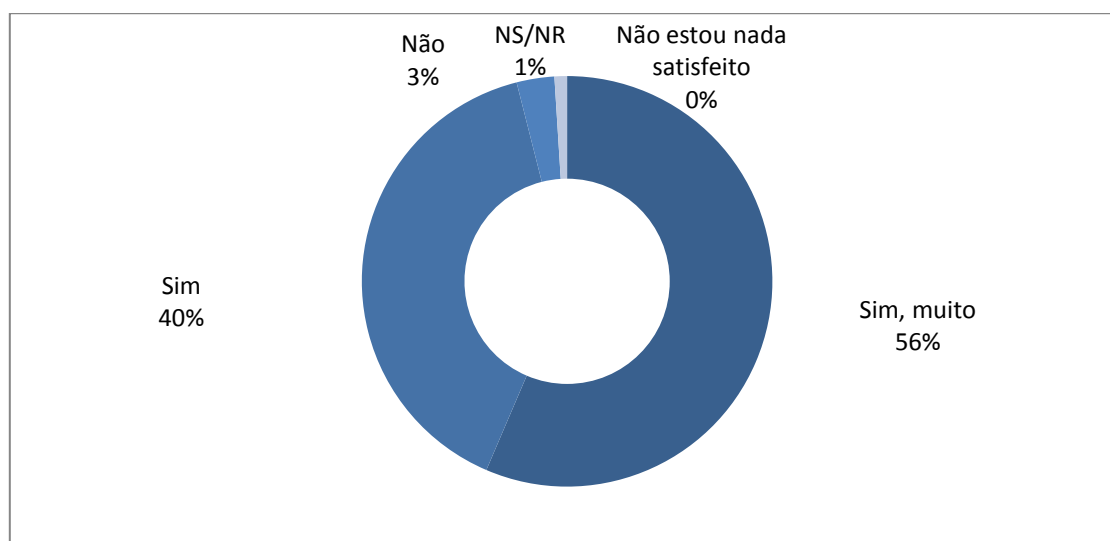


N - 106

Uma opinião muito positiva sobre estes dois aspetos é também partilhada a nível internacional, onde os números são bastante próximos dos registados em Portugal.

A opinião geral sobre a organização do evento em Portugal volta a ser muito positiva, com 97% a mostrarem-se satisfeitos (57% muito satisfeito e 40% satisfeito) (figura 120), um resultado muito semelhante ao que se observa no mundo e no conjunto dos países da União Europeia que participaram nesta iniciativa mundial. Neste caso, são os mais jovens que tendem a mostrar um grau de satisfação mais elevado.

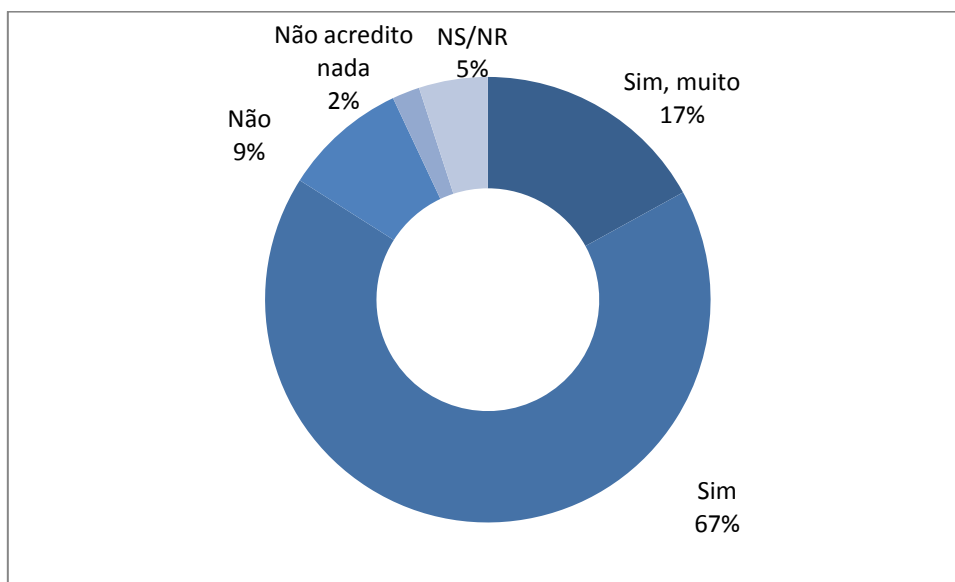
Figura 120. Satisfação com a organização do processo de consulta em Portugal (%)



N - 106

De seguida foi perguntado aos participantes se acreditavam que os resultados deste processo de consulta mundial aos cidadãos irão ser usados de forma significativa para a tomada de decisão política em relação à COP21, que se realizará em Dezembro, em Paris. Uma larga maioria (84%) acredita que, de facto, os resultados terão um peso nas negociações, demonstrando que acreditam que o seu esforço e contributo não foram em vão (figura 121).

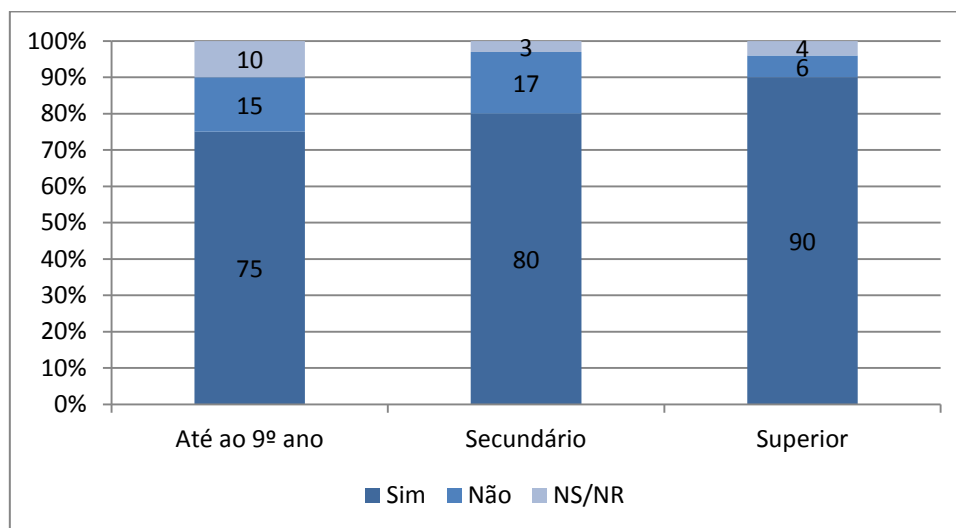
Figura 121. Crença sobre o uso dos resultados da consulta para a tomada de decisão política na COP21 (%)



N - 106

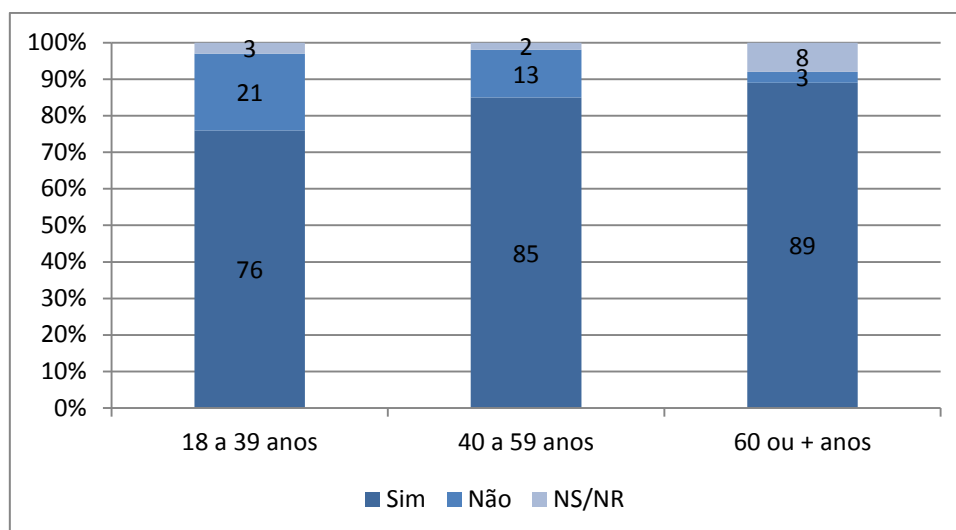
Este otimismo é mais marcado entre aqueles que possuem o ensino superior (aumento com o nível de habilitações) (figura 122) e entre os mais velhos, já que é entre os mais jovens (até aos 39 anos) que se encontra o maior número de respostas que apresentam algum ceticismo quanto ao uso dos resultados (Figura 123).

Figura 122. Crença sobre o uso dos resultados da consulta para a tomada de decisão política na COP21 segundo o nível de escolaridade (%)



N - 101

Figura 123. Crença sobre o uso dos resultados da consulta para a tomada de decisão política na COP21, segundo a idade (%)



N - 106

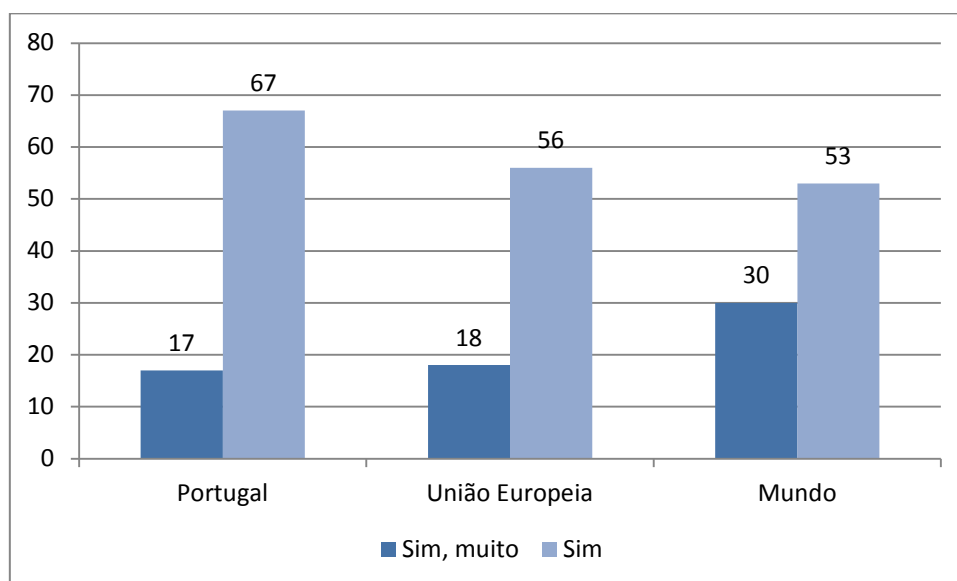
Não obstante estes resultados muito positivos, durante o debate qualitativo houve vários momentos em que foi expressa alguma descrença na real capacidade que os cidadãos têm de influenciar este nível político.

O que discutimos não vai chegar aos ‘homens do chapéu’. E se chegar, o que eles vão fazer é olhar isso tudo e dizer: ó pá, que giro e isso tudo, mas já temos tudo definido... vocês viram a bola ontem?

A nossa opinião é uma mera opinião, pois quando eles se sentarem lá em Paris, já terão todas as decisões tomadas.

Muito embora os resultados nacionais possam parecer algo otimistas, eles ficam aquém do otimismo registado, em particular, a nível mundial, onde 30% dos participantes acreditam muito que os resultados irão ser tidos em conta nas negociações que decorrerão em Paris em Dezembro deste ano (figura 124).

Figura 124. Comparação da crença sobre o uso dos resultados da consulta para a tomada de decisão política na COP21, em Portugal, na UE e no mundo (%)



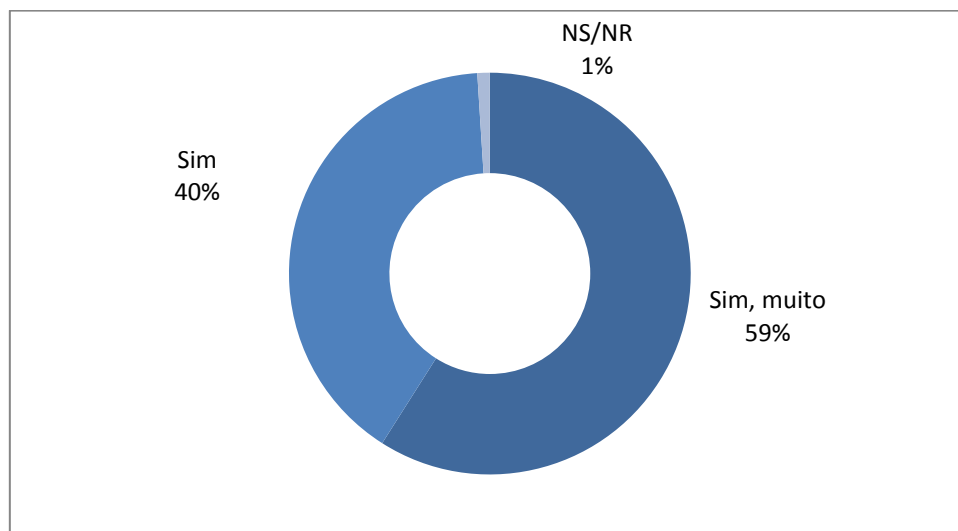
De facto, mesmo ao longo do debate nas mesas foram surgindo referências à importância deste tipo de iniciativas, em particular por aqueles que são maiores defensores de uma maior participação dos cidadãos, através da sua ação local e quotidiana, na resolução dos problemas globais. Contudo, o sublinhar da importância destas iniciativas não é feito de forma irrefletida, mas, em conjunto com o otimismo sobre os possíveis impactos, há também o reconhecimento das limitações, bem como a consideração do facto de se tratar de uma consulta feita a nível mundial, com as decorrentes potencialidades dos resultados terem mais força ao nível internacional:

Apesar de existirem lobies, há organismos que podem impor alguma coisa. O papel das Nações Unidas é extremamente importante. E movimentos como este de hoje. Mas de facto a maior parte das pessoas, o grosso, acham que isto é uma utopia e enquanto não houver uma revolução das mentalidades...o que é

importante nisto é que há uma tendência geral: eu acredito que os resultados de hoje se vão reproduzir noutros países e que pode vir a ter algum peso. Mas acredito que, analisando os resultados, a maioria continue descrente em relação aos resultados práticos disto.

A última questão colocada perguntava se os participantes consideravam que processos de diálogo global como este deviam ser organizados no futuro sobre temas semelhantes ou diferentes. Neste caso, em Portugal a resposta foi praticamente unânime, com 59% a responderem que “sim, muito” e 40% a responderem “sim”. Há apenas a registar 1% de não respostas (figura 125).

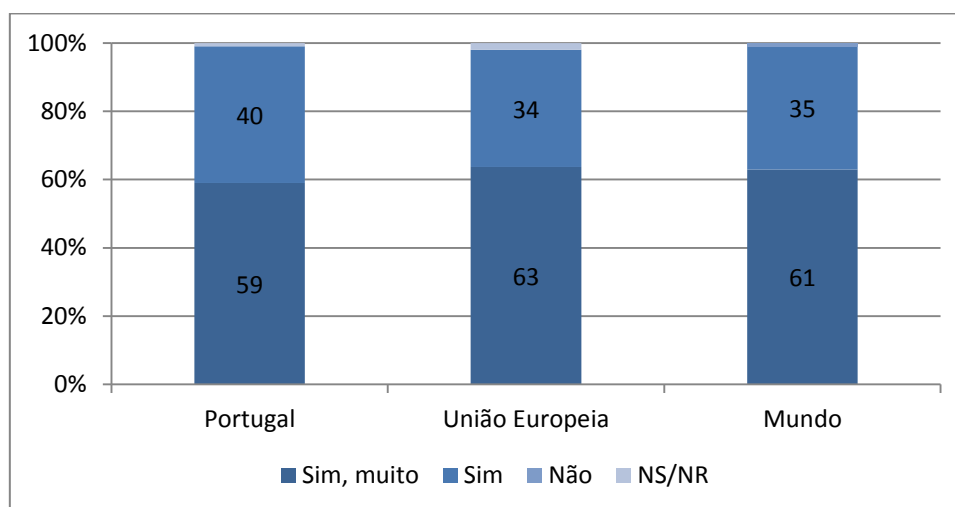
Figura 125. Interesse em que se realizem novas consultas mundiais sobre este tema ou sobre outros (%)



N - 106

A nível mundial e europeu a tendência é ainda um pouco mais marcada para que a maioria das respostas se enquadre na primeira categoria, que demonstra o total apoio a que iniciativas desta natureza voltem a ter lugar (figura 126).

Figura 126. Comparação do interesse em que se realizem novas consultas mundiais sobre este tema ou sobre outros, em Portugal, na UE e no mundo (%)



Ainda que a estrutura do inquérito não o previsse, alguns participantes consideraram necessário juntar alguns comentários de avaliação qualitativa, tendo havido dois apontamentos sobre a dificuldade na escolha das opções de resposta, que foram atribuídas a eventuais problemas de tradução para português, tendo ainda havido três outros comentários sobre: a importância do evento, a expectativa de que os resultados sejam usados e tamanho da sala, que levou a que houvesse algum calor, dado o número de pessoas presente.

4.2. A avaliação pós-evento

Um evento como esta consulta pública mundial, que envolveu mais de setenta países, e onde se promove a reflexão conjunta sobre um conjunto de temas relevantes para os presentes e com potencial impacto para as gerações presentes e futuras, tende a fomentar uma perspetiva positiva sobre o significado e as repercussões que os resultados obtidos podem ter. As respostas ao inquérito realizado no final do dia, apresentadas no subcapítulo anterior, demonstram isso mesmo. Mas será que o sentimento criado no dia foi projetado para o futuro próximo? E será que teve outro tipo de reflexos, nomeadamente em termos de envolvimento dos participantes com o tema das alterações climáticas ou uma alteração das suas práticas?

Para avaliar os impactos pós-consulta sobre clima e energia foi preparado um inquérito online, aplicado cerca de um mês após o evento. As respostas recebidas estão

relativamente bem distribuídas entre os três esclaões etários, muito embora os mais jovens e os mais velhos estejam em maioria (figura 127). Já o nível de escolaridade voltam a espelhar o desequilíbrio inicial da amostra, sendo ainda mais marcado neste inquérito após o evento (figura 128).

Figura 127. Distribuição da amostra por escalões etários (%)

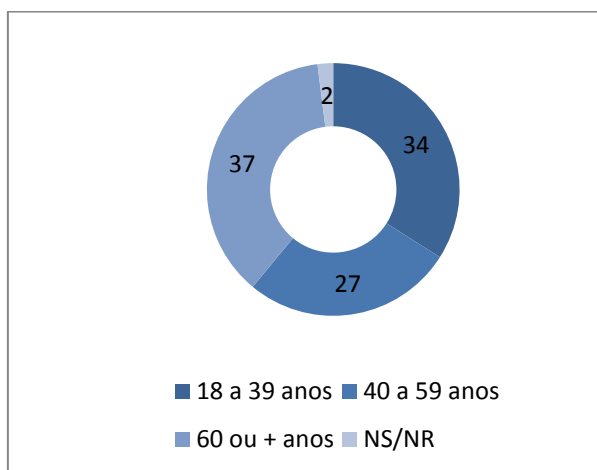
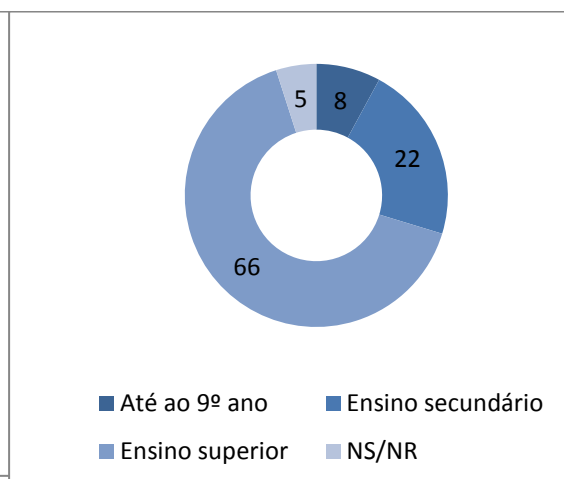


Figura 128. Distribuição da amostra por nível de escolaridade (%)



N – 62

Em termos de género a amostra é bastante equilibrada, com 53% de mulheres e 47% de homens, sendo que em termos de situação na profissão 31% são trabalhadores por conta de outrem, 25% estão reformados, 13% são estudantes e outros 14% trabalham por conta própria, ao passo que 9% estão desempregados.

Das respostas obtidas fica patente que um processo participativo mais complexo como este pode ter um reflexo mais alargado do que um qualquer outro processo comum de contacto para responder a um inquérito, independentemente da modalidade escolhida (presencial, telefónico ou online).

De facto, uma clara maioria das pessoas que participaram neste inquérito de avaliação afirma que após a consulta pública aumentou a sua interação com o tema, seja abordando-o com familiares e amigos, seja procurando ativamente mais informação ou simplesmente ficando mais atento a notícias sobre o tema.

De uma forma mais concreta, à pergunta sobre se, após a consulta, ficou mais interessado no tema das alterações climáticas, a quase totalidade responde

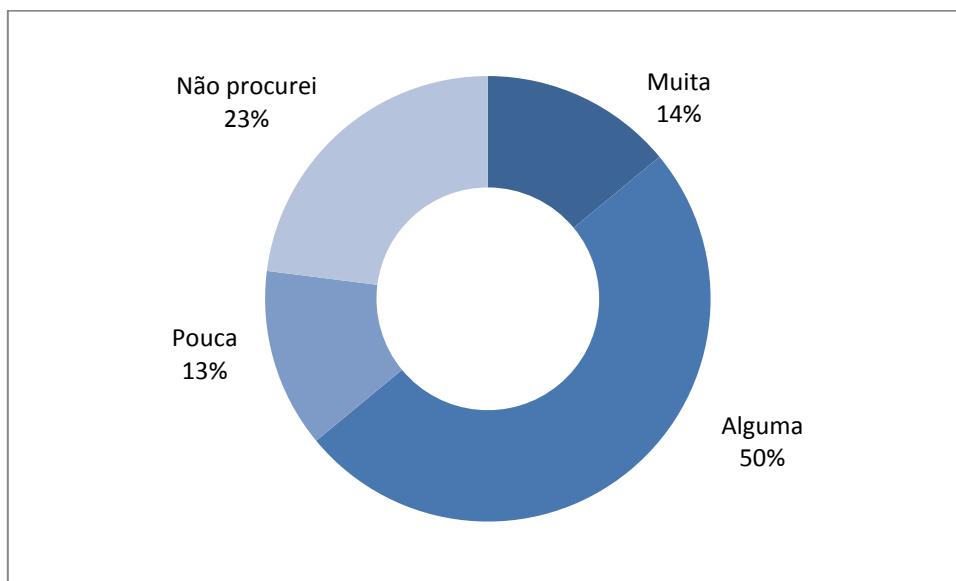
afirmativamente, o que vem ao encontro das respostas observadas noutras perguntas onde se procurou avaliar a relação que cada respondente estabeleceu com o tema. Quando se pergunta se, após a consulta, falou com familiares ou amigos sobre o tema das alterações climáticas 52% referem tê-lo feito algumas vezes e 37% assumem que o fizeram muitas vezes. Números semelhantes podem ser encontrados em relação a ficar atento a notícias sobre o tema, com 55% a referirem que ficaram atentos e 42% a ficarem mesmo muito atentos. Para mais, 94% assinalam sentir-se mais informados sobre o tema hoje do que antes da consulta, o que também poderá ajudar a explicar porque alguns não sentiram a necessidade de procurar mais informação após o evento (tabela 2).

Tabela 2. Alterações observadas na interação com o tema das alterações climáticas após a consulta pública mundial

Depois da consulta...	%	%
	Muitas vezes	Algumas vezes
... falou com familiares ou amigos sobre AC?	37	52
	Muito atento	Atento
... ficou atento a notícias na comunicação social sobre AC?	42	55
	Sim	Não
... ficou mais interessado no tema das AC?	92	6
	Sim	Não
... sentiu-se mais informado sobre AC?	94	5

De facto, os números baixam um pouco quando a questão implica uma postura mais proativa de procura de informação sobre o tema das alterações climáticas. Ainda assim, as respostas positivas são expressivas, com 50% a referirem que procuraram alguma informação e 14% a assumirem que foram muito proativos nessa procura. Do lado oposto temos 23% dos respondentes que assumem não ter procurado ativamente novas informações sobre o tema (figura 129).

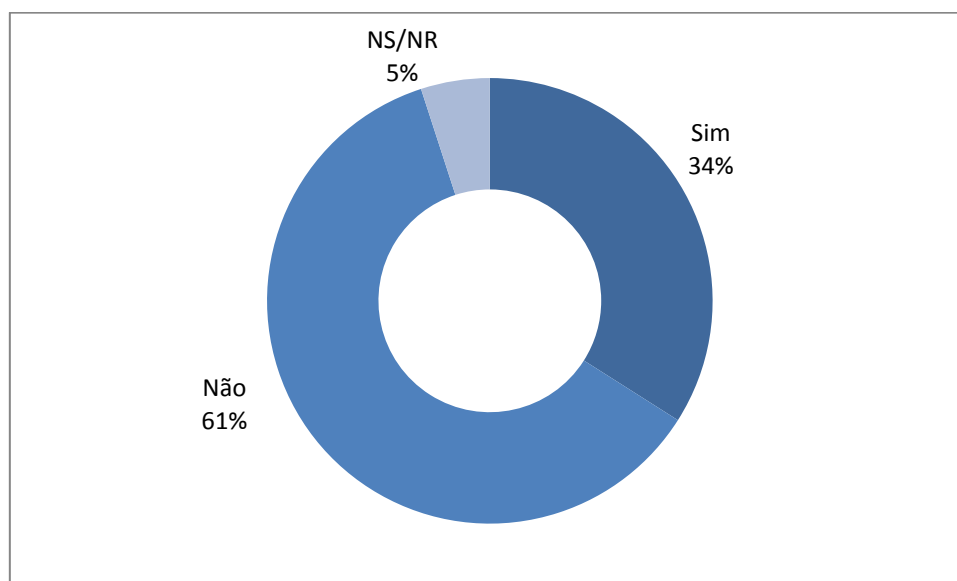
Figura 129. Depois da consulta pública mundial procurou mais informação sobre alterações climáticas



N - 64

A partilha de notícias sobre alterações climáticas com familiares e amigos também não aconteceu com muita regularidade, com a amostra a dividir-se de forma quase idêntica entre aqueles que partilharam e os que não partilharam ou partilharam com pouca frequência. Os números baixam ainda mais quando se pergunta sobre mudanças efetivas nas práticas quotidianas para ajudar a combater as alterações climáticas. Neste caso dois terços dos respondentes não alteraram nada no seu quotidiano (figura 130). Neste último caso foi solicitado a quem manifestou ter alterado práticas quotidianas que desse conta de quais, sendo que as respostas mais frequentes relacionam-se com a poupança de recursos, mediante a redução do consumo de água, de energia, mas também uma atenção redobrada a gestos quotidianos como o da reciclagem e reutilização. A redução da utilização do automóvel individual também surge referida por diversas vezes, assim como a tentativa de usar as suas redes de sociabilidade para amplificar a mensagem sobre a necessidade de agir para evitar o problema das alterações climáticas.

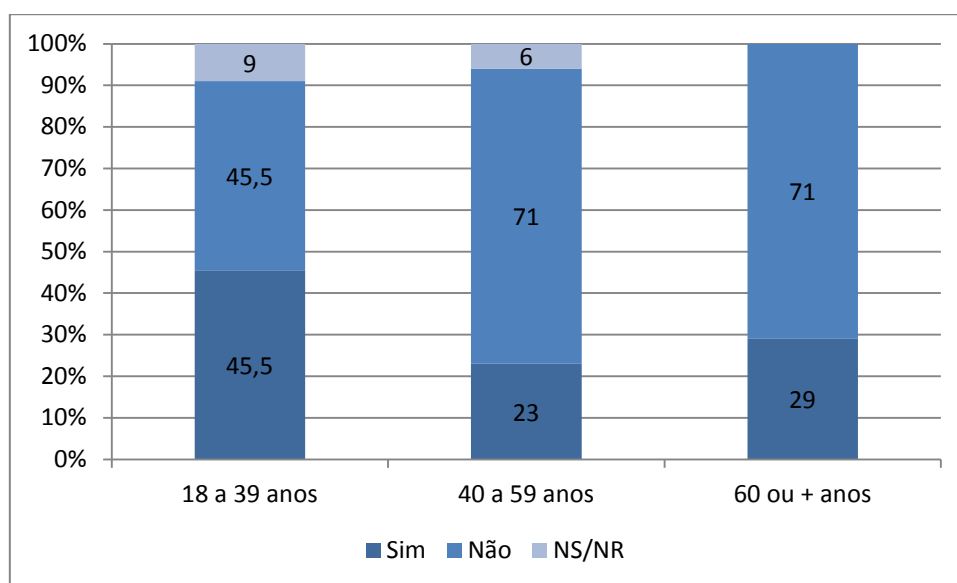
Figura 130. Depois da consulta pública mundial alterou algum comportamento do dia-a-dia para combater as alterações climáticas?



N - 64

Este é um dos poucos temas onde a idade parece ter alguma influência, dado que são os mais jovens que, com maior frequência referem ter mudado comportamentos do seu dia-a-dia após o evento (figura 131).

Figura 131. Alteração de comportamentos após o evento com o objetivo de combater as alterações climáticas segundo os escalões etários



N - 62

No que concerne à interação com os instrumentos e recursos associados ao processo de consulta procurou-se averiguar se houve uma consulta da página na internet onde foram disponibilizados os resultados, sendo que, de novo, a adesão foi bastante elevada, com 75% a confirmarem terem consultado este recurso. Em sentido contrário encontramos as respostas de 19% da amostra, sendo que outros 5% dizem não ter acesso à internet que lhes permita usufruir destes materiais.

Quando se passa dos resultados em si para a página da iniciativa no facebook, apenas 47% referem tê-la seguido, sendo que 30% referem não o ter feito, ao passo que 22% assumem não serem utilizadores desta rede social.

As respostas voltam a mostrar resultados mais positivos quando se analisa o seguimento de notícias sobre a consulta (com três quartos dos respondentes a referirem terem-no feito), mas baixam um pouco quando a pergunta se centra na sua partilha com familiares e amigos, onde apenas metade dos respondentes assume ter avançado com essa partilha.

Tabela 3. Relação com a consulta pública após o evento

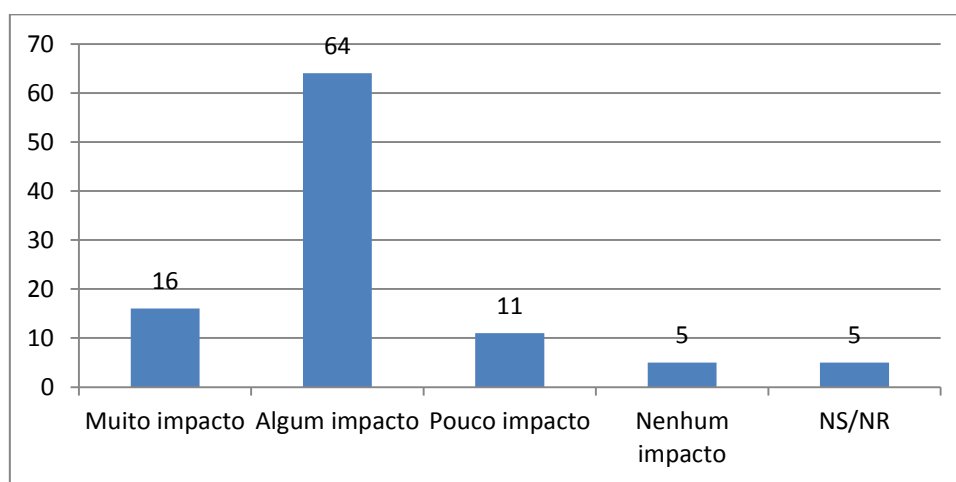
Após a consulta pública...	%	%
	Sim	Não
... falou com amigos e familiares sobre a experiência no evento?	100	---
	Sim	Não
... consultou a página Web com os resultados?	75	19
	Sim	Não
... seguiu as notícias nos meios de comunicação social sobre o evento?	76	20
	Sim	Não/ Não tenho facebook
... seguiu a página do facebook sobre o evento?	47	52
	Sim	Não
... partilhou com amigos as notícias sobre o evento?	50	48

A participação noutros eventos relacionados com alterações climáticas também não ocorreu com frequência, em larga medida porque não chegou ao conhecimento dos participantes a existência de iniciativas sobre este tema (34%), mas também porque

simplesmente não participaram (45%). Apenas 19% referem ter concretizado a participação noutros eventos sobre alterações climáticas.

Voltando um pouco atrás no tempo e analisando a opinião sobre o evento em si, 92% dos que responderam ao inquérito referem ter ficado muito satisfeitos (28%) ou satisfeitos (64%) com a informação que receberam durante a consulta pública e 98% consideram que a consulta realizada é útil (33%) ou muito útil (66%), com 80% a considerarem que os seus resultados terão muito impacto (16%) ou algum impacto (64%) na COP21 (figura 132).

Figura 132. Considera que a consulta vai ter impacto na COP21?



N - 64

As expectativas de impacto futuro também parecem variar um pouco consoante a idade e o nível de escolaridade, com os mais jovens ligeiramente mais descrentes na integração dos resultados nas negociações que decorrerão em Paris em Dezembro e os menos escolarizados e demonstrarem a expectativa mais elevada.

De uma forma global não é possível observar tendências muito marcadas quando se introduzem as variáveis de caracterização, havendo apenas a reportar as variações óbvias dos mais escolarizados para serem mais ativos na procura e partilha de informação, na utilização das ferramentas Web (páginas e redes sociais). É ainda interessante sublinhar que as pessoas com menos habilitações e mais idade parecem reconhecer mais os benefícios em termos de informação decorrentes do processo de

consulta pública, algo que não é de estranhar, dado que os mais jovens e mais escolarizados tendem a estar mais informados sobre estes assuntos.

Estes resultados demonstram que a médio prazo as expectativas de influência sobre as negociações internacionais mantêm-se bastante elevadas. Talvez também por isso, quase a totalidade dos que participaram neste inquérito de avaliação pós-evento mostram-se disponíveis para participar em consultas públicas sobre temas ambientais. Um resultado algo surpreendente, mesmo considerando que alguns dos participantes no evento vieram acompanhados por familiares ou amigos, é que um terço refere ter mantido contacto com outros participantes. A resposta mais comum é, contudo, que esse contacto não se manteve para além do dia da consulta mundial.

Existe pois um reconhecimento da importância destes mecanismos de participação cidadã, onde são proporcionadas condições para que seja possível emitir uma opinião informada. Estes são momentos que contrastam largamente com os habituais processos de consulta pública sobre outros temas, onde muitas vezes os cidadãos sentem dificuldade em participar, dificuldades que podem decorrer de uma multiplicidade de condições estruturais (falta de divulgação, não participação das despesas com deslocações), culturais (falta de experiência nestes processos e tendencial pouca valorização dos mesmos) e sociais (dificuldades com a linguagem técnica utilizada, relação desigual entre peritos e cidadãos). Esta iniciativa foi pensada para tentar ultrapassar as barreiras mais comuns que se colocam à participação dos cidadãos no debate público de temas estratégicos para o seu futuro e, talvez por isso, colhe uma opinião tão positiva entre quem nela participou. Estes resultados deverão ser tidos em conta por todos aqueles que desejem promover a participação pública em qualquer contexto.

4.3 Impacto da consulta pública

Uma dimensão essencial deste processo de consulta pública mundial foi a disseminação dos seus resultados, em particular aos decisores políticos que iriam participar na COP de Paris. Em termos internacionais, o primeiro evento de divulgação ocorreu logo a 10 de junho de 2015, com uma conferência de imprensa realizada em Bona, durante as negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. Em Setembro foi lançado o relatório final com os resultados globais em Nova York, por ocasião da Assembleia Geral das Nações Unidas. Durante a própria COP, a equipa WWViews realizou diversos eventos paralelos. Foram ainda preparados documentos de síntese dos resultados em diferentes línguas e material para a imprensa. No seguimento da divulgação de resultados de um inquérito pela empresa GlobeScan que indicava um distanciamento da opinião pública face ao problema das alterações climáticas, os coordenadores do WWViews emitiram um comunicado de imprensa criticando a fiabilidade destes dados e contrapondo-os com os obtidos através da consulta pública.¹⁵

Em Portugal foi igualmente desenvolvido um esforço intenso de divulgação de resultados, de forma a gerar o impacto político pretendido com este exercício. Por altura da consulta pública foram distribuídos comunicados de imprensa que tiveram por resultado a publicação de notícias em vários meios de comunicação social (ver anexo 5). Em 24 de junho foi feita uma primeira divulgação de resultados na conferência-debate “Como Portugal vê os desafios da COP 21”, sob os auspícios da Embaixada de França, no Palácio da Ajuda.

Esta divulgação teve continuidade no primeiro Congresso CPLP sobre Alterações Climáticas, que decorreu a 19 e 20 de novembro de 2015, no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa, onde foi distribuído um research brief onde, para além dos resultados em Portugal, se integraram os resultados dos países de língua oficial portuguesa que participaram nesta consulta pública mundial – Brasil, Cabo Verde e Moçambique. Paralelamente, foi também promovida a participação noutros eventos de divulgação (o Greenfest, em outubro de 2015 em Cascais, várias sessões em escolas secundárias).

¹⁵ <http://climateandenergy.wwviews.org/blog/press/strong-public-support-for-a-paris-agreement-globescan-poll-is-wrong/>

Em novembro de 2015, a poucos dias do início da COP, foi divulgado um documento resumo – um policy brief¹⁶ – que foi objeto de uma ampla disseminação, tendo sido distribuído aos participantes na Conferência CPLP e enviado por email a um leque alargado de decisores e stakeholders: grupos parlamentares com assento na Assembleia da República; várias comissões da Assembleia da República, mais concretamente: Comissão AR dos Assuntos Europeus, Comissão AR de Economia, Inovação e Obras Públicas, Comissão AR de Agricultura e Mar, Comissão AR de Educação e Ciência, Comissão da AR de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação; Ministério do Ambiente e Agência Portuguesa do Ambiente; deputados portugueses no Parlamento Europeu; várias organizações não-governamentais de ambiente e da área do desenvolvimento; Direção-Geral de Energia e Geologia; ADENE; RNAE – Associação das Agências de Energia e Ambiente (Rede Nacional); várias agências locais e regionais de Energia; Associação Nacional de Municípios Portugueses; sindicatos; APREN; BCSD – Portugal; CNADS Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável; Plataforma para o Crescimento Sustentável; Fundação Francisco Manuel dos Santos; Fundação Calouste Gulbenkian; confederações de agricultores; GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial; investigadores de universidades portuguesas com interesse pelo tema.

A divulgação deste documento permitiu a publicação de várias notícias e artigos de opinião em órgãos de comunicação social (ver Anexo 5) e resultou em dois convites para colaboração em programas de televisão para debater o tema da COP21 em Paris – RTP e Sic,¹⁷.

Para além de vários emails a acusar a receção e leitura do policy brief, a equipa deste projeto foi ainda convidada a apresentar os resultados de forma mais pormenorizada numa sessão na Comissão da AR de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação em Dezembro de 2015.

¹⁶ Os documentos preparados no âmbito desta consulta pública – policy brief e research brief – podem ser consultados em <http://www.observa.ics.ul.pt/> na área das publicações.

¹⁷ Foram também publicados artigos de divulgação na Plataforma Barómetro Social (<http://barometro.com.pt/archives/2030>) e no blogue da Quercus (<http://climaticas.blogs.sapo.pt/os-cidadaos-e-as-alteracoes-climaticas-48480>) da autoria de membros da equipa.

Os participantes na consulta pública foram recebendo informação regular sobre estes eventos e documentos, através de email e actualizações na página do Facebook.

No final do ano foi ainda publicado um capítulo sobre a consulta pública no livro coletivo que dá conta da atividade do Grupo de Investigação Ambiente, Território e Sociedade do ICS ULisboa (Fonseca et al. 2015).

Finda a apresentação dos resultados, o próximo capítulo centrar-se-á nas principais reflexões decorrentes da aplicação da metodologia WWViews sobre Clima e Energia em Portugal.

CAPÍTULO 5. REFLEXÕES FINAIS

O capítulo final deste relatório é dedicado a uma reflexão sobre o processo de desenvolvimento e implementação da metodologia WWViews sobre Clima e Energia, começando por fazer uma análise crítica da própria metodologia, para logo depois avançar com algumas conclusões ligadas ao tema em análise – as alterações climáticas.

5.1. WWViews – um olhar crítico sobre a metodologia

Como sublinhado no início deste relatório, a metodologia WWViews insere-se num contexto de valorização da opinião dos cidadãos sobre problemas que, não obstante poderem ser complexos e envolver alguma tecnicidade, não deixam de surtir efeitos concretos no dia-a-dia dos cidadãos (Chhetri et al, 2012). Trata-se de procurar reduzir a distância entre os cidadãos e as elites políticas e científicas em relação a temas concretos (Blue, 2015), neste caso sobre alterações climáticas, procurando dar ênfase ao contributo que os cidadãos podem proporcionar através da apresentação de perspetivas únicas e originais e que ponham em relevo valores relevantes para o debate de assuntos complexos e especializados (Jacobi et al, 2009).

Segundo vários autores, a metodologia WWViews pode ser enquadrada num modelo específico de processo de deliberação democrática: os micro-públicos (Riedy et al, 2011; Rask et al, 2012). Estes fóruns reúnem cidadãos e atores não ativos sobre um tema para debater e deliberar sobre esse mesmo tema, podendo assumir diferentes formatos: júris de cidadãos, conferências de consenso, votações deliberativas, workshops de cenários ou mesmo orçamentos participativos (Rask et al, 2012; Amelung, 2012).

Como já referido, existem critérios que são utilizados para aferir o contributo de uma metodologia para a concretização de uma governança ambiental global efetiva e democrática, num momento em que cada vez mais as grandes questões e desafios

sociais não se cingem às fronteiras de um país. A integridade do processo, a capacidade de inclusão das diferentes vozes e perspetivas, a autenticidade do processo deliberativo e a influência e consequências políticas e de mudança social são critérios que podem e devem ser integrados numa metodologia como a WWViews.

Em termos de integridade do processo, houve, de facto, um conjunto alargado de considerações e de regras que foram facultadas pelos organizadores a todos os países e entidades participantes, havendo lugar a reuniões (através da internet) regulares entre os diferentes parceiros que participaram, no sentido de aferir a sua aplicação em cada contexto nacional. Estas regras comuns abrangeram praticamente todos os momentos da consulta, no sentido de garantir que os processos se desenvolviam de forma próxima em todos os países e que se minimizavam as situações de eventual influência dos resultados.

Para atesta a integridade desta consulta sobre Clima e Energia podemos apresentar o facto dos resultados de Portugal não diferirem muito dos registados noutros países (particularmente os que nos são mais próximos em termos culturais, sociais e económicos), sendo que em comparação com os resultados relativos a Portugal no âmbito do Eurobarómetro, não se registam diferenças muito significativas e as que se registam parecem apontar para que os presentes neste evento em Portugal sejam ligeiramente menos “pró-ambientais” do que a amostra global do país, isto não obstante o desvio nas variáveis de caracterização. Mais concretamente, a comparação com outros estudos realizados sobre a realidade nacional, tendo por base amostras representativas da população, demonstra que em questões básicas como o grau de preocupação com os impactos das alterações climáticas, a amostra apresenta opções de resposta que espelham uma preocupação menor do que aquela que é comum observar-se. Em suma, não obstante observar-se uma predominância de pessoas com habilitações ao nível do ensino superior (inclusive quando se consideram os diferentes escalões etários, sendo que nos três definidos para a análise todos têm mais de 50% de licenciados), as opiniões expressas e os resultados são equilibrados, isto se tivermos por referência as poucas questões que permitem a comparação com estudos com representatividade nacional.

O inquérito de avaliação realizado no final do evento também atesta que uma clara maioria dos presentes ficou muito satisfeita com o equilíbrio da informação que foi

facultada e a diversidade de opiniões expressas no debate em cada mesa, algo que pode atestar a capacidade de evitar enviesamentos nos resultados finais.

Quanto à inclusão de diferentes perspetivas e a construção de uma amostra representativa da realidade sócio-demográfica portuguesa, como referido anteriormente, verificou-se uma participação de pessoas com elevada qualificação superior à sua proporção na população, algo que não é incomum nestes processos de deliberação democrática, pela sua tendência para atrair públicos específicos (Riedy et al, 2011).

Sabendo-se que a escolaridade tende a ter uma influência importante nas opiniões e perceções sobre questões ambientais, era de esperar que as opiniões expressas assumissem um pendor “pró” ambiental, o que, como vimos anteriormente, não sucedeu.

De qualquer modo, houve um particular cuidado com evitar a presença nas mesas de especialistas no tema e de activistas ambientais e quer em termos de regiões, de idades e de género, foi possível construir uma amostra equilibrada, ainda que qualificada.

Para que um processo deliberativo possa ser considerado autêntico é muito importante que quem nele participa sinta que teve acesso à informação necessária, de forma compreensível, que sejam incluídas diferentes perspetivas e que haja tempo suficiente para um debate pleno das questões e para a reflexão antes da tomada de decisão. Para alguns autores (Blue, 2015; Riedy et al, 2011), este é um dos critérios onde a WWViews apresenta algumas fragilidades, nomeadamente devido ao seu fechamento aquando da votação. De facto, os questionários que têm que ser respondidos no final de cada sessão temática não apresentam qualquer capacidade de integração de outras perspetivas que possam ter emergido do debate entre os presentes.

A rigidez do modelo, se bem que necessária a um exercício padronizado, acabou por limitar o debate. Não foi deixada margem a que os participantes propusessem temas para a discussão nem que expressassem a sua opinião para além do confinamento de um questionário. Numa ação de “resistência” a estes condicionamentos, os participantes de uma das mesas redigiram um manifesto sobre a consulta pública em texto livre. E perante os pedidos de vários participantes, foi sugerido que

aproveitassem o espaço disponível no final do último questionário para acrescentarem comentários. No entanto, esta informação apenas poderá ser utilizada pela equipa portuguesa, uma vez que os organizadores internacionais não contemplam a possibilidade de envio de informação qualitativa.

Com o intuito de contornar um pouco a rigidez da metodologia, optou-se por reunir igualmente dados qualitativos através dos relatores presentes em cada uma das 14 mesas. Esta medida representou uma enorme mais-valia para a análise dos resultados ao permitir a incorporação de conteúdos qualitativos na análise dos dados. Não obstante o valor decorrente do facto de se estar a aplicar uma metodologia idêntica em várias dezenas de países um pouco por todo o mundo, que garante a possibilidade de comparação dos resultados, poder olhar para os dados necessariamente mais áridos resultantes de questionários de forma integrada com dados qualitativos representa um ganho significativo em capacidade de interpretação. É importante sublinhar que o processo de relato de um debate não é uma fonte isenta de enviesamentos, desde logo os decorrentes do quadro valorativo de quem ouve e reporta, mas uma análise transversal dos 14 relatos realizados permite ter uma panorâmica geral das diferentes opiniões expressas e encontrar pontos comuns que revelam tendências. Assim, quer a análise, quer as conclusões procuram integrar os contributos de ambos os métodos.

Esta possibilidade é ainda mais importante quando a própria estrutura da consulta está focada, essencialmente, em questões globais, uma crítica que foi apontada à consulta anterior (Riedy et al, 2011), mas que, em nossa opinião, também se aplica à consulta realizada em 2015. Este enfoque nos aspetos globais da negociação sobre o tema, não obstante a existência de algumas questões relativas à realidade nacional, podem levar a que durante o debate não seja possível explorar e debater as consequências de determinadas medidas tomadas a nível global, na realidade dos próprios países e, em última instância, na vida dos cidadãos. Alguns resultados desta consulta parecem, de facto, deixar entrever alguma dificuldade em concretizar os impactos que medidas globais poderão ter no quotidiano de cada um, dada a ampla aceitação de algumas propostas que, claramente, não será possível implementar sem que tal implique importantes transformações na sociedade.

Neste contexto, é muito importante que processos de deliberação global consigam encontrar formas de relacionar o que é feito a nível global, com o que poderá mudar a nível local e vice-versa (Riedy et al, 2011).

O último critério diz respeito à capacidade de influenciar as políticas e estimular as mudanças socio-culturais relevantes para o tema. A experiência com a consulta anterior sobre o mesmo tema realizada em 2009 revelou um enorme falhanço a este nível, em particular na dimensão de influência política (Riedy et al, 2011; Rask et al, 2012). Ainda que a capacidade de influência varie de país para país e seja marcada pela cultura de participação e de envolvimento dos cidadãos nas decisões políticas, o facto é que a proximidade do evento que se pretende influenciar, a par com alguma incapacidade para colocar o tema no debate público, acabou por levar a que a consulta anterior não tenha tido os resultados esperados.

Sobre a consulta atual, um aspeto positivo é o envolvimento de um número bastante mais alargado de países (o que reforça a legitimidade dos resultados), alargamento este que não resultou numa redução da preocupação ou da urgência da ação, ou seja, mesmo com a participação de quase o dobro dos países, os resultados analisados no seu conjunto demonstram um claro apoio a medidas corajosas na área das alterações climáticas.

Os resultados do inquérito de avaliação realizado em Portugal cerca de um mês após o evento apontam para que, pelo menos para os participantes, o interesse pelo tema tenha mudado. Contudo, as expectativas de quem participou sobre a influência dos resultados nas negociações globais são muito elevadas.

Uma análise aos resultados da COP21 permite constatar que, pelo menos em parte, eles foram ao encontro das expectativas dos participantes, já que foi possível estabelecer um texto de acordo aceite por todos os presentes. Este 'Acordo de Paris' deverá ser assinado no dia 22 de Abril de 2016, Dia da Terra.

Pode, assim, dizer-se que a preocupação com as alterações climáticas por parte da comunidade internacional parece ser legítima e estar hoje na ordem do dia. De outra forma não teria sido possível o acordo entre tantos países com realidades e visões sobre o tema tão diferentes. Também o estabelecimento de uma meta de longo-prazo de manter a temperatura global abaixo de 1,5 graus Celsius em relação à era pré-industrial e definição de um objetivo de neutralidade das emissões na segunda metade

deste século apontam claramente no sentido da exigência que os participantes nesta consulta mundial tantas vezes sublinharam ser necessária para enfrentar o tema das alterações climáticas. O mesmo acontece em relação aos objetivos de comunicação, atualização e implementação de metas de mitigação a cada cinco anos – aceites no Acordo de Paris e reflectindo a posição que os cidadãos em geral expressaram sobre este assunto. Todavia, ao assentar numa perspectiva de baixo para cima, em que cada país define e propõe as metas que considera estarem ao seu alcance, o resultado da soma dos vários contributos fica muito aquém daquilo que o consenso científico aponta como necessário e também do que a maioria dos cidadãos em Portugal e no mundo consideraram desejável. Ainda assim, trata-se de um processo que agora se inicia e que, ao contar com um amplo consenso e consciência da gravidade do problema por parte da comunidade internacional, deixa a porta aberta para um eventual aumento da ambição.

Como avançado por alguns autores, uma iniciativa de mobilização como esta requer o desenvolvimento de uma estratégia de influência política e societal que não pode ser descurada e embora haja diferentes opções (com diferentes riscos e oportunidades) (Rask et al, 2012), é fundamental intervir de forma concertada, se existe, de facto, o interesse em dar voz àqueles que estão habitualmente excluídos das discussões políticas, promovendo a sua capacitação e a compreensão das medidas políticas e evitando o domínio exclusivo da perspectiva das elites e da tecnocracia (Blue, 2015). Neste caso, tanto a nível internacional como nacional foram desenvolvidos esforços de divulgação bastante intensos, com eco nos media. Mas é difícil aferir até que ponto exerceram influência sobre as posições assumidas na COP 21.

Em suma, esta é uma metodologia que pode contribuir para estabelecer uma rotina de auscultação de cidadãos de diferentes partes do globo sobre questões que requerem uma governança global. Contudo, conseguir contrabalançar os objetivos de comparabilidade com a necessidade de adaptação às realidades culturais, sociais e económicas dos diferentes países pode ser um desafio cuja resolução não está ainda à vista.

Por último, apenas umas breves palavras sobre a repercussão dos resultados. Perante as elevadíssimas expectativas dos participantes em relação ao impacto político destas iniciativas parece ser óbvio que, também aí, há ainda um longo caminho a percorrer

para que os objetivos sejam atingidos em pleno. À azáfama da organização, tende a seguir-se um pouco o marasmo da análise dos dados e a sua ampla divulgação (que nem sempre acontece de forma tão alargada ou consequente quanto se desejaria). A proximidade temporal entre a consulta e o evento global que se pretende influenciar também não ajuda, sendo fundamental que em futuras edições seja dada maior atenção a esta componente pós-evento, para que de facto seja possível atingir os objetivos estipulados à partida de influenciar as políticas públicas e estimular a mudança social.

5.2. A urgência da ação sobre alterações climáticas

Ainda que num quadro de grande preocupação com o tema, os resultados da consulta pública em Portugal revelam uma menor preocupação com os impactos das alterações climáticas do que os resultados registados a nível mundial e ao nível dos países da União Europeia que participaram nesta iniciativa.

Se o nível de preocupação, sendo elevado, não o é tanto quanto em termos mundiais ou até da UE, já as medidas para combater as alterações climáticas são encaradas de forma mais positiva em Portugal do que nos restantes países, considerados no seu conjunto, seja por via de algum otimismo tecnológico, seja por via de um optimismo comportamental, onde através das práticas do indivíduo e a educação dos mais jovens, se considera que será possível alterar o rumo das coisas.

A conjugação de medidas de mitigação e de adaptação apresenta-se como a estratégia considerada mais viável para se conseguirem melhores resultados no combate às alterações climáticas, e esta é a opção mais assinalada no inquérito. Contudo, Portugal assume a prevenção das alterações climáticas de forma mais clara do que a UE ou mesmo o mundo, ao ser o país onde é mais comum considerar que o combate às alterações climáticas deve passar, em primeiro lugar, pela mitigação. Aliá, as medidas entendidas como tendo, essencialmente, impacto positivo na vida das pessoas, preconizadas em termos do discurso (tendo por base os relatos das mesas), tendem a pertencer a uma estratégia de mitigação.

Durante o debate, o discurso dominante foi o da necessidade de se agir e alterar a forma como o problema está a ser abordado, tendo-se cingido, no essencial, apenas a medidas e propostas integradas numa lógica de mitigação. Aliás, foi mesmo sugerido que a palavra adaptação não fosse usada para comunicar o tema das alterações climáticas, por poder instigar nas pessoas a noção de que o problema não é assim tão grave e que a adaptação é possível.

A perspetiva de algum facilitismo que parece estar subjacente nas críticas à lógica da adaptação pode ser estendida também às propostas de criação de uma taxa sobre o carbono ou sobre o comércio de emissões, situações que surgem muito conotadas com a lógica de que se pode pagar para poluir, evitando ir ao cerne da questão. Esta postura não invalida que, nas respostas ao inquérito, a aplicação de uma taxa sobre o carbono - em particular se sujeita a condições que respeitem as diferentes realidades dos países - não seja bem aceite, sendo uma proposta real que está em cima da mesa das negociações. Todavia, no discurso e no debate são outras as estratégias defendidas, o mesmo acontecendo no questionário. Quando colocados perante a possibilidade de assinalar duas medidas de um conjunto para combater as alterações climáticas, as preferências recaíram sobre apoiar a tecnologias e soluções energéticas com baixas emissões, bem como o desenvolvimento de investigação também nesta área. Os instrumentos que permitem atribuir um preço ao carbono conhecem muito maior apoio além-fronteiras do que em Portugal.

No que concerne às características centrais de um futuro acordo, nomeadamente, a exigência e abrangência dos seus objetivos, parece ficar claro que as expectativas são elevadas e que se espera que o acordo de Paris estabeleça as ações necessárias para que seja possível limitar a subida da temperatura média global a 2 graus Celsius até ao final do século. As respostas vão no sentido de apoiar que o acordo possa perdurar por um período longo, daí que haja um amplo apoio à integração da possibilidade dos países poderem atualizar as suas metas a cada cinco anos, sem com isso ser necessário reabrir o processo de negociação. Há também um claro apoio à integração de metas vinculativas a curto, médio e longo prazo, ainda que adaptadas às diferentes realidades económicas, sociais e culturais dos países. O reconhecimento da existência de diferentes realidades no conjunto dos países classificados como em desenvolvimento foi, aliás, um dos temas que motivou um amplo debate, nem sempre

muito consensual. Independentemente disso, é comum a perspectiva que, se o acordo não for vinculativo, as probabilidades de sucesso são muito reduzidas. Assim, perante o reconhecimento dos problemas e dificuldades inerentes aos processos de concertação internacional, um acordo não vinculativo tende a ser visto como “pouco credível”.

É ainda importante sublinhar o facto dos mais jovens tenderem a ser os mais cautelosos quanto ao grau de exigência que deve ser negociado e integrado no acordo. Ainda que maioritariamente todos os escalões etários apontem no sentido da exigência e das metas vinculativas a curto, médio e longo prazo, é de facto entre os jovens que se observam maiores reticências. Este é um aspeto que talvez mereça um estudo mais aprofundado no sentido de tentar compreender as razões por detrás desta postura e se a recente crise financeira, com o subsequente aumento do desemprego jovem e a degradação das condições de vida das famílias, poderá estar a ter reflexos na postura que os jovens assumem perante questões como a das alterações climáticas. De novo, vale a pena sublinhar que estamos perante uma tendência minoritária, mas claramente mais marcada entre os mais jovens.

Por outro lado, os jovens e os mais escolarizados são quem, com maior frequência, tende a olhar para a questão das alterações climáticas de uma forma mais integrada, no sentido em que assinalam mais frequentemente a necessidade de conjugar esforços de diferentes entidades e diferentes estratégias para enfrentar o problema. É assim com as estratégias de mitigação e adaptação, mas também em termos de intervenção (dimensão global, regional e local). Aliás, este é outro aspeto em que Portugal volta a distinguir-se da União Europeia e do mundo, ao dar um grande destaque à necessidade de intervenção a nível regional e local, não obstante a escolha privilegiada da dimensão global, quer em termos de responsabilidade pela ação, quer em termos de abordagem mais eficaz de intervenção. Esta abordagem mais regional/local integra não apenas o nível político, as cidades, mas também a ação individual, tantas vezes apontada como um elemento fundamental para enfrentar o problema das alterações climáticas. O âmbito nacional surge nesta consulta de forma quase marginal, situação que distingue Portugal e os restantes países no seu conjunto (mundo e UE), mesmo que, em todos os contextos, seja a abordagem global que assume o maior protagonismo. Esta tendência de resposta é muito diferente da

registada no eurobarómetro mais recente sobre alterações climáticas, onde a dimensão de intervenção nacional é muito valorizada, mesmo em Portugal. É um facto que nessa questão não consta a opção da ação “global”, mas, por exemplo a ação ao nível da União Europeia também tende a não ser muito valorizada (Comissão Europeia, 2014).

Esta postura de descrença na ação a nível nacional por parte da presente amostra pode ficar a dever-se, em parte, à interpretação que os participantes fazem daquela que tem sido a prioridade política atribuída ao tema das alterações climáticas em Portugal. Das diferentes opções de resposta, a mais escolhida apontava para o facto das alterações climáticas ainda não serem uma prioridade nacional. Aliás, em termos de comparação internacional, Portugal tem uma visão mais pessimista em relação à prioridade dada ao tema no país, do que o conjunto dos países participantes a nível mundial e a nível da União Europeia.

Esta perceção não altera em nada a necessidade sentida de cada país avançar com medidas para reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa, mesmo que outros países não o façam. Esta é uma tendência partilhada com os restantes países europeus e com o mundo.

Quanto ao financiamento da ação climática, temas como quem deve contribuir para o Fundo Verde Climático ou quem deve pagar os custos decorrentes dos impactos que já estão a ocorrer em resultado das alterações climáticas, espelham a ausência de consensos. A par com o esgrimir de argumentos sobre as responsabilidades e as possibilidades de cada um para contribuir, surge com grande relevo o tema da monitorização e fiscalização. Aliás, o debate nas mesas deixou perpassar um sentimento de uma certa insegurança em relação a dois aspetos ligados ao tema do Fundo Verde Climático. Por um lado, a capacidade de garantir que os países irão cumprir com os compromissos que assumirem em termos de financiamento. Sobre este tema é, aliás, apontada a ineficácia dos próprios objetivos nacionais anuais de apoio ao desenvolvimento, que na maioria dos países ficam muito aquém do prometido. Por outro, a insegurança sobre como controlar os investimentos que serão feitos, uma vez recolhidos os fundos necessários para a ação. A este nível, a abstração e a distância a que um fundo desta natureza terá que ser gerido - a nível global - parece levantar sérias questões aos participantes sobre a praticabilidade em termos de

aplicação e a real capacidade de monitorizar a sua implementação. No seguimento destes receios, surge também a proposta de que a transferência de tecnologia é uma melhor opção do que a transferência de dinheiro.

A transparência é outro dos temas relevantes e muito associado às necessidades de reporte e autorização de fiscalização, quer seja pelas Nações Unidas, quer seja por países terceiros. Em geral as posições tendem a ser favoráveis à abordagem da fiscalização, sendo muito frisada a importância da idoneidade de quem avalia, referindo-se frequentemente nesse campo as Nações Unidas como a melhor entidade para assumir essas funções. A obrigatoriedade de reportar os resultados obtidos numa base anual também foi muito bem aceite.

Como último aspeto a sublinhar nas notas conclusivas, surge a receptividade dos participantes. De facto, a avaliação da participação nesta consulta pública mundial sobre clima e energia foi muito positiva e as expectativas de que os resultados venham a ser tidos em consideração pelos decisores políticos e pelos diferentes stakeholders envolvidos no processo negocial são elevadas. Da mesma forma, a disponibilidade demonstrada para participar em eventos desta natureza (mesmo que sobre outros temas) foi também muito elevada, o que nos leva a concluir que existe uma apetência por estes momentos de participação (bem organizados, com materiais de apoio e com boas condições logísticas), pelo que se abrem inúmeras possibilidades de auscultação dos portugueses sobre temas diversos, como forma de informar as decisões políticas. Assim haja vontade e recursos.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, MARA, LEONOR CASTRO, CARMO FREITAS, e ELIANA DURÃO (2015), *Relatório Nacional - Consulta Pública sobre Consumo Sustentável – Projeto PACITA*, IPQB, Lisboa, <http://www.itqb.unl.pt/science-and-society/pacita/>

BRACKERTZ, N. E D. MEREDYTH (2008), *Social Inclusion of the Hard to Reach*. Swinburne Institute for Social Research, Swinburne University of Technology, Hawthorn, Victoria. http://www.sisr.net/cag/docs/htr_final.pdf.

Chhetri, Netra e Gary M. Grossman (2013), “Policy Makers Versus People - A Novel Idea: Asking Citizens What They Think about Climate Change”. *Cairo Review*, 5/ 2012: 118-125.

DELICADO, A., A. RAMOS, J. GUERRA, J. G. FERREIRA e J. ROWLAND (2015), “Confiança”, in J. Ferrão e A. Delicado (eds.) *Portugal Social 2015: Portugal no contexto europeu em anos de crise*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Dryzek, J.S. e Hailey Stevenson (2011), “Global democracy and earth system governance”. *Ecological Economics* (2011), doi:10.1016/j.ecolecon.2011.01.021.

Comissão Europeia (2014), *Special Eurobarometer 409 – Climate Change – Report* (Wave EB80.2). http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_409_en.pdf

FERREIRA, J. G., J. GUERRA. E L. SCHMIDT (2015), “O ambiente em Portugal e na Europa em contexto de crise”. in J. Ferrão e A. Delicado (eds.) *Portugal Social 2015: Portugal no contexto europeu em anos de crise*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

FONSECA, S. L. SCHMIDT e A. DELICADO (2015), “Consulta mundial sobre clima e energia – os efeitos da participação nos cidadãos” in J. Ferrão e Ana Horta (coord.) *Ambiente, Território e Sociedade - Novas Agendas de Investigação*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

JACOBI, ANDERS, LARS KLÜVER, e MIKKO RASK (2009), “Relevant Research in a Knowledge Democracy: Citizens Participation in Defining Research Agendas for Europe”. *Proceedings from the International Conference Towards Knowledge Democracy, Consequences for Science, Politics and Media*, Leiden, Netherlands, 25-27 August 2009.

MANN, CARSTEN, JAN-PETER VOß, NINA AMELUNG, ARNO SIMONS, TILL RUNGE e LOUISA GRABNER (2013), *Challenging futures of citizen panels - Critical issues for robust forms of public participation (A report based on an interactive, anticipatory assessment of the dynamics of governance instruments)*, Innovation in Governance Research Group, Technische Universität (TU) Berlin.

RASK, MIKKO e RICHARD K. WORTHINGTON (2012), “Prospects of Deliberative Global Governance”. *Journal of Environmental Science and Engineering*, B 1 (2012): pp.556-565

Riedy, Chris e Jade Herriman (2011), “Deliberative Mini-publics and the Global Deliberative System: Insights from an Evaluation of World Wide Views on Global Warming in Australia”. *Journal of Multidisciplinary International Studies*, vol. 8, no. 3, September 2011.

SCHMIDT, LUÍSA, ANA DELICADO, JOSÉ GOMES FERREIRA, SUSANA FONSECA, JOÃO SEIXAS, DAVID SOUSA, MÓNICA TRUNINGER, e SUSANA VALENTE (2011), *O Ambiente em 25 Anos de Eurobarómetro*. Relatório Observa, Abril. Lisboa: Observa

Anexo I:

Programa da consulta pública



Programa Consulta Pública WWViews Clima e Energia em Portugal

Sábado, 6 de junho de 2015, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

9.00 Receção dos participantes

10.00 Abertura:

José Luís Cardoso (Diretor do ICS ULisboa)

Jean-François Blarel (Embaixador de França)

Paulo Lemos (Secretário de Estado do Ambiente)

Luísa Schmidt (ICS, coordenadora do WWViews Clima e Energia em Portugal)

Vídeo de Christiana Figueres (Secretária Executiva do UNFCCC)

Ana Delicado (ICS, coordenação da moderação)

10.30 Primeira sessão temática

- Introdução ao tema e apresentação vídeo
- Debate nas mesas
- Votação

12.00 Segunda sessão temática

- Introdução ao tema e apresentação vídeo
- Debate nas mesas
- Votação

13.00 Almoço

14.00 Terceira sessão temática

- Introdução ao tema e apresentação vídeo
- Debate nas mesas
- Votação

15.30 Quarta sessão temática

- Introdução ao tema e apresentação vídeo
- Debate nas mesas
- Votação

17.00 Quinta sessão temática

- Introdução ao tema e apresentação vídeo

- Debate nas mesas
- Votação

18.30 Encerramento e lanche ajantarado

Café, água, frutas e bolachas sempre disponíveis ao longo do dia

Organização:



Colaboração:



INSTITUT
FRANÇAIS
PORTUGAL

Patrocínios:



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DO AMBIENTE,
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA



AGÊNCIA
PORTUGUESA
DO AMBIENTE



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN



VEOLIA



neoen
renova a energia

Anexo 2:

Questionários aplicados aos participantes

Nº de identificação Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐Idade

ESCOLHA APENAS UMA OPÇÃO EM CADA PERGUNTA, A NÃO SER QUE ESTEJA ESPECIFICADO QUE PODE ESCOLHER MAIS QUE UMA.

1. IMPORTÂNCIA DE INTERVIR SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Este tema abrange a situação atual e qual a importância que as pessoas atribuem às ações sobre as alterações climáticas e a necessidade de mudar para uma economia de baixo carbono.

1.1. Qual o seu nível de preocupação com os impactos das alterações climáticas?

- ☐ a) Muito preocupado(a)
- ☐ b) Preocupado(a)
- ☐ c) Nada preocupado(a)
- ☐ d) Não sei/não quero responder

1.2. Para si, as medidas para combater as alterações climáticas:

- ☐ a) São uma ameaça à nossa qualidade de vida
- ☐ b) São uma oportunidade para melhorar a nossa qualidade de vida
- ☐ c) Não terão impacto na nossa qualidade de vida
- ☐ d) Não sei / não quero responder

1.3. Na sua opinião, qual devia ser o foco dos esforços globais nas próximas décadas para o problema das alterações climáticas?

- ☐ a) O foco devia ser sobretudo na adaptação.
- ☐ b) O foco devia ser sobretudo na mitigação (ações que visam reduzir as emissões de gases com efeito de estufa).
- ☐ c) O foco devia ser de forma igual na adaptação e na mitigação.
- ☐ d) O foco não devia ser nem a adaptação nem a mitigação.
- ☐ e) Não sei / não quero responder

Nº de identificação

1. IMPORTÂNCIA DE INTERVIR SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

1.4. Na sua opinião, os resultados das negociações do clima levadas a cabo pelas Nações Unidas (ONU) desde 1992 fizeram o suficiente para intervir sobre as alterações climáticas?

- ☐ a) Sim
- ☐ b) Não
- ☐ c) Não sei / não quero responder

1.5. Qual o grau de urgência com que o mundo deveria intervir sobre o problema das alterações climáticas?

- ☐ a) O mundo deveria decidir na Conferência de Paris fazer tudo o que for preciso para limitar a subida das temperaturas, de modo a não ultrapassar os 2 graus Celsius
- ☐ b) O mundo devia assumir ações ambiciosas para reduzir a temperatura, mas não a qualquer preço
- ☐ c) O mundo devia optar por um objetivo que não mudasse substancialmente o presente estado de coisas
- ☐ d) Não sei / não quero responder

1.6. Na sua opinião, quem devia ser o principal responsável por intervir sobre as alterações climáticas? (ESCOLHA ATÉ 2 OPÇÕES)

- ☐ a) É principalmente uma responsabilidade global (através de um acordo ou tratado internacional sobre o clima)
- ☐ b) É principalmente uma responsabilidade dos cidadãos e de iniciativas da sociedade civil.
- ☐ c) É principalmente uma responsabilidade dos governos nacionais.
- ☐ d) É principalmente uma responsabilidade da administração local.
- ☐ e) É principalmente uma responsabilidade das empresas e do sector privado.
- ☐ f) Não sei / não quero responder

Nº de identificação

2. INSTRUMENTOS PARA INTERVIR SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Este tema aborda os diferentes instrumentos para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

2.1. Daria o seu apoio a uma taxa sobre o carbono?

- ☐ a) Sim, para todos os países
- ☐ b) Sim, para todos os países mas com custos progressivamente mais elevados em países que não reduzissem as suas emissões
- ☐ c) Sim, com custos diferentes de acordo com o grau de desenvolvimento
- ☐ d) Não apoiaria uma taxa dessas
- ☐ e) Não sei / não quero responder

2.2. Para fazer baixar as emissões de gases com efeito de estufa, quais das seguintes medidas prefere? *Escolha até 2 opções*

- ☐ a) Apoio à investigação e desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono, por exemplo investigação sobre baterias para automóveis eficientes
- ☐ b) Atribuir um preço ao carbono, por exemplo através de impostos sobre emissões de carbono ou esquemas de comércio de carbono
- ☐ c) Cortar os subsídios aos combustíveis fósseis
- ☐ d) Dar subsídios às fontes de energia com baixa emissão de carbono, como a energia eólica, solar, marinha, geotérmica.
- ☐ e) Leis sobre novas exigências, por exemplo para melhorar a eficiência energética de automóveis, dos edifícios ou dos equipamentos elétricos
- ☐ f) Novas instituições e práticas socioeconómicas, por exemplo o investimento em sistemas de transportes públicos ou o consumo de alimentos produzidos localmente
- ☐ g) Não devem ser feitos cortes de larga escala
- ☐ h) Não sei / não quero responder

2.3. O que acha que será mais eficaz para lidar com as alterações climáticas?

- ☐ a) Soluções implementadas à escala global
- ☐ b) Soluções implementadas à escala nacional
- ☐ c) Soluções implementadas à escala local ou regional
- ☐ d) Não sei / não quero responder

Nº de identificação

2. INSTRUMENTOS PARA INTERVIR SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

2.4. Dos seguintes instrumentos, quais é que acha relevantes para reduzir o nível de emissões de gases com efeito de estufa? *Escolha até 2 opções*

- ☐ a) Programas de educação sobre alterações climáticas para o público em geral
- ☐ b) Uso de soluções desenvolvidas com base no conhecimento local ou tradicional
- ☐ c) Iniciativas para promover a igualdade de género
- ☐ d) Outras iniciativas, convenções ou programas da ONU
- ☐ e) Proteção das florestas tropicais
- ☐ f) Nenhum destes instrumentos é relevante
- ☐ g) Não sei / não quero responder

2.5. Como é que acha que o mundo devia proceder em relação às novas reservas de combustíveis fósseis?

- ☐ a) Parar a exploração de todas as novas reservas de combustíveis fósseis
- ☐ b) Parar apenas a exploração de carvão
- ☐ c) O mundo deveria continuar a explorar as reservas
- ☐ d) Não sei / não quero responder

Nº de identificação

3. NEGOCIAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS E COMPROMISSOS NACIONAIS

Este tema abrange questões sobre se as contribuições nacionais devem ser obrigatórias e se os compromissos de adaptação e mitigação devem ser nacionais ou responder a uma responsabilidade global.

3.1. Antes de participar nesta iniciativa (World Wide Views), até que ponto estava familiarizado(a) com o processo de chegar a um acordo internacional sobre o clima?

- ☐ a) Não sabia quase nada
- ☐ b) Sabia apenas um pouco
- ☐ c) Sabia alguma coisa
- ☐ d) Sabia muito
- ☐ e) Já era um especialista na matéria
- ☐ f) Não sei / não quero responder

3.2. E até que ponto se sente familiarizado agora?

- ☐ a) Não sei quase nada
- ☐ b) Sei apenas um pouco
- ☐ c) Sei alguma coisa
- ☐ d) Sei muito
- ☐ e) Já sou um especialista na matéria
- ☐ f) Não sei / não quero responder

3.3. Como é que acha que o seu país está a lidar com as alterações climáticas?

- ☐ a) As alterações climáticas são uma prioridade nacional e é assim que deve ser
- ☐ b) As alterações climáticas são uma prioridade nacional e não deviam ser
- ☐ c) As alterações climáticas não são uma prioridade nacional e deviam ser
- ☐ d) As alterações climáticas não são uma prioridade nacional e não deviam ser
- ☐ e) Não sei / não quero responder

Nº de identificação

3. NEGOCIAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS E COMPROMISSOS NACIONAIS

3.4. Acha que o seu país deve tomar medidas para reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa?

- ☐ a) Sim, mesmo que muitos outros países não tomem essas medidas
- ☐ b) Sim, mas só se muitos outros países também tomem medidas
- ☐ c) Não, não devemos intervir nesta matéria
- ☐ d) Não sei / não quero responder

3.5. Na sua opinião, o Acordo de Paris (previsto para a Conferência de dezembro) deverá incluir um objetivo a longo prazo para conseguir atingir emissões zero no final deste século?

- ☐ a) Sim e deverá ser obrigatório legalmente para todos os países
- ☐ b) Sim mas só deverá ser obrigatório legalmente para os países desenvolvidos e economias emergentes
- ☐ c) Sim mas deverá ser voluntário para todos os países
- ☐ d) Não
- ☐ e) Não sei / não quero responder

Nº de identificação

4. JUSTIÇA E DISTRIBUIÇÃO DE ESFORÇOS

Este tema aborda as responsabilidades comuns mas diferenciadas e as respetivas capacidades entre países diferentes.

4.1. Como é que cada país deveria contribuir para combater as alterações climáticas?

- ☐ a) Ter emissões de gases com efeito de estufa iguais às do passado
- ☐ b) Manter as emissões atuais ou esperadas
- ☐ c) Manter as capacidades económicas atuais ou futuras
- ☐ d) Os países não deviam ter de fazer contributos nacionais
- ☐ e) Não sei / não quero responder

4.2. Depois de 2020, os países com maior rendimento devem pagar mais custos da mitigação e adaptação do que os países de menor rendimento (100 mil milhões de dólares em 2020)?

- ☐ a) Sim
- ☐ b) Não
- ☐ c) Não sei / não quero responder

4.3. As contribuições das empresas privadas deveriam contar para pagar os custos do clima dos países desenvolvidos?

- ☐ a) Sim, deviam contar metade ou mais
- ☐ b) Sim, mas só uma pequena parte
- ☐ c) Não
- ☐ d) Não sei / não quero responder

4.4. Os países em desenvolvimento deviam ser todos tratados de igual modo como um grupo idêntico entre si, como acontece atualmente, ou os países em desenvolvimento com mais posses deveriam ter de fazer mais?

- ☐ a) Todos os países em desenvolvimento deviam ser tratados da mesma forma
- ☐ b) Os países em desenvolvimento mais ricos deviam ter as mesmas responsabilidades que os países desenvolvidos
- ☐ c) Os países em desenvolvimento mais ricos deviam ser tratados como um terceiro grupo, com mais responsabilidades que os países mais pobres, menos desenvolvidos, mas deviam ter menos responsabilidades que os países desenvolvidos
- ☐ d) Não sei / não quero responder

Nº de identificação

4. JUSTIÇA E DISTRIBUIÇÃO DE ESFORÇOS

4.5. Deviam ser só os países de maior rendimento a contribuir para o Fundo Verde Climático?

- ☐ a) Sim
- ☐ b) Não, os países em desenvolvimento mais ricos também deviam contribuir
- ☐ c) Não sei / não quero responder

4.6. Os esforços dos países em desenvolvimento deviam depender de financiamentos por parte dos países desenvolvidos?

- ☐ a) Sim, na totalidade
- ☐ b) Sim, em parte
- ☐ c) Não
- ☐ d) Não sei / não quero responder

4.7. A administração local, incluindo das cidades, devia ter acesso ao financiamento do Fundo Verde Climático?

- ☐ a) Sim
- ☐ b) Não, só os governos nacionais
- ☐ c) Não sei / não quero responder

4.8. Quais das seguintes opções deviam ser incluídas no futuro Acordo de Paris de Dezembro de 2015 para resolver as perdas e danos associados aos impactos das alterações climáticas?

- ☐ a) Devia ser estabelecido um fundo global para pagar esses danos
- ☐ b) Devíamos ajudar os países a implementar planos para reduzir esses danos
- ☐ c) Devíamos criar novos mecanismos internacionais, como um tribunal internacional do clima para lidar com processos sobre danos
- ☐ d) Os países deviam fazer seguros privados
- ☐ e) Esse papel deveria ser desempenhado pelos seguros privados, mas as entidades (indivíduos, empresas, organismos públicos) deveriam decidir se queriam fazer o seguro ou não
- ☐ f) Não devíamos mudar nada
- ☐ g) Não sei / não quero responder

Nº de identificação

5. FAZER PROMESSAS SOBRE O CLIMA E MANTÊ-LAS

Este tema abrange os desafios da transparência, relatórios de progresso e a preparação e implementação de planos e ações

5.1. Concorde que os países deviam fazer um acordo em Paris para atualizarem os seus compromissos de ação climática de 5 em 5 anos?

- ☐ a) Sim
- ☐ b) Não
- ☐ c) Não sei / não quero responder

5.2. Acha que um organismo como as Nações Unidas devia ter a autoridade para fazer relatórios que avaliassem o contributo e a justiça das ações climáticas dos países?

- ☐ a) Sim, para países individuais
- ☐ b) Sim, mas só para os esforços conjuntos globais
- ☐ c) Não
- ☐ d) Não sei / não quero responder

5.3. Acha que os países deviam ter o direito de inspecionar os relatórios dos outros países sobre os esforços de mitigação e adaptação?

- ☐ a) Qualquer país devia ter o direito de inspecionar os outros
- ☐ b) Sim, mas só os países doadores deviam poder inspecionar os países recetores
- ☐ c) Não, isso devia ser voluntário para todos os países
- ☐ d) Não sei / não quero responder

5.4. O futuro acordo de Paris devia incluir objetivos nacionais de curto prazo?

- ☐ a) Sim e devia ser obrigatório legalmente para todos os países
- ☐ b) Sim, mas só devia ser obrigatório legalmente para os países desenvolvidos
- ☐ c) Não, devia ser voluntário para todos os países
- ☐ d) Não sei / não quero responder

Nº de identificação

5. FAZER PROMESSAS SOBRE O CLIMA E MANTÊ-LAS

5.5. Acha que os países deviam publicar um relatório anual sobre as suas emissões e dar conta dos progressos feitos no sentido de cumprir as suas promessas de ação climática?

- ☐ a) Sim, todos os países deviam publicar um relatório anual sobre as suas emissões e dar conta do progresso do seu contributo
- ☐ b) Só os países desenvolvidos é que deviam estar obrigados a fazer e divulgar relatórios anuais
- ☐ c) Não sei / não quero responder

Nº de identificação

6. PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO

6.1. Os materiais informativos e os vídeos foram equilibrados e informativos?

- ☐ a) Sim, muito
- ☐ b) Sim
- ☐ c) Não
- ☐ d) Não foram nada
- ☐ e) Não sei / não quero responder

6.2. Na sua mesa foram apresentadas e discutidas opiniões diferentes e opostas?

- ☐ a) Sim, muito
- ☐ b) Sim
- ☐ c) Não
- ☐ d) Não foram nada
- ☐ e) Não sei / não quero responder

6.3. De forma geral, está satisfeito(a) com a organização deste processo de consulta (WWViews) no seu país?

- ☐ a) Sim, muito
- ☐ b) Sim
- ☐ c) Não
- ☐ d) Não estou nada satisfeito(a)
- ☐ e) Não sei / não quero responder

6.4. Acredita que os resultados desta consulta vão ser usados de forma significativa para a tomada de decisão política em relação à COP21?

- ☐ a) Sim, muito
- ☐ b) Sim
- ☐ c) Não
- ☐ d) Não acredito nada
- ☐ e) Não sei / não quero responder

Nº de identificação

6. PERGUNTAS DE AVALIAÇÃO

6.5. Acha que processos de diálogo global como este do WWViews devam ser organizados no futuro sobre assuntos semelhantes e/ou diferentes?

- ☐ a) Sim, muito
- ☐ b) Sim
- ☐ c) Não
- ☐ d) Não acho nada
- ☐ e) Não sei / não quero responder

Anexo 3:

Resumo informativo distribuído aos
participantes antes do evento

WORLD WIDE VIEWS ON

Climate and Energy

Síntese informativa

maio 2015





United Nations
Framework Convention on
Climate Change



TEKNOLOGI RÅDET
DANISH BOARD OF TECHNOLOGY FOUNDATION



Publicação

Esta síntese baseia-se na brochura informativa foi preparada para servir o propósito específico de informar os participantes no World Wide Views sobre Clima e Energia. A publicação foi preparada pela Danish Board of Technology para os parceiros na Aliança World Wide Views. Pode obter mais informação sobre o projeto e os parceiros em www.wwviews.org.

Autores e editores desta brochura

Gerard Wynn, jornalista e analista

Bjørn Bedsted, Søren Gram e Andreas Hastrup Clemmensen da equipa de coordenação do WWViews na Danish Board of Technology

Conselho de Aconselhamento Científico

Doreen Stabinsky (*Professor, College of the Atlantic of the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). United States of America*); Hervé Casterman (*President of the AFG (Association Francaise du Gaz) Environment Commission. France*); John Akintayo Adedoyin (*Professor, University of Botswana. Lead-author in WGI of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Botswana*); Joseph Katongo Kanyanga (*Assistant Director, Zambia Meteorological Department. Lead-author in WGI of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Zambia*); Koko Warner (*Academic officer, United Nations University. Lead-author in WGII of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Germany*); Ria Voorhaar (*Head - International Communications Coordination Climate Action Network – International. Germany*); Saleemul Huq (*Director, ICCCAD. Coordinating lead-author in WGII of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Bangladesh*).

Tradução para português: **Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Serviço Económico da Embaixada e Institut Français du Portugal**

Esta publicação e a brochura que lhe deu origem está disponível em <https://www.facebook.com/WWViewsClimaEnergiaPT>

Copyright: The Danish Board of Technology, 2015

A World Wide Views 2015 sobre Clima e Energia é coordenada pela Danish Board of Technology em colaboração com Missions Publiques e a Comissão Nacional Francesa para o Debate Público – e foi co-iniciada pela UNFCCC

Este projeto é financiado por: Ministério Francês de Ecologia, Desenvolvimento Sustentável e Energia (MEDDE), 14 Regiões Francesas através das Associações das Regiões de França (Aquitaine, Auvergne, Basse-Normandie, Centre, Franche-Comté, Guadeloupe, Haute-Normandie, Ile-de-France, Martinique, Nord-Pas-de-Calais, Poitou-Charentes, Provence-Alpes-Côte-d’Azur, Réunion, Rhône-Alpes), cidades de Grenoble-Alpes Métropole e Paris, Comissão Nacional para o Debate Público (CNDP), ENGIE (GDF Suez), Presidência da Assembleia Nacional Francesa, Agência Federal do Ambiente Alemã, Ministério Francês dos Negócios Estrangeiros (MAE), Agência Espacial Europeia (ESA), Fundação de França, e o grupo EE-LV do Senado Francês.

Sumário Executivo

Bem-vindo(a) ao World Wide Views sobre Clima e Energia.

Foi convidado para fazer parte do World Wide Views sobre Clima e Energia porque os líderes políticos precisam de conhecer os seus pontos de vista sobre o que deve ser feito em relação às alterações climáticas. Estamos muito interessados em ouvir as suas opiniões e dar a conhecer os seus pontos de vista aos decisores políticos e ao público em geral.

As alterações climáticas têm impactos em quase todas as pessoas do mundo. Todos os continentes estão já a experienciar mudanças nas condições meteorológicas que podem ser resultado das alterações climáticas. Os nossos filhos e netos poderão viver consequências mais dramáticas. Os políticos podem determinar o futuro do planeta, mas você, enquanto cidadão, e as nossas crianças, terão que viver com as consequências. Portanto, a sua opinião é importante. No encontro World Wide Views partilharemos a nossa perspetiva com os nossos concidadãos. Forneceremos informação básica sobre ciência e alterações climáticas e diferentes pontos de vista sobre como lidar com a situação. Falaremos sobre os assuntos que os países negociarão numa grande conferência sobre clima, que terá lugar em Dezembro de 2015, em Paris.

A ciência informa-nos. Não nos diz o que fazer. A escolha é nossa. Faça ouvir a sua voz.

Segue-se a organização dos 5 temas em debate

A **primeira parte** é uma introdução geral às alterações climáticas, as suas consequências e a necessidade de fazermos a transição para uma economia de baixo carbono. Explica os impactos presentes e futuros, as causas e os riscos. O que são alterações climáticas? São causadas pelos seres humanos? O que é o efeito de estufa? O que já se conhece sobre os impactos das alterações climáticas em diferentes locais do mundo? Há o risco das alterações climáticas ficarem fora de controlo?

A **segunda parte** é sobre as formas como combater as alterações climáticas. Nesta secção analisamos os custos de reduzir as emissões de carbono (provenientes dos combustíveis fósseis como o carvão, o petróleo e também o gás). Alguns passos parecem ser óbvios, porque poupam energia e também reduzem a poluição do ar. Mas combater as alterações climáticas pode tornar a energia mais cara. Está disponível para pagar esse preço?

A **terceira parte** é sobre o papel das Nações Unidas e das negociações sobre clima. O que está em cima da mesa na Conferência das Nações Unidas a realizar em Paris, no final deste ano? Os países andam a falar sobre alterações climáticas há mais de 20 anos. Que diferença é que a Conferência de Paris pode fazer? Uma das questões em debate é se todos os países devem acordar uma meta global de redução das emissões de gases com efeito de estufa. Conseguirão eles chegar a um Acordo?

A **quarta parte** é sobre como levar cada país a cumprir com a sua parte. Alguns países ricos contribuíram mais para o problema das alterações climáticas, porque queimaram muitos combustíveis fósseis ao longo de séculos. Mas actualmente, alguns países em desenvolvimento estão a crescer de forma muito rápida, portanto, como é que os esforços para limitar as alterações climáticas devem ser distribuídos para que sejam justos? Deverão os países ricos pagar ao resto do mundo para que desenvolvam

energias limpas? Se sim, quanto deverão pagar e quem deverá receber o dinheiro? E quem deve ter acesso ao financiamento do Fundo Climático Verde?

A **quinta parte** é sobre como assegurar que os países cumpram as suas promessas e encorajá-los a assumirem novos compromissos, alguns de curto prazo. Deverão os países poder inspecionar as ações climáticas uns dos outros? Deverão ser inspecionados por alguma entidade supranacional como as Nações Unidas? E deveriam os países publicar de forma transparente e acessível os seus resultados anuais sobre emissões e medidas de combate às alterações climáticas?

Primeira parte - A importância das alterações climáticas

O efeito de estufa é um termo que todos conhecem. Mas o que significa exatamente? Uma estufa, como sabemos, é constituída por materiais transparentes, como o plástico ou vidro, deixando que o sol entre. O sol aquece o ar interior, que depois fica preso. É por isso que o interior de uma estufa é sempre mais quente.

Quando falamos do planeta Terra, os gases que existem na atmosfera produzem esse mesmo efeito de estufa. Todos os dias, a luz do sol passa pela atmosfera e aquece a superfície do nosso planeta. Uma grande parte desta energia volta para o espaço. Outra parte fica, criando o efeito de estufa, pois, tal como o plástico numa estufa, os **gases com efeito de estufa** na nossa atmosfera formam uma camada impedindo que o calor escape.

O dióxido de carbono, ou CO₂, é o principal gás com efeito de estufa. É libertado quando, por exemplo, se queimam combustíveis fósseis como o carvão, o petróleo ou o gás. O CO₂ também é libertado através da queima das florestas. Os processos agrícolas e industriais também geram gases com efeito de estufa.

Quanto mais gases com efeito de estufa, mais quente a terra fica. Nos últimos 150 anos, o nível destes gases na atmosfera aumentou muito, o que levou a um aquecimento global do planeta, criando o “efeito de estufa”.

O Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas, o chamado IPCC, é um órgão das Nações Unidas que aconselha os governos sobre o clima. Em 2013 e 2014, o IPCC publicou a sua última avaliação, que foi escrita por 831 cientistas. Segundo este relatório, hoje há mais CO₂ na atmosfera do que houve durante centenas ou milhares de anos. E **as nossas emissões de CO₂ continuam a aumentar todos os anos**.

Estará então o mundo a ficar mesmo mais quente? Desde 1850, quando se iniciaram as medições, a temperatura média global aumentou quase 1 grau Celsius. A Organização Meteorológica Mundial declarou que **2014 foi o ano mais quente**, desde 1850. Além disso, 14 dos 15 anos mais quentes ocorreram no século XXI. A temperatura média subiu rapidamente desde 1970. Segundo o IPCC, é “extremamente provável” que o aquecimento global seja causado pela atividade humana.

Mas quais podem ser as consequências deste aquecimento? Temperaturas mais elevadas vão trazer ondas de calor e secas mais frequentes. Uma atmosfera mais quente também pode reter mais vapor de água, levando a uma maior frequência de chuvas muito fortes e cheias. O IPCC estima que os níveis globais do mar vão subir até

um metro neste século. Mas o nível do mar pode subir de forma ainda mais rápida devido ao derretimento dos glaciares na Antártica Ocidental.

Os cientistas apontam para que as alterações climáticas tenham um **impacto severo** nas infraestruturas, na produção agrícola, nas disponibilidades de alimentos e de água, bem como na saúde humana. A maioria das grandes cidades está em zonas costeiras e por isso são muito vulneráveis aos danos nas infraestruturas. Também existem riscos graves para a vida humana, sobretudo nos países em desenvolvimento, onde as cidades com alojamentos precários são mais afetadas por eventos climáticos extremos.

Em relação aos alimentos e à água, as alterações climáticas geram uma redução das produções médias de milho e trigo. Por isso os preços dos alimentos podem aumentar e empurrar muitas pessoas para a pobreza.

As alterações climáticas irão afetar diretamente a saúde das pessoas, porque reduzem a disponibilidade de alimentos e de água potável; aumentam os eventos extremos como as cheias, as tempestades e as ondas de calor; e contribuem para a propagação de doenças infecciosas. Indiretamente, as alterações climáticas podem causar mais conflitos, em resultado do desemprego, fome, migração e agitação social.

Um aquecimento acima dos 3 graus pode levar a uma extinção em massa de espécies selvagens. Com um aquecimento de 4 graus os recifes de corais morreriam quase inteiramente. Uma subida de 4 graus implicaria também a redução de produção de cereais e, por isso, enormes riscos para a segurança alimentar global.

Então, como é que nos adaptamos às alterações climáticas? A adaptação implica que nos preparemos para os impactos que já estão a acontecer ou que venham a ocorrer num futuro próximo. Exemplos de adaptação incluem: o desenvolvimento de culturas resistentes à seca, sistemas de aviso de tempestades; defesa costeira; e melhor resposta às catástrofes.

Contudo, mesmo com estas medidas, se as emissões de carbono continuarem, as alterações climáticas continuarão a piorar e podem criar condições que tornem a adaptação demasiado cara ou mesmo impossível limitar o aquecimento médio global a não mais de **2 graus Celsius** é um objetivo político mundial já estabelecido. Isto implica que as emissões de gases com efeito de estufa têm de parar de aumentar em 2020, o mais tardar. Em 2030 terão que baixar para níveis de 2010.

Segunda parte – Como podemos combater as alterações climáticas

Para atingir o nosso objetivo de não ultrapassar os 2 graus, apenas podemos emitir 1 bilião de toneladas de CO₂, no total. Como actualmente emitimos perto de 40 mil milhões de toneladas por ano, feitas as contas, já só nos restam menos de 30 anos.

Atualmente, **todas as reservas de petróleo e carvão existentes conhecidas são 3 vezes maiores do que o que nós podemos queimar para não ultrapassar os 2 graus**. Se forem implementadas novas políticas para o clima, pode deixar de ser rentável para os investidores colocar o seu dinheiro na exploração de combustíveis fósseis.

O carvão é a segunda fonte mais importante de energia no mundo, depois do petróleo.

Ajudou a melhorar a qualidade de vida das pessoas ao longo de séculos. É possível que não seja fácil reduzir o seu consumo de forma rápida e barata, uma vez que as indústrias e as pessoas ainda dependem dele. Contudo, o carvão é a maior fonte de dióxido de carbono.

Para reduzir as emissões de carbono há medidas diferentes. Uma, por exemplo, será atribuir um preço ao carbono. O preço sobre o carbono pode assumir duas formas:

- vários países aplicam uma **taxa por cada tonelada** de emissões de CO₂ que resulte da queima de combustíveis fósseis; neste caso, os governos definem uma taxa e o custo das emissões de carbono, mas não definem a quantidade de emissões.

- outra hipótese é o **comércio de emissões**. As empresas recebem uma quota fixa de emissões e podem reduzir as suas emissões ou comprar licenças adicionais. E os governos, que determinam a quota, podem limitar o montante exato de emissões.

Contudo, quer as taxas de carbono, quer o comércio de emissões, aumentam o custo da energia, e isso torna-os impopulares. Muitos países apoiam o uso de combustíveis fósseis dando subsídios aos produtores desses combustíveis. Eliminar estes subsídios pode ser uma medida muito eficaz para reduzir as emissões de CO₂.

Outra forma para os países reduzirem as emissões de carbono são os subsídios a fontes de energia de baixo carbono, incluindo **energias renováveis** como a eólica, a solar ou a hídrica. Estas formas de energia podem reduzir as emissões de carbono, a poluição do ar e a importação de combustíveis fósseis.

Outras formas de energia de baixo carbono, como a biomassa e a energia nuclear, podem ser mais controversas. A energia nuclear porque produz resíduos radioativos e a biomassa porque pode entrar em competição com as culturas alimentares.

Até agora, os subsídios às energias eólica e solar não têm sido baratos, mas o crescimento global em termos de produção e inovação tem reduzido os custos, tornando-as mais competitivas.

Investir em eficiência energética também pode reduzir o consumo de combustíveis fósseis. De facto, os governos já atingiram poupanças de energia significativas ao estabelecerem standards para automóveis, lâmpadas e equipamentos mais eficientes. Reduzir o consumo de energia de equipamentos, tais como televisões, quando estão em stand by é importante. A energia do standby representa 10% do uso global de energia numa habitação.

As pessoas não têm que esperar pelos governos para agirem em relação às alterações climáticas. A nível local ou regional as empresas e investidores podem usar tecnologias de baixo carbono como as energias limpas e impulsionar a eficiência energética. As cidades podem optar por **desenvolver os transportes públicos** e pistas cicláveis, e tornar os edifícios mais eficientes energeticamente.

Os políticos têm que levar em consideração o custo das suas decisões para combater as alterações climáticas. Os economistas sugerem que reduzir as emissões de carbono custará apenas uma pequena fração do valor do crescimento económico esperado até ao final deste século.

Estimar os custos das alterações climáticas é muito mais difícil. Muitos dos danos acontecerão num futuro distante, pelo que é complicado medir. O tempo torna esta

questão urgente.

Terceira parte – o papel das Nações Unidas e dos países

As alterações climáticas são um problema que afeta todo o planeta. As emissões de gases com efeito de estufa misturam-se na atmosfera e têm efeitos globais. Portanto, o assunto só pode ser trabalhado através da ação internacional.

A história mostrou que reunir as nações num mesmo local para procurar um acordo para ação multilateral pode permitir resolver problemas complexos. Mas construir uma cooperação internacional também pode ser difícil. Por exemplo, alguns países podem sentir que estão a fazer mais do que outros.

Em 1992, os países assinaram a **Convenção-Quadro das Nações Unidas** sobre Alterações Climáticas, que referia que o mundo tem de evitar as perigosas alterações climáticas. A Convenção também referia que os países desenvolvidos deveriam apoiar os países em desenvolvimento a reduzir as suas emissões de carbono e a adaptar-se às alterações climáticas. Quase todos os países do mundo assinaram e ratificaram este acordo.

Em 1997, o **Protocolo de Quioto** estabeleceu metas de emissão legalmente vinculativas para as nações industrializadas, bem como regras sobre como medir, reportar e monitorizar as emissões. Mas a natureza obrigatória do Protocolo de Quioto acabou por prejudicar a participação global. O protocolo não estabelecia metas para as economias emergentes, como a China e, em resultado disso, os Estados Unidos não o ratificaram. Entretanto, o Canadá, o Japão e a Rússia acabaram também por não o implementarem.

Em 2009, em Copenhaga, a comunidade internacional fez outra tentativa para combater as alterações climáticas, assinando o **Acordo de Copenhaga**, que estabeleceu metas quer para países desenvolvidos, quer para países em desenvolvimento. Mas era bem menos exigente do que Quioto. Os limites de emissão eram voluntários e não existiam regras consistentes quando à ação, medição e monitorização da ação climática.

A **Conferência de Paris a realizar em Dezembro de 2015** poderá mudar este cenário. Os países concordaram em negociar um novo acordo sobre o clima no final deste ano em Paris. **O objetivo é definir a ação climática até 2025 ou 2030.** A forma final do acordo ainda é pouco clara, mas existem vários tópicos controversos para discussão. Por exemplo, o acordo pode introduzir um objetivo global de longo prazo de redução de emissões, de forma a atingir o limite dos 2 graus. Serão debatidas medidas como a redução das emissões para metade em 2050 ou atingir as emissões zero em 2100. No passado, algumas nações exportadoras de petróleo e algumas economias emergentes rejeitaram objetivos de longo prazo.

Todos os países assumirão compromissos sobre ações pelo clima a nível nacional, mas não é claro se estas serão **voluntárias ou obrigatórias**. Também será discutido se os países deverão medir as suas emissões e permitir a monitorização internacional da sua ação.

Entretanto, **os países menos desenvolvidos podem alegar que as nações**

industrializadas não cumpriram com os seus compromissos estabelecidos em 1992 e exigirem mais ajuda para o clima. Em contraste, os países desenvolvidos podem alegar que já estão a fazer muito e que ainda estão a recuperar da crise financeira global.

No caminho para a Conferência de Paris, todos os países concordaram em submeter os seus compromissos para a ação climática até Outubro de 2015, o mais tardar. Estas propostas podem assumir diversas formas, dependendo das circunstâncias e dos recursos de cada nação. Enquanto se espera que os países desenvolvidos apresentem novas **metas nacionais** para reduzir emissões, as economias emergentes podem limitar as emissões em função da sua capacidade económica. As nações menos desenvolvidas podem assumir outras medidas políticas, tais como o favorecimento da energia renovável ou o travar da desflorestação. Vários países já fizeram as suas propostas formais para a ação climática, incluindo a União Europeia, a Rússia e os Estados Unidos.

Ainda que as negociações se tenham focado nos países, as cidades, os investidores, as ONG estarão diretamente envolvidos na implementação dos resultados. Afinal, são os cidadãos que geram as emissões, que são afectados pelas alterações climáticas e são também eles que as podem evitar.

Quarta parte - Equidade e distribuição dos esforços

Em 1992, a Convenção da Nações Unidas sobre alterações climáticas distinguiu os países desenvolvidos dos países em desenvolvimento. Nessa altura foi acordado que os países desenvolvidos deviam ajudar, financeira e tecnologicamente, para que os **países em desenvolvimento** pudessem lidar com as alterações climáticas.

Contudo, ao longo dos anos, a situação económica dos países alterou-se. Alguns dos anteriores países em desenvolvimento (como a China ou o Brasil) melhoraram a o seu rendimento económico. Hoje, alguns até excedem o rendimento de países desenvolvidos.

As atuais negociações da Nações Unidas ainda se referem ao acordo de 1992 e à sua classificação dos países. **No que diz respeito a financiamento, a questão que se põe é se deverá haver um novo arranjo, em que as nações mais ricas e desenvolvidas devem fazer mais.**

Uma hipótese é a de permitir que os **países “em desenvolvimento” mais prósperos possam passar ao estatuto de “desenvolvidos”** e assumir as responsabilidades de uma nação desenvolvida. Outra é a de **criar um terceiro grupo intermédio, com as suas responsabilidades próprias, entre o grupo de países desenvolvidos e o grupo de países em desenvolvimento.**

No que diz respeito às alterações climáticas, a questão de uma **contribuição justa** é controversa e está ligada às emissões passadas e presentes. Por exemplo, os países desenvolvidos emitiram a maior parte do CO₂ que existe na atmosfera desde a revolução industrial. Mas os países em desenvolvimento estão a aproximar-se. Enquanto as emissões em muitos países desenvolvidos começaram a baixar, elas aumentaram em muitas economias

emergentes. Como consequência, existem diferentes respostas para a questão da responsabilidade.

Devido às suas **economias de crescimento rápido**, os países em desenvolvimento terão que fazer um grande esforço para reduzir emissões. Estima-se que serão necessários investimentos extra de 760 mil milhões por ano, em setores como os transportes e a energia.

Em 2009 na Conferência de Copenhaga, os países desenvolvidos prometeram **100 mil milhões de dólares até 2020 para ajudar as nações em desenvolvimento nos seus esforços para reduzir as emissões de carbono**.

O Acordo de Paris, em Dezembro próximo, estipulará objetivos de ação climática até 2025 ou 2030. É possível que os países em desenvolvimento queiram negociar um aumento dos 100 mil milhões de dólares prometidos.

Em 2009 a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas criou o **Fundo Verde Climático**. Serve para apoiar financeiramente medidas de adaptação e mitigação e é um dos principais veículos para distribuir fundos de ajuda climática dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento.

O Fundo não se dirige apenas a estados-nação. Quaisquer entidades regionais ou subnacionais tais como investidores, cidades e ONG em países em desenvolvimento, podem candidatar-se a financiamento. Mas o financiamento climático é caro e o dinheiro público é escasso. Para ultrapassar este dilema, existem algumas ideias sobre a participação das **empresas**. Se os investidores privados, como os fundos de pensões e os bancos, transferissem apenas uma fração do seu capital para projetos de baixo carbono, isso faria uma enorme diferença no financiamento global para o clima.

Ainda que a maioria dos países apoie o uso de financiamento público e privado, alguns países em desenvolvimento têm insistido para que a ajuda climática, no âmbito das negociações das Nações Unidas, seja constituída maioritária ou totalmente por dinheiro público. É que, sendo impossível forçar os investidores privados a fornecer dinheiro, os países em desenvolvimento temem que eles não correspondam às expectativas. Contudo, alguns países desenvolvidos ainda estão a reduzir as despesas públicas no seguimento da crise financeira global, e não têm dinheiro para atribuir à ajuda climática.

Uma outra questão importante é que **os impactos das alterações climáticas causarão perdas**, independentemente das tentativas para nos prepararmos antecipadamente ou nos adaptarmos. Os países ainda não decidiram como pagar estas perdas. Os países mais vulneráveis poderão querer um fundo das Nações Unidas dedicado à compensação. Alguns países desenvolvidos são cautelosos quanto a aceitar qualquer responsabilidade legal pelos danos relacionados com o clima, se tal puder dar azo a processos em tribunal. Por razões semelhantes, os países ricos não apoiam qualquer proposta sobre um tribunal internacional para resolver processos sobre danos climáticos.

Em alternativa, os governos, as empresas e os indivíduos podem contratar **seguros privados**. No presente, estes seguros cobrem apenas uma pequena parte das perdas devidas a catástrofes naturais, pelo que há muito espaço para melhorias. Sem seguros, inevitavelmente os governos e os contribuintes acabarão a pagar a conta.

Quinta parte – Os compromissos e a sua concretização

Até agora, os países não foram capazes de fazer com que os acordos climáticos sejam cumpridos. Por exemplo, a maioria dos países abandonou a segunda ronda do Protocolo de Quioto. Desde então, outros acordos têm sido voluntários e temporários. **Paris pode ser a oportunidade para um novo tipo de acordo.**

Várias nações e grupos ambientalistas são a favor de um acordo que comprometa os países a assumirem novos compromissos a cada cinco anos. Isto significa que os países não teriam que renegociar um novo acordo de tantos em tantos anos, mas antes substituírem anteriores compromissos por novos compromissos, mais ambiciosos.

Um acordo com estas características poderia durar décadas, até que o objetivo de evitar as perigosas alterações climáticas fosse atingido. Mas **como é que os países podem ser obrigados a cumprir as suas promessas?**

Até à data os países assumiram vários acordos climáticos. Infelizmente, a sua implementação tem ficado abaixo do esperado. Mas esta situação pode estar a mudar gradualmente, pois todos os países têm reconhecido que devem empenhar-se mais.

Antes de Paris, os países concordaram em submeter antecipadamente os seus compromissos, designados “Contribuições Nacionais Determinadas”. E pediram às Nações Unidas que fizesse um relatório, antes da conferência, medindo o impacto coletivo de todos os compromissos. Contudo, as nações rejeitaram uma revisão dos compromissos nacionais feita pelas Nações Unidas. Esta revisão poderia encorajar os países a levar mais a sério os seus compromissos. Contudo, na perspetiva deles, tal revisão poderia infringir a soberania nacional.

Será difícil avaliar se os países estão a respeitar os seus compromissos climáticos se eles não medirem e reportarem as suas emissões. No presente, os países desenvolvidos já têm que reportar as suas emissões anualmente às Nações Unidas. Em contraste, os países em desenvolvimento apenas têm que publicar as suas emissões a cada quatro anos e estes relatórios não têm que estar atualizados. De facto, alguns países em desenvolvimento não reportam as suas emissões desde 2005. Se no âmbito do acordo de Paris se espera que as nações mais pobres reportem as suas emissões anualmente, certamente alguns estarão a contar com um apoio financeiro.

Outro tipo de monitorização é entre as nações. Por exemplo, uma forma de encorajar os países desenvolvidos a dar mais ajuda climática é a de lhes permitir verificar **de que forma o dinheiro é gasto**. Reciprocamente, os países em desenvolvimento poderão desejar verificar se os fundos que recebem são efectivamente novos, ou se foram apenas transferidos de um orçamento para a ajuda ao desenvolvimento pré-existente. Mas é claro que tais verificações são um assunto muito sensível, e seria preciso alguma confiança logo à partida.

Uma grande decisão a ser tomada em Paris é se os compromissos dos países devem ser obrigatórios.

Cada opção tem vantagens e desvantagens. Se os compromissos forem legalmente obrigatórios no âmbito da lei internacional, poderia haver a ameaça de sanções caso os países não conseguissem cumprir as suas metas. Contudo, esta ameaça pode levar a que os países

não adiram. Além disso, os países necessitam de uma aprovação parlamentar para um tal acordo, o que pode ser um grande obstáculo.

Talvez uma opção igualmente poderosa fosse tornar os compromissos legalmente obrigatórios à luz da legislação de cada país. Tal poderia evitar o fantasma das sanções internacionais.

Em alternativa, os compromissos podem ser voluntários e assim já não seria preciso obter aprovação parlamentar para o Acordo de Paris. Contudo, se os compromissos forem apenas voluntários poderão ser necessárias regras detalhadas para assegurar a sua implementação. De outra forma, poderá ser difícil identificar quais foram exatamente os objetivos prometidos; de que forma podem ser medidos; e se foram cumpridos.



Organização em Portugal:



Colaboração:



Patrocínios:



MINISTÉRIO DO AMBIENTE,
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA



Anexo 4:

Caracterização dos participantes

CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

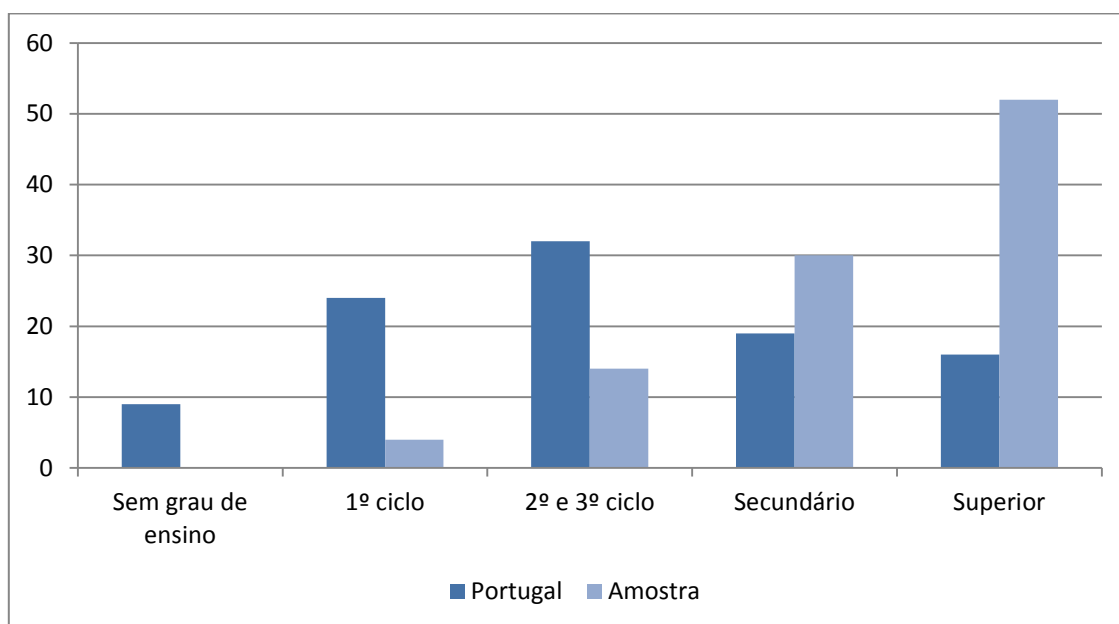
O objetivo estipulado pelos organizadores do *WWViews* era a de que cada país conseguisse reunir cerca de 100 pessoas para a consulta, com um perfil representativo da população nacional (ou regional, consoante o âmbito das consultas). Em Portugal foi possível reunir um número ligeiramente acima (108) de participantes efetivos, ainda que o número de presenças confirmadas fosse superior (130), desde logo como forma de garantir que as desistências de última hora, que são comuns em processos deste tipo, não pusessem em causa os objetivos mínimos estabelecidos.

Apesar dos esforços desenvolvidos na procura de garantir uma amostra que seguisse de perto a distribuição de algumas das variáveis de caracterização social mais relevantes, como a idade, o nível de escolaridade, o sexo e, neste caso, também a região de residência da população portuguesa, registaram-se desvios importantes de que se dá conta de seguida.

A variável do nível de escolaridade foi talvez a que mais se afastou da realidade nacional. Ainda que expectável desde o início dada a maior apetência pelo tema e por iniciativas de participação entre as pessoas mais qualificadas, é sempre uma lacuna importante em qualquer estudo desta natureza, que procura recolher a opinião e as perceções de uma amostra que se tenta que seja próxima da população portuguesa.

Assim, não é de estranhar que se tenha registado uma sobrerrepresentação da população mais qualificada, com os participantes com um diploma de ensino superior a representarem, sensivelmente, metade da amostra, quando em Portugal o valor não vai além dos 16%, de acordo com os últimos Censos (figura 133).

Figura 133. Comparação entre o nível de escolaridade da amostra e a sua distribuição na população em geral (%)

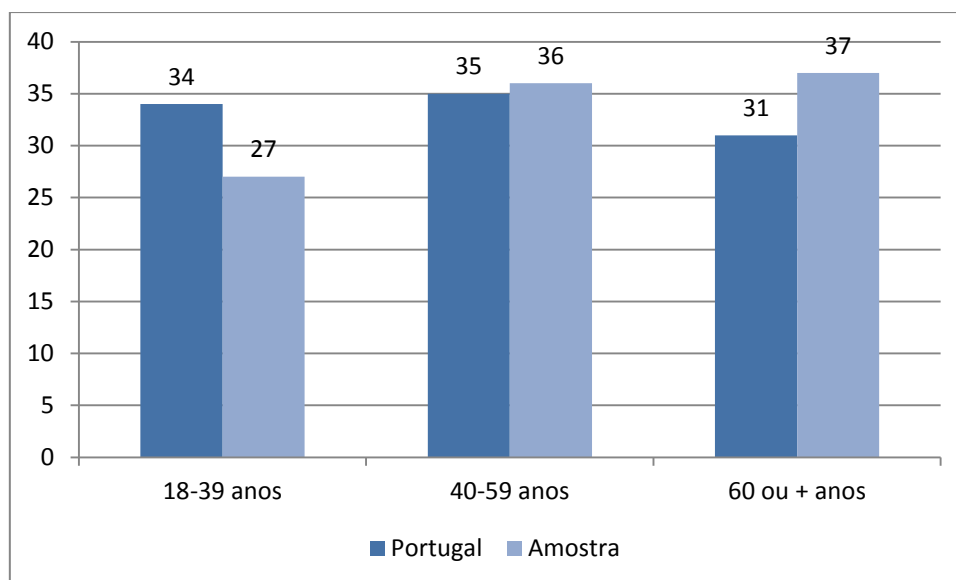


Esta dificuldade em garantir um maior equilíbrio do nível de escolaridade dos participantes nestes processos de democracia deliberativa não é exclusiva de Portugal ou mesmo desta consulta em específico. De uma forma genérica há autores que apontam para uma muito maior atratividade por este tipo de processos por parte daqueles que são politicamente mais ativos, com habilitações e rendimentos mais elevados e pertencentes a escalões etários mais avançados (Riedy e Herriman, 2011). É possível estabelecer estratégias de integração de grupos sociais habitualmente excluídos, nomeadamente identificando locais ou motivos que permitam encontrar membros destes grupos reunidos, fazer uso de redes ou organizações que já existam e em quem confiem ou procurar atores que possuam alguma influência sobre essas comunidades. Contudo, estamos perante estratégias que exigem recursos humanos, financeiros e de tempo que em muitos casos não estão disponíveis (Brackertz e Meredyth, 2008).

Neste caso específico foram feitos contactos com algumas organizações tendo em vista incluir as perspetivas de comunidades menos favorecidas e procurou-se uma divulgação ampla do evento junto de públicos diferenciados (por exemplo através da participação num program de entretenimento com emissão durante a tarde), mas mesmo assim os resultados ficaram áquém do esperado em termos de um maior equilíbrio ao nível do nível de escolaridade.

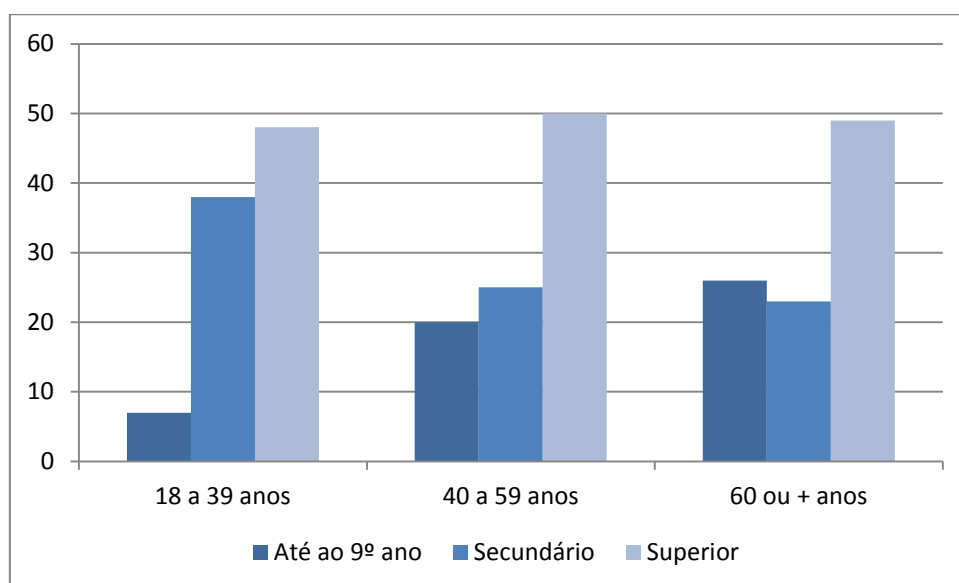
Em termos de idade, a amostra é já bastante mais equilibrada, ainda que se registe uma ligeira sobrerrepresentação das pessoas a partir dos 60 anos (figura 134).

Figura 134. Comparação entre os escalões etários da amostra e a sua distribuição na população em geral (%)



A sobrerrepresentação do nível de escolaridade ao nível do ensino superior acaba por ter um efeito que anula uma das diferenças que habitualmente se observa na população portuguesa: a tendência para os mais jovens serem mais escolarizados. No caso desta amostra, essa tendência observa-se até ao secundário, mas ao nível do ensino superior, todos os escalões etários são constituídos por quase 50% de pessoas com o ensino superior (figura 135).

Figura 135. Distribuição do nível de escolaridade segundo os escalões etários (%)

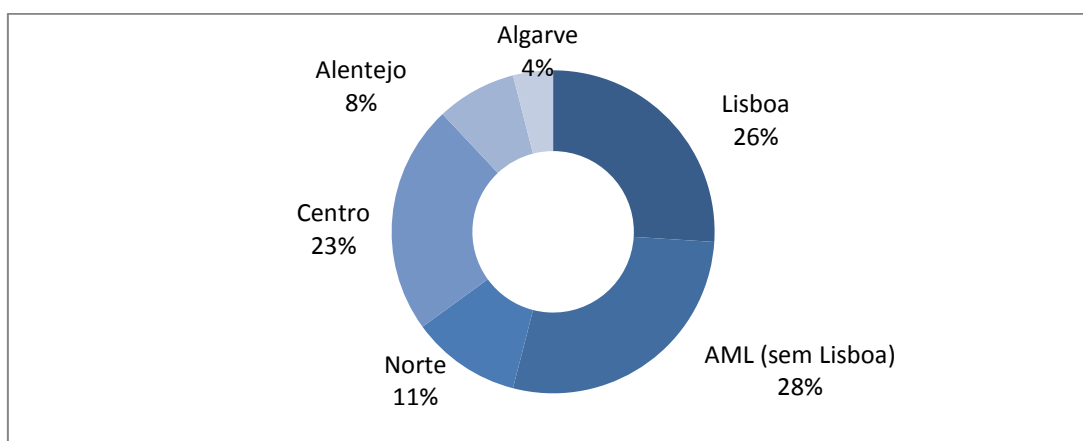


N - 103

A presença de homens e mulheres acabou por ser bastante equilibrada, com 54% de mulheres e 46% de homens.

No que diz respeito à representação geográfica, foi possível ter representantes das diferentes regiões de Portugal Continental – Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve (figura 136).

Figura 136. Distribuição dos participantes pelas 5 regiões de Portugal Continental (%)



N - 108

Anexo 5:

Notícias na imprensa sobre a consulta pública

Eco Radar

Energia e clima em debate

SARA CAMPOS SARACAMPOS@QUERCUS.PT



No dia 6 de junho, os cidadãos de todo o planeta poderão dar a sua opinião sobre 30 questões relacionadas com energia e clima, numa consulta pública mundial que envolverá 100 pessoas de 100 países. Este debate global vai debruçar-se estes sobre dois importantes dossiês, que estarão na mesa das negociações da Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP21), marcada para dezembro em Paris. Os resultados do debate serão colocados online e transmitidos não só aos negociadores da COP21, mas também a governos, instituições europeias e das Nações Unidas, autoridades locais e empresas. Falta, pois, responder à pergunta: quem pode participar? Todos os cidadãos, excluindo os membros de partidos políticos, associações ou empresas com interesses na área da energia e alterações climáticas; militantes de associações ambientalistas ou cidadãos eleitos para cargos nacionais. A ideia não é ouvir especialistas, mas sim saber o que pensam cidadãos com diferentes origens, idades e experiências. Em Portugal, a consulta decorrerá no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, das 9h às 19h. Saiba tudo em climateandenergy.wwwviews.org.

Metro, 18/05/2015

INQUÉRITO REALIZADO EM LISBOA

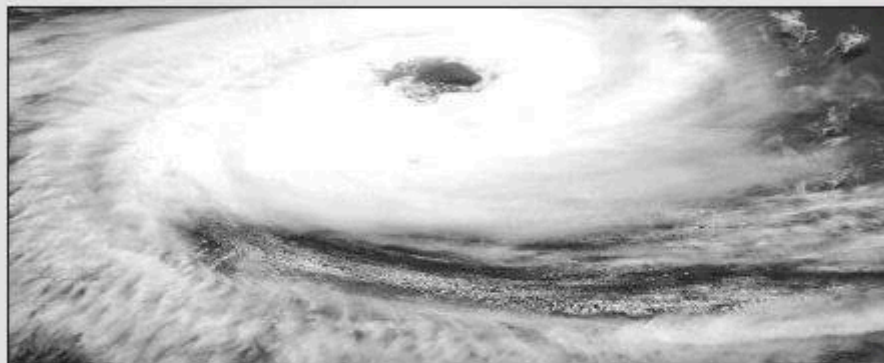
Portugueses preocupados com alterações do clima

■ A maioria dos portugueses está “muito preocupada” com as alterações climáticas, segundo conclusões de um inquérito realizado em Lisboa. Os resultados mostram que 56% dos portugueses estão “muito preocupados” com as alterações climáticas, 43% estão “preocupados” e

apenas 1% não se mostraram preocupados, referiu Luísa Schmidt, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Para melhorar a qualidade de vida, 57% dos inquiridos sugerem subsídios às fontes de energia com baixa emissão de carbono. ■ LUSA

Correio da Manhã, 08/06/2015

Alterações climáticas preocupam portugueses



A maioria dos portugueses está “muito preocupada” com as alterações climáticas, segundo os resultados de um inquérito realizado em Lisboa, inserido num debate global sobre o clima, que envolveu, no sábado, cidadãos de dezenas de países.

Os resultados foram ontem divulgados por Luísa Schmidt, do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, que, em conjunto com Ana Delicado, organizou o debate em Portugal.

Estes resultados mostram que

56% dos portugueses estão “muito preocupados” com as alterações climáticas, 43% estão “preocupados” e apenas 1% não se mostraram preocupados. A iniciativa, iniciada pelo governo francês, tinha como objetivo reunir no sábado, em simultâneo, 100 cidadãos por 100 países para que pessoas comuns pudessem debater e apresentar soluções para as questões climáticas, tendo em vista a realização, em dezembro, da conferência das Nações Unidas sobre o clima.

Jornal da Madeira, 08/06/2015

Portugueses aceitam taxas de carbono, novos impostos ambientais e subsídios às renováveis

Ambiente
Ricardo Garcia

Resultados nacionais de consulta mundial sobre alterações climáticas mostram pessimismo em Portugal

Sim às taxas sobre carbono, não aos combustíveis fósseis. Mais subsídios às renováveis e mais dinheiro para as autarquias. E nem o país, nem o mundo estão a fazer o suficiente. Estas são algumas das opiniões expressas por 120 pessoas ouvidas em Portugal numa consulta mundial sobre as alterações climáticas.

Realizada em 100 países diferentes, os resultados da consulta revelam que Portugal se destaca da média mundial em vários aspectos. Por exemplo, há menos pessoas “muito

preocupadas” com o problema, os portugueses são mais pessimistas sobre o que está a ser feito para o solucionar e os combustíveis fósseis são menos bem-vindos.

Foram muitas as pessoas que quiseram participar na iniciativa, realizada no sábado no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa. Bastou a investigadora Lútsa Schmidt, co-coordenadora da acção em Portugal, ir à televisão para o telefone não parar de tocar. De algumas dezenas de candidatos, em pouco tempo já eram mais de 400.

Na selecção daqueles que participariam, procurou-se constituir um grupo que representasse a população. Apenas um aspecto o distanciou do padrão: havia 40% de licenciados, contra 16% da média nacional. “Não é uma amostra representativa, mas é quase”, afirma Lútsa Schmidt. Os participantes discutiram vários temas relacionados com as altera-

ções climáticas e depois responderam a um questionário. Embora 98% se tenham mostrado preocupados com a questão, apenas 56% estão “muito preocupados” – menos do que os 79% de média dos cem países que também participaram na consulta.

Os resultados revelam uma aceitação de medidas polémicas, como novos impostos ambientais e incentivos às renováveis, que acabam por aumentar o preço dos combustíveis e a factura da electricidade. Estas ligações não estão explícitas nas perguntas do inquérito. Mas 81% dos participantes declararam-se a favor de uma taxa de carbono e 57% consideram que subsídios à energia eólica ou solar são uma boa medida para reduzir as emissões de CO₂.

Mais da metade dos inquiridos – 58% – acham que não se devem explorar novas reservas de petróleo, gás e carvão. Neste ponto, Portugal

também se distancia da média mundial, que é de 45%.

Há uma grande desconfiança sobre o que está a ser feito para conter o aquecimento global. De todos os participantes, 59% acham que o problema não é uma prioridade nacional, mas deveria ser, contra uma média mundial de 45%. E só 8% acreditam que, nos últimos 20 anos, as negociações climáticas internacionais têm dado resultado.

O inquérito incluiu perguntas que estão longe do dia-a-dia das preocupações do cidadão comum, mas que revelaram resultados interessantes. Por exemplo, oito em cada dez participantes (82%) consideram que parte do dinheiro do Fundo Verde Climático – criado pela ONU para ajudar os países mais pobres – deveria ir directamente para as comunidades locais, e não apenas para os governos centrais. As conclusões serão enviadas a AR e ao Governo.

Público, 09/06/2015



Maioria dos portugueses “muito preocupada” com alterações climáticas

A maioria dos portugueses está “muito preocupada” com as alterações climáticas, segundo os resultados de um inquérito realizado em Lisboa, inserido num debate global sobre o clima, que envolveu cidadãos de dezenas de países

Os resultados foram divulgados por Luísa Schmidt, do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, que, em conjunto com Ana Delgado, organizou o debate em Portugal. Estes resultados mostram que 56% dos portugueses estão “muito preocupados” com as alterações climáticas, 43% estão “preocupados” e apenas 1% não se mostraram preocupados. A iniciativa, iniciada pelo governo francês, tinha como objectivo reunir no sábado, em simultâneo, 100 cidadãos por 100 países para que pessoas comuns pudessem debater e apresentar soluções para as questões climáticas, tendo em vista a realização, em Dezembro, da conferência das Nações Unidas sobre o clima, na qual os países tentarão chegar a um novo

acordo que substitua o protocolo de Quioto.

Em Portugal, foram 120 os cidadãos participantes escolhidos pelo ICS, de acordo com critérios de representatividade da sociedade portuguesa, “que vieram de todas as regiões, de todas as idades, de quase todas as profissões e também de todos os status sociais e graus de educação diferentes”, explicou a investigadora. No final dos debates organizados por grupos, os cidadãos responderam a um inquérito cujos resultados vão ser agora enviados ao Governo e inseridos nos resultados globais que serão enviados aos decisores políticos presentes na cimeira. “A questão interessante é que 81% os inquiridos em Portugal, ao contrário dos outros países onde já obtivemos resultados, não sentem as alterações como uma ameaça, mas sim como uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida”, explicou Luísa Schmidt.

Para melhorar essa qualidade de vida, a grande medida, escolhida por 57% dos inquiridos, sugere que se devem dar subsídios às fontes de energia com

baixa emissão de carbono, como as energias eólica, solar, de ondas do mar e geotérmica. Por outro lado, 32% sugerem que se deveriam cortar os subsídios aos combustíveis fósseis, como o petróleo e o carvão. Os inquiridos defenderam também mais apoios para a investigação sobre energias mais eficientes e a adopção de sistemas de transporte público menos poluentes. Do ponto de vista da responsabilidade, 84% considera que os resultados das negociações do clima levados a cabo pelas Nações Unidas não foram suficientes e que a conferência de Paris deve fazer muito mais para evitar a subida das temperaturas. “Quando se pergunta o que é que acham relevante para combater este problema desde já, os portugueses dizem que é sobretudo a criação de programas de educação sobre alterações climáticas e a energia”, salientou. Cerca de 60% reconhecem que as alterações climáticas não são uma prioridade, mas defendem que o deveriam ser, mesmo que outros países não assumam compromissos nesse sentido. «

INQUÉRITO

99% dos portugueses inquiridos estão preocupados com as alterações climáticas

7/6/2015, 20:09

Um estudo que pretende perceber a opinião de "100 habitantes de 100 países" verificou que dos 120 inquiridos em Portugal: 56% dos portugueses estão "muito preocupados" e 43% "preocupados".

Partilhe [f](#) [t](#) [g+](#) [in](#) [e](#)

57% dos portugueses inquiridos sugere que se devem dar subsídios às fontes de energia com baixa emissão de carbono
CARLOS BARRIDO/LUSA

Autor

Agência Lusa

Tópicos

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
AMBIENTE
DEBATE
ENERGIAS RENOVÁVEIS
INQUÉRITO

A maioria dos portugueses está "muito preocupada" com as alterações climáticas, segundo os resultados de um inquérito realizado em Lisboa, inserido num debate global sobre o clima, que envolveu, no sábado, cidadãos de dezenas de países.

Os resultados foram hoje divulgados por Luísa Schmidt, do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, que, em conjunto com Ana Delicado, organizou o debate em Portugal.

Estes resultados mostram que 56% dos portugueses estão "muito preocupados" com as alterações climáticas, 43% estão "preocupados" e apenas 1% não se mostraram preocupados.

Cerca de 60% reconhecem que as alterações climáticas não são uma prioridade, mas defendem que o deveriam ser, mesmo que outros países não assumam compromissos nesse sentido.

Em relação ao acordo de Paris, 95% concordam que os países deveriam assumir um compromisso forte contra as alterações climáticas e que as Nações Unidas deveriam ter mais autoridade para fazer aplicar esses compromissos.

De acordo com a agência France Presse, que divulgou hoje à tarde os resultados globais de 75 países participantes, quase 80% dos cidadãos dizem estar "muito preocupados" com os impactos do desregulamento do clima e mais de 71% consideram que as negociações climáticas feitas no quadro da ONU, desde 1992, "não fizeram o suficiente" para atacar o problema.

A iniciativa, iniciada pelo governo francês, tinha como objetivo reunir no sábado, em simultâneo, 100 cidadãos por 100 países para que pessoas comuns pudessem debater e apresentar soluções para as questões climáticas, tendo em vista a realização, em dezembro, da conferência das Nações Unidas sobre o clima, na qual os países tentarão chegar a um novo acordo que substitua o protocolo de Quioto.

Em Portugal, foram 120 os cidadãos participantes escolhidos pelo ICS, de acordo com critérios de representatividade da sociedade portuguesa, "que vieram de todas as regiões, de todas as idades, de quase todas as profissões e também de todos os 'status' sociais e graus de educação diferentes", explicou a investigadora.

No final dos debates organizados por grupos, os cidadãos responderam a um inquérito cujos resultados vão ser agora enviados ao Governo e inseridos nos resultados globais que serão enviados aos decisores políticos presentes na cimeira.

"A questão interessante é que 81% os inquiridos em Portugal, ao contrário dos outros países onde já obtivemos resultados, não sentem as alterações como uma ameaça, mas sim como uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida", explicou Luísa Schmidt.

Para melhorar essa qualidade de vida, a grande medida, escolhida por 57% dos inquiridos, sugere que se devem dar subsídios às fontes de energia com baixa emissão de carbono, como as energias eólica, solar, de ondas do mar e geotérmica.

Por outro lado, 32% sugerem que se deveriam cortar os subsídios aos combustíveis fósseis, como o petróleo e o carvão.

Os inquiridos defenderam também mais apoios para a investigação sobre energias mais eficientes e a adoção de sistemas de transporte público menos poluentes.

Do ponto de vista da responsabilidade, 84% considera que os resultados das negociações do clima levados a cabo pelas Nações Unidas não foram suficientes e que a conferência de Paris deve fazer muito mais para evitar a subida das temperaturas.

"Quando se pergunta o que é que acham relevante para combater este problema desde já, os portugueses dizem que é sobretudo a criação de programas de educação sobre alterações climáticas e a energia", salientou.

Cerca de 60% reconhecem que as alterações climáticas não são uma prioridade, mas defendem que o deveriam ser, mesmo que outros países não assumam compromissos nesse sentido.

Em relação ao acordo de Paris, 95% concordam que os países deveriam assumir um compromisso forte contra as alterações climáticas e que as Nações Unidas deveriam ter mais autoridade para fazer aplicar esses compromissos.

De acordo com a agência France Presse, que divulgou hoje à tarde os resultados globais de 75 países participantes, quase 80% dos cidadãos dizem estar "muito preocupados" com os impactos do desregulamento do clima e mais de 71% consideram que as negociações climáticas feitas no quadro da ONU, desde 1992, "não fizeram o suficiente" para atacar o problema.

Observador, 07/06/2015

PAÍS 19:58 07.06.2015

Maioria dos portugueses "muito preocupada" com alterações climáticas



© Miguel Vidal / Reuters

Os resultados mostram que 56% dos portugueses estão "muito preocupados" com as alterações climáticas, 43% estão "preocupados" e apenas 1% não se mostraram preocupados. (Arquivo)

A maioria dos portugueses está "muito preocupada" com as alterações climáticas, segundo os resultados de um inquérito realizado em Lisboa, inserido num debate global sobre o clima, que envolveu, no sábado, cidadãos de dezenas de países.

Os resultados foram hoje divulgados por Luísa Schmidt, do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, que, em conjunto com Ana Delicado, organizou o debate em Portugal.

Estes resultados mostram que 56% dos portugueses estão "muito preocupados" com as alterações climáticas, 43% estão "preocupados" e apenas 1% não se mostraram preocupados.

A iniciativa, iniciada pelo governo francês, tinha como objetivo reunir no sábado, em simultâneo, 100 cidadãos por 100 países para que pessoas comuns pudessem debater e apresentar soluções para as questões climáticas, tendo em vista a realização, em dezembro, da conferência das Nações Unidas sobre o clima, na qual os países tentarão chegar a um novo acordo que substitua o protocolo de Quioto.

Em Portugal, foram 120 os cidadãos participantes escolhidos pelo ICS, de acordo com critérios de representatividade da sociedade portuguesa, "que vieram de todas as regiões, de todas as idades, de quase todas as profissões e também de todos os 'status' sociais e graus de educação diferentes", explicou a investigadora.

No final dos debates organizados por grupos, os cidadãos responderam a um inquérito cujos resultados vão ser agora enviados ao Governo e inseridos nos resultados globais que serão enviados aos decisores políticos presentes na cimeira.

"A questão interessante é que 81% os inquiridos em Portugal, ao contrário dos outros países onde já obtivemos resultados, não sentem as alterações como uma ameaça, mas sim como uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida", explicou Luísa Schmidt.

Para melhorar essa qualidade de vida, a grande medida, escolhida por 57% dos inquiridos, sugere que se devam dar subsídios às fontes de energia com baixa emissão de carbono, como as energias eólica, solar, de ondas do mar e geotérmica.

Por outro lado, 32% sugerem que se deveriam cortar os subsídios aos combustíveis fósseis, como o petróleo e o carvão.

Os inquiridos defenderam também mais apoios para a investigação sobre energias mais eficientes e a adoção de sistemas de transporte público menos poluentes.

Do ponto de vista da responsabilidade, 84% considera que os resultados das negociações do clima levados a cabo pelas Nações Unidas não foram suficientes e que a conferência de Paris deve fazer muito mais para evitar a subida das temperaturas.

"Quando se pergunta o que é que acham relevante para combater este problema desde já, os portugueses dizem que é sobretudo a criação de programas de educação sobre alterações climáticas e a energia", salientou.

Cerca de 60% reconhecem que as alterações climáticas não são uma prioridade, mas defendem que o deveriam ser, mesmo que outros países não assumam compromissos nesse sentido.

Em relação ao acordo de Paris, 95% concordam que os países deveriam assumir um compromisso forte contra as alterações climáticas e que as Nações Unidas deveriam ter mais autoridade para fazer aplicar esses compromissos.

De acordo com a agência France Presse, que divulgou hoje à tarde os resultados globais de 75

países participantes, quase 80% dos cidadãos dizem estar "muito preocupados" com os impactos do desregulamento do clima e mais de 71% consideram que as negociações climáticas feitas no quadro da ONU, desde 1992, "não fizeram o suficiente" para atacar o problema.

LUSA

Económico



ECONÓMICO DIGITAL
ASSINE E GANHE
UM SONY SMARTWATCH 2 SW2

SUBSCREVA POR 18 MESES
E BENEFICIE DA OFERTA

[Últimas Notícias](#) [Editorial](#) [Cotações](#) [Emprego/Universidades](#) [Fotogalerias](#) [Fora de Série](#)
[Conferências](#)

O cidadão português perante as questões climáticas

12 Jun 2015 Jean-François Blarel

A Conferência Paris Clima 2015 é alvo de uma intensa preparação diplomática internacional.



Nesta óptica, realizou-se a 6 de Junho um debate global de cidadãos, o "World Wide Views sobre clima e energia" reunindo, em cada um dos 75 países participantes, uma centena de cidadãos, seleccionados segundo critérios que reflectem a realidade sociodemográfica do país, que participaram numa jornada de informação e de debate sobre os grandes eixos da negociação. Tratava-se, também, de fazer deste evento uma referência em matéria de democracia participativa à escala planetária. Os co-fundadores desta iniciativa foram o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC), a Danish Board of Technology (DK), a Comissão Nacional para o Debate Público (FR) e a Missions Publiques (FR), com o apoio do Governo francês, anfitrião da COP21. Esta iniciativa recebeu o selo COP21 e foi reconhecida pelo Secretariado da CQNUAC como parte integrante do processo de negociação. A 15 de Junho de 2015 os resultados mundiais serão apresentados aos decisores.

Em Portugal, o evento inédito de 6 de Junho foi organizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com o apoio de vários parceiros que quiseram contribuir para o sucesso da COP21. Ao longo do dia, os 120 cidadãos portugueses que participaram no evento informaram-se e debateram sobre as principais questões climáticas que serão discutidas durante as negociações de Dezembro de 2015. Os resultados do inquérito feito no seguimento das mesas redondas permitiram realçar algumas particularidades portuguesas:

- Ainda que 98% dos participantes exprimam uma preocupação com o tema das alterações climáticas, só 56% estão "muito preocupados", enquanto a média mundial se eleva a 79%. Contudo, 58% dos inquiridos pensam que as alterações climáticas não são uma prioridade nacional, mas deveriam sê-lo.
- Contrariamente à média mundial, 81% dos portugueses não consideram as medidas tomadas para combater as alterações climáticas como uma ameaça mas, antes, como uma oportunidade para melhorar a sua qualidade de vida, nomeadamente através do apoio às fontes de energia com baixas emissões de carbono, como as energias solar e eólica (57%), e do corte aos subsídios às energias de origem fóssil (32%).
- Os portugueses mostram um certo pessimismo quanto aos resultados das negociações climáticas levadas a cabo nestes últimos anos uma vez que só 8% antevêem uma mudança.

O objectivo de informar, a que a jornada de 6 de Junho se propôs, foi atingido: no início dos debates, 27% dos participantes afirmaram ter poucos, ou nenhuns, conhecimentos sobre as alterações climáticas. No final do dia, apenas 8% voltaram a referir que mantinham o mesmo grau de desconhecimento.

A Conferência-debate "Como Portugal vê os desafios da COP21", organizada pela Embaixada de França, a ter lugar no dia 24 de Junho no Palácio da Ajuda, e cuja sessão será aberta pelo Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Engº Jorge Moreira da Silva, será uma ocasião para apresentar ao público em geral, as conclusões do debate cidadão de 6 de Junho e para evocar a preparação da COP21 nas suas diversas vertentes.

Económico, 12/06/2015

Cimeira do Clima. Portugueses querem acordo em Paris

Iniciativa. Consulta pública sobre alterações climáticas em 75 países mostra que maioria está preocupada e quer ações concretas. Dados para Portugal são divulgados hoje em Lisboa

FILOMENA NAVES

Para os portugueses, as alterações climáticas são um motivo de preocupação, mas também uma oportunidade de melhorar a qualidade de vida, pelo que se impõe, na sua visão, uma aposta nas energias renováveis, o corte nos subsídios aos combustíveis fósseis e o apoio à investigação em novas tecnologias de baixo carbono. Pouco confiantes, porém, nas políticas nacionais para lá chegar, acreditam que as medidas necessárias deverão ser decididas, sobretudo, à escala internacional, regional e local.

Estas são algumas das linhas fortes que caracterizam a atitude dos portugueses perante a mudança climática causada pela civilização industrial. Os dados, que resultam de uma consulta pública promovida em 75 países, incluindo Portugal, pelo Ministério do Ambiente francês, são hoje apresentados em Lisboa pela socióloga Luísa Schmidt, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, na conferência "Como Portugal vê

os desafios da COP 21", no Palácio da Ajuda, às 15.00.

A consulta pública, realizada a 6 deste mês e coordenada em Portugal por Luísa Schmidt, decorreu simultaneamente nos outros 74 países e pretendeu fornecer informação de base científica sobre as alterações climáticas e auscultar os participantes (seleccionados para constituírem uma amostra representativa da população de cada um dos países) sobre as políticas e medidas para o mundo lidar com o problema. Um debate inovador, num ano que será decisivo para as negociações da cimeira.

Em foco estiveram as medidas para diminuir as emissões de gases com efeito de estufa, as negociações internacionais e os compromissos nacionais, as responsabilidades dos países ricos e pobres ou ainda a transparência das políticas. E os dados para Portugal, com mais de 130 participantes de todo o país, mostram que uma maioria esmagadora (98,3%) se diz preocupada com as alterações climáticas – 55,6% estão "muito preocupados" e 47,4% estão "preocupados". Em



Socióloga Luísa Schmidt coordenou consulta pública em Portugal

relação aos dados globais dos 75 países (na internet, em <http://climateandenergy.worldviews.org/results/>), há uma diferença significativa, sobretudo nos "muito preocupados", que chegam aos 78,5% na média global. "Os portugueses e os europeus em geral ainda não são tão afetados pelos efeitos diretos das alterações climáticas, como já está a acontecer noutras regiões, com secas severas e catástrofes climáticas, nos Estados Unidos ou na Ásia", explica Luísa Schmidt.

A situação é por isso encarada

pela grande maioria dos participantes em Portugal menos como uma ameaça (15,09%) mas mais como uma "oportunidade para melhorar a qualidade de vida" (81,1%). Um dado que, mais uma vez, se desvia dos valores médios do conjunto dos países, em que 66,34% veem a tal oportunidade, enquanto 26,75% se concentram na ameaça.

"São dados que em conjunto mostram que o discurso sobre a economia verde e a noção de que a ciência pode ajudar com o desenvolvimento de novas tecnologias mais limpas já entraram em Portugal", nota a socióloga, sublinhando que o facto de a maioria, aqui, considerar que as medidas políticas para travar as alterações climáticas devem ser decididas a nível internacional aponta para que as pessoas "interiorizaram, por outro lado, que tem de haver uma pressão externa para que as políticas se concretizem".

Outro resultado importante, nota a socióloga, "é o de que as pessoas querem participar mais e sentem a falta de oportunidades como esta para exprimir a sua opinião".

Quanto à próxima Cimeira do Clima e à COP 21, marcadas para dezembro, em Paris, a maioria (77,5%) defende que um acordo saído de Paris deve ser obrigatório para todos os países e incluir uma meta que permita atingir zero emissões no final do século.

Iniciativa conjunta da França – país anfitrião este ano da Cimeira do Clima, que será decisiva para o que todos esperam que venha a ser o Acordo de Paris, para travar as alterações climáticas – e da Dinamarca, "que desenvolveu e afirmou esta prática da consulta direta aos cidadãos", como explica Luísa Schmidt, a ação de 6 de junho não deixará também de ter repercussões nas próprias negociações. Já em julho, um documento final, com base nos relatórios e dados dos países, vai ser entregue às Nações Unidas e aos governos nacionais, e em dezembro ele será igualmente apresentado durante a COP 21. Será a primeira vez que a voz do cidadão vai estar presente, dessa forma, nas negociações.

Para Luísa Schmidt, este é "um novo patamar no debate, porque dá a voz aos cidadãos". É algo "inovador", diz, e que "é defendido pelo Papa Francisco na sua recente encíclica sobre o ambiente e o clima". E quanto a este, Luísa Schmidt não tem dúvidas: "Com a sua encíclica, muito bem fundamentada cientificamente, o Papa vem dar uma grande força às Nações Unidas para as negociações do clima. Ele é um líder e uma referência mundial, talvez a maior neste momento, e se a ONU souber aproveitar este impulso para a COP 21, pode ser bastante mais eficaz do que tem sido até agora."

Diário de Notícias, 24/06/2015

Portugueses acham que clima devia ser prioridade e não é

Portugal participou em inquérito mundial divulgado este mês

Mais de metade dos portugueses (50,2%) acham que as alterações climáticas deviam ser uma prioridade nacional e não a nível global. Portugal é um dos países onde mais pessoas participam neste inquérito, revela um inquérito mundial divulgado este mês. A maioria dos portugueses defende também que a conferência climática de Paris, que terá lugar no final do ano, não se pode deixar escapar a oportunidade de acordar um tratado de redução da temperatura a 2°C, contra o que costar. E mais de metade em cada dez entende que os países devem comprometer-se a diminuir por completo as emissões de CO₂ até ao final do século.

O estudo internacional "World Wide Views on Climate and Energy" abrangia 30 mil pessoas de 100 países e foi coordenado em Portugal pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Mais de oito em cada dez portugueses consideram que as negociações climáticas e o fim do acordo de Paris são prioridades. Desde 1992, na CNUCL, os países têm vindo a trabalhar para limitar as alterações climáticas.

Quase metade (47%) considera que um imposto sobre o carbono, mantendo a condição de que as empresas lucrassem com os países que não reduzem as emissões, 54,3% – contra uma média de 25% a nível mundial – acredita numa transição de todos os países para o verde. Por outro lado, mais de metade dos portugueses (57,4%) elegem como prioridade máxima a redução das emissões de gases de efeito de estufa, em vez da produção de energia limpa. Outros consideram que o melhor tempo para avançar para o plano de emergência educativa é dentro do ano grande público.

Os portugueses são os mais que os países com maior rendimento global em cada país a apoiar-se a manter o nível de também que o sector privado deve ter um controlo de 25% no financiamento de medidas. Maria J. Dias

Jornal i, 23/06/2015

CISIÓN

ID: 62060558

Expresso

28-11-2015

Tiragem: 90000
País: Portugal
Período: Semanal
Âmbito: Informação Geral

Pág: 39
Cores: Cor
Área: 24,20 x 43,21 cm²
Cotas: 1 de 1



Alterações climáticas já preocupam 99% dos portugueses

Cidadãos consideram ser uma prioridade nacional e querem acordo vinculativo em Paris



As alterações climáticas em Portugal são a primeira preocupação dos portugueses, segundo um inquérito da CISIÓN.

CARLA TORRES

segunda grande preocupação dos portugueses, segundo um inquérito da CISIÓN, realizado em novembro de 2015, com a participação de 1.000 portugueses. A preocupação com as alterações climáticas é a primeira preocupação dos portugueses, segundo um inquérito da CISIÓN, realizado em novembro de 2015, com a participação de 1.000 portugueses.

segunda grande preocupação dos portugueses, segundo um inquérito da CISIÓN, realizado em novembro de 2015, com a participação de 1.000 portugueses. A preocupação com as alterações climáticas é a primeira preocupação dos portugueses, segundo um inquérito da CISIÓN, realizado em novembro de 2015, com a participação de 1.000 portugueses.

segunda grande preocupação dos portugueses, segundo um inquérito da CISIÓN, realizado em novembro de 2015, com a participação de 1.000 portugueses. A preocupação com as alterações climáticas é a primeira preocupação dos portugueses, segundo um inquérito da CISIÓN, realizado em novembro de 2015, com a participação de 1.000 portugueses.

RÓMULO



segunda grande preocupação dos portugueses, segundo um inquérito da CISIÓN, realizado em novembro de 2015, com a participação de 1.000 portugueses. A preocupação com as alterações climáticas é a primeira preocupação dos portugueses, segundo um inquérito da CISIÓN, realizado em novembro de 2015, com a participação de 1.000 portugueses.

Sapatos em marcha por um "acordo histórico"

segunda grande preocupação dos portugueses, segundo um inquérito da CISIÓN, realizado em novembro de 2015, com a participação de 1.000 portugueses. A preocupação com as alterações climáticas é a primeira preocupação dos portugueses, segundo um inquérito da CISIÓN, realizado em novembro de 2015, com a participação de 1.000 portugueses.

segunda grande preocupação dos portugueses, segundo um inquérito da CISIÓN, realizado em novembro de 2015, com a participação de 1.000 portugueses. A preocupação com as alterações climáticas é a primeira preocupação dos portugueses, segundo um inquérito da CISIÓN, realizado em novembro de 2015, com a participação de 1.000 portugueses.

segunda grande preocupação dos portugueses, segundo um inquérito da CISIÓN, realizado em novembro de 2015, com a participação de 1.000 portugueses. A preocupação com as alterações climáticas é a primeira preocupação dos portugueses, segundo um inquérito da CISIÓN, realizado em novembro de 2015, com a participação de 1.000 portugueses.

Uma prioridade

segunda grande preocupação dos portugueses, segundo um inquérito da CISIÓN, realizado em novembro de 2015, com a participação de 1.000 portugueses. A preocupação com as alterações climáticas é a primeira preocupação dos portugueses, segundo um inquérito da CISIÓN, realizado em novembro de 2015, com a participação de 1.000 portugueses.

segunda grande preocupação dos portugueses, segundo um inquérito da CISIÓN, realizado em novembro de 2015, com a participação de 1.000 portugueses. A preocupação com as alterações climáticas é a primeira preocupação dos portugueses, segundo um inquérito da CISIÓN, realizado em novembro de 2015, com a participação de 1.000 portugueses.



Qualidade Devida

Luísa Schmidt

COP21: A MUDANÇA INEVITÁVEL

Começa segunda-feira a COP21 em Paris. No mesmo centro da Europa onde o terrorismo impôs a guerra, uma grande celebração de paz vem afirmar à escala planetária que o futuro será por aí e não pela violência. Reunir um imenso acordo internacional para evitar a ruína ambiental e, com ela, o nosso próprio colapso, abre um projeto de convergências, diálogos

e respeito mútuo, baseado em princípios de justiça e de boa fé, mas também de grande pragmatismo. A angustiosa crise ambiental global com que nos defrontamos, tem pelo menos a vantagem de lembrar a humanidade a si mesma e de fazer os 196 países participantes decidirem se vamos continuar todos por aqui, ou não.

A questão coloca-se claramente: se o aquecimento global

ultrapassar os 2 graus, as consequências em cascata são incontáveis, gerando o colapso das sociedades e das economias. Será a queda do castelo de cartas, impossível de sustentar a meio, uma vez começado. Mais de 2 graus é uma média global que pode significar dias seguidos de 50 graus ou mais em várias zonas do globo com o deserto a avançar, e noutras zonas os gelos a recuar, como está a acontecer na Gronelândia.

Ora, para mantermos o nível de aquecimento global abaixo destes 2 graus, temos de alterar sistemas que se instalaram profundamente nos nossos hábitos económicos e sociais e que, entretanto, se globalizaram — desde a dieta alimentar aos hábitos de consumo mais correntes. E temos de tomar decisões sobre medidas que possibilitem uma melhor adaptação aos fenómenos climáticos extremos. E fazê-lo com justiça, dado que

os países que menos têm contribuído para as emissões de GEE, são os que mais lhes sofrem as consequências.

A mudança tem vindo a ganhar clareza nos últimos anos. Sem uma deslocação vigorosa das fontes de energia fósseis para as renováveis e sem um esforço sério na eficiência energética, não será possível garantir

Mais 2 graus é uma média global que pode significar 50 graus em várias zonas do globo com o deserto a avançar e outras zonas geladas a recuar como está a acontecer na Gronelândia

o limiar máximo de 2 graus até 2020. O petróleo, o gás e sobretudo o carvão, mesmo não sendo os únicos causadores do aquecimento global, são os principais e sobre eles podemos agir com alguma eficácia. Veja-se como estes combustíveis fósseis, apesar dos lucros que geram, continuam a ser beneficiários de subsídios públicos.

Algumas metas tornaram-se, pois, evidentes: uma é acabar com estes subsídios aos fósseis; outra consiste em criar uma taxa mundial de carbono; outra é alinhar políticas públicas de eficiência energética e transferência de tecnologia de energias renováveis: basta pensar de 1,3 biliões de pessoas não têm ainda acesso à eletricidade. Relembre-se a este propósito que, nos últimos cinco anos, as renováveis têm ficado cada vez mais baratas (a eólica menos 58%, a solar menos 75%, a iluminação led menos 85%).

São também precisas medidas de adaptação: já se sabe que os oceanos, mais lentos na sua resposta, continuarão a sofrer alterações com impactos imensos na subida do nível do mar, zonas costeiras, ilhas e toda a vida marinha.

Outro problema grave é a desertificação enquanto conjugação de seca e de impossibilidade de sustentar vida humana em vastas regiões sem água e solo arável. Todavia, o grande desafio é o da mudança. Nunca tivemos tantos recursos técnico-científicos para o fazer. Mas os obstáculos são enormes — desde os vícios instalados pelo hiperconsumismo até ao medo de encerrar seriamente o problema.

Para a COP em Paris a alternativa é clara: ou decidimos mudar agora, ou será o clima a impor contra nós as mudanças que não sabemos fazer. O preço de não agir será demasiado caro para todos.

Expresso, 28/11/2015

OBSERVADOR ●●

CIÊNCIA

CIMEIRA DO CLIMA 2015

Maioria dos portugueses preocupada com as alterações climáticas

15/12/2015, 7:07

Deputados da Comissão Parlamentar do Ambiente vão ouvir os resultados de um inquérito global sobre clima, que concluiu que a maioria dos portugueses está muito preocupada com as alterações climáticas.



GUILLAUME HORCAJUELO/EPA



Tópicos

PARLAMENTO ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS AQUECIMENTO GLOBAL CIMEIRA DO CLIMA
CIMEIRA DO CLIMA 2015

Os deputados da Comissão Parlamentar do Ambiente vão ouvir esta terça-feira os resultados de um inquérito global sobre clima, em Portugal, e que concluiu que a maioria dos portugueses está muito preocupada com as alterações climáticas.

Portugal foi um dos 90 países abrangidos pela consulta pública sobre energia e clima, realizada em junho, com 100 participantes em cada Estado, com o objetivo de recolher opiniões e transmiti-las aos responsáveis políticos que estiveram na conferência das Nações Unidas sobre alterações climáticas.

Esta conferência reuniu representantes de 195 países mais a União Europeia, em Paris, durante duas semanas, e terminou no sábado com um acordo global e vinculativo para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

A investigadora Luísa Schmidt, do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, foi a responsável pela organização da consulta em Portugal, e vai hoje apresentar os resultados na Assembleia da República, aos deputados da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação.

Em Portugal, foram 120 os cidadãos participantes escolhidos pelo ICS, de acordo com critérios de representatividade da sociedade portuguesa em termos de regiões, idades, profissões, 'status' sociais e graus de educação.

Os resultados obtidos em Lisboa mostram que 56% dos portugueses estão "muito preocupados" com as alterações climáticas, 43% estão "preocupados" e apenas 1% disseram não ter qualquer preocupação com esta matéria.

Cerca de 80% dos inquiridos em Portugal, ao contrário dos outros países, dizem não sentir as alterações como uma ameaça, mas sim como uma oportunidade para melhorar a qualidade de vida.

E para cumprir esse objetivo a grande medida, escolhida por 57% dos inquiridos, sugere que se devem dar subsídios às fontes de energia com baixa emissão de carbono, como as energias eólica, solar, de ondas do mar e geotérmica. Por outro lado, 32% sugerem que se deveriam cortar os subsídios aos combustíveis fósseis, como o petróleo e o carvão.

Cerca de 60% reconhecem que as alterações climáticas não são uma prioridade, mas defendem que o deveriam ser, mesmo que outros países não assumam compromissos nesse sentido.

Observador, 15/12/2015

CISION

ID: 62551551

JL
 JORNAL DE LETRAS,
 ARTES E IDEIAS

08-01-2016

Tragem: 10500

País: Portugal

Período: Quinzenal

Âmbito: Lazer

Pág: 28

Cores: Cor

Área: 7,16 x 30,00 cm²

Corte: 1 de 1



ECOLOGIA

 VIRIATO SOROMENIJO
 MARQUES

Alterações climáticas e opinião pública

No caminho para a Conferência Climática de Paris (COP21) realizou-se um notável acontecimento: no mesmo dia, 6 de Junho de 2015, foram realizados 97 debates, envolvendo 75 países, mobilizando cerca de 10 000 cidadãos. O objetivo foi o de auscultar o que é que verdadeiramente pensam os cidadãos, escolhidos de modo amplamente representativo, sobre estas temas cruciais para o futuro, que envolvem as questões ambientais na vertente energética e climática.

Não se tratou de um mero inquérito, mas sim de uma jornada-debate e de trabalho, dividida em cinco sessões temáticas. No caso de Portugal a tarefa esteve a cargo do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e de uma equipa coordenada pelas investigadoras Inês Schmitt, Ana Tóledo e Susana Fonseca. Participaram 108 cidadãos de diferentes estratos etários, género, níveis educacionais e origens geográficas (mais informação poderá ser recolhida em www.observa-ics.ul.pt).

O mais interessante consiste em verificar que tanto em Portugal, como na UE, como, ainda, na média mundial, regra geral os cidadãos manifestam uma noção mais rigorosa da urgência climática do que os seus respectivos governos. O que equivale a dizer: que os resultados da Cimeira de Paris poderiam ter sido ainda mais satisfatórios (e exigentes) se a opinião maioritariamente esmagadora dos cidadãos se tivesse sobreposto aos jogos de pressão económica, que, em toda a parte, limitam a agenda e condicionam a liberdade de atuação dos governos.

79% dos inquiridos a nível mundial considera a situação climática como muito preocupante. Para 89% dos portugueses envolvidos, as mudanças necessárias para combater as alterações climáticas são também uma oportunidade para estilos de vida mais adequados. A estratégia de combate deve apostar sobretudo na mitigação (diminuição das emissões), ou numa combinação entre mitigação e adaptação (41% e 59%, respetivamente para Portugal). Mais significativo ainda sobre a questão é o Acordo de Paris deve ser um não vinculativo para todos os países uma razão expressiva mostrou-se favorável a tal (88% em Portugal, 68% no Mundo).

No fundo, esta consulta pública global mostra que, apesar das diferenças culturais e de rendimento, a humanidade constitui uma verdadeira comunidade quando confrontada com os desafios existenciais que determinam o nosso futuro coletivo. Uma comunidade que, contudo, continua muito longe de ter um sistema adequado de governação comum nessas questões económicas do qual depende o bem-estar e a sustentabilidade global.



www.ics.ulisboa.pt

Edição . ICS Estudos & Relatórios

Coordenação . João Vasconcelos

Design . João Pedro Silva

Apoio técnico . Ricardo Pereira
